



A produção familiar como alternativa de um desenvolvimento sustentável para a Amazônia

Lições aprendidas de iniciativas de uso florestal por produtores familiares na Amazônia boliviana, brasileira, equatoriana e peruana



ForLive



Ufra



IMAZON
AMAZON INSTITUTE OF
PEOPLE AND THE ENVIRONMENT



A produção familiar como alternativa de um desenvolvimento sustentável para a Amazônia

**Lições aprendidas de iniciativas de uso florestal
por produtores familiares na Amazônia boliviana,
brasileira, equatoriana e peruana**





A produção familiar como alternativa de um desenvolvimento sustentável para a Amazônia

**Lições aprendidas de iniciativas de uso florestal
por produtores familiares na Amazônia boliviana,
brasileira, equatoriana e peruana**

BENNO POKORNY,
Albert-Ludwigs Universidade Freiburg, Alemanha



JAVIER GODAR
Universidade Leon, Espanha

LISA HOCH
Sociedade de Cooperação Técnica (GTZ), Alemanha

JAMES JOHNSON
Albert-Ludwigs Universidade Freiburg, Alemanha

JÉSSICA DE KONING
Universidade de Wageningen, Holanda

GABRIEL MEDINA
Universidade Federal de Goiás, Brasil

ROSANE STEINBRENNER
Universidade Federal do Pará, Brasil

VINCENT VOS
Universidade Autônoma do Beni "José Ballivián", Bolívia

JES WEIGELT
Universidade Humboldt de Berlim, Alemanha

Copyright © 2010 Center for International Forestry Research

Impresso pela Gráfica Alves em Belém-PA-Brasil

Revisão e edição técnica: Lorenda Raiol, Romy Sato e Rosana Steinbrenner

Diagramação: Horst Thomas; hothom@web.de

Fotos: AIDER: 118/119, 157 | E. Escalera: 29 | Socorro Ferreira: 42, 153, 155 | J. Godar: 110 | L. Hoch: 25, 34, 38, 46, 52 (2), 55, 59, 68, 73, 75, 80/81, 85, 91, 101, 111, 122, 142 (2), 148, 161 | IBAMA: 140/141 | J. Johnson: 50/51, 63, 65, 67, 71, 114, 146/147, 151, 160 | D. Martins: 121 | G. Medina: 24, 33, 56, 82, 87, 88, 93, 94, 98/99, 106, 108, 115, 120, 130, 154, 159 | R. Muehlsiegl: 39, 79 (2), 90, 97, 131, 136, 138, 144, 156 | Socorro Oliveira: 54 | B. Pokorny: 70, 76/77, 80, 104/105, 124, 126, 132, 134, 139, 143, 145, 149, 152, 161 | C. Quette: 60, 142 (1), 150 | Society of Petroleum Engineers: 135 | F. Tazado: 48

ISBN: 978-602-8693-23-3

Pokorny, B., Godar, J., Hoch, L., Johnson, J., de Koning, J., Medina, G., Steinbrenner, R., Vos, V. e Weigelt, J. 2010.

A produção familiar como alternativa de um desenvolvimento sustentável para a Amazônia: Lições aprendidas de iniciativas de uso florestal por produtores familiares na Amazônia boliviana, brasileira, equatoriana e peruana. CIFOR, Bogor, Indonésia.

CIFOR

Jl. CIFOR, Situ Gede Bogor Barat 16115 Indonésia

T +62 (251) 8622 - 622

F +62 (251) 8622 - 100

E cifor@cgiar.org

www.cifor.cgiar.org

As opiniões expressados neste livro são as dos autores. Eles não necessariamente representam as opiniões do CIFOR, das instituições dos autores ou dos financiadores desse livro.

Esta publicação foi redigida segundo as novas regras da Reforma Ortográfica da Língua Portuguesa.

Centro Internacional de Pesquisa Florestal

CIFOR contribui para o bem-estar humano, a conservação ambiental e a equidade, realizando pesquisa para servir de base a políticas e práticas que afetam as florestas nos países em desenvolvimento. O CIFOR é um dos 15 centros de pesquisa do Grupo Consultivo em Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR). Sua sede fica em Bogor, na Indonésia. O Centro conta também com escritórios na Ásia, África e América do Sul.

Agradecimentos

Queremos agradecer a todas as pessoas que contribuíram para o Projeto **ForLive** e para a realização deste livro:

Às famílias colaboradoras nas áreas de estudo na Bolívia, Brasil, Equador e Peru:

Beyuma Salvatierra, Lurici Tirina, Salvatierra Linares, Vasques Chau, Chau Giese (comunidade Palmira), Yubanera Amapo, Amapo Yubanera, Yubanera Navi, Cepa Mayo e Tabo Macuapa (comunidade Buen Destino), Méndez Gutaica, Gualúza Ramírez, Monje Gonzáles, Duri Marigua e Adagua Tito (comunidade 12 de Octubre), García Cartagena (comunidade Buen Futuro), Francisco de Assis Monteiro, Milton Coutinho, Raimundo Rodrigues Xavier, Sr. Raimundão (Medicilândia), Maria Creusa Ribeiro, Cláudio Wilson Barbosa, Jomabá (José) Pinto Torres, Pedro Marciel (Porto de Moz), Badé e Delfim Oliveira Ferreira, Adamor Malcher e família (Prainha), Antônio Pereira (PAE Equador), Bruno Venturin, Roseleide Leite, Antonio Reis Filho, José Omar Couto (km 107), Paulo Amorim, Ana Paula Santos Souza e à Fundação Viver, Produzir, Preservar (Altamira), Ranildo Moraes Viega e ao Conselho Popular da Região Uruará (Santa Maria de Uruará), Giovanni Souza Guzzo (Anapú), Osvaldo de Oliveira (Rondônia), Agustín e Janneth Pisango (Pindo Mirador), Miguel Rigoberto Campoverde (Chinimbimí), Arsecio Kumpanam (Wachmas), Silvio Sandu e Verônica Pidru (Pajának), Julio Lojano Punin

(Quinta cooperativa), Pablo Villegas, Juana Ihuaquai, Malhy Murayari, Selmira Canayo, Cleydis Murayari, Norma Tamani, Roman Murayari, Elías Pinedo e Sr. José García (Caserío 7 de junio), Roger Cumapa, José Murayari (Caserío Padre Bernardo), Anival Chávez, Enrique Dávila, Bernaldino Mahua, Vicente Inuma (Caserío San Juan), Luis Tuesta, Luis Alba Lostanau, Dánika Carrión, Casilio Cumapa, Melgar Alvarado, Rosendo Cruzado, Salvador Rivas, Bonifacio Arcos, Wilildoro Hidalgo, Víctor Castro Lander (Neshuya Curimana), Pablo Silvano Barbarán e às famílias das comunidades nativas Callería, Preferida, Nuevo Saposoa, Patria Nueva, Panaillo, e a todas as famílias dos produtores vizinhos.

Aos pesquisadores e assistentes dos parceiros institucionais:

Max Steinbrenner, Silvana Benassuly, Guillermina Cayres, Rodrigo Conduru, Paulo Contente, Fabricio Ferreira, Patrícia Freitas, Vanessa Gomez, Alice Luz, Átila Macedo, Deryck Martins, Izildinha Miranda, Raimunda Monteiro, Socorro Oliveira, Mauro Rodrigues, Romy Sato, Daniela Sousa, Luciane Suarez (Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA e Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias – FUNPEA); Armelinda Zonta, Oscar Llanque,

Benjamín Añez, Huanger Ávila, Edgar Escalera, Mary Guevara, Karla Habu, Ofélia Landivar, Indira Monja, Carmelo Peralta, Pedro Pozo, Claribel Quitette, Delia Sangínez, Vincent Vos (Universidad Autónoma del Beni – UAB e Instituto para el Hombre e Agricultura Ecológica – IPHAE); Stefan Gatter, Enma Arias, Rosa Masaquiza, Juan Pablo Merino, Marco Romero, Milton Reinoso, Fredi Tandazo, (Servicio Forestal Amazónico – SFA); Jorge Tizado, Javier Godar, Blanca Vizcaino, Raul Garcia, José María Gonzales, Vicente Manrique Simón (Universidad de León); Freerk Wiersum, Bas Arts, Charlotte Bennecker, Chantal van Ham, Jessica de Koning, Doenja Kuiper, Rik Sools, D. Steenbergen, Chaves Villegas (Universidade de Wageningen); Benno Pokorny, Jürgen Bauhaus, Benjamin Blum, Paulina Campos, Klaus-Dieter Düformantel, Ursula Eggert, Sebastian Hetsch, Lisa Hoch, James Johnson, Gabriel Medina, Inka Montero, Juan Carlos Montero, Sonia Ortiz, Marco Robles, Andrea Schäfer, Karol Trejo (Universidade de Freiburg); Paulo Amaral, Fabio Bencid, Ivanilson Duarte, Rodolfo Gadelha, Zilma Nascimento, Lorenda Raiol, Rodney Reis, Suelen Renata, Marcio Sales, Elson Vidal (Insituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON); Jaime Nalvarte, Yolanda Ramirez, Danis del Aguila, Gladiys Campos, Juan Chávez, Susy Diaz, Juan Pablo Ferrer, Augusto Figueroa, Iván Icochea, Hilario Murayari, Santiago Nunta, Miluska Palomares, Jorge Palomino, Jhan Pinedo, Roxana Ramos, Percy Recavarren, Carlos Sánchez, Pío Santiago,

Raul Tafur, Pilar Yáñez (Asociación para la Investigación y el Desarrollo Integral – AIDER); César Sabogal, Bruce Campbell, Peter Cronkleton, Enrique Ibarra, Edith Johnson, Markku Kanninen, Jose Martinez, Julia Maturana, Robert Nasi, Katia de Oliveira, Pablo Pacheco, Rina, Gideon Suharyanto, (Centro para Pesquisa Florestal Internacional – CIFOR); como também Cecília Alfaro, Jorge Israel Palomino Bullon, Tina Depzinski, Fernando Dick, Sabrina López, Roxana Ramos, Mariana Sánchez, Saira Saavedra, Cindy Schlicke, Jordi Surkin, Juan Carlos Torres e Jes Weigelt;

Aos financiadores e colaboradores institucionais do congresso internacional:

União Européia – UE, Iniciativa para os Direitos e os Recursos – RRI, Capacitação e Desenvolvimento Internacional – InWent, Governo do Pará, Serviço Florestal Brasileiro – SFB, Ministerio de Desarrollo Rural, Agropecuario y Medio Ambiente da Bolívia, Associação de Universidades Amazônicas – UNAMAZ, Banco da Amazônia, United States Agency for International Development – USAID, Cooperação Alemã para o Desenvolvimento – GTZ, Food and Agriculture Organisation – FAO, World Wildlife Fund – WWF, Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Iniciativa Amazônica, o Grupo Nacional de Trabajo para la Participación – GNTPE, e International Union of Forest Research Organisations – IUFRO.

Aos participantes dos eventos de disseminação e discussão realizados pelo projeto ForLive.

Apresentação

Durante décadas, consideráveis esforços têm sido empreendidos para promover o desenvolvimento sustentável em áreas rurais da Amazônia – tentando preservar as paisagens da floresta e melhorar o bem-estar das populações rurais. O debate atual sobre as mudanças climáticas demonstra a importância permanente deste tópico.

Com a crescente consciência da dimensão social das florestas, a promoção de abordagens orientadas às populações locais, como o manejo florestal comunitário, plantios florestais, a agroflorestaria, bem como – mais recentemente – sistemas de pagamento por serviços ambientais tornaram-se elementos cada vez mais importantes no desenvolvimento rural. Mas, apesar de uma série de iniciativas interessantes voltadas para o uso eficaz dos recursos naturais para o desenvolvimento rural, os esforços até agora tem alcançado um sucesso apenas modesto.

Nesta situação, em fevereiro de 2005, um consórcio de nove parceiros da América Latina e Europa, sob a coordenação da Universidade de Freiburg, da Alemanha, lançaram em Quito (Equador), o Projeto de Pesquisa **ForLive** financiado pela União Européia para analisar promissoras iniciativas locais de gestão florestal na região Amazônica da Bolívia, do Brasil, do Equador e do Peru, a fim de identificar opções viáveis para produtores familiares – colonos, comunidades e grupos indígenas, aproveitarem seus recursos para o desenvolvimento ru-

ral. Nos quatro anos do projeto, quase 100 pesquisadores, estudantes, técnicos e produtores familiares geram uma grande quantidade de informações e produtos com alta relevância, não somente para a ciência, mas também para os produtores, para as organizações de desenvolvimento e para os tomadores de decisão¹. Com base nesta riqueza de informações empíricas e reflexões conceituais foi organizada uma sequência de eventos, onde mais de 500 especialistas, técnicos, tomadores de decisão, produtores e estudantes aproveitaram a possibilidade de refletir sobre os resultados do Projeto **ForLive** e discutir uma visão operacional sobre o desenvolvimento da Amazônia que faça uso apropriado do potencial social, econômico e ecológico da população local e seus recursos. Tal oportunidade também se deu em outros dois momentos: o congresso internacional “Provocando Mudanças: Estratégias de Apoio para Produtores Familiares na Amazônia”, e uma sessão no âmbito do Fórum Social Mundial em 2009 em Belém, Brasil.

Os estudos e discussões realizados no âmbito do Projeto **ForLive** revelam que a abordagem atual de iniciativas desenvolvidas para apoiar produtores familiares precisa ser reavaliada criticamente. Apenas poucas iniciativas de desenvolvimento local desenhadas por agentes governamentais, organizações não governamentais e especialistas foram adotadas ou replicadas pelos produtores familiares da região. Em contrapartida, há indícios de que muitas organizações de desenvolvimento até mesmo aceleraram

¹ Grande parte destes produtos estão disponíveis na página web do Projeto **ForLive**: <http://www.waldbau.uni-freiburg.de/forlive/>

o processo de deterioração cultural e da degradação ambiental. O atual modelo legal-institucional ainda favorece os processos de desenvolvimento que exacerbam muitas questões sociais e ambientais. Uma das razões para esta falta de sucesso, resulta do fato que a percepção da agricultura familiar é ainda fortemente dominada por preconceitos e generalizações. De modo geral, as estratégias locais para o uso dos recursos naturais são acusadas de degradar as florestas ao mesmo tempo em que gera apenas benefícios socioeconômicos limitados. Como consequência, os governos, organizações não governamentais assim como processos internacionais favorecem as estratégias de desenvolvimento focadas nos mercados de exportação e as capacidades dos atores capitalizados implementarem tecnologias agroindustriais modernas, sistemas de manejo florestal profissionais e organizarem a exploração de minérios, petróleo, gás e a geração de energia da água. A capacidade dos produtores familiares de contribuir para um desenvolvimento da região ambientalmente e socialmente adequado é amplamente ignorado, até mesmo pela maioria das organizações que trabalham com desenvolvimento e para as populações locais.

No entanto, o projeto revelou o enorme potencial da impressionante diversidade de sistemas socioprodutivos locais para contribuir para paisagens ambientalmente estáveis como base para um desenvolvimento econômico sadio. Os estudos indicam que a valorização das capacidades e perspectivas locais como ponto de partida para o desenvolvimento pode ser essencial para manter a diversidade cultural e ambiental da região. Porém, para fazer uso deste potencial, a produção familiar precisa ser devidamente provida com recursos, como terras férteis, receber um preço justo por seus produtos, dispor de uma boa organização social e, além disso, deve ser efetivamente protegidos dos atores capitalizados altamente interessados nos seus recursos. Assim, para um desenvolvimento ambiente sadio e socialmente justo da Amazônia rural, considera-se mais promissor investir na eliminação das

barreiras que impedem a consolidação dos sistemas socioprodutivos da produção familiar do que continuar com as abordagens clássicas de desenvolvimento que visam à modernização dos produtores de acordo com as capacidades e interesses dos atores capitalizados.

Este livro, então, tenta de sistematizar as lições aprendidas e a apresentação das mensagens principais do Projeto **ForLive**, fomentadas por informações empíricas selecionadas entre os diversos estudos realizados e enriquecidas pelo debate público. Os textos e exemplos aqui apresentados estão escritos em uma linguagem acessível como forma de facilitar o entendimento dos resultados e assegurar a sua compreensão e disseminação entre os vários segmentos da sociedade. Desta maneira, espera, que este livro pode providenciar informações e idéias úteis a todas as pessoas e organizações interessadas em um dos maiores desafios da região Amazônica: como combinar um desenvolvimento sustentável e justo com a conservação do meio ambiente.



BENNO POKORNY

Professor Pesquisador da Universidade Freiburg,
Alemanha

Prefácios



A questão do uso dos recursos florestais é fundamental quando o assunto é o desenvolvimento rural de uma dada região ou país. Este tema torna-se mais polêmico e desafiador quando tratamos da Amazônia, onde há grande diversidade cultural e ambientes florestais gigantescos e complexos. Mais intrigante ainda, quando discutimos o papel das florestas e as mudanças climáticas.

Este trabalho reúne o conhecimento gerado pelo projeto de pesquisa **ForLive**, a partir da aplicação de abordagens tradicionais de pesquisa e da pesquisa ação. Analisa aspectos sociais, ambientais, institucionais e financeiros de experiências de uso comunitário e familiar da Floresta Amazônica no Brasil, Equador, Bolívia e Peru.

Esta modalidade de manejo tem se apresentado como alternativa promissora de estratégia de desenvolvimento rural sustentável para a região amazônica. Existe um reconhecimento da estreita vinculação entre o desenvolvimento social e econômico dessas comunidades e a conservação dos recursos florestais. Contudo, são raras as experiências de referência que tenham sido sistematizadas.

Durante os quatro anos do projeto, foram disponibilizadas informações de grande relevância, por meio de diversos produtos. No entanto, era necessário um livro sintetizando os resultados e reflexões mais importantes do projeto. O desafio foi superado. A presente publicação proporciona uma visão concisa e atualizada das potencialidades e limites do manejo florestal comunitário e familiar, seja qual for o país pesquisado.

Este livro traz uma completa sistematização de lições aprendidas com a experiência do Projeto **ForLive** na Amazônia. Uma das melhores. É dirigido a um público tão amplo quanto diverso, que abrange desde técnicos de instituições governamentais e de organizações não governamentais a estudantes no campo das ciências florestais e biológicas.

Poderá ser útil também aos demais interessados no tema do uso das florestas da Amazônia, como os formuladores de políticas públicas. Para eles, este conhecimento poderá ser usado como suporte para a elaboração de programas, ações e normas condizentes com a realidade de uma região, de um produtor familiar e de um ecossistema e que, conseqüentemente, gerem os benefícios desejados.

O Serviço Florestal Brasileiro sente-se agradecido pela publicação desta obra. É uma oportunidade de compartilhar estes resultados com todas as pessoas interessadas na identificação de possibilidades para que produtores familiares – comunidades, colonos e grupos indígenas –, na Amazônia boliviana, brasileira, equatoriana e peruana aproveitem efetivamente seus recursos florestais para o desenvolvimento rural.

Uma boa leitura e aprendizado!



ANTÔNIO CARLOS HUMMEL
Diretor Geral
Serviço Florestal Brasileiro (SFB),
Brasil

Os resultados do Projeto **ForLive**, liderado pela Universidade de Freiburg na Alemanha desafia a realização de mudanças profundas na maneira de pensar e agir não só os que atuam em política e pesquisa na Amazônia, mas também os próprios produtores familiares. A principal conclusão deste estudo se resume no seguinte: "O atual modelo de desenvolvimento na Amazônia, apesar de ter melhorado a situação precária de muitas famílias está contribuindo para a homogeneidade cultural e ambiental da região de forma a marginalizar sistematicamente a figura do produtor familiar". Esta é a conclusão de quatro anos de projeto e do trabalho de cerca de 100 pesquisadores, estudantes, técnicos e produtores familiares.

Portanto, a solução para este dilema não é simples, o mesmo que se manifesta no seguinte sentido. O produtor familiar desempenha um papel central na reprodução da vida na Amazônia por conta de sua gestão ambiental e social diversificada e múltipla, no entanto, para sair de sua precariedade o(a) produtor(a) familiar deve incorporar-se ao atual modelo de desenvolvimento que se rege por padrões de modernização dos sistemas tradicionais e por sua incorporação ao mercado na condição de produtor empresarial. Essa situação conduz inevitavelmente à destruição deste produtor familiar e, portanto, ao colapso da Amazônia.

Isso se deve, pelo menos, aos seguintes aspectos de caráter estrutural:

O modelo de desenvolvimento atual é colonialista. Isso significa que se reconhece como superior uma só concepção moderna de manejo e uso dos recursos naturais em detrimento de suas próprias práticas tradicionais de pequenos agricultores. Essa é a origem do processo histórico de desvalorização das culturas dos agricultores familiares e da reprodução constante de um modelo que subordina e desprezara o outro. Por este motivo, é importante reconhecer o fato de que as próprias famílias de produtores devem decidir suas próprias prioridades e elaborar seus mecanismos de acompanhamento à suas alternativas de desenvolvimento.

O modelo de desenvolvimento atual tem um enfoque mercantilista. O desenvolvimento está intimamente projetado para o funcionamento e as regras do sistema de mercado. Um modelo de desenvolvimento alternativo pressuporia pensar em processos de desmercantilização – o que significa retirar atividades econômicas do funcionamento da lei do valor – o que já não poderia ser identificado propriamente como desenvolvimento. Então, presume transcender para a concepção de um modelo de desenvolvimento de caráter integral, no qual, além dos aspectos econômicos, prevalecem as relações harmônicas com a natureza e entre os seres humanos, assim como o fortalecimento da espiritualidade do povo.

O modelo de desenvolvimento atual não é democrático. As práticas de construção de saberes e seus mecanismos de divulgação criam monopólios em determinados grupos de técnicos e profissionais sobre os processos tecnológicos, discriminando aqueles que não possuem esse conhecimento. Nesse contexto, os agricultores produtores familiares não têm possibilidades de acesso a esses conhecimentos já eles não são de domínio público.

Vários exemplos com consequências que indicam a implementação de um modelo de desenvolvimento baseado nestes três aspectos são refletidos de maneira bem detalhada e gráfica nas pesquisas do Projeto **ForLive**. Estas dizem respeito, entre outros, à desvalorização da produção familiar, a desestruturação das culturas e dos saberes locais, as mudanças no uso da terra baseadas no desmatamento e na degradação ambiental.

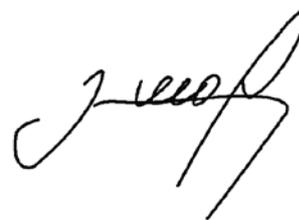
A resposta sobre como encarar o desafio de lançar um processo de descolonização, desmercantilização e democratização do desenvolvimento é, sem dúvida, bastante complexa. Para o Projeto **ForLive**, enfrentar este desafio exige "mudanças dramáticas nos paradigmas de desenvolvimento, na medida em que em vez de agricultores familiares continuarem adaptando-se às exigências do modelo de desenvolvimento clássico, se faz necessário adaptar o marco legal-institucional às exigências do agricultor familiar". No entanto, a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento deve ir muito mais longe, com o entendimento de que o marco legal-institucional em si deve ser separado explicitamente do paradigma moderno e racionalista de desenvolvimento. Então, estamos falando da superação de um desafio duplo: primeiro, desconstruir a concepção e operação de desenvolvimento e, segundo, desconstruir o marco legal-institucional de nossos países de caráter colonial e modernizante.

Um aspecto positivo é o fato de que, no presente momento histórico, vários países da região amazônica (Bolívia e Equador, em particular) vêm desenvolvendo um importante debate sobre o significado do termo "desenvolvimento" e sobre a construção de modelos civilizatórios culturais baseados no fortalecimento da comunidade e da economia comunitária. Por sua vez, estes países vêm desenvolvendo mudanças políticas e institucionais de grande importância na tentativa de construir novas formas de relacionamento entre o Estado e a Sociedade, baseadas em padrões de conduta mais participativos e pluralistas. O desconforto é que a desconstrução do modelo legal-institucional e as ações concretas para fortalecer a cultura dos produtores familiares ainda não são

profundas o suficiente para começar a transformar a realidade destrutiva e desestabilizadora dos mesmos.

Considerando que a homogeneização cultural-produitiva liderada pelas forças do mercado avança diariamente, temos de confiar principalmente na resistência dos agricultores familiares, apesar de todas as suas vulnerabilidades, para que não sejam completamente absorvidos por um modelo esmagador de desenvolvimento.

Nesse sentido, a construção de um modelo alternativo passa sim pela realização de mudanças legais e institucionais, mas é sobretudo um evento político. É um modelo que deve ser baseado na recuperação dos mitos das comunidades ancestrais e dos produtores familiares mais tradicionais, mas principalmente é uma utopia, que recupera algo do passado e muito do presente. Nesta concepção e construção da utopia são importantes as recomendações do Projeto **ForLive**: acompanhar os produtores no estabelecimento de seus próprios projetos, fortalecer as capacidades locais e valoriza a cultura local.



DIEGO PACHECO
Diretor Nacional
Gestão de Projetos e Financiamento,
Bolívia

Os resultados apresentados neste livro são extremamente relevantes para o futuro da Amazônia e para o debate internacional sobre políticas públicas globais e desenvolvimento. Os organizadores do livro merecem ser parabenizados pelo esforço de apresentar os resultados de uma pesquisa complexa e rigorosa de maneira acessível para um público maior. No mundo da ciência, esse esforço não sempre é valorizado, mas ele é imprescindível para traduzir resultados científicos em insumos para as políticas públicas. Dessa maneira, os organizadores articulam seu respeito pelos esforços e pelas conquistas dos produtores e das produtoras familiares que colaboraram na pesquisa. E eles agem de forma coerente: eles não somente criticam as ineficiências das políticas públicas nacionais e da cooperação internacional na Amazônia, mas também fazem propostas estratégicas para melhorá-las e adapta-las às realidades estudadas na região, do ponto de vista de uma agricultura familiar que tem a capacidade de transformar a paisagem florestal em uma paisagem cultivada que assegura a estabilidade ambiental e contribui para o bem-estar do(a) produtor(a) e sua família.

Desde os anos 1980, a Amazônia tem sido o alvo de debates internacionais focalizados na preservação do bioma, para manter a biodiversidade e o funcionamento desse grande ecossistema, e para reduzir as emissões de dióxido de carbono que provêm do desmatamento e da degradação florestal. A grande contribuição do Projeto **ForLive** para esse debate consiste em três constatações: primeiro, o projeto demonstra que a agricultura familiar funciona com base em uma dinâmica interna que persegue fins econômicos, sociais e ambientais equilibrados num horizonte temporal de médio e longo prazo, dessa



maneira, a agricultura familiar tem vantagens positivas para o desenvolvimento local em comparação com a grande pecuária e a agricultura orientada para a exportação. Segundo, a agricultura familiar sobrevive atualmente de uma maneira precária, mas ela tem um potencial de desenvolvimento que depende de mudanças nos fatores contextuais adversos (falta de organização, de infraestrutura, de assistência técnica, de créditos, de serviços sociais e de um estado de direito eficientes). Terceiro, iniciativas de apoio externo à agricultura familiar têm sido bem-intencionadas, mas em geral mal-sucedidas do ponto de vista da sua sustentabilidade e replicação, e isso se deve à visão predominante dos atores externos sobre a agricultura familiar como um modelo deficiente, à falta de conhecimento dos atores externos sobre as condições locais e a trajetória de adaptação exitosa da agricultura familiar, e ao fato das ações serem curto-prazistas.

O projeto faz uma quarta afirmação: o potencial da agricultura familiar se vê ameaçado pela insistência das políticas públicas nacionais e globais de integrá-la ao mercado internacional e de adequá-la às exigências de uma economia neoliberal globalizada. Com certeza, exis-



te uma incompatibilidade fundamental entre o funcionamento da agricultura familiar orientada pelo equilíbrio entre trabalho e folga, e uma economia de mercado orientada pela maximização de lucros. Mas o modelo da globalização neoliberal está sendo desafiado pelos impactos de múltiplas crises: do mercado financeiro, da mudança climática, da alta dos preços alimentares, do fim da era do petróleo. O próprio sistema internacional está procurando novas formas de lidar com estes desafios, e o pouco avanço que podemos constatar nesse processo se deve à necessidade de reformular as diretrizes fundamentais para a coordenação entre interesses nacionais e globais e para a cooperação num mundo caracterizado por profundas disparidades econômicas e políticas e, ao mesmo tempo, por mudanças na distribuição dessas disparidades. A crise financeira e econômica debilitou à Europa e aos Estados Unidos, enquanto a China, a Índia, e o Brasil apresentam taxas de crescimento econômico robustas.

O que significa tudo isso no contexto dessa procura por um novo equilíbrio entre crescimento econômico, justiça social e sustentabilidade ecológica? Em primeiro lugar: é importante proteger e promover sistemas de

produção alternativos que se orientam por esse equilíbrio – e a agricultura familiar na Amazônia apresenta essa característica. Em segundo lugar, é imprescindível mudar as formas de intervenção externa para que elas otimizem a contribuição da agricultura familiar no processo de transformação da Amazônia numa paisagem cultural que combina objetivos socioeconômicos e ambientais. As transferências financeiras no marco do regime do clima (seja através do mercado de carbono ou de um fundo multilateral para reduzir as emissões de carbono oriundas do desmatamento e da degradação florestal) devem ser concebidas de tal maneira de fortalecer essa função primordial da agricultura familiar. Assim, seria possível conceber um futuro da Amazônia no qual homens e mulheres convivem com a floresta com bem-estar, e mudar a macrotendência atual que promove os conflitos entre uso industrial (gado, soja, dendê) e preservação ambiental, marginalizando ao mesmo tempo a agricultura familiar.

O livro merece ser lido e os seus resultados e recomendações merecem ser analisados e levados em conta pelos formuladores de políticas públicas nos países amazônicos e na esfera internacional.

Imme Scholz



IMME SCHOLZ

Vice-diretora
Deutsches Institut für Entwicklungspolitik /
Instituto Alemão de Desenvolvimento (DIE),
Alemanha

Índice

PAGINA	
22	1 Introdução
22	1.1 Sobre o Projeto ForLive
24	1.2.1 As cinco áreas do estudo
27	1.2.2 Os casos estudados
29	2 Sobre a atuação do(a) produtor(a) familiar
30	2.1 A diversidade de estratégias de meios de vida
35	2.1.1 A diversidade de técnicas de uso florestal
38	2.1.2 Sobre o potencial limitado da floresta para a renda familiar
44	2.2 A capacidade do(a) produtor(a) familiar de aproveitar opções
44	2.2.1 Mercados
47	2.2.2 Parcerias
50	2.2.3 Créditos e remessas
52	2.2.4 Grandes diferenças individuais
54	2.3 A desvalorização da produção familiar
55	3 O potencial do(a) produtor(a) familiar de criar uma paisagem socioambiental estável
56	3.1 A contribuição da produção familiar ao desmatamento
58	3.2 A paisagem criada pelo(a) produtor(a) familiar
60	3.3 O potencial das paisagens criadas por produtores familiares
60	3.3.1 O potencial ambiental
64	3.3.2 O potencial social
65	3.4 A consolidação da dinâmica de transformação
68	4 A marginalização do(a) produtor(a) familiar
69	4.1 A trajetória histórica do “desenvolvimento” na Amazônia
71	4.2 O reflexo de processos históricos na dinâmica de hoje
82	4.3 Implicações da marginalização: enfraquecimento cultural e degradação ambiental

89	5 O desafio de apoiar o(a) produtor(a) familiar
90	5.1 Esforços para o ordenamento territorial
94	5.2 Melhoramento do marco legal e institucional
94	5.2.1 A evolução do marco regulatório
97	5.2.2 Esforços de simplificação
99	5.2.3 Governança local / Devolução
102	5.3 A busca por situações de ganho-ganho
104	5.4 Modernização da produção familiar e a sua conexão com os mercados
106	5.5 A estratégia de projetos pilotos das ONGs
110	6 As experiências com as iniciativas de desenvolvimento local
111	6.1 Benefícios dos esforços externos em apoiar o(a) produtor(a) familiar
115	6.2 As dificuldades
115	6.2.1 Dentro dos projetos pilotos
116	6.2.1.1 Criação de dependências
120	6.2.1.2 O impacto no sistema social
124	6.2.2 Fora dos projetos
129	6.3 Acelerando a marginalização
131	7 As barreiras para um desenvolvimento local justo
132	7.1 As barreiras no âmbito externo
132	7.1.1 Falta de atitude de respeito
133	7.1.2 Falta de conhecimento sobre a realidade do(a) produtor(a) familiar
135	7.1.3 O aproveitamento das estruturas institucionais injustas no processo de globalização
138	7.1.4 Incoerência das políticas para a região
140	7.1.5 Fraca atuação do Estado
142	7.1.6 Altos custos de produção e preços baixos
143	7.2 A fragilidade do(a) produtor(a) familiar
148	8 Desenvolvimento rural com base na cultura local: propostas de ação
160	9 Considerações finais
162	10 Referências

Figuras

- 23 **Figura 1** As áreas de estudo do projeto ForLive
- 33 **Figura 2** Proporção do tempo gasto na atividade principal em relação ao número total das atividades no portfólio da família
- 37 **Figura 3** Exemplos de práticas locais de aproveitamento florestal: (A) mogno acima de cacau, (B) Promoção de regeneração no Equador e Brasil, (C) Quintais e (D) Ampliação de florestas naturais
- 41 **Figura 4** Receita líquida por produto final das iniciativas de Manejo Florestal Comunitário na Amazônia Brasileira
- 53 **Figura 5** Processo idealizado da difusão de inovação e os tipos de membros do sistema social
- 58 **Figura 6** Exemplo da diversidade da paisagem criada pelo produtor familiar (Medicilândia, Pará)
- 62 **Figura 7** A região de Pucallpa (Peru) mostra uma clara divisão entre áreas de dominância indígena e áreas com forte incidência de colonos pecuaristas.
- 63 **Figura 8** Comparação da distribuição diamétrica das quatro espécies mais aproveitadas na região de Macas (Equador) entre florestas aproveitadas por produtores familiares e florestas primárias
- 66 **Figura 9** Imagens de satélite de uma parte do município de Medicilândia na Transamazônica do ano 1991 e 2007.
- 74 **Figura 10** Proporção das áreas ocupadas no ano de 2007 por atores de diferentes tamanhos de propriedade nos municípios de Brasil Novo, Anapú e Pacajá ao longo da Transamazônica.
- 84 **Figura 11** Avaliação do nível da compatibilidade de sistemas de uso da terra com sistemas tradicionais de produção por produtores em Equador, Peru e Bolívia
- 95 **Figura 12** Esquema da evolução do marco regulatório florestal nos países da Amazônia e o efeito da sociedade na maneira como usar as florestas
- 109 **Figura 13** Investimentos de organizações de apoio em oito Projetos Pilotos de Manejo Florestal Comunitário na Amazônia Brasileira
- 117 **Figura 14** Proporção de adoção de plantios florestais difundidos nos programas de desenvolvimento pelos produtores familiares ao longo das diferentes fases de produção.
- 142 **Figura 15** As difíceis condições de transporte na Amazônia

Tabelas

27	Tabela 1	Características principais das 17 experiências profundamente analisadas no âmbito do Projeto ForLive
32	Tabela 2	Portfólio de atividades e produtos relacionados identificados nos estudos de caso do ForLive
35	Tabela 3	As oito principais estratégias de meios de vida empregados por produtores familiares na Amazônia
36	Tabela 4	Exemplos de práticas locais de aproveitamento florestal
40	Tabela 5	Produtividades no diferentes tipos de manejo
45	Tabela 6	Custos e benefícios para dois produtores sucedidos em duas iniciativas de promoção da produção florestal (\$US/ha)
57	Tabela 7	Contribuição ao desmatamento por tipo de ator na Transamazônica
61	Tabela 8	Indicadores qualitativos de paisagem de municípios com predomínio de produtores familiares versus os dominado por fazendeiros
64	Tabela 9	Indicadores municipais de desempenho socioeconômico
75	Tabela 10	Tendência de crescimento da área individual por atores com diferentes tamanhos de propriedade na região da Transamazônica
127	Tabela 11	Problemas quanto ao marco legal-institucional para o manejo florestal por produtores familiares na Amazônia

Boxes

30	Box 1	O conceito de “meios de vida”
43	Box 2	Dificuldades dos produtores familiares a acessar mercados de carbono
86	Box 3	Reflexões de um produtor familiar da etnia shuar (Equador) sobre mudança
96	Box 4	Esforços de descentralização para facilitar o uso legal das florestas por produtores familiares no Equador
100	Box 5	Os acordos de pesca no rio Xingu
112	Box 6	Os avanços de desenvolvimento
114	Box 7	Êxito de uma iniciativa de difusão dos sistemas agro-florestais no Norte da Bolívia
158	Box 8	A diferença conceitual entre a abordagem de coerção e de valorização local no âmbito das discussões sobre pagamentos para serviços ambientais

1 Introdução

1.1 Sobre o Projeto ForLive

Durante as últimas décadas foram feitos grandes esforços para a promoção do desenvolvimento rural sustentável na Amazônia buscando a melhoria das condições de vida das populações rurais e a conservação da paisagem florestal.

Uma grande diversidade de organizações públicas e privadas implementou iniciativas para desenvolver a região em benefício do(a) produtor(a) familiar². Levando em consideração a importância das florestas na região, uma grande parte destas iniciativas de apoio se baseou na ideia de aproveitar o potencial econômico desses recursos através, por exemplo, do manejo florestal comunitário, do plantio de espécies florestais e do fomento de sistemas agroflorestais, bem como do estabelecimento de mecanismos de pagamento por serviços ambientais.

Porém, apesar de várias reformas políticas e inúmeros projetos de desenvolvimento local melhorarem a situação de muitas famílias na região, na prática, os esforços para um desenvolvimento rural justo e sustentável estão longe de alcançar as suas metas. Em muitas situações os conceitos são definidos externamente e não correspondem aos interesses e capacidades dos produtores familiares. Assim, embora existam iniciativas relevantes, a abordagem e o arranjo institucional vigente

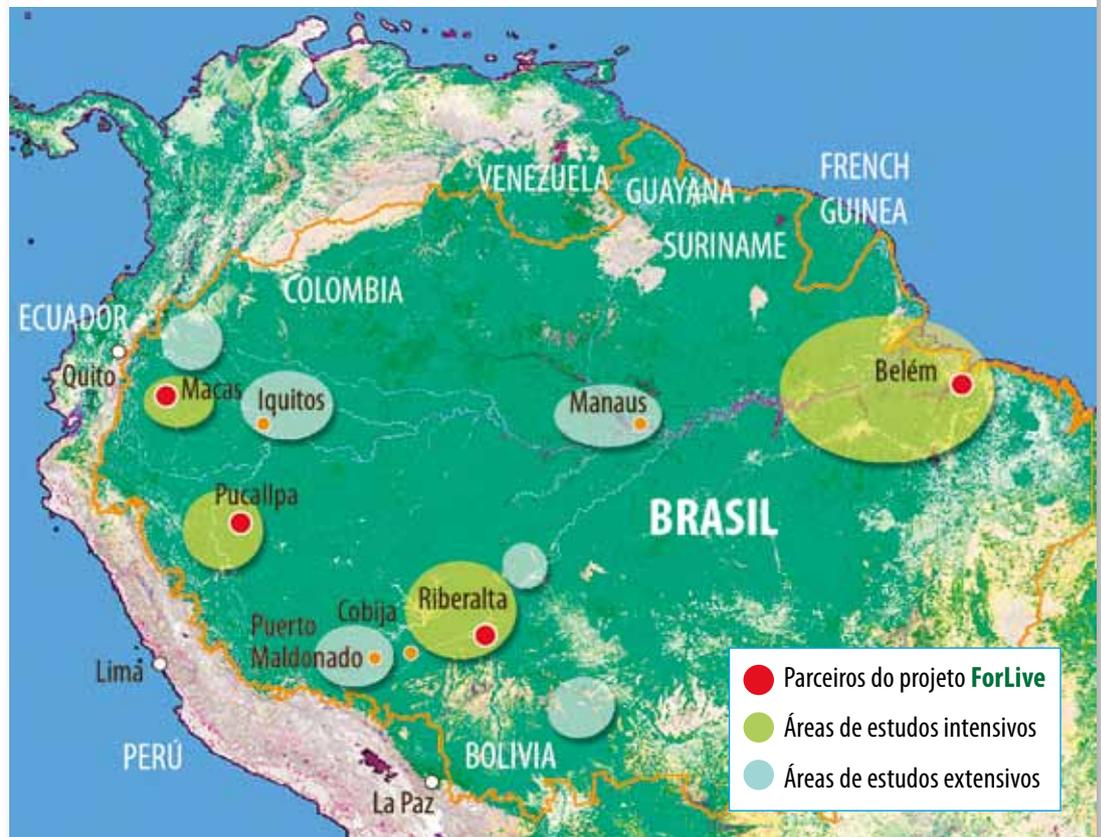
oferecem possibilidades bem limitadas para um desenvolvimento local efetivo.

Nesse contexto, o Projeto **ForLive**, financiado pela União Européia, visou contribuir para incorporar as necessidades, pontos de vista e capacidades dos produtores familiares no que diz respeito ao desenvolvimento de estratégias de uso racional dos seus recursos naturais para o desenvolvimento local. Para este propósito o projeto identificou e analisou iniciativas de uso florestal na Amazônia boliviana, equatoriana, brasileira e peruana, onde agricultores familiares, comunidades tradicionais e grupos indígenas conseguiram estabelecer formas de uso de recursos florestais promissoras.

Através da aplicação de abordagens tradicionais de pesquisa e da pesquisa-ação, o projeto analisou aspectos sociais, ambientais, institucionais e financeiros dessas experiências, no intuito de verificar e avaliar sua viabilidade local e a possível contribuição para os meios de vida dos produtores familiares como também ao equilíbrio ambiental da região. Outro objetivo foi identificar opções para apoiar produtores familiares no desafio

² O termo produtor(a) familiar utilizado neste livro refere-se a uma categoria muito ampla de atores, incluindo grupos indígenas, quilombolas, colonos, camponeses, comunidades tradicionais como ribeirinhos e outros grupos sociais. As características genéricas de todos estes grupos, apesar da sua grande diversidade cultural, é a prevalência do aproveitamento e cultivo de recursos naturais, inclusive florestas, como base dos seus meios de vida, e a importância da mão de obra familiar nas suas atividades econômicas.

Figura 1
As áreas de estudo do projeto ForLive



de assegurar e aproveitar efetivamente seus recursos em um contexto regional altamente dinâmico. Nesse sentido, o projeto buscou contribuir para resolver uma das questões prioritárias da região: como combinar a conservação de florestas com o desenvolvimento rural.

No período de quatro anos, entre 2005 e 2008, o projeto foi implementado em três fases: na primeira fase, produtores, técnicos e cientistas foram entrevistados para identificar experiências promissoras nas cinco regiões do estudo (ver ► *Figura 1*): no Norte da Amazônia Boliviana, Beni e Pando; nos

estados do Acre e Pará, no Brasil; Morona Santiago e Patata, no Equador, e a região de Ucayali, no Peru. As experiências promissoras foram definidas como modelo potencial para melhorar a situação de vida do maior número possível de produtores familiares na região.

Foram identificadas e descritas cerca de 150 iniciativas, das quais 17 foram selecionadas para uma análise mais aprofundada na segunda fase do projeto. Tais análises foram realizadas por redes de reflexão estabelecidas por pesquisadores do projeto, famílias que gerenciavam as iniciativas selecionadas

Foram estudadas cerca de 150 experiências em quatro países.

e eventuais organizações governamentais ou não governamentais vinculadas a estas iniciativas. Adicionalmente o Projeto **ForLive** realizou pesquisas específicas considerando outras experiências e contextos, como os estudos sobre a viabilidade de plantações para o(a) pequeno(a) produtor(a), a viabilidade financeira do manejo florestal comunitário, e

uma análise comparativa do marco legal institucional. No total, foram realizados mais de 100 estudos por pesquisadores, estudantes de doutorado, mestrado, graduação e especialização; assistentes, técnicos e também pelos próprios produtores. Finalmente, na terceira fase, os resultados foram sintetizados e apresentados para discussão e avaliação. ■

1.2 As experiências estudadas

As lições apresentadas neste livro se baseiam nas observações sobre as cinco áreas de estudo, nas várias experiências visitadas, e nos 17 estudos de caso profundamente estudados em colaboração com os produtores e organizações de apoio.

Adicionalmente foram consideradas outras experiências para explorar algumas questões específicas de pesquisa, como dezenas de iniciativas de plantio florestal ou projetos de manejo florestal comunitário no Brasil fomentados pelo subprograma ProManejo do Programa Piloto para a

Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). A seguir são apresentadas algumas características desta ampla amostragem para que se possa compreender o contexto das áreas de estudo, ou seja, daquilo que se constituiu como base das conclusões do Projeto **ForLive**. ■

Em toda a Amazônia se encontram projetos de manejo florestal comunitário.



1.2.1 As cinco áreas do estudo

As cinco áreas do estudo representam tipos de fronteira agrícola onde a grande maioria dos produtores interagiu – com intensidades bastante diferentes – com outros atores, como empresas, migrantes, políticos, comerciantes, organizações de apoio, escolas, agentes de saúde etc. Neste texto, o conjunto desses atores é denominado pelo termo “atores externos”. O projeto não colaborou com famílias em áreas completamente isoladas, onde a influência dos atores externos esteve quase inexistente. Mesmo assim, a maior parte das experiências encontrou-se em um contexto plenamente rural.

► Bolívia



Na Bolívia, a região estudada localiza-se perto da cidade de Riberalta, ao norte do departamento de Beni e Pando.

Há uma década, com o início da construção do chamado Corredor Norte, esta região começou a se conectar de forma mais intensa com o restante do país. Recentemente, macro-projetos de construção de estradas prometem articular a região com o Brasil e o Peru. Entretanto, a realização desses planos é lenta e, como consequência, o acesso durante a época das chuvas ainda é difícil. Assim, para a grande parte das comunidades, os rios continuam sendo as principais vias de transporte.

Uma grande parcela da região ainda é coberta por vastas áreas de floresta primária. A *castanha-do-Pará* continua como o produto mais valorizado em termos econômicos, sendo inclusive a principal fonte de renda para muitas famílias e comunidades locais. A pecuária vem, no entanto, ganhando importância na economia local, assim como a exploração de madeira e a produção agrícola.

As famílias da região geralmente cultivam suas roças com técnicas de corte e queima e extraem alguns produtos da floresta para sua comercialização em mercados locais, ainda que em alguns casos, como o da castanha, os produtos são exportados. Atualmente, a dinâmica do uso da terra é fortemente influenciada por pecuaristas, por produtores barraqueiros³ e empresas madeireiras.



Há muito tempo se aproveita o potencial econômico da castanha (*Bertholletia excelsa*).

► Brasil



No Brasil, as diversas experiências selecionadas situam-se a grande distância umas das outras.

Assim, apesar de todas as áreas de estudo apresentam contextos típicos de fronteira, cada entorno mostrou uma dinâmica bastante específica.

Algumas das áreas estudadas encontraram-se dentro ou perto de reservas extrativistas, caracterizadas por restrições legais de uso da terra. Nesses casos, o governo detém a propriedade da terra, mas as famílias que moram nas reservas têm o direito de usar as florestas de acordo com planos de manejo autorizados. Em Porto de Moz, no Pará, bem como na área do estudo no Amapá, a maior parte das florestas foi de propriedade coletiva, com áreas individuais menores para cada família. Nesses casos, além da extração de produtos florestais (sobretudo a madeira), as famílias sustentam-se principalmente da agricultura de corte e queima.

No Acre, as áreas dos produtores, incluindo as florestas, foram usadas de forma individual para a produção de castanha e borracha. Também a pecuária demonstrou ter um papel importante para a rentabilidade dos

³ O termo barraqueiro descreve descendentes das famílias que trabalharam sob um sistema de semiescravidão nos latifúndios dos “barões” da borracha e, a partir dos anos 1920, também para a produção de castanha. Muitos deles permaneceram nas áreas mesmo depois do rompimento formal desse relacionamento e continuaram com a extração de borracha e castanha (Assies 1997).

produtores. Nessa área, assim como nas áreas do estudo no Pará, existiu ainda uma grande porção de floresta primária.

Somente na área de estudo de Medicilândia, localizada ao longo da Transamazônica, no Pará, e originada de projetos de colonização, uma maior proporção das florestas primárias foi alterada. Lá, os colonos produzem em lotes individuais cultivos anuais e perenes, tendo o cacau como principal produto comercial, enquanto nas demais áreas de estudo no Brasil os grandes pecuaristas e a indústria madeireira têm grande influência. Além disso, em Medicilândia foram percebidos os primeiros efeitos da atuação do agrogonócio para a produção de soja e cana de açúcar.

► Equador



No Equador, todas as experiências estudadas situam-se dentro das províncias de Morona Santiago e Pastaza, no Centro-Sul da Amazônia equatoriana.

Diferente das outras áreas estudadas, pela altitude de 1.000 metros, não existe estação seca e, conseqüentemente, os produtores não usam fogo em seus cultivos agrícolas. Embora as condições de infraestrutura sejam melhores que em outras áreas de estudo, várias comunidades remotas também não têm acesso a estradas ou a eletricidade.

A migração internacional é bastante intensa e constitui um importante fator da dinâmica local. Muitas pessoas deixaram a região e seguiram para o exterior, principalmente para os Estados Unidos e Espanha, a

fim de ganhar dinheiro e apoiar a família. Isto resultou em uma fonte de renda adicional significativa para muitas famílias, mas também em uma grande falta de mão de obra e produtividades agrícolas limitadas.

Como consequência dos grandes investimentos na construção de estradas, especialmente no norte e no centro da região, a Amazônia equatoriana voltou a ser atraente para as indústrias madeireira, mineira e para a produção de dendê (*Elaeis guineensis*) em grandes plantações.



► Peru

No Peru, a região estudada situa-se nas proximidades da cidade de Pucallpa, na Província de Ucayali.

Área inclui dois cenários principais: colonos morando ao longo de estradas construídas durante as últimas décadas; e comunidades indígenas assentadas ao longo do rio Ucayali. Enquanto os colonos se sustentam principalmente da comercialização de produtos agrícolas, incluindo pecuária, as comunidades indígenas praticam agricultura de corte e queima para a subsistência, pesca e extrativismo dos produtos florestais. Devido à sua localização perto das vias, os colonos desfrutam de um acesso considerável aos serviços públicos, enquanto que a maior parte das comunidades indígenas ainda vive relativamente isolada. Apesar destes cenários, a exploração madeireira, os crescentes plantios de dendê, a pecuária e a produção agrícola (ex. mamão) dominam a dinâmica de uso da terra. Nas regiões mais isoladas, também o cultivo da coca continua a ter um papel importante. ■

1.2.2 Os casos estudados

As iniciativas estudadas mostraram uma grande heterogeneidade de socioambiental. Foram observados diversos tipos de ocupação e uso do solo (em áreas protegidas, em fronteiras recentes, e em fronteiras antigas), diferentes tipos de produtores (grupos indígenas, famílias tradicionais, colonos), indivíduos ou grupos sociais que têm pouca ou que têm muita floresta, e três principais tipos de

experiências de desenvolvimento (aquelas com grande apoio externo, aquelas com apoio externo eventual e aquelas sem apoio externo significativo).

Dos quase 150 casos promissores identificados, a maior parte (44%) se encontrava no Brasil, uma quinta parte (22%) na Bolí-

Tabela 1

Principais características das 17 experiências profundamente analisadas no âmbito do Projeto ForLive

Local	Tipo de produtor	Situação geral	Atividade principal
▼ Bolívia			
12 de Octubre	Campeiros ⁴ agroextractivistas tradicionais	Área comunitária de 3,600 hectares (com demanda para 16,378 ha) com lotes individuais e floresta primária comunitária	Extração de castanha e madeira, agricultura de corte e queima, sistemas agroflorestais com cupuaçu, criação de animais
Buen Destino	Indígenas	Floresta primária com título comum (7.000 ha) em terra comunitária de origem Cavineña (468.117 ha).	Extração de castanha, agricultura de corte e queima, pecuária em pequena escala
Buen Futuro	Camponeses tradicionais e uma família migrante	Lotes individuais (200 ha) em área comum com um mosaico de florestas primárias, secundárias, roças e pastagens	Agricultura de corte e queima (produção de arroz, mandioca e milho), sistemas agroflorestais, criação de animais, extração de castanha
Palmira	Camponeses tradicionais	Lotes individuais (50ha) com poucos remanescentes de floresta primária	Agricultura de corte e queima, sistemas agroflorestais com cupuaçu e frutíferas, criação de animais, extração de castanha
▼ Brasil			
RESEX Cajari	Produtores familiares tradicionais	Reserva extrativista com quase 500.000 hectares de floresta primária com áreas dedicadas a direitos de uso individual	Extração de castanha e palmito, agricultura de corte e queima e produção de frutíferas em quintais
Majarí	Comunidades ribeirinhas tradicionais	Florestas primárias exploradas de propriedade comum (9.100 ha), com lotes individuais de 50 – 100 hectares sem títulos formais	Agricultura de corte e queima, pesca e exploração florestal informal
Medicilândia	Colonização dirigida	Lotes de propriedade individual de 50 – 100 hectares com floresta bastante fragmentada	Sistemas agroflorestais com cacau, pecuária, e agricultura de roça e queima
PAE Equador	Comunidades tradicionais de ex-seringueiros	Área de 7.000 hectares de propriedade privada com lotes individuais de 500 ha principalmente com floresta primária e pastagem	Colheita de castanha e seringa (1.000 hectares com plano de manejo), pecuária, agricultura de corte e queima
▼ Equador			
El Eden, Pajanac	Principalmente indígenas com alguns “colonos” assentados	Território indígena de propriedade comum dividido em lotes individuais	Exploração de madeira, plantações de balsa, caça, macaxeira, batata doce, milho e amendoim

Tabela 1**Principais características das 17 experiências profundamente analisadas no âmbito do Projeto ForLive**

Local	Tipo de produtor	Situação geral	Atividade principal
▼ Equador			
ACAPP	Colonos	Floresta secundária em propriedade individual (10 hectares floresta primária e 38 hectares floresta secundária)	Exploração de pigüe em florestas secundárias, piscicultura e cultura de naranjillo (<i>Solanum quitoense</i>)
Chinimbimi	Colonos	Lotes individuais de 30 – 100 hectares com floresta secundária degradada	Cultura de palmeiras nativas
Wachmas	Indígenas	Florestas em terras comunais com direitos individuais (45 ha)	Agricultura de subsistência e exploração de madeira
La Quinta Cooperativa	Colonos	Lotes individuais com floresta primária fragmentada e principalmente floresta secundária	Agricultura comercial, exploração florestal, pecuária em pequena escala, produção de mandioca, milho e naranjillo
▼ Peru			
Calleria	Indígenas	Floresta primária com título comum de 3.650 ha	Agricultura de subsistência, pesca e exploração certificada de madeira
Campo Verde	Assentado urbano	Lote individual (100 ha) com pastagens plantadas e floresta degradada	Apicultura, piscicultura, criação de tartarugas, extrativismo de buriti, pecuária
Pueblo Libre	Colonos	Lote individual com floresta primária (37 ha) e partes de floresta secundária	Exploração florestal, produção de mel, plantações de dendê e pecuária
7 de Junio	Colonos	Lote individual com plantações de camu-camu (<i>Myrciaria dubia</i>)	Produção e processamento de camu-camu com outras frutíferas

⁴ Na Bolívia, o termo “campesino” é usado genericamente para produtores de origem indígena que já perderam sua identidade cultural. Por este motivo, a maioria deles não reconhece sua origem. Outro termo bastante utilizado é “mestizo”.

via, um outro quinto (22%) no Peru e 12% no Equador. Mais da metade das iniciativas (57%) estava localizada dentro de áreas contínuas de florestas e o restante, em paisagens caracterizadas por florestas mais ou menos fragmentadas e até quase completamente transformadas.

Houve uma ênfase nas experiências com colonos (52%), mas também foram estudadas iniciativas de grupos indígenas (exceto no Brasil, por motivos institucionais) e comunidades tradicionais, incluindo ribeirinhos e extrativistas. A metade das iniciativas

observadas aproveitava suas florestas com base em direitos coletivos, enquanto a outra metade tinha direitos individuais sobre os recursos. Somente 19% das comunidades estudadas não se apresentavam formalmente organizadas. A grande maioria das famílias se organizava em associações, cooperativas ou sindicatos.

As 17 iniciativas selecionadas para uma análise profunda também refletiram esta grande diversidade de contextos e de produtores na Amazônia. A Tabela 1 apresenta alguns detalhes destes estudos de caso. ■



O cultivo de mandioca pela agricultura corte-e-queima é tradicionalmente um dos componentes mais importantes na agricultura familiar.

2 Sobre a atuação do(a) produtor(a) familiar

Este capítulo apresenta a grande variedade de técnicas e estratégias de uso dos recursos naturais, sobretudo florestas, aplicadas pelos produtores familiares na Amazônia.

O Projeto **ForLive** confirmou que geralmente em contextos rurais, florestas e produtos florestais – em particular produtos florestais não madeireiros (PFNM) – têm importância para muitas famílias, tanto para a subsistência como para a comercialização local (Peralta *et al.* no prelo). No entanto, a maioria dos produtores na região, com exceção de alguns grupos indígenas e comunidades extrativistas, dedicam-se principalmente à agricultura e à criação de animais e se definem mais como agricultores, ainda que quase todas as famílias na região trabalhem com árvores dentro e fora da floresta. Ain-

da assim, a análise financeira mostrou que o potencial comercial dos produtos florestais, em particular da madeira, é limitado.

Este capítulo demonstra também evidências que confirmam a alta capacidade do(a) produtor(a) de aproveitar oportunidades e opções disponíveis para o desenvolvimento local, e revela que as organizações externas raramente consideram como promissores os diversos sistemas de uso dos recursos naturais desenvolvidos pelos próprios produtores, apesar de seu potencial. ■

Produtos florestais têm importância para muitas famílias, tanto para a subsistência, como para a comercialização local.

Mais de 20 atividades principais foram identificadas nos portfólios dos produtores familiares.

2.1 A diversidade de estratégias de meios de vida

O estudo revelou uma grande diversidade de estratégias de meios de vida adotadas pelas famílias rurais na Amazônia.

Cada família segue uma estratégia específica, caracterizada por uma combinação complexa de diferentes atividades de produção e de geração de receitas. O Projeto **ForLive** identificou uma grande diversidade de atividades realizadas pelos diversos mem-

bros da família. Além da produção agrícola e florestal gerar a base de vida para a grande maioria das famílias, observou-se que várias delas trabalharam no processamento e beneficiamento de recursos de seus lotes como também, apesar de menos frequente, traba-

BOX 1. O conceito de “meios de vida”

O conceito de “meios de vida”, busca, em sua essência, colocar as pessoas no centro do desenvolvimento. Sua origem tem como base os estudos de Robert Chambers, que, em meados da década de 1980, buscou possibilidades de aumentar a eficiência das estratégias de desenvolvimento por meio da inclusão efetiva das famílias locais como grupo alvo das iniciativas. Chambers tentou superar o entendimento linear de pobreza como “falta de ingresso” por meio de um entendimento multidimensional da existência de pobreza (CHAMBERS 1987), considerando, para isso, aspectos como os níveis de saúde, educação e alfabetização, o sentido de insegurança ou vulnerabilidade, a capacidade de articulação e de defender seus interesses e o direito de acesso aos recursos (FARRINGTON *et al.* 1999).

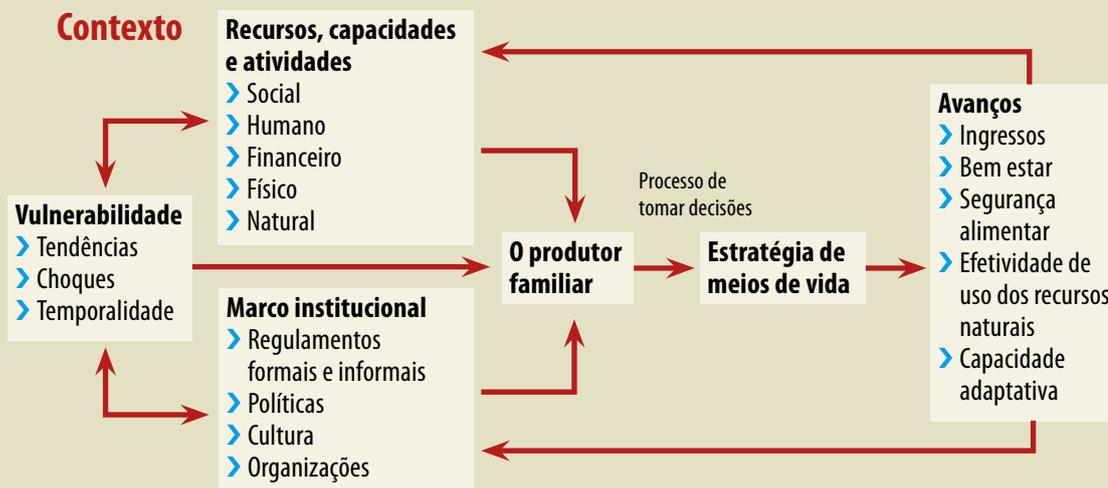
De acordo com Chambers e Conway (1992), os meios de vida consistem nas capacidades, atividades e recursos (capital humano, social, natural, físico e financeiro) necessários para o sustento. Um meio de vida é sustentável quando pode enfrentar e recuperar-se de um estresse ou impacto, mantendo ou expandindo sua capacidade e seus bens, tanto no presente, quanto no futuro, sem prejuízo para os recursos naturais que lhe servem de base.

Como o conceito de meio de vida é essencialmente preocupado com as pessoas, um entendimento realista de suas capacidades e recursos serve para fundamentar a análise das possibilidades de se aproveitar estes capitais em benefícios dos grupos familiares locais (BEBBINGTON 1999). Neste sentido, na tentativa de operacionalizar tal conceito para seu uso prático, desenvolveu-se o marco analítico de “meios de vida sustentáveis” (SUSTAINABLE LIVELIHOOD FRAMEWORK) (SCOONES 1998, DFID 1999), oferecendo prin-

lharam fora de seus lotes (► *Tabela 2*) (Vos *et al.* NO PRELO).

Foram identificadas 22 atividades principais nos portfólios dos produtores familiares na Amazônia, sem que se diferenciasssem explicitamente atividades relacionadas com produtos específicos, como a grande variedade de PFM. Também não foram consideradas atividades de menor importância, realizadas somente uma ou poucas vezes ao ano, como a extração de produtos medicinais. Essas 22 atividades principais podem ser classificadas em quatro categorias: a agri-

cultura, incluindo principalmente a agricultura moderna; os sistemas agroflorestais, incluindo o cultivo corte e queima, sistemas agrosilvipastoris e plantios; o extrativismo florestal; e o uso dos rios, principalmente para a pesca. Para todas estas atividades foram encontrados exemplos de uso comercial e de subsistência, muitas vezes executados paralelamente. Adicionalmente, os produtores combinaram estas atividades de produção com atividades de processamento (mais frequentemente de produtos florestais) como também com atividades *fora do lote*, incluindo diárias pagas por outros produtores fami-



principalmente um *checklist* dos aspectos mais importantes que influenciam os meios de vida. Desta maneira, o marco analítico ajuda a estruturar as relações e a dinâmica dos vários fatores que afetam as oportunidades para as famílias em situação de pobreza.

Este foi o marco analítico adotado como base de análise dos meios de vida dos produtores familiares estudados pelo Projeto **ForLive**, conforme apresentado na figura abaixo, cujo principal interesse é o entendimento das interpretações, visões e possibilidades de decisões do(a) produtor(a) familiar.

Tabela 2
Portfólio de atividades e produtos identificados nos estudos de caso do Projeto ForLive

Atividades	Produtos
▼ Agricultura	
Baixo investimento	Milho, arroz, feijão, verduras, carne
Alto investimento	Soja, arroz
Criação de animais	Carne, ovos
Pecuária	Carne, leite
▼ Agro-florestal	
Corte e queima	Cultivos alimentares (mandioca, arroz, milho)
Quintais	Frutíferas, criação, verduras
Agro-silvicultura	Cultivo de plantas perenes para fins comerciais (cacau, café etc.)
Apicultura	Mel, cera
Silvo-pastoril	Carne, leite, fibra, madeira, castanha
Plantios de árvores	PFNM, dendê, madeira, lenha
▼ Extrativismo	
Corte de madeira	Lenha, madeira
Colheita	Lenha, mel, plantas medicinais, castanha, fibras, frutas etc.
Caça	Caça
▼ Uso de produtos da água	
Pesca	Peixe
Aquicultura	Peixe, caranguejo, camarões, etc.
▼ Processamento	
Artesanato	Roupa, utensílios domésticos, pinturas, arte, etc.
Beneficiamento	Alimentação, construções, móveis
▼ Trabalho para terceiros	
Trabalho não qualificado para vizinhos	Diárias
Trabalho não qualificado para patrões	Diárias
Emprego em empresas madeireiras	Salário
Emprego em outros setores (administração, ajudantes, guardas, serviço)	Salário
Pensões, remessas financeiras de familiares migrantes	Pagamentos

liares ou fazendeiros como também emprego temporário em empresas madeireiras, indústrias de processamento de PFNM ou agroindústria. Em geral, a produção de alimentos foi a atividade mais importante para as famílias, devido à grande proporção de mão de obra investida.

Em todos os casos, o portfólio dos produtores se compôs de uma grande diversidade de atividades. Das 22 atividades principais, as famílias realizaram entre seis e 13 atividades. Em quase todos os casos, os produtores cultivaram alimentos (90%) e/ou espécies para forragem (75%). Quase metade das famílias possuía gado ou criava pequenos animais. O uso de produtos florestais também foi importante. Mais de 80% das famílias coletaram lenha, extraíram PFNM para comercialização ou caçaram. Atividades de extração de madeira foram identificadas no caso de 42% das famílias.

A grande diversidade das atividades empregadas pelas famílias mostrou claramente que as tentativas de classificá-las com base em somente um critério – por exemplo, em relação às suas estratégias de intensificação, extensificação ou migração (SCOONES 1998, SWIFT 1998) ou ao grau de sua dependência dos recursos naturais (ELLIS 2000) – simplificam demais o seu entendimento e correm o risco de gerar estereótipos incapazes de expressar adequadamente a realidade dos produtores. Por exemplo, um(a) produtor(a) que cultivava fibra para vender a uma manufatura de vassouras, produz alimentos na sua roça em sistemas de corte e queima, e ainda cria três cabeças de gado, pode ser considerado(a) como extrativista, agricultor(a) ou pecuarista, ou como um(a) produtor(a) comercial ou de subsistência. Na tentativa de capturar esta



A população aproveita tradicionalmente a variedade de frutas para subsistência e comercialização em mercados locais.

complexidade dos casos estudados pelo Projeto **ForLive**, foi desenvolvida uma sequência de quatro critérios de classificação, que podem ser combinados para captar as várias situações existentes na região (LLANQUE *et al.* NO PRELO): (1) a finalidade, (2) o grau da especialização, (3) a disposição para adotar inovações e (4) o período de adaptação ao ecossistema.

De modo geral, foi possível distinguir duas grandes *finalidades* da produção familiar: a produção para a comercialização em mercados e a produção para a subsistência. Naturalmente, entre estes dois extremos, existiu uma vasta gama de estratégias intermediárias. Na realidade, as crescentes oportunidades de comercialização e o interesse dos produtores em participar dos novos mercados surgidos com o avanço da fronteira provocaram um processo de substituição gradual das estratégias de subsistência por estratégias de comercialização (*ver também o ► capítulo 5*). Mesmo assim, observou-se que, em geral, as famílias de outras regiões que chegaram mais recentemente à Amazônia adotam as estratégias de comercialização e acumulação, enquanto que as famílias tradicionais, com mais tempo na região, utilizam prioritariamente estratégias de subsistência e sobrevivência.

Muitos colonos nas áreas do estudo mostraram ao longo do tempo um alto grau de adaptação ao fortalecer o componente de

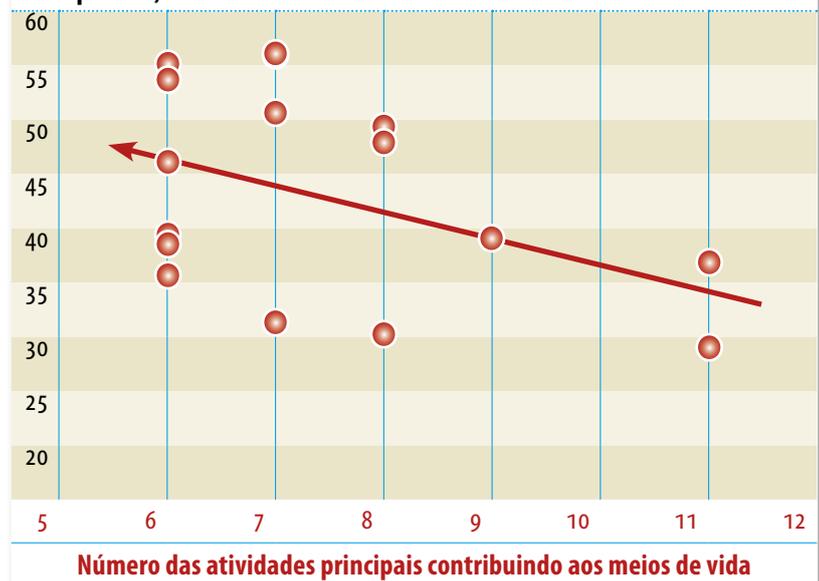
subsistência no seu conjunto de atividades produtivas, incluindo o aproveitamento de vários produtos florestais. Isso é uma indicação da alta capacidade dos produtores de adaptar-se aos diferentes contextos socioambientais (VOS *et al.* NO PRELO). Porém, em vista da grande diversidade de situações e atores e dos complexos processos institucionais, é importante ressaltar que estas observações somente expressam tendências gerais.

Como mencionado anteriormente, em geral, o conjunto das atividades empregadas é altamente diversificado. Mesmo assim, os produtores mostraram diferentes *graus de especialização* em seus portfólios, com a tendência de concentrar seus esforços em certas atividades e/ou em produzir certos produtos para mercados específicos, como, por exemplo, mamão, plantas medicinais, castanha, tu-

Figura 2

Proporção do tempo gasto na atividade principal em relação ao número total de atividades no portfólio da família

▼ Proporção do tempo gasto na atividade principal (% de mão de obra disponível)





Gado se tornou um componente importante de meios de vida para muitos produtores familiares.

rismo, artesanato, madeira etc. (ver ► *Figura 2*) Nos casos estudados pelo Projeto **ForLive**, a especialização (não somente da proporção de mão de obra alocada, mas também em relação às receitas geradas) foi claramente relacionada com estratégias de comercialização objetivando a acumulação de recursos para reinvestimento. Neste sentido, a especialização pode ser entendida como resposta às oportunidades de mercado.

Outra tendência evidente em várias regiões foi a crescente importância das receitas geradas fora do próprio lote por emprego, pagamentos públicos ou apoio de parentes que trabalham em cidades ou ainda em outros países. Mesmo assim, os produtores com foco em um produto comercial ou recebendo remessas de fora geralmente continuam com a produção de alimentos familiares e a extração de produtos florestais, não somente para reduzir custos, como também para diminuir o risco do mercado (FERREYROS & MEDINA NO PRELO). Assim, o sustento de uma família na Amazônia quase sempre se baseia em vários componentes de produção, incluindo agricultura, pecuária, pesca e extrativismo de florestas.

Considerando certa tendência de melhor acesso a mercados e a processos de inovação tecnológico-organizacional, observaram-se

também diferentes graus de *disposição para adotar inovações* que podem servir como critério para distinguir três tipos de produtores familiares:

- A. os que tentam responder às necessidades do mercado pela substituição drástica de seus sistemas de produção com novas tecnologias e estruturas empresariais;
- B. aqueles geralmente abertos às inovações para melhorar o próprio sistema a fim de aumentar sua utilidade para satisfazer suas demandas; e
- C. os que não querem mudar seu estilo de produção e de vida. Deste último grupo, distinguem-se dois subgrupos: o primeiro, que conscientemente resiste a grandes mudanças em sua vida e, o segundo, que não dispõe das capacidades e habilidades necessárias para grandes mudanças.

Por fim, observou-se que o *grau da adaptação cultural* nas condições ambientais é um aspecto de classificação da produção familiar. Há famílias que buscam e conseguem desenvolver sistemas de uso da terra em plena compatibilidade com as características ambientais, mas também há famílias que ainda buscam adequar os recursos naturais a certas maneiras pré-estabelecidas de produção. Os estudos mostram claramente que o grau de adaptação socioambiental está fortemente relacionado com a duração de estadia na Amazônia. Assim, o primeiro tipo se encontra muitas vezes entre os descendentes das populações já existentes na região desde tempos pré-colombianos e em assentamentos estabelecidos ao longo dos processos de colonização pelos espanhóis, portugueses e outros “conquistadores”. Também em assentamentos estabelecidos nas últimas dé-

casas, no processo de ocupação sistemática da região, é possível encontrar sistemas de produção adaptados às condições locais. Porém, a maior parte dos colonos nessas áreas mais recentes, como consequência de exigências legais e políticas de fomento público (fortemente direcionado à pecuária), tem a tendência de primeiramente implementar práticas de produção de outras regiões e adequar o ecossistema para seu funcionamento. Ainda assim, este grupo também apresentou uma alta capacidade de adequar, passo por passo, os seus sistemas de produção às condições socioambientais (VOS *et al.* NO PRELO)

Voltou obvio, que existem fortes inter-relações entre os diversos critérios de classificação que consideram a adaptabilidade cultural, a disposição em inovar e o grau de especialização da produção familiar na região. Ainda assim, usando os critérios apresentados anteriormente e considerando a grande heterogeneidade da amostragem utilizada pelo Projeto **ForLive** e a importância rela-

tiva de cada critério, parece possível determinar nove principais categorias de produtores familiares na Amazônia segundo as estratégias de meios de vida por eles utilizadas (ver ► Tabela 3). ■

2.1.1 A diversidade de técnicas de uso florestal

Os estudos confirmam que as populações tradicionais e os agricultores familiares da Amazônia dispõem de conhecimento sobre o funcionamento e uso das suas florestas como também sobre o cultivo de árvores fora da floresta natural. Na realidade, os produtores familiares conseguiram desenvolver uma grande diversidade de práticas de aproveitamento e manutenção de benefícios florestais. Além da madeira e dos PFNM, em quase todas as experiências visitadas, os produtores também aproveitaram sistematicamente os serviços ambientais da floresta para a sua produção agrícola.

Os resultados da pesquisa de campo indicaram que cada produtor parece ter desenvolvido sua própria combinação de uma variedade

Tabela 3

As nove principais estratégias de meios de vida empregadas por produtores familiares na Amazônia

Finalidade	Grau de especialização	Estratégia de inovação	Período de adaptação a ecossistemas
Acumulação	Especialização	Empresarial	Recém-chegado
	Diversificação	Integrador	Décadas até gerações
		Empresarial	Pré-colonial
		Conservador	Recém chegado
Subsistência	Diversificação	Integrador	Décadas até gerações
			Recém chegado
			Pré-colonial
		Conservador	Décadas até gerações
			Pré-colonial

impressionante de práticas de uso florestal adaptando-se ao seu contexto socioambiental específico. Estas práticas variam desde adaptações de técnicas simples até métodos silviculturais e complexas regras de aproveitamento. As práticas locais observadas

em campo se caracterizaram por integridade, compatibilidade com a situação local e alta flexibilidade (► *Tabela 4 e Figura 3*). Por exemplo, a regeneração natural de espécies valiosas em sistemas agroflorestais de café e cupuaçu em Riberalta foi de até 21 espécies de árvores, com uma densidade de até 400 árvores por hectare (incluindo até 40 árvores de castanha-do-Pará) (ROBLES NO PRELO).

Tabela 4

Exemplos de práticas locais de aproveitamento florestal (Hoch et al. 2008, 2009, Vos et al. NO PRELO)

Estimular o crescimento de árvores de espécies valiosas pelo corte seletivo de cipós (prática geral)

Proteger os indivíduos de castanha (*Bertholletia excelsa*) evitando o roçado e os danos por fogo em áreas com alta densidade desta espécie (grupo indígena Cavineños da comunidade Buen Destino na Bolívia)

Cuidar da regeneração da palma de fibra (*Aphandra natalia*) em áreas pastoris para aumentar gradativamente a abundância dos indivíduos para a produção da fibra (produtores de Chinimbimi no Equador)

Refinar continuamente as técnicas de aproveitamento da casca de *joshin pocote* usado para preparar tintas para artesanatos (comunidade nativa de Calleria no Peru)

Desenvolver uma estratégia de agricultura rotativa que permite enriquecer as florestas com cacau (*Theobroma cacao*) através do plantio e favorecimento da regeneração natural de até 200 árvores por hectare de espécies madeireiras valiosas como mogno (*Swietenia macrophylla*), ipê (*Tabebuia sp.*), tatajuba (*Bagassa guianensis*) e cedro (*Cedrela odorata*) para prover sombra e servir como capital de reserva para os filhos (produtor Ze Gaúcho de Medicilândia na Transamazônica no Brasil)

Desenvolver técnicas para combater “el sujo” (*Imperata sp.*), uma erva daninha que se desenvolve em áreas degradadas e prejudica as atividades agrícolas, aumenta a possibilidade de incêndios e dificulta a regeneração de espécies florestais (produtores na Bolívia)

Promover a regeneração em pastagens de árvores madeireiras como freijó (*Cordia sp.*) e ipê para prover sombra ao gado e gerar possíveis ingressos no futuro (produtores na Amazônia equatoriana e na Transamazônica)

Transplantar frutíferas – manga (*Mangifera indica*), jaca (*Artocarpus heterophyllus*), açai (*Euterpe oleracea*), uxi (*Endopleura uchi*) e cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) – em quintais para consumo familiar. Onde há mercado, os produtores intensificam o cultivo e comercializam as frutas, como no caso do umari (*Poraqueiba sericea*) no Peru (tradição em toda a região)

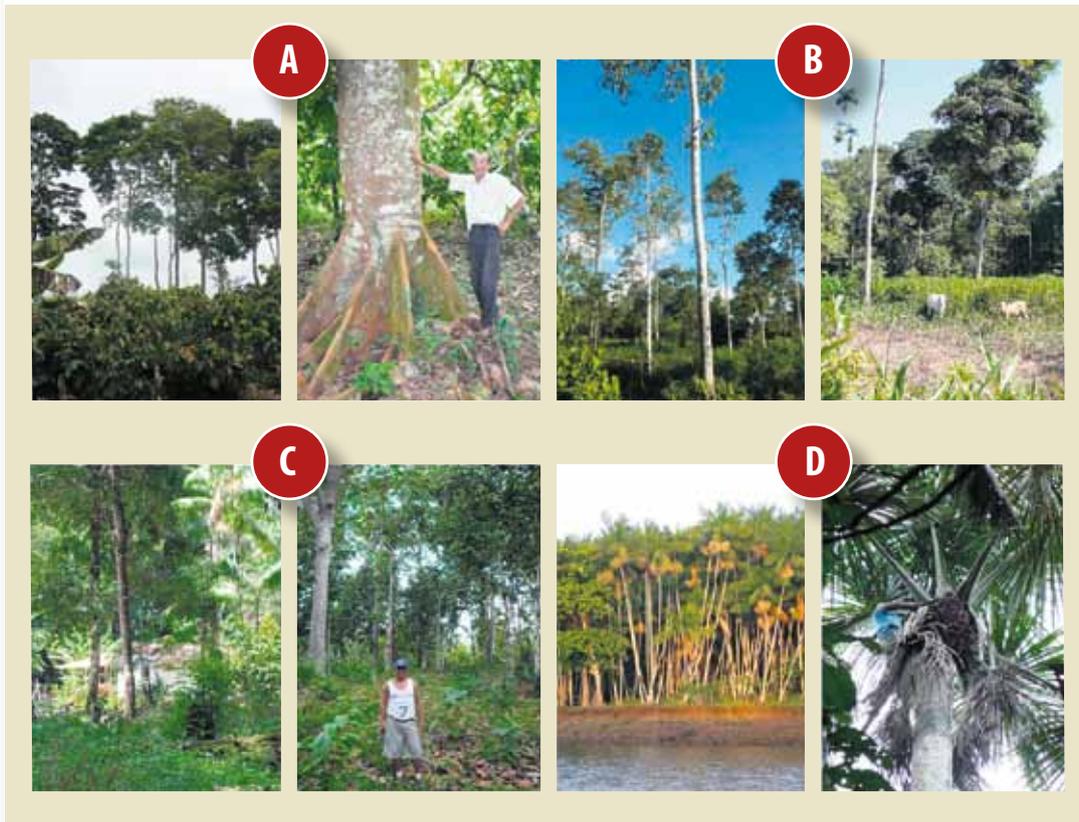
Manejar florestas naturais e intensificar sua produção para atender à demanda de mercados, como o de açai (*Euterpe oleracea*) no Brasil, de camu-camu (*Myrciaria dubia*) e de buriti (*Mauritia flexuosa*) no Peru

Outro aspecto fundamental para entender a funcionalidade de florestas para produtores familiares é o fato de que eles não necessariamente diferenciam as atividades produtivas florestais das não florestais. Por exemplo, a agricultura rotativa de corte e queima, praticada por muitos produtores, por definição, integra o uso florestal e o uso agrícola. Mas os produtores familiares também desenvolvem sistemas agroflorestais mais complexos, onde o cultivo agrícola e o manejo de árvores acontecem paralelamente, assim como em sistemas agroflorestais que incluem frutíferas, quintais ou sistemas silvopastoris. Outras práticas mencionadas, como o planejamento de roças em áreas com poucos indivíduos de castanha ou o favorecimento de árvores em fases agrícolas, também são exemplos de como os produtores aplicam a agricultura a favor dos recursos florestais considerados valiosos. Pode-se afirmar então que os produtores geralmente combinam o cuidado de seus recursos com o seu uso, o que indica que eles consideram de forma holística os diversos produtos e serviços das florestas.

Geralmente, a maneira de trabalhar com árvores pelos produtores familiares apresentou-se bastante diferente da lógica dos pacotes tecnológicos difundidos por ONGs ou agências governamentais. Em relação a plantações, por exemplo, em vez de planejar

Figura 3

Exemplos de práticas locais de aproveitamento florestal: (A) mogno em área de plantação cacau, (B) promoção de regeneração no Equador e Brasil, (C) quintais e (D) ampliação de florestas naturais



o plantio sistematicamente, os produtores favorecem as árvores espontaneamente. A grande maioria das árvores também não é plantada como alternativa de produção, mas para complementar a produção agrícola ou para agregar valor à terra e gerar uma reserva para o futuro. Em relação à extração de madeira ou de PFM, em geral, o aproveitamento foi menos planejado. Porém, apesar da falta de inventários para ajudar nas decisões sobre o uso, a grande maioria das famílias conhece bem suas florestas e respeita a ecologia das espécies de interesse. Geral-

mente, o uso foi seletivo e pouco mecanizado. Por isso, os produtores consideraram as diferenças ambientais de maneira bastante consciente e, principalmente, a acessibilidade da área nas suas decisões sobre estratégias de uso florestal.

Mesmo assim, a análise foi muito clara ao mostrar que os produtores raramente aproveitam o potencial produtivo do cultivo de árvores em sua plenitude. Apesar de alguns produtores terem criado e adotado conhecimentos importantes, em geral, apresentaram

Os produtores desenvolveram uma grande diversidade de práticas de aproveitamento e manutenção de benefícios florestais.

certa resistência em adotar os tratamentos técnicos recomendados por especialistas para melhorar a produção. Neste sentido, a maioria dos sistemas de produção florestal empregado pelos produtores, apesar da sua funcionalidade e relevância, apresentou também possibilidades de otimização técnica fáceis de se implementar e de baixo custo.

Os produtores nos estudos de caso adaptaram continuamente suas práticas às demandas das realidades dinâmicas, por exemplo, quando ocorre uma crescente pressão pela mudança do preço de certo produto. Esta flexibilidade é crucial considerando os contextos dinâmicos nas fronteiras agrícolas. Nos casos de manejo coletivo dos recursos florestais por comunidades tradicionais e grupos

indígenas, houve também normas majoritariamente desenvolvidas em processos democráticos, com a participação de todas as famílias. Estes processos asseguram que as técnicas e normas respondam às necessidades locais e considerem tanto as características ecológicas das espécies e os ecossistemas, como as condições socioeconômicas locais e, mais importante, a visão cultural dos usuários. Geralmente, as espécies consideradas mais importantes possuem uma regulação mais específica. Muitas normas locais têm um fim social porque buscam assegurar que todas as famílias tenham acesso aos recursos e que a distribuição dos benefícios seja equitativa. Consequentemente, estas normas locais mostram uma alta eficiência. ■



Produtos florestais não madeireiras como a palma fibra (*Aphandra natalia*) podem localmente ter potencial econômico para os produtores.

2.1.2 Sobre o potencial limitado da floresta para a renda familiar

A idéia central do conceito de manejo florestal sustentável por produtores familiares, também chamado de Manejo Florestal Comunitário, é que o uso racional das florestas (em particular da madeira) pode gerar uma renda tão atrativa que o(a) produtor(a) passa a valorizar o recurso e, desta forma, tem incentivos para conservá-lo. Entretanto, os estudos do Projeto **ForLive** mostram que, apesar da grande importância da floresta para as estratégias de meios de vida (em particular para os produtores mais pobres), exemplos em que produtores familiares sobrevivem principalmente a partir do uso de produtos florestais são relativamente raros. De modo aparente, a floresta tem potencial para gerar uma renda adicional, mas não como base exclusiva da renda familiar. Sobretudo da parte de colonos assentados, observou-se, por exemplo, a derrubada da floresta sem o aproveitamento comercial de sequear uma árvore.



O uso de máquinas pesadas para a exploração madeireira de impacto reduzido não faz sentido para produtores familiares.

A pesquisa do Projeto **ForLive** mostrou que a contribuição florestal é proporcionalmente maior para as famílias mais pobres (financeiramente) e para aqueles que vivem em áreas mais remotas. Existem situações, no entanto, em que a floresta gera receitas significativas, em particular pela comercialização de produtos florestais não madeireiros. Um exemplo bem conhecido são as famílias que comercializam castanha (*Bertholletia excelsa Bonpl.*) no Norte da Bolívia. Nesta região é produzida quase a metade da produção mundial da castanha, isto é, 18 mil toneladas de castanha sem casca por ano. Um estudo realizado com famílias de camponeses e indígenas em três comunidades mostrou que a castanha, para a maioria das famílias, é o principal componente de meios de vida, tanto em termos de insumos (30% do tempo total de trabalho) como de benefícios (40% da renda total). Para algumas comunidades perto de Riberalta (Bolívia), a castanha representa até 70% da receita familiar e pode gerar receitas até mais de 1.600 dólares por ano (IPHAE 2007).

Outro exemplo é o caso das famílias do PAE Equador no Brasil, onde além da castanha, a produção de borracha ganhou importância com a política de preço mínimo do Estado. Para poucas famílias, as árvores em sistemas agroflorestais e os plantios de pro-

duto não madeireiros também contribuem significativamente para a renda. Em um caso excepcional na Bolívia, um produtor conseguiu estabelecer um sistema agroflorestal onde o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) gerou até 80% de seus ingressos anuais. Se as comunidades dispõem de grandes áreas de florestas primárias e entram em negociações com madeireiros, a madeira também pode ser uma importante fonte da renda, como no caso de florestas comunais de grupos indígenas no Peru e Bolívia ou das reservas extrativistas no Brasil. Constatou-se também que a importância dos produtos florestais na economia familiar pode crescer – ao menos temporariamente – no âmbito de projetos de desenvolvimento.

Apesar desta importância da floresta, especificamente para famílias mais pobres, e no caso de comercialização lucrativa de alguns produtos florestais, os estudos mostram que a atratividade financeira da produção florestal é relativamente limitada comparada com outras opções de uso da terra. Isso se deve a um conjunto de fatores: os insumos são altos, os preços para os produtos são geralmente baixos, e os desafios em termos de infraestrutura, significativos. Como consequência, a grande maioria dos produtores fica longe de alcançar as altas rendas calculadas idealmente por pesquisadores e técnicos (HOCH *et al.* NO PRELO).

Um estudo da viabilidade do uso madeireiro por famílias na Bolívia, Peru e Equador mostrou que a possibilidade de monetizar o valor da floresta depende muito do seu contexto. Se os mercados se encontram muito distantes, com acesso difícil ou se os mercados são controlados por empresas florestais, como normalmente ocorre nas fronteiras da

A floresta pode gerar renda adicional, mas não serve como base exclusiva da renda familiar.

Tabela 5
Produtividades em diferentes dimensões de manejo florestal

	Menor escala		Maior escala	
	mini	pequeno	grande	Empresas*
	Oficina caboclas	Mamirauá, Pedro Peixoto, BVR	Ambé, PAE, Porto Dias, Costa Marques	Cikel, Juruá, IBL
Delimitação (ha por dia)	2	3	9	18
Inventário (ha por dia)	2	3	11	12
Derruba (m ³ por dia)	0,5	14	40	55
Arraste (m ³ por dia)	0,5	3	59	75

*Dados do projeto Bom Manejo (Embrapa Amazônia Oriental)

região, o(a) produtor(a) não tem a possibilidade de gerar altas receitas com a venda da árvore em pé ou processada em forma de tábuas. Mesmo na região de Macas, na Amazônia equatoriana, onde as curtas distâncias aos mercados e o grande estoque de madeira comercial nas florestas geram expectativas de uma renda de até US\$ 1.300 por hectare (aproveitando as árvores comerciais uma única vez), os produtores, na prática, recebem somente até US\$ 15 por hectare por ano (GATTER & ROMERO 2005, ROBLES NO PRELO). Em muitas regiões, um fator que limita ainda mais o potencial de uso das madeiras é o fracionamento das propriedades como efeito de crescimento populacional. Por exemplo, em uma comunidade indígena do povo *Shuar*, perto de Macas, o tamanho médio das propriedades familiares foi de somente nove hectares com a tendência de ainda diminuir para a próxima geração.

Outro estudo, que mostrou a discrepância entre as expectativas e a realidade, analisou oito das experiências mais promissoras de manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira (MEDINA E POKORNY 2008). A avaliação revelou que, para adquirir os equipamentos e máquinas para as operações de

campo e capacitar os produtores no manejo de suas florestas de acordo com o marco legal, dependendo do tamanho e da complexidade do arranjo produtivo, foram necessários investimentos iniciais entre US\$ 20 mil e US\$ 800 mil. Uma das observações mais importantes foi que as produtividades do manejo florestal por produtores familiares e em pequena escala foram significativamente menores quando comparadas com a extração empresarial. As pequenas iniciativas revelaram produtividades até 75% menores que as empresas, e mesmo as iniciativas maiores de manejo florestal comunitário ficaram 25% atrás destas (► Tabela 5).

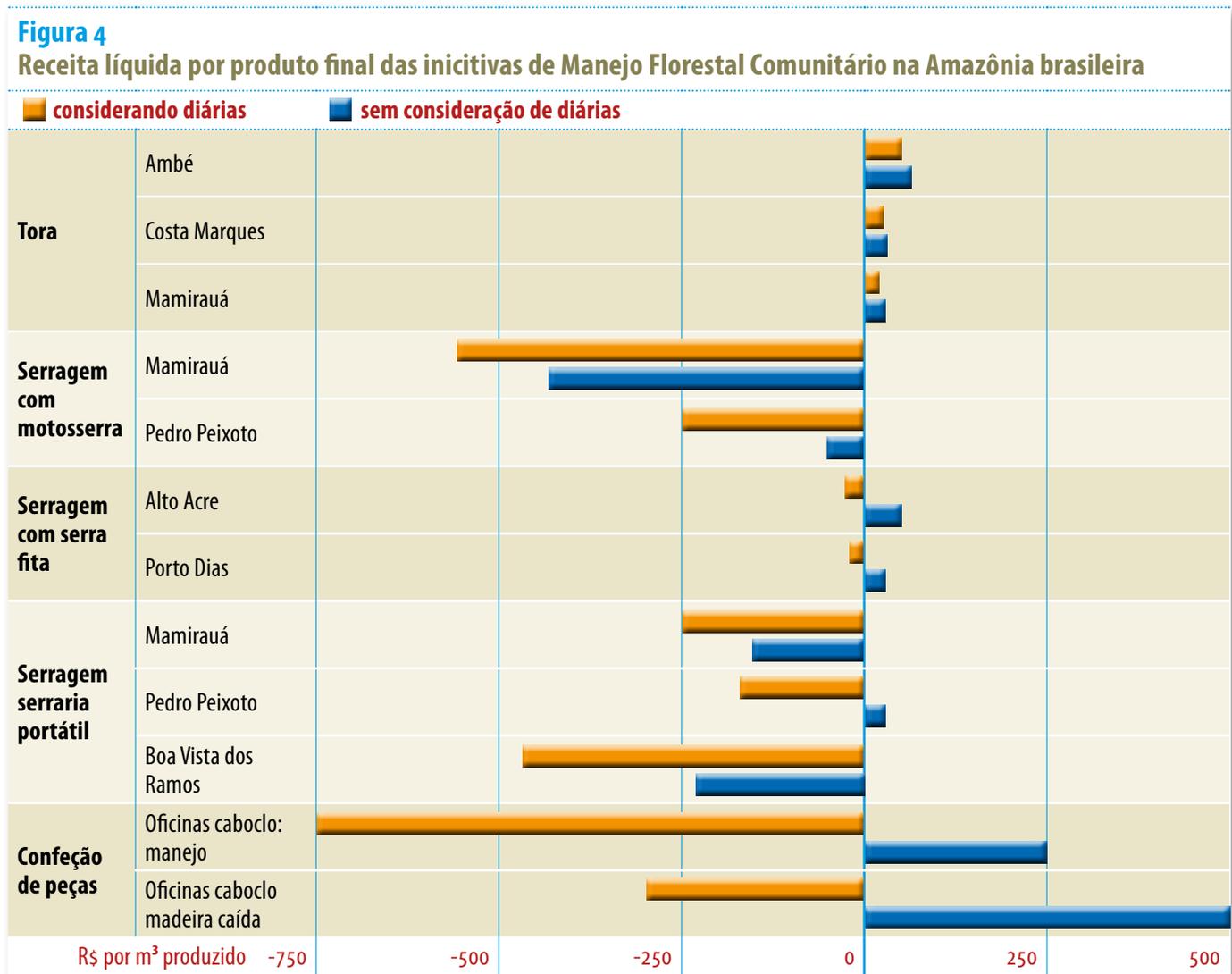
O estudo concluiu que este fenômeno da produtividade inferior da produção comunitária em comparação à produção empresarial é uma característica estrutural da atuação familiar. Este fenômeno resulta das próprias características da produção familiar, em particular do interesse em maximizar a remuneração de mão de obra e não o lucro, a valorização do tempo livre (folga, intervalos), a importância de outras atividades produtivas (como agricultura) e das estruturas mais horizontais de trabalho. Como consequência, os produtores familiares têm desvantagens comparativas no mercado livre, onde eles precisam competir com empresas e produtores de outras regiões com melhores condições (POKORNY *et al.* NO PRELO).

Nos casos estudados, os custos de produção foram altos quando comparados com empresas. A produção de um metro cúbico (m³) em tora gerou custos entre US\$ 15 e US\$ 50/m³ serrado. Com motosserra, o custo foi de US\$ 350 a US\$ 420, e quando serrado com serraria portátil, variou de US\$ 190 a US\$ 600/m³. Nas iniciativas em menor escala

destacaram-se os custos de acompanhamento técnico e custos administrativos. Nas iniciativas de serragem com motosserra e serra portátil, os custos das máquinas foram os mais significativos. Como consequência, os rendimentos do manejo legal de madeira foram modestos e os riscos relativamente altos.

Como mostra a Figura 4 apenas as iniciativas de manejo florestal comunitário em maior escala e com menor verticalização

(Ambé, Costa Marques, e Mamirauá) conseguiram remunerar a mão de obra e ainda gerar receitas líquidas. Algumas iniciativas (Oficinas Caboclas, Pedro Peixoto, Porto Dias e PAE) conseguiram ter um resultado financeiramente positivo se não consideradas as diárias pagas, indicando que só podem remunerar a mão de obra abaixo dos valores atualmente pagos. Outras iniciativas (BVR, Mamirauá com serra portátil e motosserra, e Pedro Peixoto com motosserra), porém,





Para os ribeirinhos o açai (*Euterpe oleracea*) é fundamental tanto para gerar renda, como para sua alimentação.

não conseguiram cobrir os custos operacionais sem subsídios externos, mesmo considerando que vendem para mercados que pagam preços superiores ao mercado local.

Um terceiro estudo avaliou o potencial de plantações florestais e agroflorestais na região. Foram identificados vários exemplos onde os produtores familiares produzem e vivem da produção de cultivos perenes, muitas vezes como principal uso da terra. Entre eles, estão produtos como cacau (*Theobroma cacao*), café (*Coffea arabica*), dendê (*Elaeis guineensis*), umari (*Poraqueiba sericea*) e cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), que podem gerar retornos anuais líquidos de US\$ 300 a US\$ 900 por ha.

As plantações demonstraram, no entanto, ter altos custos e riscos, como pragas, fogo e preços baixos. Os custos do estabelecimento de plantações florestais e sistemas agro-florestais (preparação do terreno, produção de mudas e plantio) excedem facilmente US\$ 1,000/ha. Além disso, as plantações requerem limpeza e podas. Por exemplo, os plantios de algumas espécies frutíferas demandam uma manutenção constante de aproximadamente 20 a 40 dias de trabalho por ano por ha. Este investimento é difícil para os produtores familiares nos primeiros anos quando a plantação ainda não produz. Para garantir uma boa manutenção seria necessário um investimento total de aproximadamente US\$ 2,000 por ha, um investimento também difícil para uma família. O estudo mostrou ainda que, em geral, a produção foi significativamente menor do que inicialmente esperada pelas organizações de apoio (HOCH *et al.* NO PRELO). Em consideração a esses investimentos, os produtores – assim como grandes empresas – se interessam em fazer

plantios somente em áreas com as melhores condições, incluindo solos férteis, existência de infraestrutura e boas possibilidades de comercialização. Para a recuperação de áreas degradadas, eles normalmente preferiram favorecer a regeneração das capoeiras em vez de promover plantios florestais (HOCH *et al.* 2009).

Estes resultados confirmam que o potencial comercial da floresta, comparado com as alternativas, é restrito. Mesmo, as grandes expectativas no beneficiamento de produtos e na integração do(a) produtor(a) na cadeia de mercado não foram confirmadas. Em geral, os produtores preferem produzir ou vender os produtos em estado bruto. Um problema geral é que os custos relacionados aos investimentos necessários para o equipamento de processamento ou beneficiamento só podem ser compensados se a produção aproveita as capacidades estabelecidas. Mas isso significa contar com uma logística sofisticada e com o estabelecimento de estruturas organizacionais e capacidades empresariais.

Recentemente, tendo em vista o potencial limitado dos sistemas propostos, discute-se cada vez mais a relevância de pagamentos por serviços ambientais e sequestro de carbono para assegurar a atratividade financeira, fundamental para despertar o interesse do(a) produtor(a) familiar. Porém, é importante considerar que, mesmo com estes pagamentos, as dificuldades com o uso florestal permanecem. Adicionalmente, vale ressaltar que este modelo até hoje quase não é operacionalizado por produtores familiares na Amazônia por ser uma atividade burocrática com altos custos iniciais, mais acessível por grandes produtores(as) e empresários(as) (ver ► Box 2). ■

Box 2 Dificuldades dos produtores familiares em acessar mercados de carbono

Tanto os projetos que buscam negociar no mercado oficial de carbono como os acordos voluntários precisam seguir metodologias e regulamentação complexas que comprovam a geração de créditos de carbono (<http://cdm.unfccc.int/methodologies/index.html>). Essas metodologias incluem requisitos como:

1. a definição dos limites exatos da área do projeto, excluindo todas as áreas que não serão consideradas;
2. seleção do cenário mais plausível – reflorestamento só é considerado em áreas que permaneceriam degradadas na ausência do pagamento, enquanto que desmatamento evitado só é possível para áreas que seriam desmatadas na ausência da atividade do projeto;
3. adicionalidade – indica a necessidade de demonstrar que os participantes do projeto não desenvolveriam as atividades de reflorestamento por conta própria sem a expectativa de receber créditos de carbono;
4. vazamento – significa demonstrar que as atividades agrícolas ou pecuárias sendo desenvolvidas na área do projeto não serão deslocadas para outras áreas;
5. calcular o carbono sequestrado de acordo com modelos técnicos definidos; e
6. monitorar desde o início do projeto o estabelecimento do reflorestamento, a área florestada e as atividades de manejo florestal.

Tendo em vista essas exigências, produtores familiares têm enormes dificuldades para acessar os créditos de carbono. Seu pequeno porte e grande dispersão aumentam consideravelmente os custos de transação; a alta exigência para a comprovação dos créditos de carbono leva à necessidade do desenvolvimento de modelos técnicos bastante rígidos e pouco adaptados às características socioeconômicas dos produtores familiares. No longo prazo, a necessidade de sua manutenção aumenta a rigidez dos modelos técnicos e diminuem a flexibilidade para os produtores.

Pode-se concluir que a utilidade do mercado de carbono para produtores familiares, assim como outros modelos técnicos externos e com alta rigidez, é bem limitada por ser pouco adaptado às suas características socioeconômicas.

2.2 A capacidade do(a) produtor(a) familiar de aproveitar opções

Os produtores familiares na Amazônia estão dispostos e têm a capacidade de identificar e aproveitar possibilidades de melhorar a sua situação.

Essa capacidade de usar possibilidades oferecidas pelo mercado, por atores, colaboradores e programas de créditos, se observou para todas as famílias visitadas no âmbito do Projeto **ForLive**, independente de serem colonos, comunidades tradicio-

nais ou grupos indígenas. Pode-se destacar de forma geral que a flexibilidade de aproveitar opções e a disposição em modificar suas estratégias de meios de vida é uma característica imanente do(a) produtor(a) familiar. ■



Em muitas regiões, se usam cavalos para transportar as tábuas para os mercados

2.2.1 Mercados

O desenvolvimento da fronteira abre novos mercados para os produtores familiares. Também a própria dinâmica do mercado pode gerar novas possibilidades, como no caso da madeira. A capacidade do(a) produtor(a) de reagir de forma flexível ao desenvolvimento dos preços no mercado pode ser visualizada exemplaricamente no caso de plantios florestais.

Foi observado, que produtores que normalmente cultivaram frutíferas nos seus quintais para o consumo familiar, começaram a comercializar as frutas pelo surgimento de mercados atrativos. No caso de uma demanda contínua, muitos produtores aumentaram sua produção usando técnicas locais de plantio de baixo custo, como ocorre

com frutos amazônicos como o açaí (*Euterpe oleracea*), o camu-camu (*Myrciaria dubia*) e o buriti (*Mauritia flexuosa*) (HOCH *et al.* 2009). No caso do açaí, na Amazônia Brasileira, os produtores conseguiram, através desta estratégia, um ganho líquido contínuo de aproximadamente US\$ 700 por hectare (SOARES 2008).

Outro exemplo para o aproveitamento pragmático de oportunidades é a combinação de espécies pioneiras com cultivos perenes. Neste caso, os produtores incluíram na preparação do seu cultivo anual árvores de espécies pioneiras de rápido crescimento, muitas vezes através do favorecimento da regeneração natural. O projeto mostrou que em boa parte da Amazônia existe uma forte regeneração natural destas espécies como o paricá (*Schizolobium amazonicum*), o laurel (*Cordia sp.*), o pau-de-balsa (*Ochroma pyramidale*), a bolaina (*Guazuma crinita*), o bacurí (*Platonia insignis*), o pigue (*Pollalesta discolor*) e outros. Esta estratégia gera um produto comercial com um custo muito

baixo ou custo zero. Em um caso da Amazônia equatoriana, depois de uma fase de agricultura, uma família obteve um ganho líquido de até US\$ 2,000 por hectare com a regeneração natural de pigue em áreas abandonadas, sem ter custos com estabelecimento ou manutenção (HOCH *et al.* 2009) (ver ► Tabela 6).

Outra constatação do projeto foi que os produtores aproveitam sistematicamente as possibilidades de comercializar sua madeira, principalmente, de modo informal. Porém, quando as condições são favoráveis, como na região de Macas no Ecuador, onde a distância em relação ao mercado é reduzida e não há empresas que competem pelo produto, muitos produtores investem na compra de motosserras para transformar a madeira em tábuas e de cavalos para transportá-las. Através destes investimentos no processamento, eles aumentaram seus benefícios em mais de 100% comparados com a comercialização das árvores em pé. Porém, na maioria dos contextos, esta oportunidade não existe,

A flexibilidade e disposição em mudar são características iminentes do(a) produtor(a) familiar.

Tabela 6

Custos e benefícios para dois produtores bem-sucedidos em duas iniciativas de promoção da produção florestal (US\$/ha) (Hoch *et al.* 2009)

	Plantações de espécies madeireiras de crescimento rápido (pau-de-balsa no Equador e bolaina no Peru)*	Sistemas agro-florestais com cupuaçu na Bolívia calculados para os primeiros 10 anos
Retorno originalmente esperado pelos projetos de apoio	US\$ 3.000 – US\$ 6.000	US\$ 5.800
Subsídios (Assistência técnica, sementes, documentação legal)	US\$ 350	US\$ 1.150
Produção	Uma vez entre os 4 – 7 anos	Anualmente a partir do ano 4
Retorno total	US\$ 1.400	US\$ 2.200
Retorno anual	US\$ 200	US\$ 220

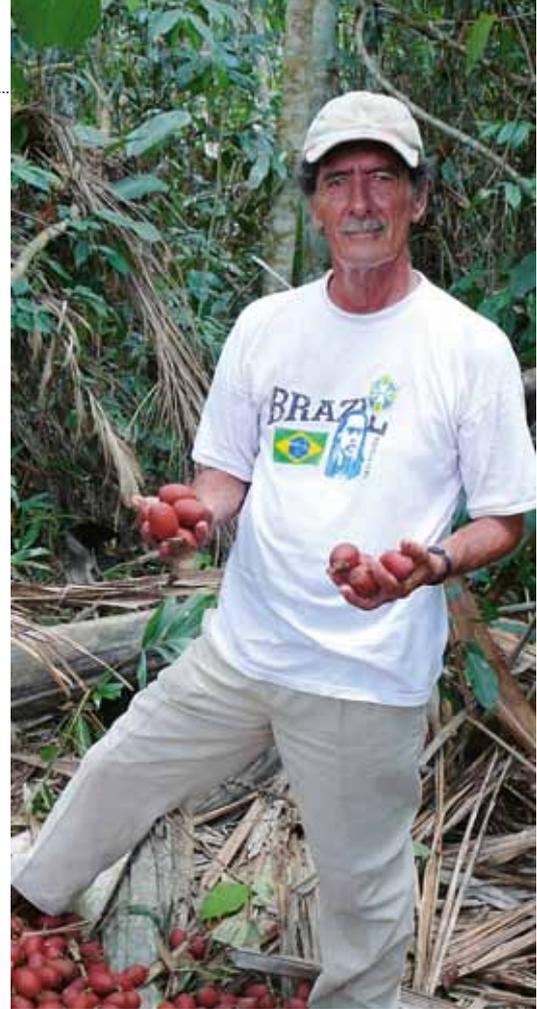
*ciclo de corte 4 – 7 anos

porque é proibido o uso da motosserra para serrar as toras na floresta ou simplesmente por causa da presença e pressão do setor madeireiro empresarial.

Em relação ao mercado de madeira, é possível antecipar duas grandes tendências ao longo do tempo. Por um lado, poderá haver uma diminuição no estoque disponível para extração devido à contínua transformação e degradação das florestas primárias. Por outro, espera-se uma crescente atratividade para o comércio de madeira devido à escassez de espécies mais valiosas e pelo fato do mercado abrir para outras espécies de florestas primárias e/ou espécies de mais rápido crescimento em florestas secundárias. Este fenômeno já pode ser observado na zona de Macas, no Equador, onde a falta de espécies valiosas garantiu mercado para quase todas as espécies florestais, inclusive árvores de rápido crescimento como as do gênero *Cecropia* (SILVA *et al.* 1995, SCHULZE *et al.* 2008, ROBLES NO PRELO). Enquanto em Riberalta o preço por metro cúbico da árvore em pé da espécie *Cedrelinga catenaeformis*, caracterizada por uma alta densidade na floresta primária, ainda é muito baixo (US\$ 3,9/m³), os preços em regiões com menor cobertura florestal é significativamente maior. Em Pucallpa foi possível obter para a mesma espécie US\$ 6,7 por metro cúbico e, em Macas, onde a floresta tem muito menos espécies valiosas, o preço chega a US\$ 16 por metro cúbico (ROBLES NO PRELO).

Há também exemplos em que os produtores investiram bastante em uma determinada atividade a fim de aproveitar os preços atrativos ou pela existência de incentivos, como programas de créditos ou projetos de desenvolvimento, mas depois perderam dinheiro

Uma das adaptações mais estratégicas é a diversificação da produção para compensar a insegurança dos mercados.



Muitas palmeiras produzem frutas com alto valor alimentar. Interessante é, que – como no caso do buriti (*Mauritia flexuosa*) – em algumas regiões são comercialmente aproveitadas e em outras não.

porque os preços caíram, muitas vezes como consequência da crescente oferta do produto no mercado. O Projeto **ForLive** observou vários exemplos deste risco, como no caso de Buen Futuro (Bolívia), onde os produtores investiram em plantações de Urucum (*Bixa orellana*) ou no caso dos produtores em Chimbimimi (Equador), onde trabalharam com laranja.

Outro exemplo é o caso do palmito na Bolívia, mostrando também de forma impressionante a grande flexibilidade dos produtores em reagir diante de novas situações. Depois que o palmito de açaí boliviano (*Euterpe precatoria*) se tornou escasso, principalmente devido à exploração excessiva desta espécie induzida pelo mercado extremamente atra-

tivo, ONGs e programas governamentais começaram a promover plantações de açaí brasileiro (*Euterpe oleracea*) e pupuã (*Bactris gasipaes*). Porém, quando chegou o momento de comercializar os produtos destas plantações, o Brasil fechou o mercado para proteger os seus próprios produtores e, como resultado, o preço caiu drasticamente. Nessa situação, a maioria dos produtores passou a aproveitar o valor nutritivo das frutas também para a criação de suínos (HENKEMANS 2001).

Considerando estas experiências de fracasso comuns na região, uma das adaptações mais estratégicas de muitos produtores é a diversificação da sua produção para compensar a insegurança estrutural dos mercados da Amazônia. Mesmo em situações em que eles tentam aproveitar as oportunidades emergentes, geralmente mantêm a sua produção agrícola tradicional para assegurar uma base alimentar e de renda para o sustento da família. Um estudo na região de Pucallpa mostrou este fenômeno em que produtores

cultivaram dendê (*Elaeis guineensis*) paralelo às suas atividades produtivas tradicionais (FERREYROS & MEDINA NO PRELO).

Outro indicador que mostra a cautela do(a) produtor(a) é a sua resistência em seguir as propostas de técnicos externos em projetos de desenvolvimento. Este é um dos motivos pelos quais os produtores preferem inovações que oferecem a oportunidade de experimento antes da sua adoção (MONTERO 2007). Uma segunda reação a estas situações, completamente diferente mas também mostrando a alta flexibilidade das famílias, é o fenômeno da migração. Em particular na Bolívia e Equador se observou uma grande disposição das famílias em migrar para outros lugares que oferecem (ou prometem) melhores opções de trabalho. Na região de Macas no Ecuador, por exemplo, a contribuição financeira destes migrantes para a renda familiar, trabalhando principalmente nos Estados Unidos ou Espanha, é significativa e, muitas vezes, substituiu a necessidade de produção (VOS *et al.* NO PRELO). ■

2.2.2 Parcerias

Os vários esforços das organizações de desenvolvimento governamentais e não governamentais também representam opções que são aproveitadas pelos produtores. A grande disposição do(a) produtor(a) em aproveitar estas oportunidades é indicada pelo fato de que, independente do tema da iniciativa, ele(a) quase sempre aceita as propostas de colaboração, geralmente investindo enormes esforços nestas parcerias.

Nesses momentos, muito mais do que o objetivo oficial da iniciativa – quase sempre definido pela organização externa – do ponto de vista do(a) produtor(a), o motivo para colaborar é principalmente a expectativa de receber benefícios diretos ou indiretos do novo par-



Com a entrada da vaca no sistema de produção familiar, a alimentação das crianças melhorou. Porém, para o uso adequado ainda há uma dependência em assistência técnica.



Muitos produtores processam sua madeira manualmente, mas para a sua comercialização são necessários transporte e logística caros e de difícil acesso.

ceiro (MEDINA *et al.* 2009^c). Em casos extremos, os produtores, por motivos estratégicos, aceitam ainda propostas que parecem pouco viáveis na sua visão e até conflitam com sua tradição de uso florestal, como no caso do manejo florestal comunitário no PAE Equador no Acre, apoiado pelo Estado do Acre e um grande número de ONGs. Neste exemplo, as famílias tradicionalmente extrativistas de produtos não madeireiros simplesmente acham que a parceria com o Estado oferecia vantagens e a colaboração na iniciativa estadual de manejo florestal é um requerimento para acessar estes outros benefícios. Entretanto, nestes casos, os produtores tentam aproveitar espaços existentes para adaptar as propostas aos seus próprios interesses, muitas vezes de forma não transparente, o que, em muitos casos, acaba gerando conflitos.

Existem produtores que sabem aproveitar de forma muito eficiente as ofertas de cola-

boração propostas por atores externos por meio da adaptação de pacotes promovidos pelas organizações de apoio às suas próprias necessidades e capacidades. Por exemplo, aproveitando-se das mudas distribuídas dentro do programa “cânon de reflorestamento”, no Peru, um produtor familiar na região de Madre de Dios estabeleceu mais de 10 hectares de diferentes plantios florestais e sistemas agro-florestais. O programa subsidiou essa iniciativa através do pagamento da regularização da sua terra, o que era de grande importância para o produtor. Porém, no desenho dos plantios, ele seguia as suas preferências de seleção de áreas e combinações de espécies aproveitando a liberdade que o programa oferecia.

De modo similar, um produtor na província de Vaca Diez, na Bolívia, estabeleceu seis hectares de sistemas agro-florestais e enriquecimento da sua floresta e continua ma-

nejando-a. Aproveitando os diferentes programas de apoio inicial para plantar árvores, ele construiu os seus próprios sistemas sem ficar dependente das diferentes organizações de apoio (HOCH 2009). Entretanto, estes casos bem-sucedidos são relativamente raros, porque as ofertas de apoio muitas vezes estão condicionadas à implementação “correta” de pacotes tecnológico-gerenciais definida por técnicos e especialistas externos. O capítulo 6.2 vai mostrar que esta inflexibilidade dos programas e projetos de desenvolvimento é um dos principais motivos pelo pouco êxito destas iniciativas.

Mesmo com condições específicas, principalmente caracterizadas por ameaças externas e relacionamentos autônomos entre os protagonistas comunitários e externos, as famílias conseguem articular relacionamentos com ONGs para influenciar mais efetivamente políticas públicas, sobre as quais geralmente elas não têm muito poder (MEDINA *et al.* NO PRELO). Na Bolívia, por exemplo, grupos indígenas conseguiram influenciar a formulação da nova Constituição Política do Estado e conseguiram os títulos de seus territórios através das fortes relações estabelecidas entre suas instituições regionais e nacionais (como CIRABO e CIDOB) com a ONG CEJIS e com o Vice-Ministério da Terra (Vos *et al.* NO PRELO).

Um estudo sobre as possibilidades de produtores familiares poderem se beneficiar de suas florestas em lugares onde a fronteira agrícola está avançando (MEDINA 2008, MEDINA *et al.* 2009^A) revelou que, enquanto “discursos” usados por atores externos (como ONGs, governos e madeireiros) estão influenciando as formas como as comunida-

des manejam suas florestas, muitas comunidades também têm tido sucesso no uso destes discursos para conseguir a legitimação e o reconhecimento de suas demandas. A partir da década de 1990, organizações ambientalistas começaram a promover comunidades locais como repositório do conhecimento prático necessário para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Algumas comunidades, em alianças com organizações ambientalistas, passaram a vender suas virtudes de conservação da floresta, adotando o discurso conservacionista. Em todas as áreas de estudo, estas alianças resultaram em conquistas significativas para as comunidades, assegurando direitos às suas áreas e recursos naturais. Por exemplo, em Porto de Moz, no Brasil, as comunidades inicialmente demandaram o reconhecimento de seus direitos consuetudinários apenas através de suas organizações representativas, e muito pouco foi conseguido. Uma vez que as comunidades passaram a contar com o apoio externo, o processo avançou significativamente, com um maior poder de barganha junto aos órgãos governamentais que resultou na criação da Reserva Extrativista Verde para Sempre, com 1,3 milhões de hectares em 2004. Também no caso da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, os produtores conseguiram a demarcação das suas áreas usadas ao longo de gerações somente através de alianças com ONGs (PACHECO *et al.* 2009). Já no Norte da Bolívia, as ONGs tiveram um papel importante na definição da área mínima de 500 hectares para pequenos produtores da região, e no reconhecimento das Terras Comunitárias de Origem (TCO) garantindo acesso a áreas de até 500.000 hectares para cerca de 4.000 habitantes em cada vila (DE JONG *et al.* 2006). ■

Atores externos estão influenciando as formas como as comunidades manejam suas florestas.

2.2.3 Créditos e remessas

Em alguns países os governos estabeleceram programas de créditos não somente para produtores individuais, mas também para grupos de produtores familiares organizados. Devido à burocracia e às exigências legais e institucionais dos bancos, é difícil conseguir créditos para uma única família, por isso, várias comunidades estabeleceram associações. Porém, muitas destas organizações têm pouca estrutura e poder de articulação e, após o recebimento do crédito, frequentemente não se mantêm. Entretanto, o grande número de associações de produtores mostra claramente que as famílias, apesar de suas competências formais limitadas, tentam cumprir com as demandas definidos pelas organizações externas.

As linhas de crédito, quando existem, geralmente promovem os pacotes tecnológicos desenvolvidos nos centros de pesquisa, acompanhados, muitas vezes, pelo sistema público de extensão rural, na tentativa dos governos de modernizar a produção da população no campo. Nesse modelo difusionista, as linhas de crédito oficiais são pouco aplicáveis para as condições específicas dos produtores familiares na Amazônia. No Brasil, a linha de crédito FNO especial para pequenos produtores na região da Transamazônica é um bom exemplo desta situação. O regulamento obrigou os produtores a adotar tecnologias agro-florestais inadequadas para as condições específicas da região.

Embora exista atualmente maior flexibilidade nos sistemas oficiais de crédito rural nos países da região, ainda é difícil para os



produtores familiares acessar os recursos e aproveitar os pacotes tecnológicos estabelecidos. Em muitos casos, a hipoteca da pequena propriedade rural não é aceita como garantia de um empréstimo, ora porque a situação fundiária ainda não está regular, ora por representar um valor de garantia insuficiente para o empréstimo ou porque não é permitido por lei embargar a pequena propriedade. Muitas vezes, os bancos tampouco aceitam títulos comunitários como garantia.

Um exemplo é o caso da Cooperativa Agrícola Integral Campesina (CAIC) de Ri-



A piscicultura é fortemente promovida por organizações de desenvolvimento.

objetivo de melhorar a transformação e comercialização de seus produtos, mas, no final, não recebeu os recursos porque as terras dos seus associados não estavam regularizadas.

Os altos custos da administração de crédito para pequenos produtores também tornam improvável o desenvolvimento do serviço creditício em áreas rurais. Ainda se pode falar no “custo Amazônia”, uma vez que as linhas de crédito são voltadas principalmente para produtores familiares localizados em regiões do país com maior tradição agrícola. Como consequência, esses créditos se adaptam pouco às características dos produtores familiares da Amazônia – em geral, menos mecanizados – e às suas atividades econômicas, que incluem extrativismo florestal. Além disso, as grandes extensões da Amazônia, a escassa presença institucional na região, e dificuldades frequentes no reembolso dos créditos se colocam como complicadores estruturais. No entanto, mais que a falta de acesso, a principal dificuldade enfrentada pelos produtores é a adoção dos pacotes tecnológicos promovidos pelos mecanismos de créditos que muitas vezes são rígidos e não contemplam os interesses e capacidades dos produtores. Mesmo assim, inúmeras famílias buscam qualquer possibilidade de financiamento para fazer investimentos por causa da escassez de capital necessário para melhorar os seus sistemas de produção.

Os altos custos tornam improvável o desenvolvimento do serviço creditício em áreas rurais.

beralta, na Bolívia, que, por não poder acessar créditos bancários, foi obrigada a sacar empréstimos muito inconvenientes, com juros mensais de até 10%. Os custos para esses empréstimos são caros devido ao longo tempo que os associados levam para receber o dinheiro da castanha depositada na cooperativa, sendo que o pagamento pela venda do produto no mercado internacional chegar a demorar quase um ano após a colheita. Outro exemplo é a Asociación de Productores y Productoras Agroforestales (APPA) da mesma região, que conseguiu ganhar um edital para um projeto relativamente grande com o

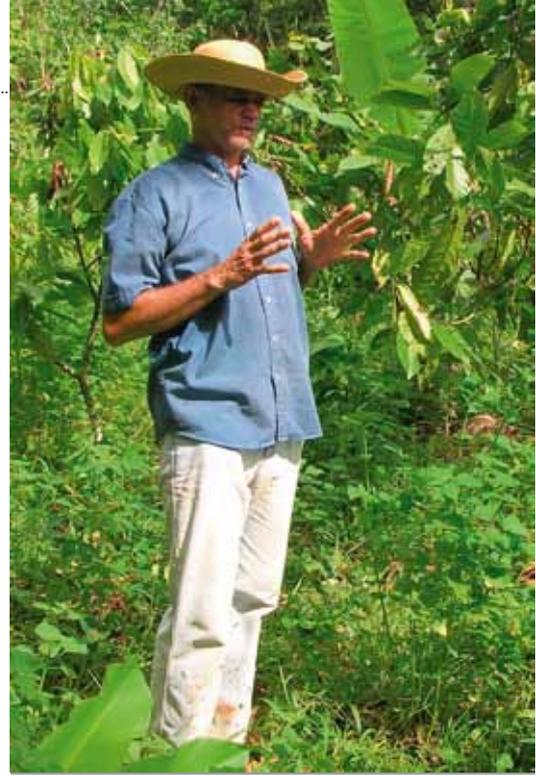
Porém existem programas para produtores familiares baseados no princípio de crédito solidário como, por exemplo, o Programa Crediamgio administrado pelo Banco de Desenvolvimento Regional e o Banco do Nordeste no Nordeste do Brasil, ou a instituição de crédito IDEPRO na Bolívia, que oferece linhas de crédito para pequenos operadores florestais. Também há programas governamentais de transferência direta de renda a famílias em situação de pobreza como o Bolsa Família no Brasil.

Mas os pagamentos não necessariamente precisam ser de origem externa. Um caso especial pode-se observar em regiões onde existe uma alta taxa de emigração. Por exemplo, na região de Macas, alguns produtores que emigraram principalmente para os Estados Unidos conseguiram acumular capital. Quando regressaram às suas comunidades de origem, investiram na compra de motosserras, equipamento florestal, animais (cavalos, burros etc.) e até caminhões. Houve casos em que produtores se converteram em pequenos empresários florestais, contratando até seis funcionários para a produção e comercialização de até 70m³ de madeira por mês. ■

Em quase toda a região, a unidade familiar é a unidade de ação.



Poucos programas para promover sistemas agro-florestais têm êxito.



2.2.4 Grandes diferenças individuais

A pesar da existência geral de capacidade de aproveitar opções, há grandes diferenças individuais entre os produtores. Há produtores que são completamente abertos, têm a capacidade de negociar e muita vontade de adotar inovações, enquanto outros são mais conservadores. Muitos produtores preferem uma vida tranquila e até resistem mudar seu estilo de vida. Este fenômeno já foi documentado por pesquisadores que analisaram os processos de difusão de inovações (ROGERS 2003). Essas diferenças no comportamento de cada produtor, membro de um sistema social, provocaram uma diferenciação social nas redes de comunicação e, como consequência, no processo de difusão de inovações. Como resultado, cada processo de adoção de uma inovação – proposta por agentes externos, como técnicos de organizações de desenvolvimento ou aquelas desenvolvidas pelos próprios produtores – tem fases típicas com a atuação de certos tipos de atores.

Conforme mostra a Figura 5, no início do processo de difusão, são poucas as pessoas que adotam a inovação. Passado algum tempo, o processo tem um crescimento mais rápido e, no final, todos os membros de um sistema social adotam a mudança. O interessante é que cada tipo de produtor tem características socioeconômicas específicas e age de forma diferenciada nos distintos momentos deste processo. Geralmente, podem-se distinguir quatro tipos: inovadores, adaptadores iniciais, maioria e retardatários.

A pesquisa do Projeto **ForLive**, em grande medida, confirmou esta observação. Segundo nossos estudos, os *inovadores* são pessoas bem abertas, comunicativas (também com atores externos), muitas vezes com educação formal e geralmente com recursos que possibilitam a eles correr o risco de fazer experimentos e investimentos. Os *adaptadores iniciais* tiveram as mesmas características e normalmente fizeram parte das famílias mais ricas no sistema social. Porém, diferente dos inovadores, eles foram socialmente muito mais ativos e integrados. Em geral foram lideranças, enquanto que os inovadores se encontraram um pouco fora do sistema social. Os outros produtores, a *maioria*, tiveram comparativamente menos segurança, menos recursos, menor nível de educação formal e menor capacidade de comunicação. Os *retardatários*, por sua vez, constituem o último grupo de produtores adotando mudanças. Nos casos estudados, eles normalmente fizeram parte das famílias mais pobres, muitas vezes morando à margem da comunidade ou da vila e, desta maneira – por própria intenção ou não –, vivendo em situação de isolamento social. A existência dessas diferenças

estruturais nos sistemas sociais tem fortes implicações para as iniciativas de desenvolvimento, explicadas em detalhe no capítulo 6.

Além desta dimensão temporal do processo de adoção de inovações, causado por diferentes graus de disposição e capacidades das famílias, os estudos do Projeto **ForLive** confirmaram diferenças na dimensão cultural e de atitude entre as famílias frente a inovações, já descritas no capítulo 2.1 como parte da classificação das diversas estratégias de vida (HOCH 2009, LLANQUE *et al.* NO PRELO, VOS *et al.* NO PRELO). Desta maneira, observaram-se três grupos culturais: primeiro, as famílias completamente abertas para a substituição drástica de seus sistemas de produção-social a fim de aproveitar qualquer possibilidade existente (neste grupo se encontram principalmente, de um lado, os produtores com mais recursos e, do outro lado, os mais pobres); segundo, os produtores interessados em melhorar seu sistema de produção-social sem necessariamente substituí-lo e, finalmente, as famílias não dispostas a mudar seu estilo de produção e de vida.

Figura 5
Processo idealizado da difusão de inovação e os tipos de membros do sistema social (modificado de Rogers 2003)



Foi também observado nas comunidades estudadas pelo Projeto **ForLive** que existe certa uniformidade nas práticas entre as comunidades indígenas, onde as redes sociais foram frequentemente mais fortes. Geralmente existia bastante interação entre as famílias e possibilidade de intercâmbio de conhecimentos. Por outro lado, nas sociedades recentemente estabelecidas em assentamentos (colonos), a coesão social foi geralmente mais fraca e hábia pouco intercâmbio social entre os membros da comunidade, apesar da grande diversidade de práticas em seus sistemas de produção.

Há falta de valorização da experiência local, tanto pelos produtores familiares, como por atores externos.

2.3 A desvalorização da produção familiar

Uma lição extremamente importante aprendida no Projeto **ForLive** resultou do procedimento de seleção dos estudos de caso.

A pesar dos assistentes do projeto explicitamente tentarem identificar experiências tradicionais de produtores familiares, comunidades e grupos indígenas que aproveitavam suas florestas de forma economicamente, socialmente e ambientalmente favorável, quase todos os especialistas e produtores consultados indicaram práticas que contavam com forte apoio externo por parte de organizações governamentais e não governamentais. Isso revela de antemão que aquilo que o(a) produtor(a) familiar está fazendo com a floresta no seu dia-a-dia, em geral, não é percebido como algo que tenha sentido. Esta falta geral de valorização da experiência dos produtores familiares, não somente por atores externos, como também pelos próprios produtores, foi confirmada por todas as observações nas outras fases do projeto. Isso é uma das evidências da marginalização da figura do(a) produtor(a) familiar no processo de desenvolvimento rural. Este fato e suas implicações são tratadas em detalhes no capítulo 4. ■



A cultural local não é percebida e valorizada por atores externos.



Os produtores familiares manipulam seu meio ambiente criando uma paisagem cultivada.

3 O potencial do(a) produtor(a) familiar de criar uma paisagem socioambiental estável

O Projeto **ForLive** também analisou como os produtores familiares influenciam a paisagem.

Os estudos revelaram que o(a) produtor(a) familiar, através da sua maneira de usar e cultivar os recursos naturais, causa menos danos à floresta e à paisagem do que grandes produtores, como fazendeiros, pecuaristas, a agroindústria ou as companhias de mineração, de gás, óleo e energia. Também se confirmou as observações de LARSON *et al.* (2008), que nas regiões dominadas pelos produtores familiares, as economias locais tendem a gerar mais emprego e uma melhor distribuição da renda proveniente do uso da terra e das florestas e, normalmente, existe uma maior democracia na tomada de decisões relevantes para o desenvolvimento local (GODAR 2009). Porém, os produtores familiares também estão modificando significativamente a paisagem. Eles derrubam parte da floresta para estabelecer cultivos em forma de roças, pastagens, utilizam florestas secundárias de diferentes idades e, frequentemente, frag-

mentos remanescentes de floresta primária. O Projeto **ForLive** revelou, no entanto, que os efeitos ambientais são geralmente limitados à área da sua propriedade individual, e que isso acontece não somente pelas restrições de mão de obra e de capital identificadas por Wunder (2001), mas também por motivos intrínsecos originados na cultura dos produtores familiares. Assim, pode-se afirmar que a produção familiar, em comparação com outros usos da terra – sobretudo a pecuária e a agroindústria – tem maior potencial para criar paisagens cultivadas ambientalmente, socialmente e economicamente sustentáveis. Os estudos mostram, que, sob condições favoráveis, em que os produtores ocuparam bons solos, com bom acesso às vias de transporte e boa organização social, a produção familiar conseguiu se consolidar como base do desenvolvimento regional a partir da estabilização da paisagem. ■

3.1 A contribuição da produção familiar ao desmatamento

Em todas as áreas de estudo do Projeto **ForLive**, os produtores familiares contribuíram para o desmatamento.

Na realidade, a conversão de florestas primárias em outros usos da terra faz parte da sua atuação. Porém, os estudos mostram que os produtores desmatam principalmente dentro de seus próprios lotes, apresentando certa preferência por manter uma reserva de floresta primária, sobretudo em propriedades maiores, mesmo que esta esteja parcialmente degradada pela exploração seletiva de madeira. Os estudos também mostram que o(a) produtor(a) familiar tem pouca tendência em acrescentar novas áreas à sua propriedade e, como consequência, as florestas públicas ou florestas em propriedade coletiva são pouco impactadas por sua atuação.

A fixação do(a) produtor(a) no seu lote foi confirmada de forma exemplar no estudo de Godar (2009) em quatro municípios da Transamazônica. Ele analisou o comportamento dos produtores familiares durante um período de 30 anos (1977–2007). Nesse período, somente 16% de todas as famílias assentadas na região aumentaram a área da sua propriedade, a maior parte delas em menos de 10 hectares. O mesmo estudo revelou que os produtores familiares durante as últimas décadas desmataram, em média, 36 hectares nos seus lotes com um tamanho médio de 90 ha, o que correspondeu a 40% de sua propriedade individual. Esta tendência de manter parte das florestas naturais nos seus lotes é ainda mais forte no caso de grupos tradicionais. Por exemplo, um estudo do Comitê de Desenvolvimento Sustentável – CDS, de Porto de Moz, realizado no ano 2007 em sete comunidades tradicionais, revelou que nesta amostragem os produtores derrubaram em média menos de 20% dos seus lotes, sendo que o desmatamento em áreas de uso co-

mum foi ainda menor. Os estudos de caso na Bolívia, Peru e Equador mostram que esta tendência de deixar parte das suas florestas intacta é mais forte no caso de famílias tradicionais e grupos indígenas (ROBLES NO PRELO, VOS *et al.* NO PRELO).

Nesse sentido, pode-se concluir que a contribuição dos produtores familiares ao desmatamento está relacionada principalmente ao número de famílias e ao tamanho médio das propriedades individuais. Dentro dos lotes, a velocidade e a maneira específica da transformação das florestas dependem de alguns fatores contextuais como a fertilidade dos solos, a pressão do setor empresarial, mercados e o acesso a estes (*ver ► também o capítulo 4*). Sem dúvida, um dos fatores decisivos para a contribuição da produção familiar ao desmatamento é a taxa de migração. Quanto maior a migração e mais curto o prazo que as famílias permanecem na área, mais forte é o impacto das famílias na expansão da fronteira agrícola. Assim, uma forte



Diferentemente dos atores mais capitalizados, quando os produtores familiares convertem a floresta em outros usos, ficam dentro dos limites de seus lotes.

dinâmica de colonização – formal ou informal – contribui para o desmatamento.

Entretanto, mesmo em contextos extremos de colonização, a influência do(a) produtor(a) na transformação da paisagem é significativamente menor comparada com os efeitos de outros atores, em particular pecuaristas e, mais recentemente, a agroindústria. Neste sentido, a Tabela 7 mostra dados sobre o desmatamento para três municípios ao longo da Transamazônica onde foram estabelecidos projetos de colonização desde o início dos anos de 1970. Nestas áreas, embora quase 90% de todas as propriedades individuais fossem de produtores familiares e somente 3%, de grandes produtores, principalmente pecuaristas, os dois grupos de atores ocuparam mais ou menos a mesma proporção da área na região por causa da imensa diferença no tamanho das suas propriedades individuais. Os dados mostram que um fazendeiro, a partir do início da colonização 30 anos atrás, desmatou em média um terço da sua propriedade, correspondendo a 555 hectares. Desta maneira, cada fazendeiro desmatou 15 vezes mais comparado com um produtor familiar. Como consequência, os poucos médios e grandes produtores (12%) desmataram

mais do que todos os produtores familiares juntos. As mesmas proporções foram observadas na área de estudo em Pucallpa (Peru), onde os pecuaristas e fazendeiros cultivando dendê (*Elaeis guineensis*) desmataram 59% de suas propriedades, enquanto nas áreas de grupos indígenas e de produtores familiares somente 10% da floresta foi perdida até hoje apesar de uma história de ocupação muito mais antiga. O mesmo aconteceu na Bolívia, onde entre 1990 e 2000 mais de 161.000 hectares por ano de floresta foram derrubados (FAO 2001). Os dados da Superintendência Florestal da Bolívia mostram para os anos de 2004 e 2005 que somente dois por cento dos proprietários na região de Riberalta foram responsáveis por mais de 40% do desmatamento total, enquanto os produtores familiares contribuíram em total com menos de 20%. Os principais responsáveis foram pecuaristas e produtores de soja, os quais, estimulados pela dinâmica dos mercados internacionais, expandiram significativamente suas áreas de produção (Blum 2009). Vários outros estudos confirmam esta forte influência dos grandes produtores para o desmatamento na Amazônia e em outras regiões (FEARNSIDE 1993, MERTENS *et al.* 2002, PACHECO 2009). ■

A conversão de florestas primárias faz parte da atuação dos produtores familiares.

Tabela 7
Contribuição ao desmatamento por tipo de ator na Transamazônica

	Porporção do número total dos produtores (%)	Propriedade média por produtor (ha)	Área média desmatada na propriedade individual (ha)	Contribuição total ao desmatamento no nível municipal (%)
Produtores familiares (< 200 ha)	88	90	36	47
Médios produtores (200 – 600 ha)	9	402	174	24
Grandes produtores (> 600 ha)	3	1850	555	29

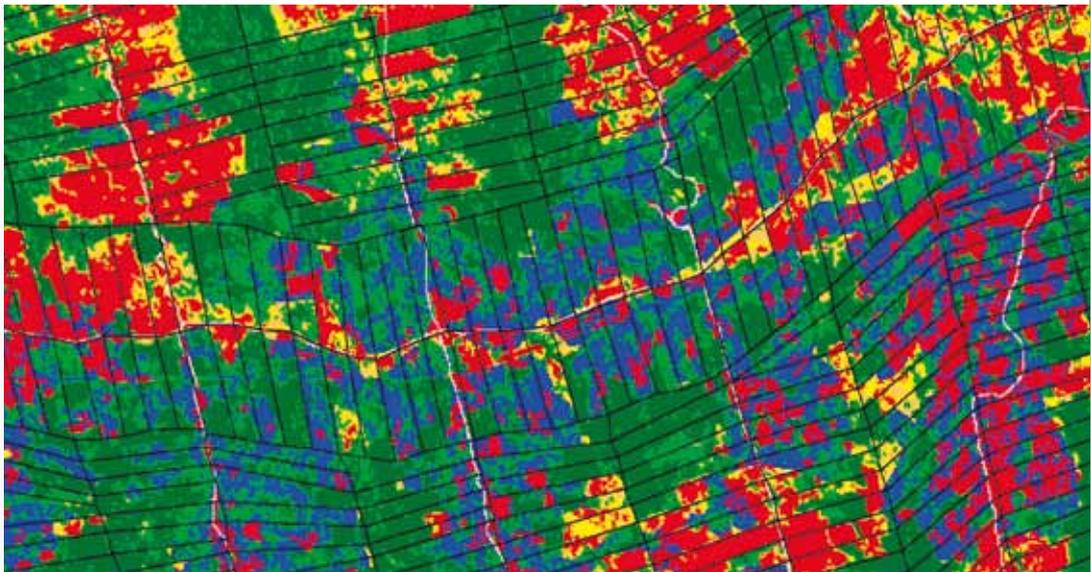
3.2 A paisagem criada pelo(a) produtor(a) familiar

Como demonstrado anteriormente, o(a) produtor(a) familiar derruba a floresta dentro da sua propriedade.

O Projeto **ForLive** revelou, no entanto, que esta atividade – sob certas condições favoráveis – faz parte de um processo de transformação da paisagem florestal em uma paisagem cultivada, composta por um conjunto dinâmico de diferentes usos da terra que asseguram a estabilidade ambiental e contribuem de diferentes maneiras para o bem-estar das famílias (► *Figura 6*).

Nesse conjunto de usos da terra, o componente florestal na visão integral dos produtores familiares é parte intrínseca do componente agrícola e vice-versa. Existem sinergias mútuas, tanto na relação espacial como na temporal, que resultam em mosaicos complexos de diferentes usos da terra, os quais incluem florestas usadas e manejadas em diferentes intensidades. Esses diversos elementos são criados por intervenções de diferentes escalas espaciais – de poucos metros quadrados até vários hectares – e temporais – com duração de poucos dias até vários anos – assegurando a base ecológica de um uso

Figura 6
Exemplo da diversidade da paisagem criada pelos produtores familiares (Medicilândia, Pará)



■ Cacau

■ Pastagens

■ Florestas secundárias

■ Florestas primárias

permanente da terra. Como resultado desta diversidade de intervenções, há uma continuidade temporal e espacial entre os diversos componentes de uso, tanto na estrutura e conectividade da vegetação, como também em relação aos produtos e serviços gerados.

A Figura 6 foi elaborada com base na interpretação de imagens de satélite para o município de Medicilândia, situado às margens da rodovia Transamazônica, na sua porção que corta o estado do Pará, no Brasil. Nela, é possível ter uma idéia do resultado da transformação de uma paisagem florestal em uma paisagem ecológica e cultural sustentável por produtores familiares. Na Transamazônica, o governo militar na década de 1970 iniciou um projeto de colonização para agricultores das regiões mais pobres do nordeste e sul brasileiro. Foram distribuídas inicialmente propriedades individuais estruturadas no modelo *espinha de peixe*, de 100 hectares cada lote. Os lotes foram distribuídos ao longo de estradas vicinais perpendiculares à Transamazônica. Somente mais tarde foi proporcionado, em alguns municípios, um número reduzido de propriedades maiores, de 500 hectares. As linhas pretas indicam os limites das propriedades individuais. As estradas aparecem em cor branca. Além da matriz original de mata primária (verde escuro), que foi significativamente reduzida, aparecem outras cores que indicam o resultado dos diversos tipos de uso da terra em diferentes momentos e em diferentes intensidades. As áreas de pastagens, em cor vermelha, aparecem bastante dispersas em pedaços descon-



O sistema de produção familiar tem vários componentes e gera uma paisagem bastante diversificada.

tínuos de tamanho reduzido. Desta maneira, as áreas de pastagem não comportam grandes superfícies de área sem vegetação, o que provocaria um alto risco de erosão. Em cor azul aparecem plantações de cacau estabelecidas dentro dos lotes nas áreas com melhor fertilidade de solo e fisiografia adequada. As florestas secundárias são abundantes e apresentam diferentes etapas de desenvolvimento (as mais jovens em amarelo, as medianas em laranja, e as mais velhas em verde claro). A existência dessas florestas secundárias indica que o uso agropecuário realizado na fase inicial do assentamento, principalmente para comprovar a ocupação e garantir o título da terra, foi abandonado em muitas áreas já bastante tempo atrás. Na outra parte, das florestas secundárias é feita a agricultura de corte e queima, onde as florestas são usadas como estratégia de manutenção da fertilidade do solo por meio da dinâmica rotativa ou de sucessão. ■



O produtor familiar manipula o seu meio ambiente para assegurar a sua reprodução social.

3.3 O potencial das paisagens criadas por produtores familiares

O(A) produtor(a) familiar dentro do seu lote transforma a floresta primária em um mosaico com dinâmica temporal e espacial de diversos componentes de uso da terra.

Neste mosaico, a floresta, em particular a floresta secundária – mas muitas vezes também fragmentos de florestas primárias – tem um papel fundamental. Junto com as florestas primárias, mantidas nas áreas públicas circundantes, os sistemas de produção criados pela produção familiar geram serviços ambientais localmente e globalmente importantes. O Projeto **ForLive** observou que, além do potencial ambiental, o valor socioeconômico dessas paisagens dominadas por produtores familiares é significativamente maior se comparado com paisagens mais amplamente influenciadas por grandes produtores, como pecuaristas e a agroindústria.

3.3.1 O potencial ambiental

Muitos autores destacam o papel positivo de comunidades tradicionais e grupos indígenas para a preservação das florestas na Amazônia (ver, por exemplo, SCHMINK & WOOD 1992, CAMPOS & NEPSTAD 2006, CHHATRE & AGRAWAL 2009, NELSON & CHOMITZ 2009). A maior parte desses estudos se refere ao papel dos produtores familiares em proteger áreas de preservação ambiental estabelecidas em regiões relativamente remotas. Os estudos do Projeto **ForLive**, no entanto, mostram que essa observação também tem validade em contextos mais dinâmicos (incluindo assentamentos), onde produtores familiares dominam o espaço rural.

Para avaliar o potencial ambiental das paisagens influenciadas por diferentes grupos de atores, GODAR (2009) comparou indicadores qualitativos ambientais das paisagens em quatro municípios ao longo da Transamazônica: um deles dominado por

uma alta abundância de produtores familiares (Medicilândia), enquanto os outros três (Brasil Novo, Anapú e Pacajá) fortemente influenciados pela atuação de médios e grandes produtores, principalmente pecuaristas. Todos os indicadores analisados refletem o forte grau da transformação da paisagem florestal inicial (ver ► Tabela 8). Porém, o município de Medicilândia, onde predomina a produção familiar, apresentou indicadores ambientais significativamente melhores comparados com os três outros municípios afetados pela atuação de médios e grandes pecuaristas. Particularmente em Medicilândia, apesar de ter sido colonizada na mesma época dos demais, houve mais áreas de floresta contínua, uma maior conectividade dos fragmentos de floresta e, conseqüentemente, um menor índice de fragmentação.

Tabela 8**Indicadores qualitativos de paisagem de municípios com predomínio de produtores familiares versus municípios dominados por fazendeiros**

	Predominância de produtores familiares	Predominância de médios ou grandes produtores
Municípios	Medicilândia	Brasil Novo, Anapú e Pacajá
Caracterização produtiva	Agrícola (cacau, banana e café)	Predominantemente pecuária
Área ocupada por produtores familiares	71%	40% a 50%
Desmatamento por pessoa	6,8ha	9,6 até 12,5ha
% de floresta contínua (300 m)*	81	51 – 78
% conectividade da floresta (500 m)**	48	26 – 31
Fragmentação da floresta***	253	322 – 474

* Áreas de floresta situadas a mais de 300 m de distância de qualquer unidade de paisagem antropizada (estradas, pastos etc.) com base em 1987 = 100 unidades. Indica o estado de conservação efetiva da floresta madura e sua potencialidade para manter a provisão de bens e serviços.

** Definida como o número de conexões entre as manchas de floresta para uma distância funcional de 500 m com base em 1987 = 100 unidades. Indica o grau de continuidade espacial da floresta, permitindo ou dificultando processos ambientais como, por exemplo, proteção hidrológica, disseminação de sementes, trânsito de animais etc..

*** Relação entre o número de pedaços menores e não conectados de floresta em 1987 (=100 unidades) e em 2007. Assim, em Medicilândia, no ano de 2007, havia 2,53 vezes mais pedaços menores e não conectados de floresta do que em 1987

Os índices ambientais de Medicilândia sugerem que o mosaico paisagístico diverso criado pela produção familiar tem maior potencial para gerar continuamente serviços ambientais, incluindo a proteção hidrológica, sequestro de carbono, manutenção da fertilidade do solo, disseminação de sementes, fluxos genéticos, trânsito de animais silvestres etc. Dessa maneira, pode-se concluir que as paisagens criadas pela produção familiar, mesmo implicando uma forte transformação da paisagem florestal original, têm o potencial de contribuir para a manutenção das funções ambientais, principalmente se comparadas com paisagens mais homogêneas, criadas por pecuaristas e pela agroindústria.

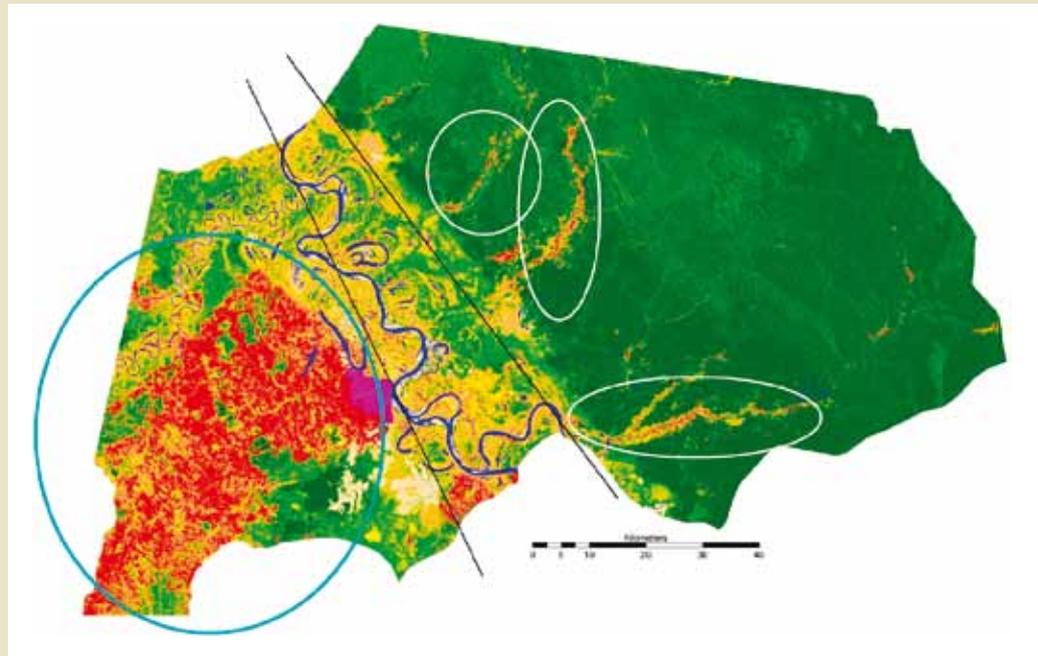
Resultados similares foram obtidos na região de Pucallpa, no Peru, onde, nas zonas com predominância de produtores familiares

tradicionais, a área florestal se manteve com pouca fragmentação e alto valor ambiental (ver ► Figura 7). Nessa região, a maneira tradicional de usar os recursos naturais sustenta o complexo sistema hídrico e os diversos tipos de vegetação. Na zona dominada por grupos indígenas e comunidades tradicionais (à direita), os produtores geraram durante várias décadas somente três áreas de penetração (círculos brancos), aproveitando solos de boa fertilidade para fazer agricultura itinerante de corte e queima com baixo impacto. Ao contrário, nas áreas cultivadas com predomínio de grupos de atores mais capitalizados, menos de um por cento da área ficou com floresta, causando fortes impactos ambientais (círculo azul). Nessa zona, os pecuaristas estenderam suas pastagens sistematicamente ao custo da floresta original.

O valor socioeconômico das paisagens dominadas por produtores familiares é significativamente maior que o das influenciadas por grandes produtores.

Figura 7

Região de Pucallpa (Peru) com áreas de predomínio indígena (à direita) e áreas com forte incidência de colonos pecuaristas (à esquerda)



Quando não há pressão excessiva do setor madeireiro, os produtores familiares aproveitam a madeira de maneira mais sustentável.

No mesmo sentido, outro estudo do Projeto **ForLive**, analisando as práticas de aproveitamento de madeira por produtores familiares na Amazônia boliviana, peruana e equatoriana (ROBLES NO PRELO), revelou que os produtores familiares em contextos caracterizados por ausência de pressão excessiva do setor madeireiro, aproveitam a madeira de suas florestas de uma maneira que assegura a manutenção das suas funções econômicas e ambientais. Este sistema local da exploração madeireira de baixo impacto tem as seguintes características: uso seletivo das árvores começando pelas espécies de maior valor comercial; dispersão espacial-temporal das intervenções simulando, até um certo nível, a dinâmica natural da floresta; diâmetro mínimo de corte de 50 cm; processamento de tábuas na floresta com motosserra; arraste de

tábuas por cavalos, e manutenção de árvores matrizes.

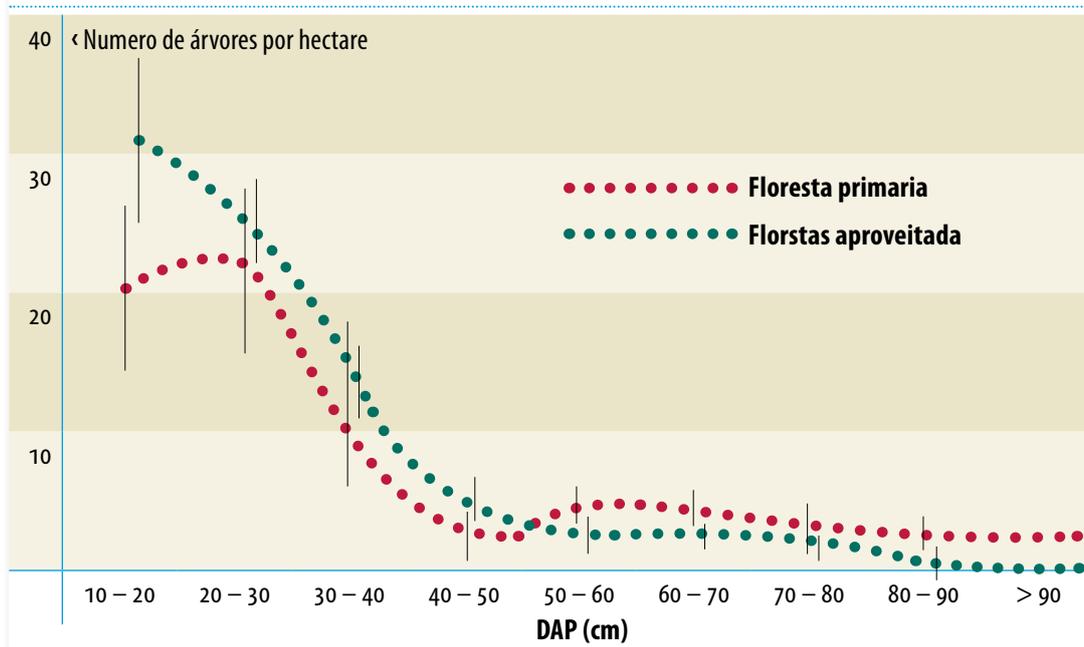
A sustentabilidade ambiental-produtiva do uso florestal local se manifestou também na composição de espécies nas florestas manejadas. Nestas, foi observada uma maior abundância de árvores de espécies comerciais (*Aniba sp.*, *Ocotea sp.*, *Dacryodes peruviana*, *Otoba parviflora* e *Vochysia sp.*) nas classes diamétricas até 60 cm DAP (diâmetro na altura do peito) do que em florestas primárias (ver ► Figura 8). Entretanto, vale destacar que estes números não consideram o perigo de uma possível extinção de algumas espécies valiosas e raras como mogno (*Swietenia macrophylla*), cedro (*Cedrela sp.*) e cedroarana (*Cedrelinga cataeniformis*).

A crescente abundância de árvores de rápido crescimento, detectada em muitas florestas secundárias nas propriedades dos produtores familiares, pode constituir uma opção bastante interessante para as famílias. Espécies comerciais como capirona (*Callycophyllum spruceanum*) e algodão da mata (*Guazuma crinita*) no Peru, ou yanavara (*Pollalesta discolor*) no Equador podem alcançar densidades de até 150 indivíduos por hectare e apresentam um alto potencial econômico. Inventários mostram que nas florestas secundárias mais velhas, de até 30 anos de idade, até 80% das árvores podem ser de valor comercial, porém, não todas com boa qualidade. Também foram identificadas várias árvores de espécies geradoras de produtos comerciais não madeireiros em florestas secundárias. Foram observadas, por exemplo, abundância até três vezes maior de castanha em florestas secundárias do que em florestas primárias (ROBLES NO PRELO).

Outra evidência do potencial ambiental da produção familiar resultou de um estudo sobre os efeitos das práticas locais de cultivo agrícola sobre a fertilidade do solo na região de Macas, no Equador (ANDERSEN 2007). A análise de nutrientes nos solos em diferentes sistemas de uso da terra nas propriedades familiares indicou que as florestas secundárias, sistemas silvopastoris e hortas familiares têm níveis de nutrientes comparáveis e até maiores do que as florestas primárias. Também um estudo sobre o uso e comercialização informal de madeira por produtores familiares e pequenos madeireiros atuando na região de Porto de Moz (Brasil) revelou que um grande número de produtores conscientemente tomam cuidado para que o madeireiro deixe árvores matrizes em suas florestas a fim de assegurar a regeneração das espécies madeireiras com potencial comercial (SATO *et al.* NO PRELO). ■

Figura 8

Comparação da distribuição diamétrica das quatro espécies mais exploradas na região de Macas (Equador) entre florestas manejadas por produtores familiares (n=6) e florestas primárias (n=3)



Uma esperança das famílias é que seus filhos tenham uma vida melhor.

3.3.2 O potencial social

A produção familiar em comparação com sistemas de produção em grande escala não somente mostra grandes vantagens em relação a aspectos ambientais, como também gera mais benefícios socioeconômicos locais.

Nesse sentido, o estudo mencionado de GODAR (2009) sobre a dinâmica da paisagem na Transamazônica mostrou também que a produção familiar gera uma renda mais regular a um maior número de famílias do que a produção em grande escala. Os resultados indicam claramente, que a pecuária, da forma como é realizada pelos grandes fazendeiros, tem pouco potencial para reduzir a pobreza, gera poucos empregos e compromete as futuras opções de uso da terra.

Segundo a Tabela 9, no município de Medicilândia – onde predomina a agricultura familiar – a renda per capita e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foram significativamente maiores comparados com os outros três municípios onde a pecuária em grande escala foi a atividade econômica dominante. A distribuição da renda foi também mais equitativa em Medicilândia, pois o índice GINI, que mede o grau da distribuição da renda, apresentou um melhor valor do que nos demais municípios pesquisados pelo estudo e mesmo quando comparado com a média de toda a região. A produtividade média dos empregados, dos empregadores e dos trabalhadores autônomos diferiu muito menos em Medicilândia do que nos outros municípios indicando um menor grau de desigualdade entre os diferentes atores. No caso

Tabela 9
Indicadores municipais de desempenho socioeconômico

	Medicilândia	Brasil Novo	Anapú	Pacajá	Região	
PIB per capita (2004)	11,835	5,265	9,910	4,271	4,876	
Índice de desenvolvimento humano (IDH) (2000)	0.71	0.67	0.65	0.66	0.67	
Índice GINI (2000)*	0.41	0.46	0.48	0.53	0.44	
Produtividade média (2000) (R\$/mês)	Empregadores	1,611	4,143	2,584	12,627	4,127
	Trabalhadores empregados	805	617	579	659	644
	Trabalhadores autônomos	1,179	833	946	701	859
População abaixo do nível de pobreza 2000 (%)**	47	44	57	69	51	
Mortalidade total 2004 (por cada 1000 habitantes)	3.13	3.28	8.62	4.25	3.80	
Unidades de saúde por 10.000 hab. (2003)	4.4	3.6	6.7	2.5	4.0	
Taxa de alfabetização 2000 (%)	79	79	73	74	78	
Taxa de abandono na escala primária 2004	17.30	11.00	31.70	21.50	17.83	

*Índice de Gini: mede o grau de concentração da distribuição de renda, cujo valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (desigualdade máxima). (IBGE)

**Proporção de pessoas que convivem em família com renda mensal inferior a meio salário mínimo per capita

extremo de Pacajá – um município bastante influenciado pela pecuária – um empregador ganhou 20 vezes mais do que um empregado, enquanto em Medicilândia essa proporção foi somente duas vezes maior. Também a percentagem da população abaixo da linha da pobreza foi menor em Medicilândia do que nos outros municípios com maior número de grandes produtores. Em termos de saúde e educação, os índices mostram o grande

potencial da agricultura familiar como aquela praticada em Medicilândia. A taxa de mortalidade da população neste município foi a mais baixa da região (apesar da presença de somente uma unidade de saúde). Da mesma forma, a taxa de alfabetização foi melhor e a taxa de abandono da escola primária esteve entre as menores ao longo da Transamazônica. ■



Sob condições favoráveis, os produtores familiares demonstraram capacidade de criar paisagens ambientalmente estáveis.

3.4 A consolidação da dinâmica de transformação

Os estudos do Projeto **ForLive** indicaram que o processo de transformação da paisagem por produtores familiares – em contextos favoráveis – segue principalmente três fases:

1. o desmatamento para a agricultura, muitas vezes acelerado pela necessidade formal de provar a posse da terra;
2. o cultivo de diversos produtos, geralmente relacionados com uma expansão das áreas agrícolas e, frequentemente, como suporte institucional para a difusão de tecnologias; e, finalmente,
3. a otimização do sistema de produção dentro da propriedade, resultando em um processo de consolidação ambiental, o que contribui para a estabilização da paisagem.

Com base nos estudos do Projeto **ForLive**, pode-se afirmar que esta sequência típica da evolução da produção familiar com potencial para consolidação ambiental é resultado de três fatores principais: primeiro, a disponibilidade limitada de mão de obra e capital, que restringe a possibilidade de famílias de acumular novas terras; segundo, a existência de um conjunto de tecnologias de produção localmente adaptadas, compatíveis com as condições socioambientais; e, por fim, a cultura conservadora das famílias, enfocando na atuação em suas próprias áreas e evitando experimentos bruscos de larga escala. O processo de consolidação ambiental do sistema de produção é também um reflexo da baixa disponibilidade de recursos na propriedade. Na realidade, a diminuição das florestas e a acumulação de áreas degradadas nas propriedades ao longo do tempo geram a necessidade de adaptações para otimizar o aproveitamento dos recursos cada vez mais limitados com base em experimentos contínuos. Este processo de otimização gradual se mostrou como uma característica intrínseca do sistema de produção familiar.

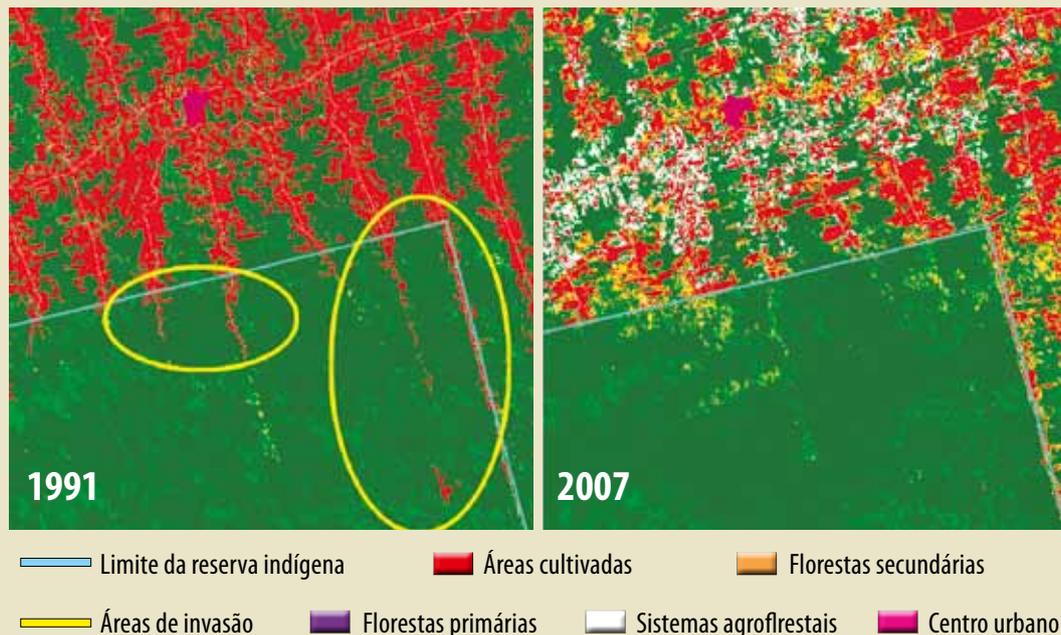
Independente deste potencial, na prática, essa última fase da consolidação é raramente observada, especialmente por dois motivos: a longa duração do processo de várias décadas, e os contextos geralmente desfavoráveis que marginalizam os produtores familiares (ver ► capítulo 4). Ainda assim, em algumas situações foi possível observar este processo de consolidação, por exemplo, no caso do Município de Medicilândia que, comparado com outras situações na região, mostra

condições mais favoráveis para a produção familiar. Neste município, desde o início, o processo de colonização se direcionou exclusivamente à produção familiar e não aos grandes produtores. Adicionalmente, o município apresenta algumas áreas com solos de boa qualidade, distâncias razoáveis aos mercados, boa organização dos produtores e demarcação fundiária a favor das famílias.

A Figura 9 mostra o processo de transformação e consolidação da paisagem em Medicilândia pela atuação dos produtores familiares. Em 1991 (à esquerda), a maior parte da área assentada foi desmatada para a atividade agropecuária (vermelho). Ainda havia grandes áreas de florestas primárias (verde escuro). Em 2007 (à direita), uma parte conside-

Figura 9

Imagens de satélite de uma parte do município de Medicilândia na Transamazônica em 1991 (à esquerda) e 2007 (à direita).



rável da área agropecuária do ano 1991 foi transformada em uma mistura de agropecuária, capoeiras (amarelo), florestas secundárias (laranja) e plantações de cacau (branco) muitas vezes com árvores individuais.

Outro detalhe interessante é a visibilidade da proteção da floresta exercida pela reserva indígena *Arara* (linha azul) durante o processo de colonização. Apesar de criada desde a década de 1980, somente a partir do ano 1989, depois de conflitos violentos entre colonos e grupos indígenas, o governo começou a controlar efetivamente a área e expulsou as famílias que já estavam ilegalmente assentadas na reserva. Como consequência, as áreas de colonização do ano de 1991 (vermelho) voltaram a ser floresta (verde) no ano de 2007. A partir da proteção instituída pelo governo, a reserva mostra-se como uma barreira efetiva ao processo de desmatamento. No entanto, deve ser considerado que, como reflexo desse controle, muitas das famílias de colonos retiradas da reserva *Arara* começaram a ocupar outras áreas públicas e privadas sem status de reserva. Independente disso, o mosaico entre o verde claro e o escuro dentro da área de reserva mostra que, em grande parte, as florestas foram exploradas por sua madeira. Porém, estas atividades madeireiras – indicadas pela mudança na composição das cores na imagem – diminuíram consideravelmente depois da regularização da situação na reserva, possibilitando a recuperação de grande parte da floresta. ■



As mulheres têm papel fundamental no aproveitamento do potencial dos recursos naturais de forma sustentável.

4 A marginalização do(a) produtor(a) familiar

O capítulo anterior demonstrou o potencial dos produtores familiares em criar estratégias de uso de terra de alto valor ambiental, econômico e social.

Mesmo transformando a maior parte das florestas primárias dentro de suas propriedades individuais, o(a) produtor(a) familiar mostra capacidade de gerar paisagens com alto valor ambiental caracterizadas por um mosaico de diversos componentes de uso da terra. Porém, no contexto institucional da região, este potencial é raramente aproveitado. O Projeto **ForLive** revelou, em todas as regiões estudadas, uma dinâmica de desenvolvimento que marginaliza os produtores familiares. Esta marginalização tem raízes na história da colonização da Amazônia, que ainda hoje exerce forte influência sobre quem tem acesso às oportunidades de desenvolvimento. ■



O currículo das escolas se orienta pela vida urbana e insuficientemente considera as demandas da produção familiar.

4.1 A trajetória histórica do “desenvolvimento” na Amazônia

Cinco séculos de colonização e exploração da região e de suas populações formaram estruturas sociais que ainda hoje influem na dinâmica na região.

Desde o início da época colonial, os europeus estabeleceram mecanismos para explorar os recursos de seu interesse (drogas de sertão, ouro, cana de açúcar etc.). Além disso, após o primeiro contato entre os “conquistadores” e os povos indígenas, inúmeras organizações religiosas chegaram à região para a disseminação da “palavra de Deus” e da cultura cristã.

A marginalização dos produtores familiares tem raízes na história da colonização da Amazônia.

O invento da propriedade privada

Um período importante, com reflexos até hoje, foi o século XIX, quando muitos países proibiram a escravidão. Para garantir o acesso aos recursos e a possibilidade de continuar com a exploração da mão de obra local, a classe dominante introduziu a propriedade privada da terra em 1850 com a votação da Lei da Terra no Brasil (WIENOLD 2006). Como consequência, teve início um processo extenso de transformação de áreas públicas em propriedades privadas, acelerado na segunda metade do último século com a crise da reforma agrária. Paralelamente, a elite social tratou de estabelecer mecanismos para evitar que as populações locais pudessem aproveitar as mesmas possibilidades e, assim, sair de sua dependência patronal. Eles inventaram, por exemplo, diferentes formas legais de “tolerar” a presença dos produtores em terras públicas ou privadas, principalmente para não passar às famílias libertas o título legal da propriedade. Assim, apesar de ser legalmente possível obter o título da terra



com base no documento de posse, os produtores na prática foram excluídos dessa oportunidade por meio da criação de regulamentos e procedimentos legais complexos, demorados e burocráticos (BUNKER 1985). Este tipo de “tolerância legal” das famílias em suas terras contribuiu para motivá-las a permanecer em seu lote e prolongou sua subordinação aos interesses das elites.



Muitas comunidades sofrem com falta de comunicação e vivem isoladas do resto da população.

Iniciativas de colonização

Outro processo influente foi a colonização da Amazônia iniciada nas décadas de 1960 e 1970 e forçada por regimes militares para assegurar interesses geopolíticos e econômicos. Um motivo importante para “cultivar” a região e integrá-la à economia nacional era aliviar situações de tensão e conflitos sociais em regiões já caracterizadas por latifúndios, evitando ou adiando dessa maneira as pressões por reformas estruturais. Em conformidade com a filosofia de John Locke, esta “segunda colonização” da região foi justificada pela

transformação das terras florestadas “socialmente inúteis” em “áreas cultivadas”. Este processo reforçou a desigualdade predominante na região amazônica. Os atores já capitalizados – como, no Brasil, os empresários do sul do país – receberam incentivos para se instalar na região, enquanto os pequenos colonos, que fugiram de situações de escassez ou conflito nas regiões de origem, não receberam muito apoio do governo. No Brasil, já no ano de 1974 (quatro anos depois do lançamento do Plano Nacional de Integração), o Estado retirou abruptamente o suporte que fornecia às novas áreas de colonização induzida por produtores familiares, embora tivesse continuado apoiando a ocupação empresarial da região oferecendo infraestrutura (estradas etc.) e crédito por meio da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e de outras instituições (TRECCANI 2001).

Sociedades isoladas nas áreas rurais

Os processos históricos da exploração dos recursos da região com base nos interesses de atores poderosos resultaram em situações típicas, que ainda hoje são encontradas em muitas partes da Amazônia rural. Essas situações são caracterizadas por um alto nível de informalidade, determinado principalmente por instituições locais e informais. Nesses contextos rurais, onde o Estado é pouco presente e serviços públicos não são acessíveis, as sociedades locais, formadas por famílias pobres, muitas vezes atuando na dependência de um patrão, têm um alto grau de autonomia em relação às estruturas formais da sociedade, com pouco contato e comunicação com atores de fora. As famílias manejam seus recursos com base no seu con

hecimento e em conformidade com as suas culturas e tradições. Geralmente, os sistemas de produção são simples e diversificados, baseiam-se em conhecimentos tradicionais e têm um baixo nível de mecanização. São sistemas que contam quase exclusivamente com a mão de obra familiar e evitam, por falta de capital, qualquer tipo de investimento. São sistemas de produção de baixo risco econômico, direcionados a garantir a segurança alimentar das famílias. Dessa maneira, estes sistemas não têm como objetivo a acumulação de capital. No contrário, mantêm a forma produtiva predominante na subsistência com baixa conectividade com os mercados locais. Muitas vezes, a comercialização fica nas mãos de intermediários (atravessadores) ou

do patrão. Como consequência, os pequenos produtores ganham pouco ou ficam devendo ao patrão ou ao intermediário. A produção é altamente concentrada nas propriedades individuais. Assim, as florestas fora das propriedades individuais são usadas de forma extensiva para o extrativismo e, normalmente, apenas para satisfazer necessidades imediatas do consumo familiar. Em função da baixa intensidade de uso e da pouca densidade da população, a paisagem apresenta uma abundância de recursos naturais com alta qualidade ambiental. Por outro lado, as famílias são geralmente pobres e, frequentemente, a situação alimentar e de saúde são precárias. ■



Historicamente, a exploração madeireira se limitou aos rios como único meio de transporte.

4.2 O reflexo de processos históricos na dinâmica de hoje

Mais recentemente, sobretudo depois da construção das primeiras estradas a partir dos anos 1960, a região passou a receber um grande número de atores.

Além das milhares de famílias deslocadas pelos inúmeros projetos de assentamentos ou que migraram para a região em busca de uma vida melhor, atores capitalizados também trataram de aproveitar as oportunidades na Amazônia. O Estado incentivou estas migrações com o objetivo de desenvolver a economia, atraindo inclusive atores internacionais, dos quais alguns tinham interesses comerciais nos recursos da região, enquanto que outros se-engajaram na conservação de sua biodiversidade.

A entrada destes atores nacionais e internacionais, cada qual com interesses específicos sobre os recursos da região, resultou inevitavelmente em uma confrontação com as populações locais que viviam em condições pós-coloniais, como descritas anteriormente. Este confronto com atores recém-chegados em novos contextos institucionais gerou, por um lado, oportunidades de melhorar as condições de vida tanto para as famílias locais, que vivem desde séculos em condições de pobreza e dependência, como também para as famílias atraídas à região pelas promessas de fugir da miséria. O Projeto **ForLive** demonstrou que a desigualdade estrutural determinada historicamente, com um número limitado de atores poderosos de um lado e um grande número de produtores familiares de outro, restringiu significativamente as capacidades das famílias mais pobres de usar as oportunidades da região a seu favor. Dessa maneira, a realidade amazônica prova que o capitalismo agrário cresceu nas suas periferias, não através da concentração de capital e da geração de emprego, mas através de modelos de produção extensiva com base na repressão e instrumentalização de pequenos produtores (WIENOLD 2006).

Acumulação de terras: o sistema de grilagem

Nas economias agrárias, assim como na Amazônia, o acesso à terra é a base fundamental da produção. Além disso, a propriedade da terra muitas vezes traduz o peso político de seu proprietário (BARDHAN 2000). Por este motivo, atores capitalizados têm grandes interesses em assegurar o direito de propriedade e acesso aos recursos naturais. Em muitas regiões, é comum encontrar famílias poderosas que conseguiram e ainda

conseguem acumular grandes áreas em terras públicas e terras de uso tradicional, aproveitando as falhas de um sistema de cadastro legal de terra completamente ineficiente (BARRETO *et al.* 2008). Especialmente na Amazônia Brasileira, o negócio de “organizar” a propriedade legal do recurso (conhecida como “grilagem”) é realizado por atores semiprofissionais (chamados de “grileiros”). Eles “providenciam” documentos que disfarçam a origem da terra ocupada ou colonizada (BENATTI *et al.* 2008). Este processo de ocupação ilegal conclui com o reconhecimento formal do direito de propriedade pelo Estado, que concede títulos de terra ou certificados de autorização de uso, os quais são vendidos aos interessados como fazendeiros ou madeireiros. Estimativas conservadoras indicam que existem no Brasil cerca de 100 milhões de hectares de terras griladas, dos quais 85 milhões estão nos Estados do Amazonas e do Pará (IPAM 2006, TRECCANI 2008, INCRA S.D.)⁵.

Para realizar a grilagem da terra, é necessário ter o controle da área e contar com a corrupção nos cartórios responsáveis pelo registro da área. Por causa destes requerimentos, a grilagem é uma estratégia quase exclusivamente usada por grandes produtores, que dispõem dos recursos e conhecimentos necessários. Em dezembro de 1999, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) notificou todos os supostos donos de terra no Brasil que têm mais de 10.000 hectares e exigiu a apresentação dos títulos de terra. No Pará, 207 dos 73.000 proprietários não responderam. Aqueles 207 supostos donos (ou 0,28% do número total das propriedades cadastradas) possuíam títulos em seu nome que representavam 34% do total da área cadastrada no Pará (DI SABATTO 2001),

⁵ Em nossa avaliação, a classificação desta estimativa como “conservadora” é justificada. No caso do Pará, por exemplo, somente no município de São Felix do Xingu, que abrange uma das pelo menos três fronteiras muito ativas no Pará, os cartórios registraram 10 milhões de hectares acima do tamanho do município.

que é o segundo maior Estado em extensão do país com um território três vezes maior do que a Alemanha. Em 2005, um levantamento realizado pelo Instituto de Terras do Pará (Iterpa) junto aos cartórios do interior do Estado revelou mais de 9.000 documentos irregulares de posse de terra entre as grandes propriedades registradas em nome de pessoas físicas ou jurídicas, como fazendas, empresas madeireiras, agropecuária, entre outras, bloqueando aproximadamente 500 milhões de hectares de terra no Estado. O fato que a área total do Estado é de somente 125 milhões de hectares aponta a dimensão da fraude cartorária e da grilagem de terras do Estado e da União (GREENPEACE 2005).

Em muitos contextos, o estabelecimento de propriedades produtivas é catalisado por programas públicos de financiamento ou subsídios. MARGULIS (2003) denominou este fenômeno de acumulação de terra como “fronteira especulativa” – diferente da “fronteira consolidada” – que, por sua vez, descreve o uso subsequente da terra por novos proprietários interessados, não tanto na expectativa de obter bons preços pela terra, mas sobretudo pelos lucros do uso produtivo de seus recursos. Entretanto, mais recentemente, esse processo de expansão agrária passou a não depender tão intimamente da existência de subsídios públicos, e sim das oportunidades econômicas geradas pela globalização, que voltam a ser, cada vez mais, o principal motivo da ocupação de terras com fins produtivos (POKORNY & MONTERO 2007). Esta internalização do processo é facilitada ainda mais pelas debilidades do poder público e pelos preços extremamente baixos da terra e da mão de obra (RODRIGUES 2004, SOBRAL ESCADA *et al.* 2005).⁶

⁶ Confira REIMBERG (2009) quanto à correlação espacial entre desmatamento e a libertação de trabalhadores cativos em condições semelhantes as da escravidão.



O programa IIRSA acelera o desenvolvimento de infraestrutura na região. Porém, os projetos ignoram as necessidades dos produtores familiares.

O exemplo dos pecuaristas

A produção de carne é uma atividade produtiva de forte crescimento e com grande importância para a região, principalmente no Brasil e Bolívia. Somente no Brasil, em 2007, mais de 10 milhões de cabeças de gado foram abatidas, o que significa um incremento de 43% comparado com 2004. No mesmo ano, um terço da carne exportada pelo Brasil foi originada exclusivamente na Amazônia (SMERALDI & MAY 2008). O estudo de GODAR (2009) em três municípios ao longo da Transamazônica mostra que a pecuária na região está intimamente relacionada com um processo de acumulação de terras nas mãos de poucas famílias.

A Figura 10 mostra para três municípios da região da Transamazônica no Estado do Pará, a distribuição de terras entre diferentes categorias de propriedade no ano de 2007. Observou-se que, apesar da distribuição de terras predominantemente a produtores familiares no início do programa, no ano de 2007, menos de um terço da área colonizada continuou nas mãos de produtores familiares. Quase a metade da área ocupada esteve sob o controle de grandes produtores, principalmente pecuaristas. Outros 22% foram ocupados por produtores de médio porte, com áreas de 200 até 600 hectares. A Figura também mostra que muitos grandes produtores ocuparam terras distantes da estrada, onde é possível praticar uma pecuária exten-

siva e onde os preços da terra são relativamente baixos. Aparentemente, há dois tipos de pecuaristas na região da Transamazônica, que seguem diferentes estratégias: primeiro, os que preferem ocupar áreas mais distantes da estrada principal, aproveitando-se da fraca presença do Estado e seus mecanismos de controle; e segundo, aqueles que frequentemente compram lotes dos pequenos produtores – muitas vezes de maneira forçada – com acesso a infraestrutura (GODAR 2009).

As informações da Tabela 10 confirmam a existência de um processo de expulsão dos produtores familiares de seus lotes originais por grandes produtores. Os dados sugerem uma relação estreita entre o crescimento e o tamanho da propriedade individual. Na região estudada, quase 90% dos grandes proprietários aumentaram sua área, enquanto somente 16% dos produtores familiares o fizeram. Também o grau de expansão foi muito maior no caso dos grandes proprietários se comparado com os pequenos. Em média, os grandes proprietários aumentaram suas propriedades em 1.380 hectares, enquanto os poucos produtores familiares expandiram modestamente seus lotes, em torno de 10 hectares. Aliás, Rodrigues (2004) relata que mais de 80% dos títulos de propriedade em áreas públicas repassados pelo INCRA entre 1992 e 1998 se referem a áreas maiores de 1.000 hectares.

O Projeto **ForLive** observou processos de acumulação de terra similares à situação na Transamazônica em quase todas as áreas de estudo nos quatro países, muitas vezes, como resultado de uma dinâmica histórica (Blum 2009). No Estado do Acre, por exemplo, quase todas as áreas ao longo das estradas principais são atualmente ocupadas por fa-

Figura 10
Proporção das áreas ocupadas no ano de 2007 por atores com diferentes tamanhos de propriedade nos municípios de Brasil Novo, Anapú e Pacajá ao longo da Transamazônica (modificado do Godar *et al.* 2008).

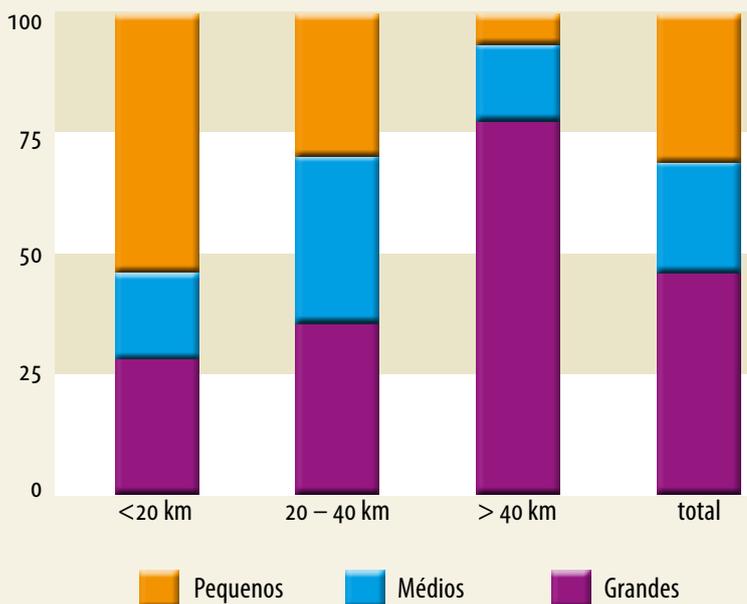


Tabela 10

Tendência de crescimento da área individual por atores com diferentes tamanhos de propriedade na região da Transamazônica (N = 94 entrevistas)

Ator	N	Proporção dos produtores aumentando sua área individual (%)	Tamanho média do aumento da área (ha)
Produtor familiar (menor que 100 ha)	70	16	10
Produtor médio (200 – 600 ha)	14	50	98
Produtor grande (maior que 600 ha)	10	90	1380

zendeiros. Porém, a presença de ilhas de árvores frutíferas na beira das estradas ainda faz lembrar a ocupação original das áreas por produtores familiares.

Grandes produtores, ao contrário dos produtores familiares, têm uma forte tendência a expandir suas áreas de produção extensiva de gado. Isso não se deve somente às deficiências de suas práticas de uso da terra pouco adaptadas às condições locais (implicando um processo acelerado de degradação ambiental), mas, segundo Godar (2009), porque faz parte de sua visão imediatista do processo produtivo, que busca a acumulação dos benefícios em vez de otimizar o seu uso. Aproveitando-se a falta de controle público, os grandes produtores abusam das possibilidades

Muitas famílias são ameaçadas por atores capitalizados que chegam à região com interesses em seus recursos.



des para explorar novas áreas, ampliando sua produção de forma extensiva. Assim se pode concluir que, enquanto os atores capitalizados investem seus lucros na compra de novas áreas, os produtores familiares tendem, no primeiro lugar, a reinvestir no mesmo lote para intensificar ou consolidar o seu sistema de produção, e somente depois investem na compra de novas áreas (ver ► capítulo 3).

Outros exemplos da acumulação de terra

Ao contrário do Brasil e Bolívia, onde a dinâmica de ocupação das terras é influenciada por pecuaristas, na Amazônia Peruana, o grupo principal são empresas da agroindústria que cultivam dendê (*Elaeis guineensis*) para a produção de biodiesel (MAERZ 2008, BLUM 2009). Atraídas por uma política neoliberal, muitas empresas – também com capital internacional – começaram a apoiar a produção de dendê (*Elaeis guineensis*) (JONASSE 2009), principalmente nas regiões com grandes investimentos em estradas, como em Pucallpa, e em torno de Puerto Maldonado, onde o projeto da Estrada Inter-Oceânica se desenvolve rapidamente. Mes-

mo na Amazônia equatoriana, tradicionalmente dominada por produtores familiares e propriedades indígenas, surgiram as primeiras indicações da expansão da agroindústria em consequência dos grandes investimentos atuais na construção e pavimentação de estradas, principalmente no Norte da região (KILLEEN 2007). Porém neste caso, a estratégia do setor privado está mais direcionada à instrumentalização da produção familiar nas cadeias produtivas (ver ► capítulo 5).

No Equador, como em muitos outros países amazônicos, o processo de apropriação de recursos mais conhecido é a exploração do estoque de minerais, petróleo e gás, principalmente por empresas multinacionais (ACOSTA & FALCONÍ 2005). Em geral, quando são identificados estoques economicamente lucrativos, as famílias que moram nas regiões de prospecção têm poucas possibilidades de impedir a exploração dos recursos (THOMAS 2008) e, como consequência, são muitas vezes expulsas de suas áreas. A mesma afirmação é válida para vários projetos de construção de barragens visando a geração de energia (SANCHEZ 2007). Devido ao relevo pouco ondulado na Amazônia, as áreas inundadas são imensas e normalmente afetam um grande número de famílias, muitas vezes, deslocadas para novos vilarejos, onde não têm a possibilidade de continuar com suas atividades econômicas. Atualmente, na Amazônia, as barragens em construção ou planejadas deverão afetar mais de 35.000 km² (HOLT-GIMÉNEZ & SPANG 2005, SPANG 2005, EARTHJUSTICE 2007).

No Norte da Bolívia há também outro tipo de sistema de ocupação da terra, que é relacionado com o fenômeno histórico das *barracas*. As *barracas* foram grandes áreas flores-



tais controladas por um número reduzido de famílias poderosas com o direito de colheita da castanha. Historicamente, as *barracas* foram estabelecidas para a exploração da seringa, que perdeu valor na década de 1980. Estas famílias construíram verdadeiros impérios, exercendo forte influência na política regional e nacional. Devido às reformas agrárias, muitas dessas famílias perderam as suas terras. Por exemplo, a família *Hecker* ficou com somente cerca de 20 hectares de propriedade individual dos mais de 200.000 hectares demandados inicialmente. Porém, nessa situação, muitas dessas famílias buscaram outras possibilidades de assegurar controle sobre as florestas, aproveitando sua influência política. Algumas conseguiram receber concessões florestais não madeireiras para grandes áreas, enquanto outras, como a família *Hecker*, converteram suas áreas em comunidades camponesas, assegurando informalmente seu



A maioria das estradas na região são construídas por atores capitalizados, particularmente da indústria madeireira, para chegar aos recursos de seu interesse.

controle. Assim, apesar de vários esforços de reforma agrária, as famílias poderosas ainda controlam imensas áreas de floresta de forma indireta (STOIAN 2005).

Também o modelo de concessão florestal pode ser interpretado como uma forma de controle dos meios de produção. Neste caso, o governo vende o direito de explorar os estoques de madeira de grandes áreas em florestas públicas com base em planos de manejo florestal. Apesar das enormes dificuldades em assegurar a qualidade do manejo pelos concessionários (GRAY 2002), esse modelo é utilizado pela maior parte dos governos na Amazônia para disponibilizar florestas públicas ao setor privado. Por causa dos complexos processos burocráticos de licitação e pela necessidade de grandes investimentos em máquinas pesadas e equipamentos, é quase impossível para produtores familiares aces-

sarem estas concessões segundo as exigências legais estabelecidas. Mesmo a participação de empresas madeireiras de médio porte, promovida pela política geral de alguns governos (IMPrensa Nacional do Brasil 2005), depara-se com grandes dificuldades por falta de capital e insuficiente capacidade profissional. As empresas que conseguem obter concessões controlam grandes áreas durante um ciclo de corte geralmente de 20 a 30 anos. Considerando a baixa produtividade das florestas primárias, uma empresa de médio porte requer áreas de concessão de, no mínimo, 30.000 hectares para abastecer sua indústria durante esse período. Independente dos esforços para proteger a população local e assegurar a continuidade do uso tradicional das áreas, geralmente, os atores locais que moram dentro ou ao redor das áreas de concessões são excluídos – muitas vezes pela própria legislação florestal – do uso das florestas exploradas pelo concessionário.

Em alguns casos, comunidades tradicionais e indígenas conseguiram o direito de utilizar maiores áreas de floresta, como no caso do projeto Ambê na Flona Tapajós, uma floresta nacional, no Estado do Pará, Brasil. Neste caso os comunitários locais, fortemente subsidiados por organizações de desenvolvimento e pelo governo, manejam uma floresta pública de 25.000 hectares (MEDINA & POKORNY 2008). Existem ainda várias formas de reservas indígenas e extrativistas, através das quais as populações locais receberam o direito de explorar as florestas com base em planos de manejo autorizados. Esse modelo se observa, por exemplo, na Bolívia, onde há concessões de florestas públicas com respaldo dos governos municipais às chamadas Agrupações Sociais do Lugar (ASLs), e também nas reservas indígenas no Peru e

As concessões florestais podem funcionar como uma das formas de controle da terra.

Equador, ou nas Reservas Extrativistas ou Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) estabelecidas pelo governo brasileiro. Entretanto, na grande maioria dessas iniciativas, as famílias têm problemas para atender às exigências técnicas (MEDINA & POKORNY 2008, BENNEKER 2008, PACHECO *et al.* 2010). Diante desta situação, o setor privado começou a explorar sistematicamente as possibilidades de acessar recursos madeireiros através de grupos comunitários para abastecer suas indústrias (LIMA *et al.* 2003, PANTOJA 2008).

A instrumentalização dos produtores familiares

Em geral, observou-se nas áreas de estudo a tendência de que mais e maiores produtores de carne, soja, madeira ou biodiesel, ao invés de buscarem a propriedade individual, aplicam estratégias de instrumentalização dos produtores familiares como forma de suprir suas indústrias. Em vez do controle direto sobre a terra, estes grandes produtores preferem controlar os meios de produção, aproveitando a sua posição privilegiada nos mercados e redes de distribuição de mercadorias, sobre os quais os produtores familiares têm usualmente menos informação e menor capacidade de acessá-los. Para os grandes produtores, a estratégia de instrumentalização tem a vantagem de deixar grande parte da responsabilidade e do risco econômico com os produtores familiares, que assumem parte dos investimentos por meio da sua contribuição com mão de obra e terras. Esta estratégia é especialmente conveniente considerando os vários incentivos à regularização fundiária, os preços elevados para terras férteis com acesso à infraestrutura e da melhor organização de muitas famílias apoiadas

por grupos voltados ao desenvolvimento. Desta maneira, os grandes produtores têm mais flexibilidade (e menos riscos) para expandir ou reduzir o seu negócio de acordo com as dinâmicas emergentes nos mercados, não imobilizando seu capital com a aquisição de terra e reservando seus recursos para investir em atividades da agroindústria e de outros setores.

Um setor onde a instrumentalização do(a) produtor(a) familiar sempre teve (e ainda tem) uma grande importância é o setor madeireiro. Na realidade, grande parte da madeira aproveitada por empresas madeireiras é de origem local (NEPSTAD *et al.* 2004, ASNER *et al.* 2005, LENTINI *et al.* 2005, BRANDÃO JR. & SOUZA 2006). Também nas regiões estudadas, a maior parte da madeira consumida pelas serrarias vem de propriedades familiares, onde os produtores vendem as árvores ou tábuas de madeira por preços baixos a empresas ou comerciantes. Geralmente, as empresas aproveitam a madeira das áreas comunitárias sem cumprir as normativas técnicas, e, muitas vezes, sem pedir a autorização das famílias (MEDINA & SHANLEY 2004). O Projeto **ForLive** confirmou o uso informal de madeira como a forma mais comum de exploração madeireira na região (SATO *et al.* NO PRELO). Recentemente, houve um drástico crescimento no número de planos de manejo para extrair legalmente a madeira das propriedades de produtores familiares. Assim, madeireiros estabelecem “parcerias” com os comunitários, nas quais tomam a responsabilidade pela “legalização” e exploração da madeira (LIMA *et al.* 2003). Na Bolívia, por exemplo, dos planos de manejo aprovados pelas autoridades, mais de um milhão de hectares foram de manejo em terras comunitárias e indígenas, com uma

Grandes produtores tendem a instrumentalizar os produtores familiares como forma de suprir suas indústrias.



Um das poucas possibilidades para os produtores se beneficiarem da exploração madeireira comercial é o transporte das toras em caminhões automontadas.

tendência a crescer. Considerando que recentemente grandes áreas florestadas foram formalmente designadas para produtores familiares e comunidades (WHITE & MARTIN 2002), esta situação deverá se manter e os produtores familiares continuarão sendo os fornecedores principais da madeira explorada informalmente, sem plano de manejo também no futuro.

Foram observados vários outros exemplos do vínculo da produção familiar a processos comerciais sob controle absoluto de atores externos. O sistema de extração castanheira no norte da Bolívia é bem conhecido, onde poucas e poderosas famílias “empatronavam” indígenas para o trabalho na floresta e construíram verdadeiros impérios no sistema de *barracas*. Mesmo após várias etapas da reforma agrária, um grupo pequeno de industriais aproveitou seu poder político e o controle sobre o capital necessário para a colheita, processamento e beneficiamento da castanha para assegurar que as florestas com maior potencial econômico permanecessem à sua disposição. Assim, os descendentes dos trabalhadores nas barracas ficaram somente com as florestas de baixa produção em áre-

as remotas, enquanto se reforçava a situação de dependência entre os trabalhadores e seus patrões (DE JONG *et al.* 2006, PACHECO 1992).

Outro exemplo para as inúmeras formas da instrumentalização é a figura do “criador ambulante”, conhecido no Pará e em outros Estados no Brasil. Nesse exemplo, pecuaristas arrendam gado para produtores familiares com o objetivo no médio prazo de estabelecer sistemas de produção pecuária em Projetos de Desenvolvimento Sustentável, assentamentos estaduais originalmente dedicados principalmente à produção florestal. Dessa maneira, os fazendeiros induzem um processo de desmatamento realizado pelas famílias, que acabam por assumir a responsabilidade e o risco desta atividade ilegal. Uma vez que as famílias saem do assentamento, o fazendeiro pode comprar com pouco dinheiro o lote já desmatado da família. Dessa maneira, ainda que indiretamente, a política de assentamen-



O fogo é usado para demarcar áreas cultivadas para mostrar propriedade.



Nas áreas de fronteira ficam somente os trabalhos piores para as famílias pobres.

tos pode promover a acumulação de terras nas mãos dos grandes fazendeiros (GODAR 2009). Como contraproposta, estão sendo desenvolvidas pelos próprios movimentos sociais locais modalidades alternativas de assentamentos. Embora essas propostas ainda não estejam consolidadas, elas indicam a proatividade dos atores locais a partir de sua experiência com os fazendeiros.

No Pará, Brasil, também se observou que atores capitalizados estabeleceram tipos de assentamentos privados. Eles construíram, sem autorização, estradas em florestas públicas e venderam lotes ao longo delas para pequenos produtores. Em um segundo momento, eles aproveitaram estas áreas e a mão de obra das famílias para abastecer suas indústrias, por exemplo, comprando por preços baixos a madeira das florestas ou produtos agrícolas, principalmente arroz, cultivado em áreas recentemente derrubadas. Inúmeras vezes, como na região de Santarém no Brasil, os grandes produtores se beneficiam ainda em um terceiro momento, quando recompram por um preço baixo as áreas dos produtores familiares, já desmatadas e degradadas, para estabelecer cultivos mecanizados de soja. Assim, os investidores conseguem se beneficiar de imensas áreas, com pouco risco



No âmbito de uma crescente demanda para biodiesel, empresas colaboraram com produtores familiares para ganhar área de cultivo de dendê (*Elaeis guineensis*).



e grandes lucros. Como no caso dos pecuaristas, esses investidores seguem a estratégia de expansão e, pouco a pouco, constroem novas estradas (BENATTI *et al.* 2008).

No Peru, em particular ao longo das duas grandes estradas na Amazônia nas regiões de Pucallpa e de Puerto Maldonado, observar-se que a indústria de biodiesel, além de comprar terra para a produção da matéria-prima, explora sistematicamente as possibilidades de produzir dendê (*Elaeis guineensis*) nas áreas dos produtores familiares. Através da oferta de créditos e de assistência técnica, muitas vezes apoiada pelo Estado, eles conseguiram convencer rapidamente um crescente número de produtores a substituir seus sistemas diversificados de produção agrícola-florestal pela cultura do dendê. Devido aos preços atrativos e à existência de programas de fomento, os produtores rurais têm grande interesse nesta opção (FERREYROS & MEDINA NO PRELO, MAERZ 2008).



Em muitas regiões, grandes pecuaristas usam produtores familiares na expansão de suas áreas de pastagens.

No Equador as elites econômicas não são tão presentes na região amazônica devido à falta estrada e a uma estrutura fundiária tradicionalmente dedicada às populações locais. Outros fatores importantes para a pouca presença de grandes investidores no uso da terra é a ausência da estação seca, que dificulta o uso de fogo, e um relevo mais ondulado que não favorece a utilização de máquinas. Apesar disso, com os recentes investimentos na construção de estradas, os grandes produtores começam a ganhar importância na região. Há uma dinâmica vigorosa de crescimento da indústria madeireira e de biodiesel ao longo das novas estradas (KILLEEN 2007).

Alem das diversas formas de instrumentalização dos produtores familiares pela apropriação de recursos e produtos, frequentemente os atores capitalizados usam as famílias de forma mais imediata. Muitas vezes, os grupos poderosos conseguiram mobilizar famílias na luta contra iniciativas que prejudicam seus interesses. Na realidade, a maior parte dos municípios e prefeituras na região

é liderada e administrada por fazendeiros, grandes produtores ou madeireiros, que foram eleitos e reeleitos por sua capacidade de financiar campanhas e investir na corrupção, ou simplesmente pelas suas habilidades demagógicas (SALGADO & KAIMOWITZ 2003). Com seus recursos e vínculos institucionais eles conseguem facilmente organizar e pagar famílias para participar em manifestações contra reformas ou iniciativas por maior controle social democrático. Essa mobilização é bem conhecida no setor madeireiro, onde tal indústria organiza repetidamente manifestações populares como estratégia para pressionar as autoridades a diminuir a fiscalização sobre a extração ilegal e liberar projetos parados por deficiências técnicas ou formais. Analisando as dinâmicas sociais no município São Felix de Xingu, por exemplo, um estudo recente concluiu que “... muitas vezes os economicamente e socialmente dependentes [pequenos proprietários e colonos] dos grandes grileiros revelam-se extremamente vulneráveis à instrumentalização política...” (REDE GEOMA 2004). ■

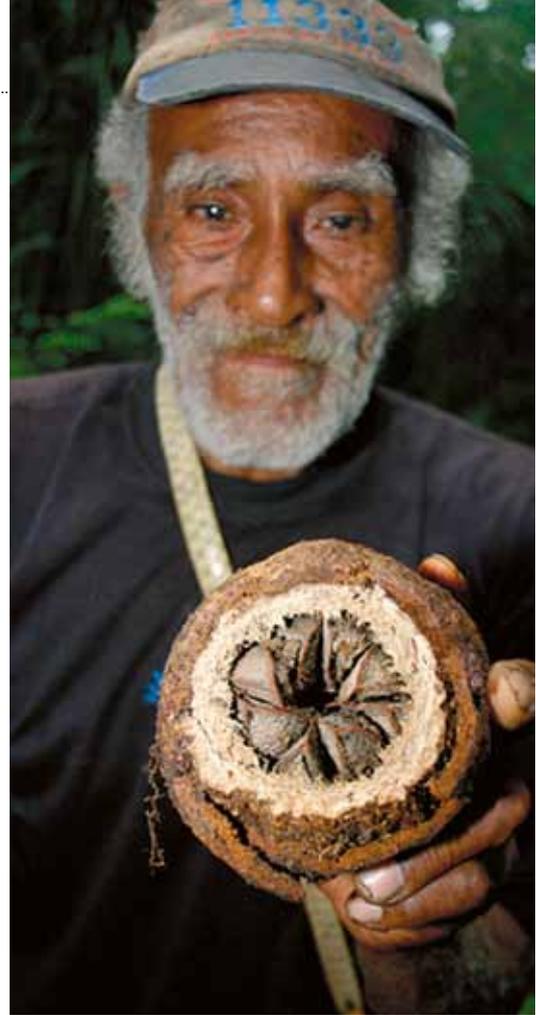
4.3 Implicações da marginalização: enfraquecimento cultural e degradação ambiental

Na Amazônia, por um lado, há uma forte dinâmica de expansão das estradas e esforços das autoridades governamentais em formalizar o contexto institucional, estabelecer mecanismos de controle e disponibilizar serviços públicos nas áreas rurais.

Esta dinâmica abre oportunidades para as famílias de melhorar sua situação precária e acessar serviços públicos importantes, como educação e saúde. Este processo de inclusão social traz uma grande chance às famílias de ter seus direitos civis formalmente reconhecidos e, desta maneira, romper as relações patronais historicamente injustas e exploratórias. Finalmente, o acesso aos mercados abre novas oportunidades de comercialização e de consumo, gerando renda e satisfazendo demandas essenciais e urgentes. Para migrantes e colonos – que chegam à região como parte deste processo – a possibilidade de cultivar e fazer outros usos de suas próprias terras oferece a oportunidade de estabelecer uma base sólida de meios de vida para o sustento a família.

O outro lado da moeda

Por outro lado, a chegada de atores capitalizados mais experientes e com maiores conhecimentos e recursos técnicos provoca novos conflitos sobre os recursos naturais. Sua melhor integração nas cadeias de produção e de consumo resulta em uma crescente competição com atores locais, muitas vezes menos habilitados e preparados para aproveitar as possibilidades do mercado (POKORNY *et al.* NO PRELO). Mesmo assim, a maior presença do Estado implica em várias restrições e na confrontação com instituições formais e com a burocracia. Finalmente, apenas poucas famílias conseguem assegurar sua produção de forma sustentável e contínua. A necessidade de



Poucos produtos tradicionais, como a castanha (*Bertholletia excelsa*), têm potencial para o mercado global.

capital para investir em novos sistemas de produção favorece sistematicamente os produtores mais capitalizados, muitas vezes, à custa dos produtores menos habilitados que, gradativamente, estão sendo expulsos das suas propriedades. Como descrito anteriormente, em vários lugares, a expansão da agricultura na Amazônia resultou em uma dinâmica de acumulação da terra nas mãos de latifundiários.

Como consequência, os novos contextos muitas vezes deixaram o(a) produtor(a) familiar diante de uma situação desfavorável, na qual muitas famílias não puderam manter o controle sobre seus recursos e suas propriedades. A transformação de grandes áreas públicas em áreas privadas provocou um processo de deslocamento de inúmeras fa-

mílias – tradicionais, indígenas, de colonos e migrantes –, as quais, na busca por uma vida melhor, começaram a migrar para os centros urbanos ou a instalar-se em áreas públicas sem as mínimas condições econômicas, sociais e institucionais capazes de estabelecer uma base sólida de vida (BECKER 2005). Instrumentalizados por atores capitalizados, essas famílias não participaram na dinâmica de crescimento da região como produtores independentes, mas como produtos da modernização dos latifúndios ou da expansão agrária, sem compartilhar significativamente de seus benefícios. Na realidade, eles apareceram e desapareceram como entidades “autônomas” ao longo de um processo contínuo de mudança entre diferentes condições de trabalho e vida precária, através da migração ou programas de colonização (WIENOLD 2006).

Os efeitos nos sistemas de produção

Em todas as regiões de estudo verificou-se que os produtores familiares tentaram se



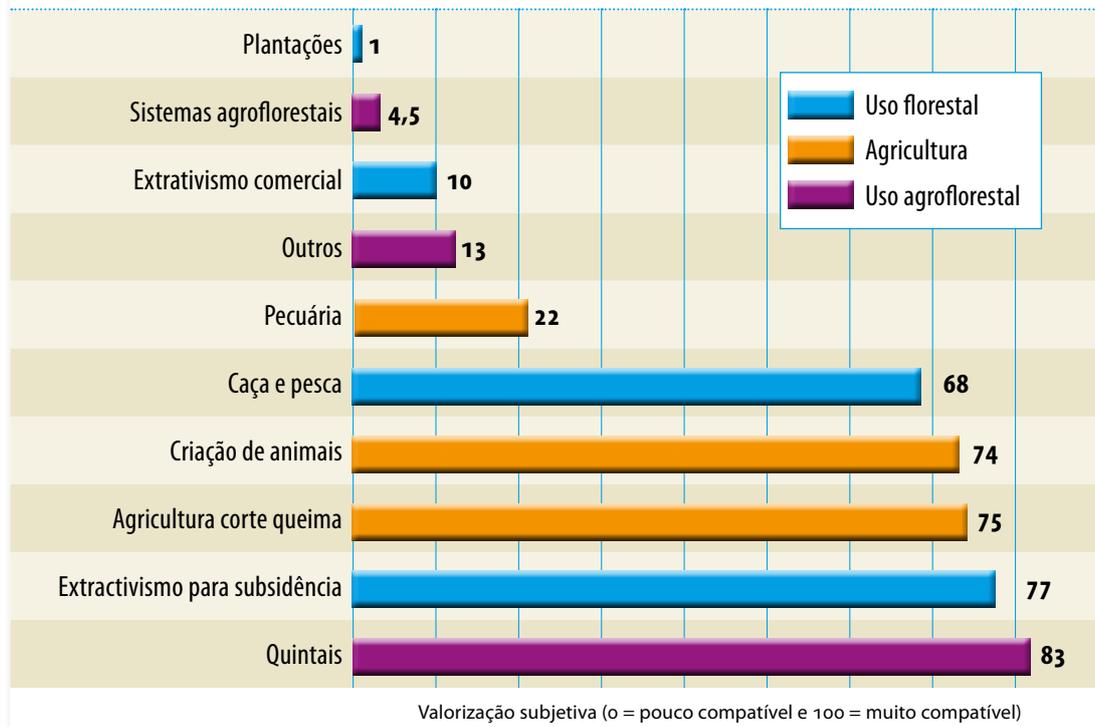
Muitas famílias substituem a produção alimentar por produtos para a exportação, como o dendê (*Elaeis guineensis*).

adaptar às demandas de um modelo de desenvolvimento praticado por países industrializados a fim de aproveitar as possibilidades geradas pelos mercados. Essa orientação aos mercados emergentes implicou em geral mudanças drásticas nos sistemas locais de produção. Essas adaptações resultaram na intensificação e, muitas vezes, na expansão da produção, incluindo a extração de produtos florestais. Também foram introduzidos novos produtos demandados pelos mercados internacionais, um processo geralmente acompanhado por crescente especialização da produção e da aplicação de novas tecnologias, requerendo significativamente mais capital se comparado com as práticas tradicionais de uso da terra (LLANQUE *et al.* NO PRELO). A dependência de insumos e tecnologias externas é uma das consequências dessas mudanças.

Devido à intensificação da extração de produtos florestais, incluindo madeira e frutas, os produtores, muitas vezes, contribuíram para a degradação florestal e a exaustão dos recursos em um curto prazo. No caso do cultivo agrícola, a intensificação resultou na substituição gradual do micro-mosaico de diversos componentes de produção – cultivados em diferentes intensidades e desenvolvidos em várias fases de recuperação típicas de sistemas tradicionais – por sistemas “modernos” de produção. Sem dúvida, esse processo desencadeou uma transformação acelerada de florestas primárias em sistemas de cultivos agrícolas intensivos, em particular de produtos que requerem um nível relativamente alto de fertilidade de solo, como o arroz. Uma grande parte das atividades da produção familiar foi adotada a partir de modelos externos, incluindo plantações e o manejo florestal (ver ► Figura 11). Também

Diante de certas mudanças, muitas famílias não puderam manter o controle sobre seus recursos e suas propriedades.

Figura 11
Avaliação do nível da compatibilidade entre modelos externos de uso da terra e sistemas tradicionais de produção por produtores no Equador, Peru e Bolívia



a produção pecuária foi significativamente adaptada aos novos modelos. Sistemas ainda percebidos como tradicionais foram o extrativismo, a agricultura de roça e queima, o cultivo de plantas e a criação de animais nos quintais.

Sem dúvida, na região, o produto introduzido que gerou o mais forte impacto ambiental e social é o gado, o qual geralmente é criado de forma extensiva em áreas relativamente grandes. Mais recentemente, alguns produtores familiares começaram a cultivar plantas para a produção de biocombustíveis, como também a soja em sistemas intensificados, financiados geralmente por atores comerciais interessados na compra da produção. Sobretudo nas áreas férteis das vár-

zeas, observou-se em muitas regiões que os produtores tendem a substituir seus produtos agrícolas tradicionais de subsistência por produtos que temporariamente alcançam preços altos em mercados nacionais ou internacionais. Este é o caso da substituição do plátano pelo mamão na região de Pucallpa. As experiências mostram, no entanto, que estas fases de “boom” muitas vezes duram pouco tempo, seja porque o mercado entrou em colapso ou devido à ação de pragas, acelerada pela crescente intensidade do cultivo (MORLEY 1995, HOMMA 2006).

Reorientação cultural

Os estudos mostram também que esse processo de adaptação às demandas do mer-

cado não somente atingiu aspectos técnicos, mas também provocou mudanças fortes na organização social das famílias. De forma geral, o projeto confirmou as observações de HUMPHRIES AND KAINER (2006) e DONOVAN *et al.* (2008), que as famílias que participam em projetos de desenvolvimento conseguiram fortalecer sua organização formal e ganharam capacidades gerenciais, em particular sobre as esferas financeiras e informativas. Mas a assimilação da lógica de competitividade e a entrada massiva na esfera monetária provocaram também um processo de individualização e verticalização da estrutura social que afeta a sua maneira de viver (CAMPOS 2009). Pessoas mais habilitadas e com recursos suficientes aproveitaram sua vantagem competitiva em relação às outras famílias para ocupar as funções mais lucrativas nas novas estruturas sociais. Naturalmente, essas tendências foram mais drásticas em grupos indígenas e comunidades



O domínio dos modelos neoliberais para o desenvolvimento da Amazônia força as famílias a um processo de reorientação cultural.

tradicionais, por sua organização social originalmente bastante diferente (PORRO *et al.* 2008). Como consequência deste processo de modernização, em conjunto com a participação mais intensiva das famílias em sistemas de educação formal e o melhor acesso aos meios de comunicação, incluindo a televisão, observou-se um processo de substituição gradual das culturas e valores locais pelos valores do mundo moderno e globalizado. Como consequência, os conhecimentos existentes e as capacidades tradicionais sobre os diversos sistemas locais de uso da terra perdem importância e, em alguns casos, podem desaparecer completamente como observado por SHANLEY & ROSA (2004).

Essa reorientação cultural provocou grandes problemas para as famílias, como mostrado exemplarmente por um estudo sobre a importância de plantas medicinais para o grupo indígena de *Shipibo-Conibo*, na região de Ucayali no Peru (LANGE 2008). Nessas comunidades a importância da medicina moderna aumentou expressivamente, enquanto a valorização e o conhecimento da medicina tradicional diminuíram de maneira drástica, apesar de vários especialistas enfatizarem o grande potencial das plantas medicinais para o sistema de saúde em áreas rurais da região (ALEXIADES 1999). Porém, devido às deficiências estruturais do setor público de saúde, característico geral na região, as comunidades não tiveram acesso suficiente às possibilidades da medicina moderna. Como consequência, os grupos indígenas se encontraram em uma situação de saúde ainda mais precária do que antes porque, de um lado, a nova proposta de medicina moderna não funcionou e, de outro, a capacidade local para aplicar a medicina tradicional foi desvalorizada e esquecida. Estas implicações do desenvolvi-

O processo de adaptação às demandas do mercado provocou mudanças fortes na organização social das famílias.

mento estão presentes também nas reflexões de um produtor indígena articuladas em um das entrevistas com um pesquisador do Projeto **ForLive** (ver ► *Box 3*).

Outro exemplo das implicações desse processo de reorientação cultural foi observado na comunidade indígena de *Calleria* no Peru, que participou durante vários anos de um projeto de manejo florestal comunitário que resultou na certificação das operações pela FSC (CAMPOS 2009). A dinâmica tradicional de atividades dessa comunidade se baseava

em saciar diariamente as necessidades básicas da família. Depois de cumprir com estas obrigações, as famílias dedicavam seu tempo para as atividades sociais, para a caça e pesca. Assim, esta dinâmica não estava sujeita a horários fixos, nem a datas para cumprir certas tarefas (HENKEMANS 2001). Porém, a implementação de novas atividades de manejo florestal causou mudanças drásticas neste ritmo de vida para assegurar a realização adequada das atividades florestais. Foram introduzidos a organização do trabalho por funções, a elaboração e controle de planos de atividades, carga horária de oito horas de trabalho, intervalos determinados, dias de folga, como feriados e domingos, e o pagamento de salários fixos. Isso tem mudado profundamente as formas de organização social e os relacionamentos internos. Um exemplo disso é que as famílias agora têm menos tempo para dedicar à família e aos vizinhos.

Repressão ao desenvolvimento de modelos tradicionais

As relações entre produtores e diversos grupos de atores que atuam na região são mediados por diferentes mecanismos de poder, os quais levaram grupos mais privilegiados a definir as formas de uso dos recursos pelos produtores familiares (MEDINA *et al.* 2008, 2009^B). Muitas vezes, estes grupos conseguiram forçar os produtores familiares a adotar esquemas de gestão dos recursos naturais definidos por eles, através de mecanismos diretos e indiretos de coação, incluindo sabotagens, ameaças e chantagens. Em quase todos os contextos estudados onde os grandes produtores tiveram acesso a seus recursos de interesse através de pequenos produtores, foram encontradas relações injustas entre as famílias que ficaram dependentes de fazen-

BOX 3 Reflexões de um produtor familiar da etnia *shuar* (Equador) sobre as mudanças culturais em sua comunidade (entrevista realizada em 2007)

[...] “Há algumas plantas e animais que não eram comidos, há alguns que nossos avós diziam que eram espíritos, espíritos nojentos, por exemplo, a coruja, o veado, que eles não comiam por que diziam que era o diabo [...]. Hoje estamos seguindo algumas tradições e costumes, mas não todos, pois alguns estão esquecendo de seus avós. Agora o que dizem os nossos filhos é que “estas crenças são mitos, que elas não têm valor.”

[Estas crenças] eram de nossos avós, mas há uma infinidade de coisas que estão sendo esquecidas agora. Para as hortas tinham cantos que eu e minha esposa não sabemos por que nossos avós morreram antes de crescermos. Mas quando era pequeno, minha mãe me ensinou alguns cantos. Porém, como eu não sou mulher, não podia usar estes cantos porque as mulheres tinham outros cantos para ir à horta [...], para ir à roça e para capinar. Há um espírito que dizem que é o *Nungui*. [...]

A civilização foi um fracasso total. Embora aprendemos a ler e escrever, aprendemos graças aos missionários. Ainda que um pouco mal, aprendemos a falar em espanhol, mas essa não é a nossa língua. Entre nós falamos na nossa língua, pelo menos temos que conservar na nossa língua.“



Em vez de considerar as práticas e capacidades das famílias, as organizações de desenvolvimento buscam adaptar o produtor às demandas do mundo global.

deiros ou padrões individuais, ou empresas, algumas vezes multinacionais. Enquanto as relações com fazendeiros e pequenas empresas tiveram um caráter mais paternalista, as grandes empresas e multinacionais usaram mais relações impessoais e contratuais para assegurar seus interesses. A imposição de modelos externos e as relações paternalistas limitaram sistematicamente as possibilidades dos produtores familiares de desenvolver suas próprias idéias sobre o uso de seus recursos naturais e de se organizar em torno de interesses comuns para a sua implementação.

Os estudos sobre o impacto dos discursos em relação ao manejo florestal comunitário mostram a crescente influência de atores externos e os efeitos na organização das famílias locais (MEDINA *et al.* 2009^{A,C}, DE KONING 2011). Os madeireiros argumentam que, ao contrário das comunidades locais, têm a capacidade técnica necessária para assegurar um manejo florestal profissional e sustentável. Enquanto isso, as agências ambientalistas defendem que a influência do mercado e as negociações com madeireiros levam as comunidades à exploração predatória de seus

recursos em troca de benefícios financeiros muito limitados. Por isso, argumentam que as comunidades devem ser capacitadas para manejar suas florestas de acordo com modelos definidos por técnicos especializados. Nessa argumentação, é muito difícil para os produtores locais desenvolver e articular suas próprias posições e, conseqüentemente, muitas famílias simplesmente adotam esses discursos. É interessante observar que os produtores que colaboram diretamente com madeireiros adotaram os discursos dos madeireiros, enquanto as famílias que participam em projetos de manejo florestal comunitário copiaram os discursos ambientalistas das ONGs. Aparentemente, os discursos sobre o manejo sustentável limitam sistematicamente as possibilidades dos produtores familiares terem suas próprias idéias sobre o uso de seus recursos naturais legitimadas socialmente. As relações paternalistas e a proximidade com atores externos têm o potencial de prejudicar a organização local, podendo provocar conflitos com os demais membros da comunidade que não estejam envolvidos nessas relações e, dessa maneira, desconectar as comunidades de suas organizações representativas.

As organizações de apoio, como ONGs e agências de desenvolvimento, nos seus esforços de implementar seus modelos de sustentabilidade mostraram a tendência de ignorar as instituições locais de produtores rurais desenhadas para regular o acesso e o manejo de seus recursos florestais (POKORNY & JOHNSON 2008^{A,B}). Muito pouco espaço tem sido criado para fazer com que as comunidades participem mais ativamente da gestão de suas florestas e do desenho de normas florestais que respondam melhor às suas necessidades.



Os grandes investimentos realizados por projetos de desenvolvimento correm o risco de acelerar o processo de marginalização da produção familiar.

Em um estudo realizado sobre os marcos normativos para o manejo de florestas de pequenos produtores na Bolívia, Equador, Peru e Brasil (SABOGAL *et al.* 2008, CARVALHEIRO *et al.* 2008, IBARRA *et al.* 2008, MARTÍNEZ MONTAÑO 2008), foi observado que as normas florestais impõem custos de transação exagerados para as comunidades que querem manejar suas florestas, e o resultado é que elas não têm condições de se adaptar a essas regras. A implementação desses marcos normativos constitui outra forma de exercitar os mecanismos de poder. As comunidades, segundo os modelos administrativos vigentes de gestão de florestas, têm que obedecer às regras desenhadas a fim de alcançar de fato o manejo sustentável de suas florestas. Enquanto isso, as agências do Estado exercem o controle e a punição pela violação dessas regras. Até mesmo alguns esforços no sentido de simplificar o marco legal para a produção familiar apresentam potencial limitado em democratizar o acesso ao reconhecimento legal das práticas locais. Isso porque mesmo um marco legal simplificado ainda apresenta normas e mecanismos que são de difícil acesso por parte significativa dos produtores. A simplificação do marco legal pode ampliar o número de produtores operando legalmente, mas não atenderá às demandas dos milhares de produtores que fazem uso florestal.

O perigo da marginalização da produção familiar

Os estudos do Projeto **ForLive** confirmam claramente que as sociedades rurais da região se encontram em um intenso processo de transformação. Na tentativa de aproveitar as novas possibilidades nas fronteiras, os produtores buscam se adaptar às demandas de mercados, geralmente determinados por atores externos. Neste sentido, o processo de desenvolvimento observado nas regiões de estudo mostrou um significativo enfraquecimento cultural, desta maneira, nivelando cada vez mais as especificidades locais. Assim, apesar da melhora nas condições de vida das famílias, observou-se um processo de homogeneização cultural e ambiental da região, o qual inclui a transformação acelerada e a degradação contínua das florestas.

Até certo ponto, esta dinâmica mostra certas similaridades com a história do campesinato na Europa, apesar de um contexto social e ambiental bastante diferente. Também na Europa, os pequenos produtores se integraram econômica, social e culturalmente à sociedade “englobante” (JOLLIVET & MENDRAS 1971, JOLLIVET 1974). Como consequência dessa modernização da agricultura, os produtores europeus perderam a autonomia relativa que possuíam aprofundando a dependência da produção agrícola aos insumos industriais e associando-se cada vez mais aos mercados consumidores urbanos. No entanto, o sucesso inegável do modelo produtivista da agricultura a partir dos anos 80 gerou suas próprias crises visíveis por vários fenômenos como a superprodução, a marginalização do setor, a diminuição da margem de lucro e, relacionado a isto, o êxodo de pequenas empresas familiares (LAMARCHE 1993). ■

5 O desafio de apoiar o(a) produtor(a) familiar

O fato de que muitas famílias na Amazônia rural não se beneficiaram com a dinâmica do desenvolvimento como o esperado foi percebido por muitos governos e organizações não governamentais, que começaram a desenvolver idéias sobre como melhor integrar as populações locais para que elas se beneficiassem mais efetivamente das novas oportunidades geradas a partir dessa dinâmica.

No âmbito do Projeto **ForLive** foram estudadas várias das iniciativas resultantes dessas considerações. Este capítulo apresenta os resultados desta análise.

Segundo os casos estudados, é possível afirmar que essas iniciativas melhoraram a situação precária de muitas famílias (*ver* ► *Box 6*), mas por outro lado não conseguiram evitar uma crescente diferenciação social entre famílias ricas e pobres contribuindo para a geração de conflitos e de processos de urbanização, como também a continuação do

desmatamento e a degradação ambiental. Ao contrário, os estudos realizados indicam uma tendência dessas iniciativas em acelerar a própria dinâmica do desenvolvimento com todas as suas implicações favoráveis, mas também as desfavoráveis. Ao invés de atacar os injustos contextos institucionais e fortalecer as especificidades e potenciais dos produtores familiares como base para um desenvolvimento adaptado às potencialidades socioambientais da região, tenta-se sistematicamente adaptar a produção familiar às demandas do modelo neoliberal do de-

envolvimento e, desta maneira, contribuem para um processo de homogeneização cultural que fortalece as estruturas sociais injustas e acelera o processo de êxodo rural e degradação ambiental (POKORNY *et al.* NO PRELO).

Como mencionado anteriormente, há uma grande diversidade de iniciativas de desenvolvimento na região. Porém, apesar desta variedade, foram identificadas em todos

os países estudados algumas características comuns como, em particular, esforços em melhorar o ordenamento e controle territorial, e a tentativa de gerar situações de ganho-ganho (conservação ambiental e combate à pobreza) por meio da filosofia de modernização da produção familiar pela transferência de pacotes tecnológicos em projetos pilotos. As próximas seções buscam resumir as observações sobre estes tópicos. ■

5.1 Esforços para o ordenamento territorial

Em todos os países, observam-se esforços recentes de ordenamento territorial como ferramenta estratégica para melhorar o controle sobre os atores atuantes em regiões ainda florestadas da Amazônia.

As iniciativas mais destacadas nesse sentido são os Programas Nacionais de Florestas e as tentativas para o Zoneamento Econômico-Ecológico, incluindo a demarcação de áreas protegidas.

Em muitos países, estados, regiões e até em nível municipal, foram elaborados programas e planos florestais, bem como outros planejamentos estratégicos de uso das florestas públicas, com o objetivo de articular as políticas públicas setoriais para promover o desenvolvimento sustentável, conciliando o uso com a conservação das florestas. Muitas vezes, estes planos foram elaborados com o

Na Amazônia, 75% das pessoas já moram em cidades ou metrópoles como Belém, capital do Estado do Pará, Brasil





Geralmente, as famílias na região vivem sem acesso adequado aos serviços públicos.

apoio de cooperação internacional, com base em processos de discussão e com participação ativa da sociedade civil em eventos ou consultas públicas. Esses programas ou planos, além de fornecer fatos descritivos e estatísticos sobre as florestas nacionais, também desenharam perspectivas sobre as grandes linhas de ação, como tipo de uso, atores prioritários, áreas de proteção etc. No Brasil, por exemplo, o Programa Nacional de Florestas, implementado por decreto no ano 2000, é um programa interministerial de articulação das ações do governo com relação aos recursos florestais, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e executado com o apoio da Conaflor, uma organização governamental especialmente criada para esta finalidade. Seus recursos são provenientes do Tesouro Nacional e da cooperação técnica e financeira externa, que incluem organizações como a Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT), o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais (PPG7) e o Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF).

Em várias ocasiões, para a operacionalização das diretrizes estratégicas como definidas nos programas florestais nacionais, estaduais ou municipais, muitos governos também realizaram processos de Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE). Com base em informações sobre o ambiente biofísico e socioeconômico, o ZEE determinou diretrizes concretas espaciais sobre o uso ou restrições de uso dos recursos para o planejamento do desenvolvimento sustentável. Dessa maneira, pode-se entender o ZEE como um instrumento da política de meio ambiente de âmbito territorial, que subsidia os tomadores de decisões com bases informativas para definir os diversos usos do território, a maneira de promover o desenvolvimento sustentável e ordenado, combinando crescimento econômico com equilíbrio ambiental.

O ZEE orienta os planos de ordenamento territorial, que definem, por exemplo, qual atividade (agricultura, indústria etc.) pode ser desenvolvida em determinadas áreas.

O ordenamento territorial é uma ferramenta estratégica para melhorar o controle em regiões ainda florestadas da Amazônia.

Os efeitos dos esforços de planejamento estratégico mostraram experiências tanto positivas como negativas.

Muitas vezes, o ZEE envolveu a realização de estudos sobre sistemas ambientais considerando as potencialidades e limitações para o uso sustentável de seus recursos naturais, e as relações entre a sociedade e o meio ambiente. Também esses estudos potencialmente servem como subsídio para negociações entre o governo, o setor privado e a sociedade civil, sobre estratégias alternativas de desenvolvimento regional sustentável, sobretudo considerando a possibilidade de participação dos diversos atores localmente ativos, inclusive os proprietários das terras, que são os portadores dos direitos de uso dos recursos e, por isso, têm o interesse e o poder para desenvolver os potenciais econômicos, ecológicos e sociais da região. No Brasil, como um dos países mais avançados nesta iniciativa, o ZEE para Amazônia deve ser concluído ainda em 2010, sendo que os estados do Acre e da Rondônia já concluíram, e Maranhão, Mato-Grosso e Pará estão na fase final.

As observações no âmbito do Projeto **ForLive** sobre os efeitos desses esforços de planejamento estratégico mostraram experiências ambivalentes. Positivamente, o processo da elaboração dos planos e estudos contribui para a visibilidade do setor ambiental nas políticas públicas e consegue mobilizar e sensibilizar importantes segmentos da sociedade gerando uma plataforma de intercâmbio e discussão. Desta maneira aumentou – ao menos pontualmente – o conhecimento e o reconhecimento por parte dos tomadores de decisões do setor ambiental e das suas implicações sociais. Geralmente, porém, a influência nos processos de tomada de decisões tem sido bastante limitada como consequência do fato de que aspectos ambientais não se apresentam como prioridades nas negociações políticas e comerciais.

Também, ficou evidente, que, apesar da consideração explícita da importância das florestas para as populações locais, os processos de elaboração dos Planos Nacionais de Floresta, assim como o ZEE, foi fortemente dominado por aspectos ambientais, o que resultou, de forma geral, no fortalecimento de aspectos de conservação e controle. O estado do Acre, por exemplo, já possui, como resultado deste processo, quase 50% de seu território designado como áreas protegidas. Também identificaram cerca de 400.000 hectares de áreas degradadas e outros 400.000 hectares em processo de degradação. Porém, esta ênfase em aspectos conservacionistas não é necessariamente positiva para as famílias que dependem dos recursos atingidos pelo status de proteção.

Desses esforços de planejamento estratégico sobre o uso dos recursos naturais talvez o resultado com relevância prática mais forte foi a demarcação de extensas áreas protegidas que, geralmente indicam áreas da propriedade pública com restrições de uso dos recursos naturais, em particular das florestas. Pode-se distinguir entre áreas de proteção integral para fins ambientais, áreas de uso exclusivo pelas populações locais, reservas indígenas dedicadas a proteção de etnias e áreas públicas com fins militares ou geopolíticos. De acordo com NELSON & CHOMITZ (2009) também nas áreas do estudo do Projeto **ForLive**, estas áreas de proteção provaram ser ferramentas efetivas de proteção contra o desmatamento, principalmente se foram combinadas com uma intensificação de esforços de controle público (*ver ► também Figura 9*). Entretanto, além das evidências de que os atores compensam a proteção de uma área pelo aumento da intensificação do uso em outras áreas menos protegidas, essas



Apenas recentemente, os direitos das comunidades tradicionais começaram a ser reconhecidos pelos governos.

construções legais de proteção têm também sérias implicações para as famílias que moram dentro e ao redor destas áreas.

Na Reserva Extrativista *Verde para Sempre*, localizada no município de Porto de Moz (Brasil), por exemplo, imediatamente após a criação da Reserva, no ano de 2004, as atividades de madeireiros comerciais começaram cair (MARTINS *et al.* 2007). Aparentemente, o novo status de proteção da área e a presença mais forte das autoridades governamentais e inúmeras ONGs protegeram até certo grau as famílias tradicionais contra a invasão e o uso ilegal da área por atores externos. Sem dúvida, a criação da reserva não somente melhorou a proteção do meio ambiente, mas também fortaleceu a posição das famílias e seus direitos tradicionais aos recursos. Entretanto, observamos também implicações negativas para as famílias. Ficou mais evidente que a titulação como Reserva Extractivista forçou as famílias de dentro da área a entrar em processos burocráticos de autorização do uso dos recursos tradicionais, o que causou muitas dificuldades. O próprio uso florestal,

por exemplo, repentinamente passou a requerer obrigatoriamente o envolvimento de um engenheiro florestal e em extremo, a legislação passou a considerar alguns dos usos tradicionais como ilegais. Consequentemente, várias famílias sofreram dificuldades em continuar praticando legalmente certos usos tradicionais. Outra dificuldade resultou na proibição da venda de propriedades individuais, que – apesar de contribuir para a conservação dos recursos e proteger as famílias de negociações desfavoráveis – diminui a flexibilidade e liberdade das famílias.

Em vista desta situação, não surpreende que, apesar dos novos regulamentos e restrições, as famílias começaram a buscar alternativas para continuar com os seus usos tradicionais dos recursos naturais e os seus negócios com intermediários e o setor empresarial. Existem evidências, inclusive, que elas continuam com a venda de madeira para empresas, bem como a venda de suas terras, mesmo sem dispor de uma titulação legal. Esta atuação indica que as autoridades em colaboração com inúmeras ONGs não conseguiram avançar adequadamente após o passo legal da criação da reserva. Em particular falharam gerar oportunidades viáveis para a sobrevivência das famílias morando nas Reservas. Esse fenômeno parece típico para a grande maioria das áreas protegidas recentemente criadas em todas as regiões do estudo. A demarcação das áreas protegidas, apesar de ser um passo importante na direção certa, geralmente permanece como uma ação isolada com resultados, até agora, ambivalentes para as famílias. ■



5.2 Melhoramento do marco legal e institucional

Na última década, subsequentemente à Rio 92, quase todos os países da Amazônia dedicaram grandes esforços para o melhoramento do marco legal-institucional para o uso florestal.

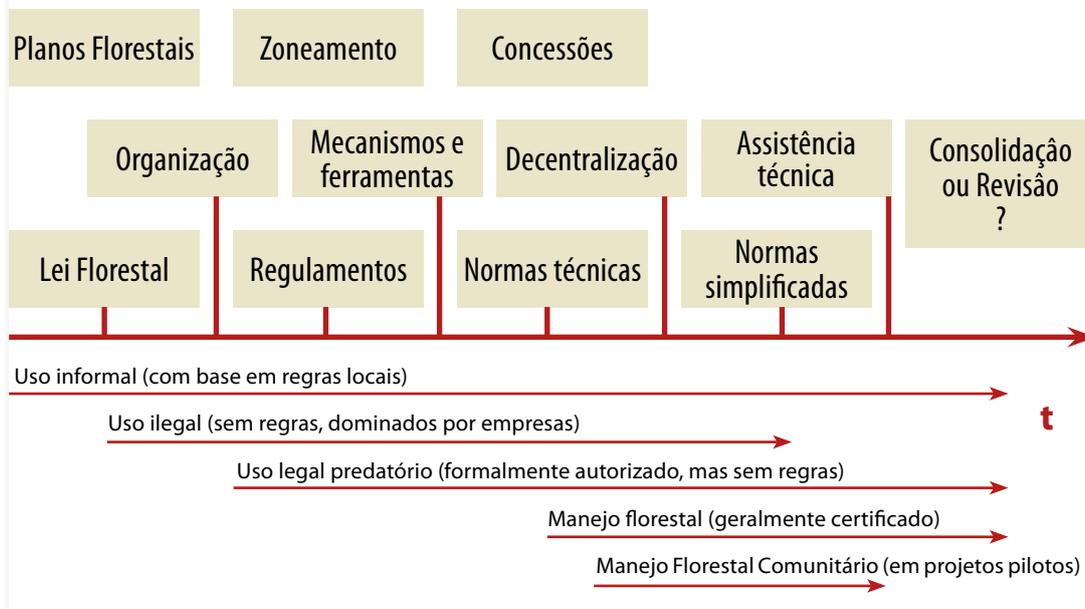
Este processo, em geral, foi massivamente apoiado pela cooperação internacional, que entendeu esta consolidação do marco regulatório como um passo crucial para assegurar a sustentabilidade do uso florestal na região. Os exemplos mais conhecidos desses esforços são a reforma da legislação florestal na Bolívia desenvolvido no âmbito do projeto BOLFOR I, financiado principalmente pelos Estados Unidos da América, e a reforma da legislação florestal no Brasil, com apoio do Programa Piloto para a Conservação da Amazônia no Brasil (PPG7), fortemente promovido pela cooperação alemã. ■

5.2.1 A evolução do marco regulatório

Um estudo comparativo do marco legal com relevância para o uso florestal pelo produtor familiar nos quatro países de atuação do Projeto **ForLive** (SABOGAL *et al.* 2008, CARVALHEIRO *et al.* 2008, IBARRA *et al.* 2008, MARTÍNEZ MONTAÑO 2008) revelou que, de forma geral, todos os países seguiram um mesmo modelo de reforma legal, talvez mais tipicamente refletido na evolução do marco legal-institucional na Bolívia. A Figura 12 mostra de forma esquematizada o desempenho deste modelo geral de reforma legal-institucional ao longo do tempo indicando também o efeito na forma de como usar as florestas.

Os esforços do governo para controlar a exploração ilegal favoreceu apenas o uso empresarial

Em muitos países, até poucas décadas atrás, não existia uma base legal para o uso das florestas na Amazônia. Como consequência, somente existia o uso informal por atores lo-

Figura 12**Esquema da evolução do marco regulatório florestal nos países da Amazônia e o efeito da sociedade na maneira como usar as florestas**

cais, normalmente de forma bastante extensiva e com base em regras tradicionais simples (POKORNY *et al.* 2009, 2010^A). Pontualmente já existiam empresas aproveitando o vácuo legal para explorar espécies de alto valor ou transformar em grande escala as florestas em outros usos de terra, principalmente para a produção pecuária. Nessa situação, com crescente percepção da importância estratégica e econômica da região e de suas florestas, foram elaboradas leis ambientais, e, dentro delas, leis especificamente florestais, que definiram os objetivos estratégicos de uso e proteção desses recursos. Geralmente, estas leis ambientais geraram fortes incoerências com a legislação de outros setores, principalmente os setores agrário, mineiro e energético (hidroelétrico), incoerências por conflitos de interesses que até hoje permanecem.

Em seguida, os países elaboraram regulamentos, muitas vezes em processos muito lentos, definindo quando e de que forma os atores poderiam acessar as florestas. Por falta, nesta fase, de regulamentos mais específicos e pela ausência de organizações efetivas de controle, as empresas e comunidades continuaram a usufruir das florestas quase sem considerar a legislação vigente, exceto quanto a alguns aspectos formais de autorização. Muitos países ficaram neste nível até a década de 1990, quando começaram a desenvolver normas técnicas e estabelecer o marco organizacional para mais efetivamente enforcing os regulamentos.

A primeira geração dessas normas técnicas foi fortemente orientada na exploração madeireira por empresas privadas, com

Os países seguiram relativamente o mesmo modelo de melhoria do marco legal-institucional para o uso florestal.

base nas práticas de Exploração de Impacto Reduzido. Também foram fortalecidas as competências ambientais em todos os níveis governamentais, desde o ministério até as prefeituras, em especial por meio de três ações:

1. o estabelecimento de unidades administrativas competentes para o planejamento e controle do uso dos recursos naturais;
2. o melhoramento de tecnologias de controle ambiental; e

3. as tentativas de descentralização, que é a transferência das responsabilidades do nível central aos governos estaduais (departamentais) e municipais.

Esse último esforço buscou a construção de espaços de participação social para as organizações indígenas, comunitárias e de produtores familiares no intuito de lhes conferir maior influência nos processos de tomada de decisões. Porém, como observados por LARSON *et al.* (2006), muitas vezes os avan-

BOX 4 Esforços de descentralização para facilitar o uso legal das florestas por produtores familiares no Equador

Desde 1999, através da *Lei de Descentralização e Participação Popular* (Governo do Equador 1997), o *Ministério do Ambiente do Equador* iniciou um processo de delegação e transferência de funções administrativas e de vigilância para suas sedes regionais e para a sociedade civil. Com este objetivo criou-se o *Sistema Nacional Terceirizado de Controle Florestal*, integrando três atores que complementam o trabalho da autoridade florestal: a *Vigilância Verde*, concebido como um grupo semiprivado de controle florestal que opera mediante postos de controle do transporte de madeira; a *Regência Florestal*, a qual delega aos engenheiros florestais autorizados pelo *Ministério do Ambiente* as ações de supervisão das operações de manejo florestal autorizadas pelo Ministério, e uma empresa privada (A SGS) para administrar e monitorar um sistema de verificação das operações florestais (ARIAS *et al.* 2006).

Em 2006, se iniciou um processo de análise e consultas para promover um sistema de controle que culminou com o estabelecimento do *Sistema Nacional Descentralizado de Controle Florestal* (SND CF). O Ministério assumiu um papel de ente reitor, que define as políticas de controle florestal, desenha e dirige a nível nacional o SND CF. Segundo este sistema, os Governos das Províncias assumem as tarefas de aprovação dos planos e programas de aproveitamento e corte, bem como as emissões das licenças e guias de circulação, além da verificação *in loco* da execução do aproveitamento florestal. Por outro lado, o *Ministério do Ambiente* controla a administração florestal nos diversos distritos regionais, os escritórios técnicos e todas as jurisdições descentralizadas (MAE 2006^A). Porém, o SND CF ainda não foi implementado, porque nenhuma Província chegou a cumprir as tarefas necessárias para seu estabelecimento.

ços quanto à influência das populações locais nas políticas públicas não necessariamente se traduziram em melhoramento do acesso aos recursos e outros ativos financeiros e físicos (► ver Box 4).

Um terceiro elemento crucial dessa fase de operacionalização foi a demarcação de concessões florestais, isto é áreas de florestas públicas a serem disponibilizadas a empresas do setor madeireiro para o uso em troca de pagamento (*royalties*). A identificação e demarcação das áreas de concessões florestais muitas vezes foi acompanhada por esforços de zoneamento e ordenamento territorial. Dessa maneira, a tentativa de controlar mais efetivamente o uso florestal contribuiu indiretamente para o reconhecimento dos direitos das comunidades. Em muitos casos, entretanto, esses esforços simplesmente revelaram e até fortaleceram os conflitos existentes sobre a terra e os recursos, e, no extremo, possibilitaram que empresas aproveitassem florestas tradicionalmente controladas por famílias locais.

Nessa fase, o maior efeito da regularização do setor florestal foi o surgimento de um tipo de uso predatório legalizado, caracterizado pela existência de Planos de Manejo Florestal legalmente aprovados pelas autoridades e sua não consideração por parte das empresas, que continuaram a exploração madeireira aplicando práticas predatórias (SABOGAL *et al.* 2007). Por outro lado, algumas empresas – parcialmente motivadas pelos próprios regulamentos florestais – buscaram a certificação das suas operações florestais com base nas práticas de Exploração de Impacto Reduzido, ainda que poucas delas tenham de fato conseguido cumprir com as normas estabelecidas. ■



O marco legal-institucional atual ainda é pouco compatível com a realidade dos produtores familiares.

5.2.2 Esforços de simplificação

Somente com o crescente interesse internacional nas atividades de combate à pobreza, e com a maior visibilidade das dificuldades e implicações do enfoque das políticas florestais na esfera empresarial, a produção familiar foi mais conscientemente considerada nas políticas dos governos. Consequentemente começaram esforços de estabelecer um marco legal-institucional para o uso florestal por estas famílias, incluindo tentativas de considerar PFNM nos regulamentos. Outra vez a cooperação internacional entrou na região para, em parceria com ONGs nacionais, estabelecer projetos pilotos de manejo florestal comunitário (POKORNY & JOHNSON 2008^C). Das

experiências dessas iniciativas resultaram várias modificações e ajustes no marco legal-institucional. Alguns países avançaram na simplificação das normas legais para reduzir a burocracia a fim de facilitar o uso florestal legal pelas famílias locais. No Equador, por exemplo, estabeleceram-se *Planos de Manejo Florestal Simplificado* e no Peru, há três níveis de intensidade de autorização para o aproveitamento florestal em comunidades indígenas. Também existiram tentativas de estabelecer sistemas de assistência técnica florestal para comunidades em locais como Equador e o Estado de Acre, no Brasil.

Porém, a simplificação das normas e o melhor acesso à assistência técnica não cumpriram, em geral, as expectativas porque não conseguiram superar os obstáculos mais importantes ao uso sustentável da floresta pelos produtores familiares e comunidades: a incompatibilidade das normas com a realidade local, a exigência de processos burocráticos e a falta de fiscalização efetiva da atuação dos grandes produtores incluindo empresas madeireiras, fazendeiros, e a agroindústria. Tampouco conseguiram considerar adequadamente a grande diversidade das práticas do uso múltiplo florestal realizado pelas famílias e comunidades da Amazônia, nem incorporar os conhecimentos e práticas tradicionais do uso dos PFNM. No Peru e na Bolívia, por exemplo, os regulamentos ainda proibiram o uso da motosserra para o processamento das toras na floresta, a qual constitui quase a única forma para as famílias poderem arrastar a madeira para fora da floresta.

Nesse sentido, de forma geral, os regulamentos não refletem as realidades das famílias e induzem a uma homogeneização nos sistemas do uso florestal, favorecendo siste-

mas mecanizados de altos insumos (SABOGAL *et al.* 2008). Em alguns casos, esta diferenciação e simplificação das normas revitalizaram os esforços das empresas madeireiras para aproveitar as florestas comunitárias. Na realidade, nos vários países da região onde se estabeleceram condições de acesso preferencial para comunidades tradicionais, as empresas massivamente entraram em acordos com comunidades para explorar suas florestas. As negociações, no entanto, têm sido entre desiguais, com as empresas definindo os termos dos contratos, e somente ao longo do tempo, algumas comunidades conseguindo melhorar esta situação (PANTOJA 2008).

Os países na Amazônia se encontram em diferentes momentos nesta evolução legal-institucional. Alguns governos ainda buscam possibilidades de considerar nos seus regulamentos o(a) produtor(a) familiar como usuário florestal, enquanto outros justamente demarcam as suas áreas de concessões para uso empresarial. Os países que estão mais avançados já entraram em um processo de consolidação tentando melhorar e profissionalizar os processos administrativos e técnicos incluindo, com crescente prioridade, discussões sobre uma consideração mais efetiva da questão social.

As famílias ainda dependem de forte apoio externo para superar as barreiras burocráticas das normas legais de uso florestal.



5.2.3 Governança local / Devolução

Tendo em vista, porém, o fato que a grande maioria dos produtores familiares não tem a mínima chance de atender às demandas do modelo legal-institucional atual (mesmo sendo simplificado) sem o apoio massivo de organizações externas, e considerando as dificuldades estruturais das autoridades em implementar a legislação vigente, teve início a busca por alternativas. Neste contexto, alguns autores (OSTROM 1999) enfatizam a possibilidade da devolução de poder e responsabilidades do controle do uso dos recursos naturais a instituições locais aproveitando as competências nesse nível.

Em particular, o grande número de experiências bem sucedidas de acordos locais é percebido como possível ponto de partida para superar as dificuldades de modelos externos e transferência de tecnologia. Nesses acordos locais, os produtores conseguiram negociar e concordar sobre regras de acesso e uso dos seus recursos de interesse comum de forma a garantir sua exploração eficiente e em longo prazo. As experiências existentes mostram que, se as comunidades locais regularem por normas próprias o acesso e o uso dos recursos, maiores são as chances de que irão implementar e assegurar o cumprimento destas normas. Os sistemas locais tendem a ser também mais flexíveis e preparados

para adaptar-se a contextos dinâmicos, típicos da região amazônica. As comunidades não dependentes passam a ser capazes de dirigir seu próprio desenvolvimento, reforçando o papel da população local na sociedade e fortalecendo a sociedade local.

Em todas as áreas de estudo foram detectados vários exemplos nos quais as comunidades estabeleceram processos de regulação do acesso e uso dos recursos locais como, por exemplo, para a demarcação de áreas de aproveitamento florestal comunitário; o estabelecimento de normas para o aproveitamento de castanha e seringa; e acordos de pesca (► ver Box 5). A análise destes sistemas de governança local, os quais definem normas para regular o acesso e o uso de recursos tanto por atores externos como pelas próprias famílias locais, revelou que eles foram desenvolvidos quando atores externos, tais como latifundiários, madeireiros e pescadores comerciais, chegaram à comunidade e começaram a explorar os recursos das comunidades sem negociação prévia. Em todos os exemplos bem sucedidos, as comunidades se organizaram em torno a organizações repre-

A simplificação das normas e o melhor acesso à assistência técnica, em geral, não cumpriram as expectativas.



BOX 5 Os acordos de pesca no rio Xingu

Na década de 1980, nos rios afluentes do Xingu, no Município de Porto de Moz, no Brasil, pescadores da cidade, empregados de pequenas madeireiras e até mesmo pescadores locais começaram a aplicar sistematicamente malhadeiras, pesca com farol e pesca com máscara para pescar. Como consequência, muitos rios – geralmente os mais atrativos para pescar – sofreram sobrepesca resultando numa baixa forte das espécies de peixe fundamentais para os meios de vida das populações ribeirinhas. A partir do momento em que as famílias começaram a sofrer com a falta de pescado, algumas comunidades começaram iniciativas para regular a pesca em seus rios. Os regulamentos desenvolvidos tentaram regular o acesso ao pescado por pescadores comerciais (*geleiras*) locais da colônia e associação de pescadores, e pelas famílias moradoras das comunidades. Os acordos estabeleceram períodos de pesca, definiram o tamanho do pescado e os tipos de apetrechos usados em sua captura. Os acordos implicaram em alguns conflitos internos, no entanto aos poucos as comunidades foram chegando a consensos. Alguns acordos não foram escritos, mas feitos em reuniões e ficaram na cabeça das pessoas. Já outros acordos foram escritos e assinados pelos moradores. Entre as famílias, quebrar o acordo significava violar todos os princípios de convivência.

Comunidades com acordo de pesca	Rio atingindo
Cupari, Maria de Mattias, Vila Nova Bom Jesus, Bom Jesus, São João do Cupari	Coati e Cupari
Espiritu Santo	Acaí
Arurubarra	Aruru
Monte Sinai, Santa Luzia Cuieiras, Miritizal	Uiui e Peituru
Cajuí	Margem do Amazonas
São José, Espírito Santo, Santa Luzia, Seguidores de Cristo	Majari
Acordo para o Lago do Urubu	Uiui

Embora a lei abra a possibilidade do IBAMA reconhecer essa modalidade de acordos, e inclusive disponha de legislação específica, os acordos desenvolvidos pelas comunidades em Porto de Moz, até hoje não foram reconhecidos e normatizados com a justificativa que não atendem aos critérios técnico-científicos estabelecidos pelos os órgãos ambientais. A não normalização desses acordos tem enfraquecido e desmobilizado as comunidades. Contudo, mesmo não estando sistematizados, eles ajudam as comunidades manterem certo controle sobre a atividade.

sentativas como sindicatos, comitês e associações para reforçar seus direitos em relação a esses atores externos.

Contudo, nos exemplos estudados, as demandas das comunidades locais e suas organizações representativas receberam atenção escassa no âmbito político fora das comunidades. Embora funcionais e vigentes, esses sistemas locais não receberam reconhecimento e apoio oficial das agências governamentais. Os sistemas de manejo das comunidades só foram reconhecidos mediante alianças com atores externos mais poderosos, em particular ONGs ambientalistas. Em troca de seu apoio estes aliados geralmente requerem que as comunidades adaptassem suas demandas aos conceitos de seus novos aliados (MEDINA *et al.* 2009^A).

Neste sentido, além do estabelecimento de mecanismos locais para gerenciar o planejamento, o controle e a auditoria, a sua institucionalização e o reconhecimento legal parecem os desafios principais desse modelo alternativo. Mas, apesar de um crescente discurso sobre a importância da maior participação dos atores locais na governança dos recursos naturais, são poucas as iniciativas governamentais que conseguiram superar os conflitos de interesses e os desafios legais (PACHECO *et al.* 2008). A atual experimentação do governo da Bolívia com o pluralismo legal, onde ao lado da justiça ordinária também se reconhece a justiça comunitária, mostra a magnitude desse desafio. Apesar de já incorporado na constituição, ainda não definido como deve funcionar na prática. Outro exemplo é o mecanismo de conselho gestor dentro do *Sistema Nacional de Uni-*

dades de Conservação (SNUC) na Amazônia Brasileira, estabelecido como mecanismo de governança, onde todos os atores relevantes podem tomar decisões sobre a governança das áreas protegidas de uso sustentável. Porém, como esses conselhos também têm que atuar de acordo com a legislação vigente, suas decisões muitas vezes sofrem dificuldades de implementação na prática.

Assim, as discussões se encontram em fase inicial. Apesar do potencial, existem grandes barreiras e dificuldades relacionadas com a necessidade de se ajustar o marco legal para possibilitar a transferência de competências estaduais a organizações locais de caráter privado. Também existe uma aparente grande dificuldade em justificar um tratamento diferenciado aos produtores familiares frente a outros atores. Além disso, há o grande risco de que atores com maior capital busquem aproveitar essas situações para benefício próprio. ■



Diferente da madeira, o uso de produtos florestais não madeireiros é pouco regulamentado.

5.3 A busca por situações de ganho-ganho

Quase todas as iniciativas externas de promoção de uso florestal pelos produtores familiares estudadas no âmbito do Projeto **ForLive** tiveram a intenção de criar situações de ganho-ganho, onde se espera melhorar a vida do(a) produtor(a) e, ao mesmo tempo, contribuir para a conservação ambiental.

Este conceito de ganho-ganho foi implementado por inúmeros programas e projetos na região que promoveram Manejo Florestal Comunitário, plantações e sistemas agro-florestais. Aparentemente, as organizações de desenvolvimento envolvidas nessas iniciativas pressupõem um grande potencial comercial do uso florestal que por meio do uso efetivo com base nas práticas de manejo florestal sustentável – pode contribuir significativamente para melhorar a vida das famílias.

Os projetos de *Manejo Florestal Comunitário*, por exemplo, prevêem a otimização do uso das florestas primárias pelas famílias no intuito de gerar receitas financeiras e assim aumentar a valorização e o interesse delas em conservar o recurso (SABOGAL *et al.* 2008). Talvez a maior iniciativa na região seguindo esta estratégia foi o subprograma ProManejo

do PPG-7, que apoiou 52 iniciativas promissoras de Manejo Florestal Comunitário na Amazônia Brasileira. Também na Bolívia, no âmbito da reforma da legislação florestal, estabeleceram-se vários programas de apoio, por exemplo, o projeto BOLFOR II para comunidades interessadas em manejar suas florestas conforme as práticas definidas nos regulamentos adaptados das práticas de Exploração de Impacto Reduzido das empresas. Também no Peru e Equador, foram implementados programas para sistematicamente promover o manejo florestal por produtores familiares. Quase todas as iniciativas contaram com forte apoio por parte de ONGs que têm se mostrado, em alguns casos, flexíveis em sua interpretação das normas legais. Desta maneira, vêm gerando importantes contribuições para desenvolver sistemas que possibilitam às famílias aproveitar legalmente seus recursos naturais, além de promover a compatibilização da legislação com a realidade do(a) produtor(a) familiar.

Há também vários programas para promover *plantios florestais* por produtores familiares (HOCH *et al.* 2009). Esses programas procuraram recuperar áreas degradadas e gerar fontes renda através da produção

As organizações de desenvolvimento pressupõem um potencial comercial do uso florestal que pode contribuir significativamente para melhorar a vida das famílias.

florestal. O Governo Brasileiro, por exemplo, criou o *Plano Nacional de Silvicultura com Espécies Nativas e Sistemas Agro-florestais* (PENSAF), cuja meta foi distribuir anualmente 12 milhões de mudas (MMA, MAPA, MDA & MCT 2007). Em uma linha parecida, o Governo do Estado do Pará, na Amazônia brasileira, por meio do programa *Um Bilhão de Árvores*, pretendeu incentivar 120.000 famílias a plantar espécies florestais em seus lotes (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ 2008). Também o *Plano Nacional de Reflorestamento* criado em 2005 na Amazônia Peruana pretendeu estabelecer cerca de 900 mil hectares de plantações comerciais e de proteção ambiental, incentivando também a ativa participação dos produtores familiares (MINAG & INRENA 2006). Por sua vez, o *Plano Nacional de Reflorestamento na Amazônia Equatoriana* teve como objetivo incentivar os produtores familiares para que estabeleçam mais de 100 mil hectares de plantações sociais e sistemas agroflorestais (MAE 2006^B).

Em todos os países estudados também foram encontrados programas de disseminação de sistemas agroflorestais, geralmente percebidos altamente apropriados para fortalecer a produção familiar (HOCH *et al.* 2009). A maior parte dos sistemas propostos buscou otimizar a exploração do potencial ecológico para maximizar a produtividade e diversidade do cultivo e, ao mesmo tempo, assegurar, ou ainda, aumentar a estabilidade ecológica. Na região Norte Amazônica da Bolívia surgiram na década de 1990 as primeiras iniciativas de ONGs a promover diversificação de produtos por sistemas agroflorestais. Assim, algumas dessas ONGs já estão ativas em nível local há mais de 20 anos. No Peru e na Bolívia, os programas



Há várias iniciativas para desenvolver tecnologias de uso de madeiras mais compatíveis com as realidades das famílias.

de desenvolvimento alternativos à cultura da folha de coca têm sido instrumentos no apoio à execução de projetos agroflorestais e manejo florestal em escala reduzida. Além de várias iniciativas lideradas por ONGs e cooperação internacional, também existem há décadas, grandes programas governamentais de promoção agroflorestal, como no Brasil, por exemplo os programas de Projetos Demonstrativos (PDA) e o ProAmbiente (ALMEIDA *et al.* 2006, CHAPIN 2004, SIMMONS *et al.* 2002, UNDP 1997). ■

5.4 Modernização da produção familiar e a sua conexão com os mercados

Outro aspecto comum a quase todas as iniciativas governamentais e não governamentais para o desenvolvimento local encontradas pelo Projeto **ForLive** foi o entendimento dos responsáveis e técnicos das organizações de apoio quanto à necessidade de mudar o sistema da produção familiar para aumentar sua efetividade e alcançar compatibilidade com as demandas da economia moderna.

O que significa que a modernização do sistema de produção familiar na Amazônia é consensualmente considerada pelos governos e organizações de desenvolvimento como pré-requisito para aproveitar as opções do mercado e gerar renda.

Tal conceito integra não somente aspectos técnicos produtivos, mas também, aspectos de organização e de comportamento social. Na realidade, essa modernização do sistema sociotécnico é parte integral da filosofia de ganho-ganho apresentada na seção anterior, já que se espera que a vida do(a) produtor(a) melhore por meio do uso e comercialização mais eficientes dos recursos naturais, e que, desta forma, as famílias se interessem mais conscientemente em conservar as suas florestas gerando esses benefícios.

Assim sendo, essa estratégia tem duas posições muito importantes: em primeiro lugar, o entendimento que a atuação tradi-

cional das famílias é ineficiente e desta maneira “não desenvolvida”, e em segundo, que este uso pouco efetivo pelos produtores familiares contribui fortemente para a degradação ambiental (WUNDER 2001). Portanto, essa lógica sempre corre o risco de servir ao estereótipo de grande circulação, de que o “produtor destrói as florestas e é responsável pela degradação ambiental”, não confirmado pelos estudos do Projeto **ForLive**. De tal sorte, ficou óbvio que a predisposição das organizações de desenvolvimento em intervir drasticamente no sistema da produção familiar e adaptá-lo ao mundo moderno sempre implica numa certa desvalorização da cultura tradicional das populações locais (POKORNY & JOHNSON 2008 ^{A,B}).

Para orientar o(a) produtor(a) sobre as mudanças “necessárias” os agentes de desenvolvimento promoveram a transferência de pacotes tecnológicos, desenvolvidos por especialistas com base em conhecimento científico e orientados segundo a imaginação de especialistas acadêmicos sobre a atuação oti-





As famílias querem aproveitar as oportunidades do mundo moderno.

mizada do(a) produtor(a) familiar no mundo moderno (POKORNY & JOHNSON 2008^{A,B}). Geralmente, os agentes de desenvolvimento partem da idéia de que um produtor, adotando estas recomendações, pode beneficiar-se da dinâmica do desenvolvimento. Estes pacotes difusionistas de transferência – herdeiros da filosofia modernizadora da agricultura, a chamada “revolução verde” difundida anos 60/70 e de caráter francamente produtivista – existem para todos os setores: pacotes no setor de saúde, por exemplo, buscam a introdução da medicina moderna substituindo a medicina tradicional; no setor agrícola, os pacotes impõem o cultivo de novos produtos ou a aplicação das tecnologias de agricultura mecanizada. No setor florestal, os arranjos produtivos são concebidos buscando a verticalização da produção com vistas a acessar mercados externos. Para isso, o(a) produtor(a) deve desenvolver um plano de manejo de acordo com as prescrições predeterminadas para que possa ser aprovado pelas autoridades governamentais ou estabelecer plantios com mudas produzidas

em viveiros, ao invés de continuar com sua maneira tradicional de aproveitamento dos produtos florestais ou desenvolver novos sistemas com base nas práticas atuais dos produtores locais.

Apesar de uma grande diversidade das iniciativas de apoio ao(a) produtor(a) familiar em otimizar o uso dos seus recursos, o Projeto **ForLive** confirmou que quase todas contam com o efeito ganho-ganho e incluíram, como mudanças “necessárias”, um ou mais dos seguintes componentes técnicos: mudança no portfólio dos produtos ou das técnicas de manejo, mudança na organização do trabalho e dos mecanismos de comercialização, agregação de valor pela participação no processamento e no beneficiamento do produto e melhora do vínculo com mercados financeiramente mais atrativos, principalmente mercados não locais. ■

A modernização da produção familiar é considerada como pré-requisito para aproveitar as opções do mercado e gerar renda.



Serrarias portáteis são vistas como uma boa possibilidade para agregar valor à madeira. Mas, raramente os benefícios justificam as dificuldades técnicas e os elevados custos relacionados aos investimentos.

5.5 A estratégia de projetos pilotos das ONGs

Até a década de 1980, os governos dos países amazônicos usaram quase todos os recursos públicos disponíveis para promover grandes empresas agropecuárias e agroindustriais no estilo *revolução verde*.

Só mais recentemente, em consequência da crescente influência da organização da base social, da cooperação internacional e de alguns governos progressistas mais interessados na conservação da floresta e no combate à pobreza, uma parte do financiamento foi destinada a projetos de pequena escala realizada por produtores familiares. Até hoje, porém, faltam recursos tanto humanos como financeiros na região para promover iniciativas locais (POKORNY & JOHNSON 2008^{A,B}).

Além da insuficiência dos programas de micro-créditos existentes, – muitas vezes não acessíveis para a grande maioria das famílias por requisitos formais e burocráticos incompatíveis com a realidade local – também os órgãos de assistência técnica e extensão rural em geral encontram-se completamente inadequados às necessidades locais. Os técnicos não recebem capacitação adequada, raramente dispõem das habilidades de comunicação e facilitação, e têm pouca ou nenhuma experiência ou conhecimento sobre formas

participativas de trabalho. Adicionalmente, os técnicos são frequentemente selecionados pelas lideranças dos órgãos governamentais segundo critérios políticos, não técnicos. Por conta disso, muitas vezes seguem seus compromissos políticos, não os interesses da sua clientela local. Dessa forma, com frequência, suas atribuições não são claramente definidas e existem conflitos de interesse. Nessa situação, o único segmento funcional da assistência técnica e extensão rural pública está vinculado aos programas de crédito (geralmente para atividades agrícolas e principalmente no Brasil), aos qual a maioria dos produtores familiares dificilmente tem acesso. Na realidade, são poucos os países que oferecem programas específicos para fomentar a agricultura familiar, e quando existem, somente um número limitado de produtores recebe algum tipo de assistência técnica que, no geral, tem foco na divulgação de tecnologias agrícolas (MIRANDA 1990).

De forma geral, as ONGs têm uma grande importância nas iniciativas de desenvolvimento local. Esta é uma consequência direta da intensificação das atividades de cooperação internacional com foco no(a) produtor(a) familiar na Amazônia. Na busca de possibilidades eficientes para implementar seus programas, estes doadores internacionais em geral descartaram as agências governamentais – tidas muitas vezes como parceiros lentos e pouco efetivos – e passaram a promover ONGs – com pessoal bem qualificado, bem pago e motivado – como executores dos programas. Em consequên-

cia, as ONGs – muitas vezes de origem ambientalista – adquiriram uma importância crucial no setor rural da região. No extremo, a parceria entre a cooperação internacional e ONGs locais assumiram em alguns setores quase completamente o papel do governo para a assistência técnica e a extensão rural. Somente mais recentemente, o setor público revitalizou seus esforços em responder às necessidades dos produtores familiares além dos programas de créditos (POKORNY & JOHNSON 2008^B). Por exemplo, no Brasil – onde em 1990 o governo federal deixou de apoiar o sistema nacional de assistência técnica e extensão rural – desde 2003, a assessoria técnica a produtores familiares foi retomada como uma política nacional, buscando substituir a abordagem difusionista por uma abordagem construtivista e de processo.

Devido às formas de trabalho da cooperação internacional e suas rotinas de financiamento, as ONGs realizam a maioria das suas atividades segundo as orientações proporcionadas pelo marco lógico de execução de projetos. Em geral, tais projetos dispõem de recursos humanos e financeiros relativamente altos a serem executados em prazos relativamente curtos e em áreas relativamente pequenas e específicas. Em consequência destas orientações, uma das ferramentas mais comuns usadas pelas organizações de desenvolvimento para difundir os pacotes tecnológicos aos produtores familiares são os *Projetos Pilotos*, também chamados de *Projetos Demonstrativos*.

Esse tipo de projeto pretende implementar, de forma exemplar, os pacotes técnico-organizacionais desenvolvidos por especialistas no âmbito de uma família, de um grupo, de uma comunidade ou de uma região, para provar sua viabilidade, aprender sobre eventuais possibilidades de aperfeiçoamento, demonstrar visualmente o funcionamento do pacote e, desta forma, contribuir para sua multiplicação. Implícita nesta idéia está também uma aposta otimista de continuidade da iniciativa a partir do entendimento de que, uma vez que é dado um pequeno apoio inicial, depois de um tempo de consolidação, os produtores podem continuar aplicando as práticas e diretrizes do pacote por conta própria.

São raros os contextos nos quais foram observadas iniciativas de acompanhamento mais contínuo que tenham conseguido atingir um universo maior de famílias. Mesmo em casos onde havia alta densidade de ONGs, boa infraestrutura e proximidade dos centros urbanos, como na região perto de Riberalta na Bolívia ou perto de Pucallpa no Peru, grande parte das famílias nem tiveram contato com as organizações de apoio, governamentais e não governamentais. Nas poucas comunidades que tiveram contato, ainda assim, o apoio foi bem limitado e se concentrou em um aspecto específico (certo sistema de produção, um problema específico de saúde, apoio temporal para a melhoria da situação de educação, etc.) geralmente definido segundo a missão e as

O investimento necessário para implementar a tecnologia proposta normalmente ultrapassa a capacidade financeira das famílias.



Um dos poucos produtos florestais não madeireiros com potencial de mercado já aprovado é o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*).

prioridades de organizações externas (BIEDENWEG 2009, DEPZINSKY 2007, POKORNY & JOHNSON 2008^B).

Geralmente os *Projetos Pilotos*, por sua lógica temporal, aplicam muitos recursos em relativamente curto tempo para assegurar os resultados esperados pelos doadores dentro dos prazos do projeto. Os investimentos incluem várias atividades como treinamento, capacitação e assistência técnica, além de pagamentos de equipamentos, máquinas e logística. Como exemplo, a Figura 13 mostra para diferentes iniciativas pilotos de *Manejo Florestal Comunitário* na Amazônia Brasileira, o valor desse tipo de investimentos, que pode ser bastante alto e normalmente ultrapassa as capacidades financeiras das famílias (MEDINA & POKORNY 2008).

Nos *Projetos Pilotos* de *Manejo Florestal Comunitário* foram especificamente necessários altos investimentos na capacitação dos

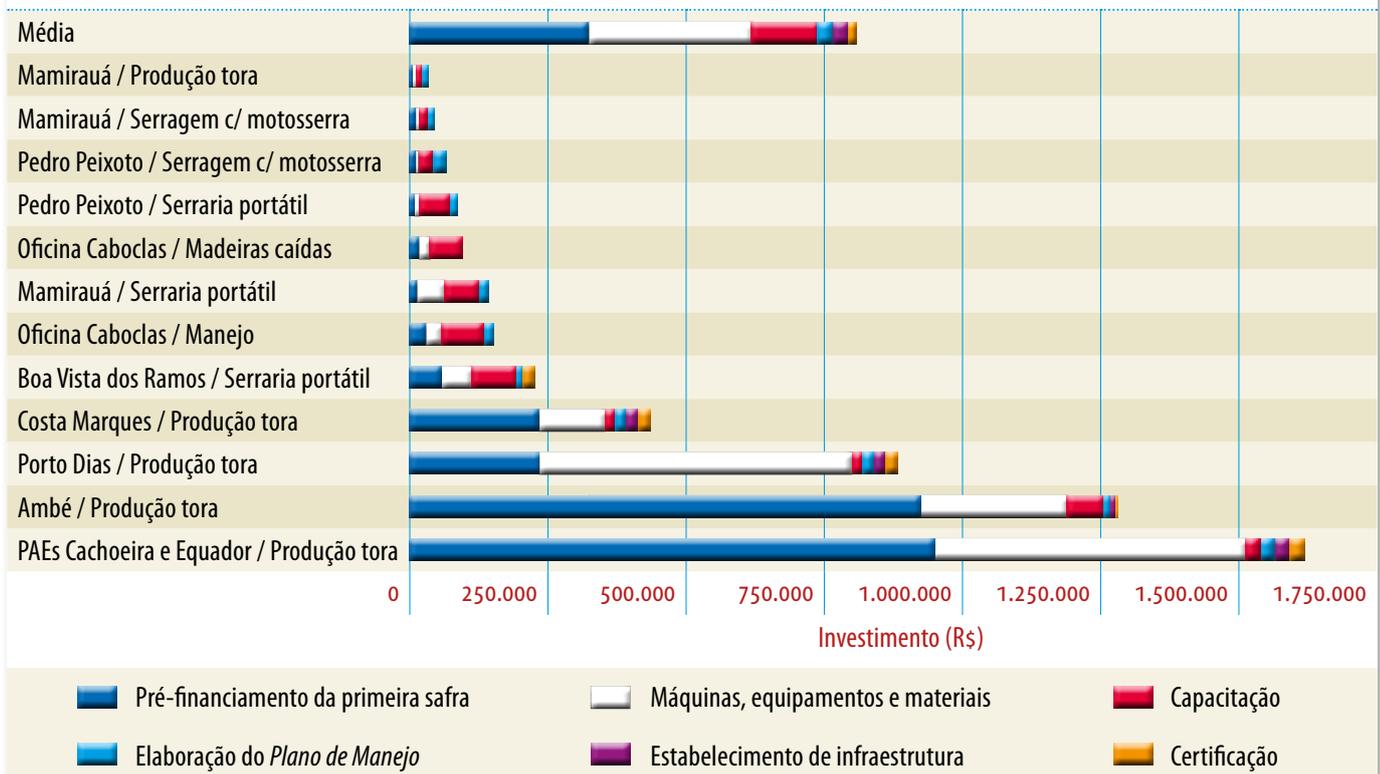
produtores para manejarem suas florestas de acordo com o marco legal e os modelos técnicos propostos. Em geral, quanto maior a complexidade do arranjo produtivo (maior número de etapas como beneficiamento, busca de mercados externos etc.) maiores foram os custos com capacitação. A aquisição dos equipamentos e máquinas para as operações do campo, em particular para o transporte e, em alguns casos, o processamento da produção, também representou custos significativos. No total, os investimentos iniciais foram de R\$ 40.000 a R\$ 1.600.000 por projeto.

Considerando esses altos custos e o grande número de famílias, pode-se concluir

que a probabilidade de que um produtor seja selecionado como parceiro de um *Projeto Piloto* é muito baixa. No setor florestal calculou-se que somente dois por cento (2%) das famílias numa região tiveram contato com projetos de desenvolvimento (MEDINA *et al.* 2009^c). Também foi observado que, muitas vezes, os agentes de desenvolvimento, por motivos pragmáticos, têm a tendência de sempre selecionar os mesmos parceiros locais (DEPZINSKI 2007), o que restringe ainda mais o número de famílias beneficiadas por esse tipo de projeto. Sendo assim, a análise mostrou que a utilidade de *Projetos Pilotos* fica comprometida se não houver replicação em escala. ■

Figura 13

Investimentos de organizações de apoio em oito *Projetos Pilotos de Manejo Florestal Comunitário* na Amazônia Brasileira



Geralmente, as práticas promovidas sofrem da falta de compatibilidade com as realidades dos produtores familiares.



6 As experiências com as iniciativas de desenvolvimento local

Naturalmente, os diversos esforços para apoiar produtores familiares influenciaram a vida das famílias na região.

O Projeto **ForLive** encontrou nos casos estudados evidências de melhoria de vida para muitas famílias, entretanto também detectou efeitos negativos, com implicações sérias para o futuro das famílias e da região, em particular um efeito acelerador do processo de homogeneização cultural-productiva. Para explicar esta conclusão, este capítulo apresenta os efeitos específicos observados, tanto positivos como negativos. ■

6.1 Benefícios dos esforços externos em apoiar o(a) produtor(a) familiar

Com suas próprias estratégias de meios de vida, a grande maioria das famílias na Amazônia, não alcança níveis plausíveis de qualidade de vida.

Muitas delas vivem abaixo da linha de pobreza e sofrem grandes problemas em termos de alimentação, saúde, acesso à energia e à educação. Os índices de bem-estar humano são bastante baixos (UNDP 2006). Muitas comunidades moram em situações precárias, sem vias de acesso aos centros urbanos, e, como consequência, são altas as taxas de migração. Assim, esses atores são literalmente excluídos da infraestrutura e dos serviços públicos. A fraca atuação do Estado e o alto nível de corrupção nos órgãos governamentais deixam as famílias altamente vulneráveis às ações dos grupos de poder que buscam satisfazer seus interesses (THOMAS 2008). Na realidade, a participação das famílias nas políticas públicas é marginal e, muitas vezes, elas não conhecem seus direitos legais (SABOGAL *et al.* 2008, CARVALHEIRO *et al.* 2008, IBARRA *et al.* 2008, MARTÍNEZ MONTAÑO 2008). Nessas áreas, onde os moradores vivem sem o poder de exercer seus direitos, ainda que legítimos e confirmados, em geral foram observados conflitos, muitas vezes violentos. Em resumo, pode-

-se constatar que a situação de grande parte das famílias na Amazônia rural é altamente precária.

A grande carência das famílias e a existência de expectativas altas em relação ao apoio externo fizeram com que as famílias quase sempre recebessem com grande entusiasmo qualquer proposta das organizações de apoio. Na realidade, no âmbito do Projeto **ForLive** não foi observado um caso sequer no qual uma comunidade tenha desistido completamente de uma proposta feita por uma organização de apoio.



Em alguns casos, a promoção de plantios gera uma alternativa atrativa para a geração de renda familiar.

Os produtores familiares confirmaram a sua capacidade de cumprir com as demandas dos pacotes tecnológico-gerenciais promovidos.

De fato, pode-se destacar que a situação de inúmeras famílias na região melhorou significativamente como resultado de políticas que, de forma consciente, passaram a considerar e proteger os direitos humanos e as necessidades das famílias. Deve-se também às milhares de iniciativas realizadas no nível regional e local com o empenho de organizações governamentais e não governamentais, além de indivíduos socialmente engajados. Porém, e talvez principalmente, os avanços devem ser conferidos aos esforços dos próprios produtores, que conseguiram se organizar e se articular mais efetivamente e, assim, influenciar as políticas públicas (MEDINA *et al.* NO PRELO). Sem dúvida, se comparadas com as situações pós-coloniais e feudais – que em certas regiões ainda se perpetuam – as famílias alcançaram um nível de bem-estar significativamente melhor, inclusive com uma alimentação mais regular, acesso a serviços públicos de saúde e educação e proteção dos seus direitos (ver ► Box 6).

BOX 6 Os avanços de desenvolvimento (Reflexões do Vincent Vos, assistente do Projeto ForLive)

“(…) Apesar de existirem provas que, em tempos pré-colombianos, grandes civilizações viveram na Amazônia boliviana, as doenças trazidas pelos europeus, em combinação com os movimentos populacionais, causadas pela invasão agressiva, fizeram com que há 100 anos, sobretudo na Amazônia boliviana, morassem apenas alguns grupos reduzidos de indígenas seminômades (DENEVAN 1992, MANN 2005, BALEE & ERICKSON 2006). Na realidade, esta região era uma das últimas áreas quase não contatadas. Somente com a abertura do mercado de goma, empresários e aventureiros vieram de La Paz, Santa Cruz e outras regiões. Eles se apropriaram de grandes extensões de terra sem nenhum respeito às populações indígenas locais. Geralmente contratavam pessoas de outras regiões para trabalhar como seringueiros, por meio de um sistema de semiescravidão baseado na mentira e no endividamento. Em muitos casos, estes trabalhadores mataram homens indígenas da região, ficando com suas mulheres. Hoje os “mestiços” formam a maior parte da população regional.

Em vários casos, a resistência dos indígenas a este abuso foi respondido de forma tão cruel que causou o genocídio de vários grupos. Por exemplo, depois que os *Pacahuaras* mataram seringueiros na região de Orton, o empresário Antonio Vaca Diez mandou uma brigada inteira, desencadeando um confronto que é a principal causa de agora somente sobreviverem oito *Pacahuaras*. Alguns povos como os *Araonas*, *Chacobos* e *Esse Eja* conseguiram escapar destas crueldades seguindo selva adentro. Outros como os *Cavineños* e *Tacanas* se integraram aos sistemas de extração. Na realidade, os *Cavineños* fizeram isso por meio dos missionários que, com o tempo, adotaram as mesmas atitudes e ações dos barões da borracha na Bolívia, inclusive alugando e vendendo indígenas como propriedade sua.

Apesar da queda da borracha nos anos 1920 ter acabado parcialmente com este sistema de aviamiento, de semiescravidão e exploração humana, o sistema persistia até há pouco. Por exemplo, segundo comunicação pessoal com líderes indígenas, até o final da última década, Fredi Hecker, um seringalista com muito poder político na região, argumentava que não havia indígenas ali, já que seu avô havia matado a todos. O mesmo se dizia dono de quase 300.000 hectares, onde, aplicando o sistema de aviamiento, todos os anos fazia trabalhar milhares de famílias para o aproveitamento da castanha, pagando pouco, cobrando caro pelos alimentos e oferecendo pouco ou nenhum serviço.

De fato, somente em 1997 o governo oficialmente reconheceu a existência de povos indígenas no norte Amazônico como reação a uma sequência de marchas a La Paz, organizadas por movimentos sociais. Em seguida, como resultado de muitos outros bloqueios, greves de fome e mais cinco marchas, foram retiradas terras desses patrões, através da regularização da terra ocorrida nos últimos anos, para dar a quem nela trabalha: indígenas e camponeses. Muitos desses proprietários perderam seus latifúndios (a família Hecker, conforme informações fornecidas pelo Ministério da Terra, ficou com somente 1.562 hectares), enquanto grandes extensões de terra foram designadas a camponeses e indígenas, que finalmente têm garantias de que ninguém as tomará nem lhes cobrará parte do que produzem.

Especialmente nas comunidades livres localizadas próximas das áreas urbanas os camponeses e indígenas conseguiram, com o apoio de várias ONGs, se organizar, o que lhes permitiu conquistar pouco a pouco o reconhecimento de seus direitos. Um bom exemplo dessa conquista se deu na negociação dos preços da castanha. Graças à capacitação e à assessoria, o valor recebido nas comunidades por uma caixa de castanha subiu de 10 Bs a 120 Bs em um período de 10 anos (RODRÍGUEZ 2008). Algumas comunidades também conseguiram negociar a construção de estradas, escolas, sedes, quadras esportivas, galpões e em alguns casos até moradias. Com o apoio das organizações, cada vez mais comunitários estão melhorando seus sistemas de produção, melhorando, assim, significativamente sua qualidade de vida.

Mesmo que a pobreza ainda seja muito visível, indicadores importantes como índices de desnutrição e a mortalidade infantil baixaram significativamente, enquanto, a autoestima dos produtores e o respeito aos seus direitos aumentou da mesma forma. No entanto, ainda existem poderes políticos e econômicos adversos que obstaculizam o desenvolvimento local (a matança de camponeses em Porvenir mostra até que extremos estes poderes estão dispostos a chegar para manter sua hegemonia). Todavia, atualmente o governo nacional está estabelecendo maior presença na região, o que, em combinação com as mudanças de propriedade da terra e a capacitação das populações locais, indica que em cada vez mais regiões os camponeses e indígenas têm conseguido escapar das tiranias e iniciar o autodesenvolvimento. Considerando esses enormes avanços, creio não ser justo falar de resultados escassos das iniciativas de desenvolvimento (...).”

Em todas as iniciativas externas de apoio local estudadas pelo projeto, as famílias confirmaram a capacidade de cumprir com as demandas dos pacotes tecnológico-gerenciais promovidos. As famílias conseguiram aplicar as técnicas sugeridas e estabelecer as formas de organização propostas. Porém, ficou evidente que isso somente funcionou com apoio externo significativo, incluindo pagamentos, assistência técnica e capacitação. Os programas e organizações que conseguiram estabelecer mecanismos contínuos de acompanhamento e que trabalharam com agentes locais adequadamente capacitados se mostraram mais êxitosos (HOCH 2009). Sem estas contribuições externas, no entanto, os produtores familiares geralmente não conseguiram ou não se mostraram verdadeiramente interessados em adotar as inovações sugeridas pelos técnicos externos (POKORNY & JOHNSON 2008^B, MEDINA *et al.* 2009^C). Assim, muitas vezes, poucas famílias conseguiram aproveitar de fato as oportunidades oferecidas pelos programas e projetos de desenvolvimento para melhorar a sua situação (HOCH 2009). Contudo, quase sempre, ao menos algumas famílias conseguiram melhorar seu nível de bem-estar. Várias vezes a colaboração, em particular com ONGs, melhorou a comercialização da produção familiar, que se tornou mais eficiente, contribuindo muitas vezes também para a manutenção da qualidade dos recursos naturais, especifi-

camente em projetos de manejo florestal e de sistemas agroflorestais (ver ► *Box 7*). Em geral, as famílias participantes dos programas e projetos atuaram com mais consciência,

BOX 7 Êxito de uma iniciativa de difusão dos sistemas agro-florestais no Norte da Bolívia (Escalera & Oporto no prelo)

Como resultado da iniciativa da ONG IPHAE, foram implementados cerca de 750 hectares de Sistemas Agroflorestais em mais de 45 comunidades camponesas na região de Riberalta, beneficiando mais de 700 famílias. Um estudo feito na comunidade *Palmira* comparando três famílias com apoio e duas sem apoio, mostrou que – pela adoção do sistema agroflorestal proposta pela ONG – as famílias conseguiram significativamente melhorar suas receitas e ultrapassar a linha da pobreza. Adicionalmente, os sistemas contribuíram a recuperação das áreas degradadas e a conservação do meio ambiente. Já as famílias que adotaram a nova tecnologia, mas não tiveram apoio, simplesmente não alcançaram um nível de qualidade de vida aceitável. A citação do Sr. Saúl, da comunidade *Buen Futuro*, expressa os grandes benefícios alcançados através da participação na iniciativa da ONG: “...plantar e manter algumas árvores para autoconsumo é fácil, mas se quisermos comercializar, é preciso apoio técnico ...”



Algumas famílias que participam em projetos também conseguem se beneficiar significativamente das opções indiretas geradas pela colaboração.

comunicaram-se mais efetivamente e conseguiram sair do seu isolamento, começando a colaborar mais intensivamente com os atores externos, chegando até a participar mais ativamente dos mecanismos de construção de políticas públicas (HUMPHRIES & KAINER 2006).

Uma das iniciativas mais importantes em meio aos esforços e reformas realizados, em particular na última década, e que geraram benefícios verdadeiros nas famílias, foi o início de um processo sério de formalização do direito à terra ou de acesso aos recursos. Como resultado, muitas famílias receberam o título legal para suas propriedades. Essas famílias também se beneficiaram de maiores esforços governamentais de planejamento estratégico e de controle do setor privado, bem como de alianças estratégicas com organizações de apoio – muitas vezes interessadas na conservação ambiental (SUNDERLIN *et al.* 2005). Esses avanços na questão fundiária e no fortalecimento das redes de cooperação interna e com aliados externos resultaram em maior segurança sobre os fatores de produção, diminuindo a vulnerabilidade das famílias e oferecendo melhores possibilidades de enfrentar os desafios e oportunidades do mercado. ■

6.2 As dificuldades

As iniciativas de desenvolvimento na região direcionadas ao apoio do(a) produtor(a) familiar deram início a uma chance histórica de ruptura das relações de exploração por atores externos e de insegurança das comunidades.

Os projetos de desenvolvimento também provocaram efeitos não intencionados, positivos e negativos.

Porém, é importante ter consciência de que os esforços dos agentes de desenvolvimento para adaptar o(a) produtor(a) familiar ao modelo e às necessidades do mundo moderno – como toda intervenção em sistemas sociais – além de gerar efeitos desejados e positivos, também provocaram efeitos não intencionados, positivos e negativos. Nesse sentido, as iniciativas de desenvolvimento têm o potencial de fortalecer o sistema social local e as capacidades locais para que possam se adaptar a novas situações pelo aproveitamento das opções apresentadas, mas também podem afetar negativamente essas capacidades locais de adaptação. Obviamente, como reflexo do interesse das organizações de desenvolvimento no êxito das suas próprias iniciativas, os efeitos positivos do apoio fornecido aos produtores familiares geralmente são bem descritos e analisados, enquanto as implicações negativas dessas iniciativas sofrem o risco de não ser adequadamente percebidas (ROGERS 2003).

A fim de avaliar as possibilidades de adaptar e otimizar os esforços para o desenvolvimento local, este capítulo pretende refletir criticamente sobre as dificuldades e implicações negativas das iniciativas de desenvolvimento local. Primeiro, relata as dificuldades das famílias que participaram ativamente em projetos de desenvolvimento local. Em se-

guida, analisa os efeitos mais gerais das várias iniciativas de desenvolvimento local na região. A análise mostra que a abordagem de desenvolvimento, como atualmente promovida pelas organizações desenvolvimentistas, embora melhore as condições de vida de algumas famílias, está contribuindo para a marginalização da figura do(a) produtor(a) familiar e, desta maneira, para um processo de homogeneização caracterizado pela acumulação dos fatores de produção, erosão cultural e degradação florestal. ■

6.2.1 Dentro dos projetos pilotos

Quase todas as iniciativas com apoio externo visitadas pelo Projeto **ForLive** mostraram dificuldades. Com exceção de algumas poucas famílias, quase não encontramos iniciativas funcionando sem a aplicação contínua de um apoio externo intensivo. Assim, não se verificou a ideia intrínseca de muitos projetos de desenvolvimento que sugere que, uma vez dado

um pequeno apoio inicial aos produtores, estes podem continuar por conta própria após um tempo de consolidação. Além disso, detectamos também efeitos preocupantes em relação ao sistema social das famílias e das comunidades. ■

Muitos produtores não tem recursos, interesse ou capacidades de investir seriamente na participação em projetos de desenvolvimento.



6.2.1.1 Criação de dependências



Raramente os produtores continuam com as iniciativas depois o término do apoio externo.

As propostas de desenvolvimento orientadas à integração ao mercado, como as tipicamente promovidas pelas organizações de apoio, se inserem na realidade local com um modelo bastante diferente (PORRO *et al.* 2008, POKORNY *et al.* NO PRELO). Existe uma grande diferença entre as práticas e formas como o sistema social-produtivo do(a) produtor(a) familiar é cotidianamente vivido e os pacotes tecnológico-organizacionais propostos por especialistas com o objetivo de melhorar, ajustar e modernizar este sistema.

Apesar da reconhecida importância de se considerar a cultura e o conhecimento local em projetos de desenvolvimento, as propostas das organizações quase sempre se baseiam em critérios legais e técnico-científicos, elaborados com pouca participação dos produtores e, em grande parte, ignorando os mecanismos e as capacidades tradicionais existentes (PORRO *et al.* 2008, POKORNY & JOHNSON 2008^B). Como consequência, as famílias são desafiadas pelas exigências dos pacotes tecnológicos em relação à dificuldade de se adaptar às demandas em termos de pra-

Como descrito anteriormente, a economia tradicional nas áreas rurais da Amazônia se baseia em sistemas de produção diversificados que atendem o consumo doméstico e aproveitam mercados locais. Esses sistemas são autogerenciados pelas famílias e, por isso, correspondem às capacidades, normas e instituições locais existentes.

zos, ferramentas e assessorias. Em geral, esse conjunto de exigências é conduzido sob uma visão que exige capacidades organizacionais empresariais que, além de ignorar as práticas e capacidades existentes, implicam muitas vezes a substituição das mesmas. Além disso, os custos da implementação e manutenção das novas tecnologias e formas organizacionais são altos e estão normalmente além das capacidades locais.

Como consequência, pode-se concluir que outra característica típica da grande maioria dos projetos de desenvolvimento é a demanda de capacidades humanas e financeiras fora da realidade das famílias (*ver também Figura 13*). Como reflexo disso, o Projeto **ForLive** observou, nos casos estudados, a tendência dos produtores em adotar as propostas externas somente na fase inicial do projeto. No curso da iniciativa, especificamente em casos de alta intensidade inicial da cooperação, aparecem cada vez mais críticas por parte das famílias, uma vez que os benefícios inicialmente prometidos não são alcançados enquanto os insumos e custos se mostram maiores do que o esperado. Há, portanto, uma tendência clara de um crescente ceticismo sobre propostas promovidas por externos, o que finalmente pode provocar numa reflexão mais crítica até a recusa de propostas externas por algumas famílias e o seu abandono uma vez acabado o apoio.

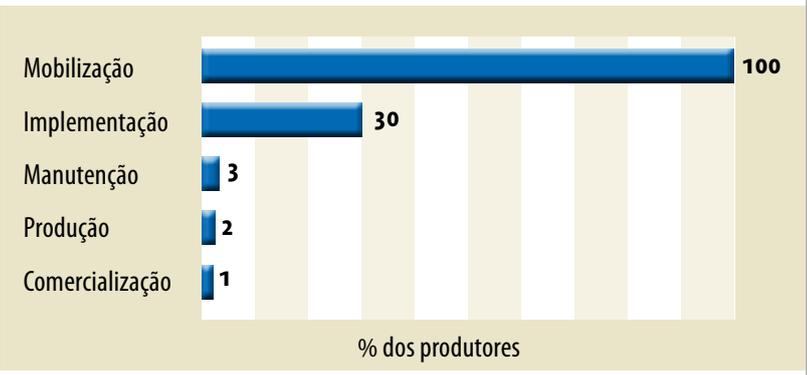
O funcionamento da maioria dos modelos promovidos dependeu de aportes contínuos e intensivos de apoio externo.

Este fenômeno é visualizado claramente na Figura 14, que mostra a taxa de adoção das iniciativas de plantios florestais pelos produtores familiares nas regiões do estudo do Projeto **ForLive** por HOCH (HOCH *et al.* 2008, HOCH 2009).

Em toda a região, governos, ONGs, agências de cooperação internacional e bancos estimularam plantios por produtores familiares. Na maioria dos casos esses programas simplesmente distribuem mudas aos produtores, acompanhando o processo de plantio e, às vezes, oferecendo incentivos financeiros aos produtores familiares. O componente chave dessa estratégia é o estabelecimento de viveiros para a produção de mudas, preferencialmente de mogno (*Swietenia macrophylla*) e cedro (*Cedrela odorata*) para madeira, e cítricos, como laranja e limão (*Citrus sp.*), além de cacau (*Theobroma cacao*), pupunha (*Bactris gasipaes*) e cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), para produtos não madeireiros. Na realidade, esses viveiros são encontrados em quase toda a Amazônia. Entretanto, como a Figura 14 mostra, os projetos tiveram pouco sucesso com esta estratégia de apoio inicial. Poucos produtores que estabeleceram os plantios trabalharam na sua manutenção após o fim do apoio externo. Com base em 112 entrevistas com representantes de organizações governamentais e não governamentais e a avaliação em campo de 80 experiências denominadas pelos entrevistados como os mais êxitosas para programas de reflorestamento, onde produtores familiares receberam mudas de espécies florestais para o plantio em suas áreas degradadas, apenas 30% dos produtores atendidos implementaram os plantios, e somente 3% fizeram sua manutenção. Com base nos resultados obtidos, pode-se estimar que somente um em

Figura 14

Proporção de adoção de plantios florestais difundidos nos programas de desenvolvimento pelos produtores familiares ao longo das diferentes fases de produção.



cada cem produtores que participam de projetos de plantações florestais chegou à fase de comercialização.

Aparentemente, existem vários problemas que limitam a viabilidade para os produtores familiares. Em relação à promoção de plantios puros, o estudo encontrou principalmente três dificuldades (POKORNY *et al.* 2010^B):

1. os prazos relativamente longos de produção comparados com o cultivo anual na agricultura;
2. os altos riscos de danos e destruição acumulados ao longo do tempo, em particular por fogo, seca, animais, pragas, inundações e roubo; e
3. as sérias dificuldades de comercialização por conta de altos custos de transporte e falta de mercados atrativos.

Outra indicação da incompatibilidade das propostas e estratégias de apoio oferecidos pelas organizações de desenvolvimento com a realidade do(a) produtor(a) familiar foi

o fato que o Projeto **ForLive** não encontrou nenhum exemplo de adoção espontânea de manejo florestal por agricultores familiares na Amazônia (POKORNY & JOHNSON 2008^B, MEDINA *et al.* 2009^C). Esta falta de replicação pode também observada no exemplo da certificação do *Manejo Florestal Comunitário*, que foi – e ainda é – fortemente promovida, em particular por organizações ambientalistas internacionais, para destacar a viabilidade do conceito do *Manejo Florestal Sustentável* para o(a) produtor(a) familiar. Um estudo das experiências das comunidades indígenas *Chiquitanas* na Bolívia, onde o processo da certificação da exploração madeireira foi promovido por várias organizações governamentais e não governamentais, mostra a certificação como algo financeiramente inviável para as comunidades (BENNEKER 2008). Por outro lado, observou-se que o processo de certificação favorece empresas porque têm elas maior capacidade de responder aos requisitos pouco compatíveis com a realidade local do uso florestal pelos produtores familiares (POKORNY & PHILLIP 2008). Mesmo nos casos onde comunidades conseguiram a certificação, elas tiveram grandes dificuldades em manter o status de certificação, uma vez que a organização externa deixou de financiar os custos. Isso se deu não somente por questões financeiras, mas também porque as normas da certificação e os regulamentos legais entram em contradição com o modo de vida das comunidades. A proibição da caça ou do estabelecimento de roças em áreas de manejo são exemplos de como a certificação mostra grandes incompatibilidades com o uso tradicional da floresta.



Outro exemplo de possíveis dificuldades que propostas externas podem provocar às famílias pode ser observado também no âmbito do crescente número de programas de pagamentos por serviços ambientais com a finalidade de evitar desmatamento (ENGEL *et al.* 2008). O governo do Estado do Amazonas no Brasil, por exemplo, paga uma bolsa a produtores familiares pelo compromisso de eles não abrirem novas roças em áreas de floresta. Porém, pela necessidade de cultivar consecutivamente a mesma área ao invés de aproveitar os solos recuperados e cobertos por florestas secundárias como parte integral do seu sistema de agricultura itinerante, os produtores correm o risco de enfrentar produtividade cada vez menor nas áreas cada vez mais degradadas.

A grande maioria dos modelos técnicos promovidos nas várias iniciativas analisadas pelo Projeto **ForLive** se mostrou pouco adaptada às características socioeconômicas das famílias e apresentou falta de compatibilidade com as necessidades e capacidades dos produtores familiares, bem como com



Geralmente, os produtores dependem de empresas para o transporte da sua madeira.

as condições ambientais e socioeconômicas. Ao contrário das expectativas iniciais, essas iniciativas geralmente foram dependentes de aportes contínuos e intensivos de apoio externo. Assim sendo, muitas iniciativas de desenvolvimento, apesar de terem melhorado a qualidade de vida das famílias, também aumentaram a dependência dos produtores em receber apoio de organizações externas, uma vez que suas capacidades organizacionais e financeiras não são suficientes para manter a iniciativa por conta própria. Como consequência, algumas famílias que substituíram seus sistemas tradicionais com forte apoio externo ficaram ainda mais vulneráveis do que antes de sua participação nos projetos.

Nesse sentido, um dos aspectos mais críticos detectados foi o desafio de comercializar os produtos gerados nos novos sistemas por preços atrativos a ponto de serem capazes de compensar os custos de produção, frequentemente bem mais elevados que os custos da maneira tradicional. Nas iniciativas de desenvolvimento que, em sua maioria, se orientaram a mercados nacionais e internacionais

para alcançar preços atrativos, raramente havia grupos locais que conseguiram estabelecer relacionamentos diretos com clientes e consumidores. Quase sempre o acesso a esses mercados dependeu da mediação contínua de ONGs, fundações ou igrejas, muitas vezes localizadas fora do país. Algumas comunidades que participavam em projetos de Manejo Florestal Comunitário conseguiram continuar as operações florestais somente através da terceirização da maior parte de suas operações, inclusive as de comercialização.

Por conta disso, muitas famílias ou suas organizações representativas, ao sofrerem o processo de finalização de um projeto de desenvolvimento, imediatamente começaram a buscar possibilidades de colaboração com a mesma organização e/ou outras organizações em novos projetos. Em muitas das iniciativas analisadas, certas famílias optaram a estabelecer a cooperação com organizações de apoio como uma das principais opções no leque das suas estratégias de meios de vida. Tais famílias conseguiram se estabelecer como ponto focal ideal para ONGs em busca de parceiros locais para seus projetos. Em poucos casos, porém, as famílias ou suas organizações representativas conseguiram escrever suas próprias propostas. Também do lado das ONGs, a busca de novos fundos de financiamento mostrou-se como uma das atividades principais da sua atuação, já que dar continuidade aos projetos – que em geral se caracterizam por duração curta demais, de 3 a 5 anos – é crucial para sua existência, para manter sua equipe e assegurar a entrada de recursos rotineira.

Ao contrário da grande maioria das organizações envolvidas na difusão de projetos de desenvolvimento local, algumas ONGs

e poucas agências governamentais optaram por estratégias de acompanhamento contínuo. Especificamente no caso da promoção de sistemas agroflorestais, identificaram-se vários projetos aplicando a estratégia de um acompanhamento intensivo e de longo prazo. Comparando-se com a taxa de adoção extremamente baixa dos projetos, o que limita seu acompanhamento à fase inicial, essas iniciativas mostraram um maior número de produtores que mantiveram o plantio promovido. Entretanto, também nessas experiências, o êxito foi geralmente abaixo do esperado.

Uma das iniciativas mais bem sucedidas de acompanhamento intensivo contínuo foi encontrada na Bolívia, onde a ONG IPHAE promoveu o plantio de cupuaçu (*Theobroma*

grandiflora) em sistemas agroflorestais por mais de 15 anos. Dos mil produtores apoiados neste período apenas 150 continuaram realizando as atividades necessárias para manter os sistemas agroflorestais estabelecidos (IPHAE 2007). Nesse caso, um dos limitantes de adoção foi a necessidade de investir muito tempo na execução do trabalho. O produtor mais exitoso relatou que nos três primeiros anos ele trabalhou durante o dia nos seus cultivos de corte-e-queima para manter a família e durante a noite para implementar o novo sistema. Mesmo assim, somente depois de sete anos ele recebeu um retorno financeiro importante e de forma relativamente constante. Poucos produtores familiares, porém, mostraram ter a capacidade e o interesse para enfrentar tal desafio (HOCH 2009, HOCH *et al.* 2009, NO PRELO). ■



Para a maioria das famílias tradicionais e indígenas, os rios permanecem como o único meio de transporte.

6.2.1.2 O impacto no sistema social

Os estudos do Projeto **ForLive** confirmaram que a intervenção dos agentes de desenvolvimento tiveram impactos importantes no sistema social. Em particular afetaram a habilidade das famílias de protagonizar a gestão de seus recursos como um coletivo coeso e orgânico, com identidade social própria (PORRO *et al.* 2008).

Nas diversas iniciativas estudadas encontramos uma grande diversidade de reflexos das intervenções do sistema social. Simplificando, esses reflexos podem ser categorizados em cinco cenários:

1. o cenário do êxito, onde se conseguiu a modernização do sistema social-productivo;
2. o cenário da promoção de elites;
3. o do estabelecimento de estruturas paralelas;
4. o da separação de indivíduos exitosos; e
5. o cenário da indiferença.



Ao longo das novas ruas se acumulam os conflitos sociais entre a população local e os novos atores chegando na região.

No primeiro cenário, o do êxito, as famílias adotaram as sugestões externas para aumentar a efetividade econômica das suas atividades e substituíram as estruturas locais de produção familiar por estruturas modernas, geralmente inspiradas em sistemas empresariais (STOIAN & DONOVAN 2004). Na prática, porém, quase nunca se observou uma transformação completa nos sistemas de produção familiar. A maioria das famílias mostrou a tendência em manter características típicas, como a perspectiva de maximizar a remuneração da mão de obra e não o lucro, a valorização do tempo livre (folga, intervalos) e o interesse de continuar com as atividades produtivas tradicionais (MEDINA & POKORNY 2008). Comparadas com empresas convencionais, as famílias organizadas em empresas comunitárias operaram a partir de estruturas mais horizontais e dessa maneira aplicaram menor pressão às pessoas envolvidas no processo de produção. Essa menor pressão para produzir também resultou, nos estudos observados, no fato que, nas iniciati-

vas que se sobressairam, os grupos de produção tiveram seus custos iniciais (incluindo a compra de máquinas e os primeiros investimentos) pagos pelas organizações de apoio. Mesmo assim, como consequência da *resistência cultural* do(a) produtor(a) familiar, as produtividades de iniciativas comunitárias foram geralmente menores em relação às produtividades alcançadas em empresas convencionais (*ver ► também capítulo 2.1.2*). Além do efeito de escala, esse é um dos motivos principais para a falta de competitividade da produção familiar comunitária no mercado livre. As comunidades, mesmo adotando as tecnologias e propostas organizacionais, têm dificuldades de competir com o setor privado na comercialização dos seus produtos (POKORNY *et al.* 2010^A). Isso indica a dependência de subsídios externos contínuos.

No segundo cenário, o da *promoção* das elites, nem todas as famílias dentro de um sistema social aproveitaram as possibilidades oferecidas pelas organizações externas. Tais possibilidades foram aproveitadas somente pelas famílias que tiveram as melhores habilidades de se comunicar e que dispunham de algum capital, isto é, foram beneficiados apenas os mais ricos, experientes ou formalmente educados (HOCH 2009, HOCH *et al.* 2009). A atuação dos colaboradores externos em iniciativas de desenvolvimento corre o risco de agravar este fenômeno (DEPZINSKY 2007). No caso de ONGs, por exemplo, a pressão dos doadores para apresentar resultados tangíveis em curto prazo fez com que estas concentrassem seu apoio nos produtores mais promissores. Ao considerar as grandes dificuldades em colaborar com as famílias mais pobres e menos habilitadas, muitas organizações fizeram a decisão consciente de seguir como estratégia a teoria segundo a

As intervenções afetaram a habilidade das famílias de protagonizar a gestão de seus recursos.



Especialistas atuando na comunidade provocam efeitos positivos e intencionais, mas também efeitos não intencionais.

qual os líderes estabelecem exemplos de práticas que produtores mais conservadores podem, futuramente, adotar espontaneamente. No entanto, essa tendência de colaborar com as famílias que mostram mais capacidade e maiores recursos e mão de obra disponível, normalmente fortalece as elites locais e potencializa as desigualdades, uma vez que as famílias menos habilitadas e mais pobres não têm a mínima chance de replicar as experiências exemplares caso não tenham apoio. Assim, as famílias pobres ficaram marginalizadas, e as privilegiadas conseguiram acumular ainda mais recursos. Desta maneira, as organizações externas contribuem ou fortalecem injustiças gerando conflitos entre as famílias. Somente no caso de líderes altamente conscientes da sua responsabilidade social foi possível evitar – ao menos parcialmente – essas consequências.

No terceiro cenário observado, que resulta no *estabelecimento de estruturas de poder paralelas* às tradicionais, os agentes de desenvolvimento trabalharam com pessoas de status social menor. Tal situação se deu geralmente por três razões:

- A. falta de interesse das elites locais, que não acreditaram nos benefícios (principalmente individuais) da proposta externa;
- B. preocupação por parte deles de que a iniciativa poderia enfraquecer a sua posição dominante e favorável; ou
- C. porque a organização externa selecionou as famílias de cooperação por critérios que não consideraram o status social ou conscientemente evitaram a colaboração com as elites para evitar o cenário de promoção destas, descrito anteriormente.

Neste cenário, as iniciativas de apoio investiram em indivíduos habilitados, muitas vezes jovens, ou em grupos de mulheres, sendo esse o alvo de muitas organizações, seja pela discriminação muito comum na região ou pelo potencial e grandes habilidades das mulheres em efetivamente realizar atividades para o bem familiar. Esses atores mostraram por vezes um enorme desempenho individual e melhoraram significativamente sua situação, como efeito do apoio recebido das organizações em forma de treinamento, acesso a informação, e possibilidades de encontrar pessoas fora do contexto comunitário. Estes avanços individuais frequentemente provocaram conflitos com as antigas autoridades, por exemplo, quanto à distribuição de eventuais benefícios, o uso dos recursos comuns, ou ainda quanto às responsabilidades e mecanismos de decisão, além de confrontar a maneira tradicional de vida e os novos modelos promovidos pelos atores externos. Em alguns casos, esses processos contribuíram para uma melhor integração dos grupos socialmente marginalizados e ajudaram superar barreiras, no entanto, também foram observados casos nos quais esses conflitos enfraqueceram o capital social-produtivo existente. Em vários casos, a frustração dos indivíduos capacitados pela atuação dos projetos frente às limitações para o desenvolvimento de suas novas perspectivas no seu contexto social, foi tão forte, que decidiram sair da comunidade, geralmente para a cidade, resultando assim, na separação dos *indivíduos exitosos*.

Entretanto, a maioria das iniciativas observadas não gerou grandes mudanças na realidade local, sendo mais ou menos *indiferente* para as famílias. Isso se deve principalmente a três motivos. Primeiro, a grande

maioria das iniciativas não teve o potencial para atingir um maior número de comunidades e famílias, por conta de seu marco operacional, limitações dos recursos disponíveis e seus requerimentos formal-burocráticos. Além disso, o projeto observou a tendência de, por motivos práticos e logísticos, muitas organizações aproveitarem parcerias já consolidadas com algumas poucas comunidades ou famílias reconhecidas como capazes, interessadas e facilmente acessíveis (DEPZINSKY 2007). Segundo, outro motivo relevante para a falta de grandes efeitos foi identificado na temporalidade e isolamento da atuação das organizações externas, que geralmente desenvolvem projetos como ações únicas, sem continuidade e com um tempo de duração não maior que três anos. O contato com as famílias se limita muita vezes a poucas visitas, nas quais o técnico não chega a passar uma noite sequer na comunidade. Finalmente, foi observado que muitos projetos trabalharam com grupos marginalizados dentro da comunidade, grupos que não possuíam tanta responsabilidade, mas que foram escolhidos por disporem do tempo necessário para participar das reuniões, atividades de treinamento e de campo. Disso resultou que, findado o projeto, as outras famílias não consideraram as recomendações dos integrantes destes grupos marginalizados, muitas vezes compostos por jovens, e tudo continuou como antes.

A grande maioria das iniciativas externas de apoio a produtores familiares não conseguiu considerar adequadamente as capacidades organizacionais das comunidades. Há uma grande diferença entre as estruturas, mecanismos e práticas desenvolvidos tradicionalmente e as capacidades requeridas e promovidas pelos projetos de desenvolvi-

A maioria das iniciativas não conseguiu considerar adequadamente as capacidades organizacionais das comunidades.

mento. Como consequência, nas iniciativas de desenvolvimento local dirigidas por organizações externas, encontram-se estruturas informais tradicionais que convivem com as estruturas formais introduzidas. Conforme já descrito, esse contraste pode debilitar as estruturas sociais, fortalecer elites tradicionais ou promover o estabelecimento de novas elites e estruturas locais não necessariamente respeitadas, provocando novos conflitos e aumentando a dependência e vulnerabilidade. Sem dúvida, segundo estas observações, as intervenções das organizações de desenvolvimento podem causar uma deterioração do sistema tradicional ainda maior, uma vez que geralmente superestimam o potencial comercial das suas propostas de gerar bene-

fícios e desvalorizam a necessidade de outras atividades produtivas.

Mesmo o potencial de induzir processos de mudança social para superar estruturas e situações injustas, frequentemente encontrado em comunidades rurais em consequência de sua história de origem (*ver* ► capítulo 4.1), é raramente aproveitado pelas organizações de apoio. Ao contrário, em muitas intervenções, esses efeitos positivos de superação aparecem como subproduto por coincidência, ou as próprias organizações evitam conscientemente conflitos para não ameaçar o êxito técnico dos seus projetos. ■



Poucos produtores estão dispostos à estabelecer viveiros locais.

6.2.2 Fora dos projetos

Talvez a observação mais preocupante do Projeto **ForLive** em relação às várias iniciativas analisadas não foi quanto às dificuldades de continuação ou efeitos sociais não desejados, mas quanto à falta de replicação. Em quase nenhum caso estudado, as famílias não participantes diretamente nas iniciativas assimilaram as propostas difundidas pelas organizações de desenvolvimento.

Aparentemente, para as famílias não foi possível cumprir com as condições financeiras e técnicas relacionadas à implementação das propostas externas ou simplesmente as famílias não se interessaram em função da falta de atratividade das iniciativas. Assim, nos casos mais positivos, famílias ou comunidades pediram para ser incorporadas nos projetos para também receber benefícios, ou, muito

raramente, outras organizações assimilaram a agenda das iniciativas tentando a sua continuação e disseminação. Porém nesse último caso, foram muitas vezes organizações governamentais adotando as iniciativas de ONGs, mas também com grandes problemas de replicação por insuficientes recursos humanos e financeiros.



O crescente demanda dos centros urbanos pode provocar competição com grandes produtores em produtos tradicionalmente produzidos e consumidos localmente.

a titulação de suas propriedades puderam apenas mostrar a complexidade da situação e identificar suas dificuldades, porém, sem resolvê-las. Também foram detectadas enormes dificuldades na tentativa de demarcar as propriedades dos produtores familiares, pela pouca capacidade técnica disponível. Uma vez demarcada a terra, os processos burocráticos para sua titulação demandaram muito tempo, geralmente não menos que 10 anos. Como consequência, o processo de regularização fundiária está avançando muito lentamente, inclusive gerando tumultos e, desta maneira, abrindo novas oportunidades para atores externos aproveitarem da situação. Recentemente, porém, os governos do Brasil, Bolívia e Equador, conseguiram implementar programas sérios para avançar no processo da titulação da terra. O êxito deles depende ainda da capacidade da equipe técnica em compreender as características do público familiar e da vontade política das autoridades, o que naturalmente implica no risco típico de descontinuidade na esfera política na América Latina.

Apesar de avanços positivos, também nos esforços que se propuseram a melhorar as condições mais gerais da atuação do(a) produtor(a) familiar, foram observados imensos problemas. Em todos os países e em quase todas as iniciativas, foram detectados graves questões, não somente na consideração adequada do sistema local de produção familiar no processo da formulação das políticas públicas, mas também na implementação dessas políticas. Essas dificuldades se observaram, talvez mais drasticamente, nas várias tentativas de regularizar a questão fundiária (LARSON *et al.* 2008). Mesmo no caso de boas intenções, muitas vezes os esforços das autoridades para passar às famílias

As famílias não participantes das iniciativas não assimilaram as propostas das organizações de desenvolvimento.

No caso dos (poucos) programas de crédito formulados para apoiar produtores familiares também aparecem grandes dificuldades. Muitas vezes, as exigências formais destes programas impediram que um grande número de famílias, geralmente as mais carentes, pudesse acessar os créditos por não ter os documentos necessários ou a capacidade de cumprir com as demandas burocráti-

Os marcos regulatórios geralmente sofrem de incompatibilidade com a realidade local dos produtores familiares.

cas. Em muitos casos, os programas focaram nos grupos formalizados, o que causa outro problema, pois esses grupos geralmente são liderados por famílias com influência política. Desta maneira, os programas tendem a ser aproveitados, na maioria das vezes, de forma política pelas elites locais. Finalmente, os programas muitas vezes financiaram atividades com pouca utilidade ou pouco interesse para os produtores, o que, mesmo no caso de uma aplicação bem sucedida, resultou posteriormente, de forma geral, no abandono ou fracasso dos investimentos feitos. Os créditos geralmente são concebidos como pacotes com pouca flexibilidade com relação às características locais e às demandas do(a) produtor(a). O sistema público de assessoria técnica responsável pela elaboração dos projetos de crédito muitas vezes nem visitou as áreas dos produtores antes da elaboração do projeto, nem mostrou a capacidade de dar acompanhamento ao longo da implementação do crédito.

Outro exemplo que mostra as dificuldades de se implementar efetivamente as diversas estratégias do desenvolvimento rural está relacionado aos esforços de controlar a atuação do setor privado. Apesar da existência de regulamentos claros, poucas vezes os governos conseguiram estabelecer mecanismos viáveis para fiscalizar e controlar o setor privado (SABOGAL *et al.* 2008, CARVALHEIRO *et al.* 2008, IBARRA *et al.* 2008, MARTÍNEZ MONTAÑO 2008). Utilizando tecnologias avançadas de sensoriamento remoto na fiscalização do uso ilegal das florestas, recentemente instalados em muitos países com forte apoio

da cooperação internacional, o Estado até pode identificar crimes ambientais nas áreas remotas, mas simplesmente não dispõe das ferramentas e recursos para responsabilizar e punir efetivamente os responsáveis. Comumente, há situações nas quais as autoridades sabiam quais as empresas e pessoas responsáveis pelos crimes ambientais, mas não os podem punir (BRITO & BARRETO 2006).

Um estudo analisando a percepção e a experiência de produtores familiares com as políticas florestais nos países elencados pelo Projeto **ForLive** apresenta outro exemplo das dificuldades de viabilização dos esforços políticos para atingir o(a) produtor(a) familiar (SABOGAL *et al.* 2008, CARVALHEIRO *et al.* 2008, IBARRA *et al.* 2008, MARTÍNEZ MONTAÑO 2008). As entrevistas revelaram que os produtores nem sequer conhecem a legislação, que quase nenhuma família recebeu assistência técnica e que a presença do Estado se limitou às poucas famílias que trabalharam em um plano de manejo autorizado. Com base em oficinas de trabalho que contaram com a participação de representantes de órgãos governamentais, ONGs e organizações locais, assim como especialistas e líderes comunitários, o estudo identificou um grande número de obstáculos que impede a implementação da legislação florestal favorável aos produtores familiares (*ver* ► Tabela 11).

Grande parte da madeira processada tem origem de propriedades dos pequenos produtores.



Tabela 11**Problemas quanto ao marco legal-institucional para o manejo florestal por produtores familiares na Amazônia****▼ Contexto**

Questão fundiária não resolvida

Alta influência do setor privado / empresarial

Falta de informação

▼ Marco legal (Normas – Regulações)

Homogeneização e simplificação dos atores sociais

Forte ênfase na exploração mecanizada de madeira

Demasiadas exigências, requisitos técnicos e procedimentos administrativos

Incompatibilidade cultural

Incoerências com os outros setores

Deficiências jurídicas (vícios ou “brechas” legais)

▼ Marco institucional (Organizações – Atores)

Débil capacidade operacional das instituições governamentais

Pouca visibilidade e entendimento da definição das competências entre os diversos órgãos governamentais

Centralismo administrativo

Alta burocracia e complexidade dos procedimentos, falta de transparência e demora na conclusão dos processos

Atitude de controle

Falta de mecanismos de apoio

Concentração na autorização e auditoria em vez da fiscalização do uso ilegal

Alta frequência de troca dos procedimentos e regulamentos

por produtores familiares. É consenso entre os diferentes atores que assegurar a propriedade e o consequente acesso às florestas é um passo fundamental para que se promovam avanços na vida das famílias. Também foi identificada a necessidade das autoridades enfrentarem mais efetivamente o setor comercial-empresarial no sentido de compensar as desigualdades e, assim, proteger as famílias da exploração ilegal e de acordos injustos. Outro obstáculo identificado foi a falta de informação e conhecimento por parte das famílias, tanto da base legal quanto das possibilidades e dos direitos e mecanismos para sua implementação.

Apesar das especificidades de cada país, foi possível perceber um padrão bastante similar das dificuldades relacionadas ao marco regulatório. Na realidade, tratou-se de um modelo padronizado caracterizado principalmente por uma visão homogênea e simplificadora da realidade dos usuários das florestas e dos contextos culturais, biofísicos e socioeconômicos em que se desenvolvem. Como consequência, os marcos regulatórios sofrem geralmente de incompatibilidade com a realidade local. Além disso, eles mostraram deficiências jurídicas. Particularmente, as inconsistências com os marcos legais de outros setores tiveram um grande efeito. Apesar de um processo contínuo de reformas institucionais que contribuíram para a melhoria da atuação dos órgãos governamentais, a implementação do marco regulatório na região mostrou-se, em geral, bastante pobre, deficiente e muito limitada. Destaca-se a falta de competência institucional e os processos extremamente burocráticos e demorosos que atrapalham os produtores familiares na tentativa de legalizar o aproveitamento dos seus recursos.

O estudo destacou os vários obstáculos em três grandes temáticas: questões fundiárias e contextuais, questões legais e normativas e questões institucionais. Em particular, as questões relativas ao processo de regularização fundiária configuram o primeiro grande entrave para a efetivação do uso florestal

Os marcos legal-institucionais acabam por excluir os produtores familiares da possibilidade do uso legal das suas florestas.

O estudo mostra ainda que essas deficiências estão realmente excluindo os produtores familiares da possibilidade do uso legal das suas florestas. Na realidade, ao invés do marco legal-institucional assegurar o acesso e os direitos dos produtores familiares quanto aos seus recursos, ele acaba por dificultar a situação das famílias. Isso gera conflito e abre caminho para a corrupção e a impunidade. Atores capitalizados, com mais recursos, em particular empresas madeireiras, aproveitaram as “brechas” legais, ou seja, os espaços criados pelas inconsistências e deficiências jurídicas.

As poucas famílias que ainda buscam legalizar seu uso florestal – geralmente em projetos coordenados por ONGs – são quase forçadas a deixar a sua maneira tradicional de usar as suas florestas, o que finda por criar ou aumentar a dependência, limitando assim os benefícios financeiros. Como consequência, o marco legal-institucional para o uso florestal, desencoraja fortemente o(a) produtor(a) familiar a continuar suas formas tradicionais de uso florestal e incentiva a colaboração com empresas que continuam de atuar de forma altamente predatória. Nesse sentido, as iniciativas de apoio podem, inclusive, complicar a situação das famílias.

Assim, alguns dos novos marcos legais – que exigem planos de manejo para o aproveitamento das florestas – proíbem o uso de motosserra para processar a madeira dentro da floresta, a exploração de produtos florestais em reservas ou outras áreas de proteção e requerem organizações formais legalmente cadastradas para a comercialização de produtos, empurraram o(a) produtor(a) familiar, que anteriormente trabalhava em cenários de informalidade, para a plena ilegalidade. Esta

“ilegalização” da atuação econômica do(a) produtor(a) familiar, aliada ao melhoramento dos mecanismos de controle, em geral piorou a posição dos produtores familiares em relação aos demais. Foi observado frequentemente, por exemplo, que os intermediários e compradores dos produtos pagaram preços menores com o argumento de que o produto é ilegal. Percebeu-se ainda a descontinuidade de certas atividades tradicionais em função do medo do(a) produtor(a) de entrar em conflitos com as autoridades e ser penalizado por sua condição não mais informal, mas agora ilegal. No outro extremo, produtores familiares foram obrigados a pagar às autoridades para receber as autorizações necessárias (THOMAS 2008).

Uma consequência geral deste processo é o fortalecimento do setor privado, que tem menos dificuldades para adequadamente responder ou evitar as novas exigências formais, como por exemplo, a elaboração de planos de manejo florestal, o gerenciamento de processos de autorização e auditoria, a aplicação de créditos ou ainda para aproveitar as oportunidades de mercados nacionais ou internacionais. De forma geral, o setor privado conseguiu aproveitar essas vantagens comparativas. No caso do manejo florestal, as empresas madeireiras conscientes das dificuldades das comunidades para cumprir com os novas demandas legais, técnicas e gerenciais, começaram a buscar estabelecer parcerias sistematicamente para aproveitar a madeira nas propriedades dos produtores familiares. Nestas parcerias, as empresas cuidaram de toda a burocracia para legalmente aproveitar as florestas das propriedades das famílias ou comunidades. A grande maioria das empresas, porém, pagou preços baixos pela madeira explorada (também com o ar-

gumento dos custos de legalização) e causou grandes danos nas florestas exploradas, desta maneira deixando as famílias com florestas degradadas, sem possibilidade de aproveitamento legal até o próximo ciclo de corte (PANTOJA 2008). Na Bolívia, se encontrou muitas comunidades que assinaram contratos com empresas, sendo obrigadas a vender toda a sua madeira durante os próximos 20 a 50 anos por um preço fixo baseado no preço do mercado atual.

Em geral, tampouco a demarcação de concessões em florestas públicas para o uso comercial da madeira também não resultou em benefícios para as famílias nas zonas rurais. No pior caso, as concessões incluíram áreas de uso tradicional e até as próprias vilas, uma situação que logicamente provocou conflitos muitas vezes resolvidos em favor do concessionário, dado seu *status* legal, de um lado, e dada a falta de direitos legais das comunidades, de outro. Mesmo no caso onde as autoridades tentaram considerar os direitos tradicionais na demarcação das concessões, como no caso do Brasil ou Bolívia, produtores familiares foram de fato excluídos da

oportunidade de usar estas florestas pelas barreiras técnicas e burocráticas (BENNEKER 2008). A consideração de pequenas empresas nos processos de licitação também raramente funcionou, pela falta de capacidade gerencial dessas empresas. As famílias pouco se beneficiaram dos empregos gerados pelas empresas madeireiras, ou porque as empresas trouxeram pessoal próprio ou porque as condições de trabalho não foram compatíveis com as necessidades e demandas dos produtores familiares.

Resumindo, o Projeto **ForLive** revelou uma situação bem paradoxal: após mais de vinte anos de esforços para promover o *Manejo Florestal Comunitário* como a opção mais promissora contra a exploração de comunidades por empresas madeireiras, esses próprios esforços geraram uma situação onde empresas podem atuar da mesma forma predatória, com a diferença de que hoje atuam legalmente e com apoio não somente dos governos, mas também da cooperação internacional vindo isso como uma solução para assegurar um manejo profissional de alta qualidade das florestas na Amazônia. ■

6.3 Acelerando a marginalização

Os estudos do Projeto **ForLive** revelam uma situação bastante complexa.

As organizações e agências interessadas em apoiar as famílias que vivem em situações difíceis por meio de um uso racional de seus recursos naturais – um dos poucos recursos com valor econômico

que têm – são confrontadas com problemas estruturais que em grande parte se originam em contextos históricos de exploração e opressão. Esses problemas não são superáveis com iniciativas isoladas. Porém, um

Em quase toda a região, há cadeias de produção madeireira através das quais o produtor abastece informalmente a indústria.



grande número de iniciativas trabalhando tanto localmente, como em nível político nacional e internacional, conseguiram avanços significativos para as populações locais. No entanto, essas iniciativas, ainda sofrem de várias deficiências: em geral são insuficientes, mostram altas incoerências, e são marginalizadas em relação a outros setores. O problema principal identificado pelo Projeto **ForLive**, é que o paradigma neoliberal que serve de orientador para a grande maioria dessas iniciativas de desenvolvimento local não é necessariamente compatível com as realidades do(a) produtor(a) familiar na Amazônia.

Mesmo assim, a grande maioria da sociedade, inclusive das famílias mesmas, percebem a integração das populações rurais no mundo moderno, ou seja, na lógica capitalista da acumulação e consumo como a única possibilidade de melhorar a precária situação das famílias e alcançar desenvolvimento da Amazônia rural. Novas estradas e a possibilidade implícita de comercializar sua produção em novos mercados são percebidas como a única chance que têm de ter acesso a serviços públicos, como educação e saúde, e, de participar nas possibilidades de consumo.

Porém, a ampliação rápida deste modelo de desenvolvimento faz com que os produtores familiares substituam cada vez mais seus modos de vida e de aproveitamento dos recursos naturais por modelos de produção e

organização desenvolvidos e induzidos por atores externos. Estes modelos seguem a lógica do mercado global, geralmente focado num número limitado de produtos, em sistemas de produção que requerem altos investimentos e economia de escala, como também sistemas sociais hierarquizados e empresariais, direcionados a aspectos funcionais que garantam alta produtividade e efetividade.

Como consequência, as próprias iniciativas de apoio ao(a) produtor(a) familiar com vistas a um desenvolvimento local justo e sustentável, apesar de terem gerado benefícios cruciais para muitas famílias, como efeito final, estão acelerando o processo de marginalização da produção familiar, uma vez que buscam exclusivamente promover a adequação das famílias às exigências do mundo moderno. Torna-se óbvio, portanto, que as estratégias que se concentram fortemente na adaptação das famílias ao modelo de desenvolvimento orientado pela lógica do mercado provocam um processo de deterioração da grande diversidade cultural das populações rurais e contribuem para a transformação em grande escala das florestas. Em última instância, contribuem para a degradação dos recursos naturais, forçando ou estimulando assim os processos de migração e urbanização. ■

7 As barreiras para um desenvolvimento local justo

Os capítulos anteriores mostraram que, apesar do potencial da produção familiar contribuir para um desenvolvimento sustentável, as famílias são percebidas mais como obstáculo para esse processo, e por isso, são o alvo de inúmeras iniciativas de apoio que, em grande parte, forçam a modernização da produção familiar e a sua substituição pela cultura do agricultor-empresarial.



Produtores familiares sofrem de desvantagens competitivas para a inserção de seus interesses nas políticas públicas.

Evidenciou-se que essa abordagem contribui para a marginalização da produção familiar e a homogeneização das culturas agrícolas na região, o que acelera o processo de degradação ambiental. Esse pensamento reforça muitas barreiras que impedem a melhoria significativa da situação das famílias. Para avaliar realisticamente as possibilidades de fortalecer as capacidades das famílias e melhorar a sua situação, é importante ter consciência dessas várias barreiras. Assim, este capítulo pretende discutir os principais fatores que limitam ou impedem o desenvolvimento justo da Amazônia rural em conformidade com as capacidades das suas populações locais e seus recursos ambientais. De forma geral, podem-se distinguir barreiras criadas por atores externos e outras que se encontram no âmbito dos próprios produtores, porém como reflexo desses obstáculos externos. ■

7.1 As barreiras no âmbito externo

Em um mundo onde a maioria das pessoas se orienta pelo modelo clássico de desenvolvimento, como o praticado pelos países industrializados na Europa, América do Norte e Ásia, pode-se esperar muitas barreiras para o planejamento e a implementação de uma visão alternativa de desenvolvimento que se baseie na figura da produção familiar.



Das reflexões realizadas no âmbito do Projeto **ForLive**, foram identificadas como principais barreiras: a falta de atitude de respeito às famílias que conseguiram desenvolver estratégias viáveis de meio de vida apesar de condições difíceis; o conhecimento insuficiente das agentes de desenvolvimento sobre a realidade do(a) produtor(a) familiar; uma dominante dinâmica global e o grande interesse externo pelos recursos; um marco institucional determinado por clientelismo, corrupção e paternalismo; a incoerência das políticas públicas e uma fraca atuação do Estado nas regiões rurais; e, por fim, as condições desfavoráveis de produção que dificultam a identificação de opções financeiramente atrativas para as famílias. A seguir, apresenta-se a análise dessas barreiras em particular. ■

Muitas famílias sobrevivem em condições da extrema pobreza e isolamento social.

7.1.1 Falta de atitude de respeito

Nas experiências estudadas pelo Projeto **ForLive**, ficou óbvio que a atitude dos atores externos representa uma das barreiras principais à valorização real da produção familiar. Esta dificuldade resulta, sobretudo, da formação e internalização dos conceitos e funcionalidades do modelo clássico de desenvolvimento. Na realidade, a grande maioria dos técnicos e responsáveis

nas organizações de apoio contatados durante nos vários estudos valorizou sem reserva aquele modelo clássico como o melhor que existe, ignorando em grande parte os seus efeitos sociais e ambientais negativos respectivamente aceitando-os como custos necessários do desenvolvimento; dessa maneira desconsiderando completamente a existência de qualquer alternativa.

Foi percebida uma grande dificuldade das pessoas com educação formal, incluindo anos de estudos em universidades, em

assumir e aceitar que um(a) produtor(a) familiar pode saber mais sobre certos aspectos da sua realidade social-ambiental e fazer coisas viáveis baseando-se em seus próprios processos de decisões racionais (POKORNY & JOHNSON 2008^B). Também se mostrou difícil aceitação do fato que os sistemas de produção locais de baixos insumos e baseados em mão de obra familiar, possam ser adequados e sustentáveis no contexto local, mesmo que ainda haja possibilidades de otimização técnica. A grande maioria dos tomadores de decisão e profissionais e técnicos atuando nas organizações governamentais e não governamentais tem o entendimento de que o(a) produtor(a) familiar, por definição, não dispõe de capacidades e conhecimentos suficientes e precisa ser capacitado e modernizado para aprender como atuar efetivamente no mundo moderno.

Nas observações do trabalho de campo e nas discussões durante os eventos de disseminação, os tomadores de decisão, técnicos e pesquisadores mostraram grande resistência em aceitar e operacionalizar um conceito de apoio que preveja a promoção das práticas locais no lugar da difusão de pacotes tecnológicos desenvolvidos por especialistas. Para os técnicos, não foi aceitável deixar os produtores fazerem algo que foi percebido, do ponto de vista profissional, como deficiente e não eficiente. Foi interessante também que mesmo os técnicos que articularam que as práticas locais podem fazer sentido, geralmente ignoraram estes conhecimentos nas “suas” iniciativas, e insistiram na difusão das novas tecnologias, muitas vezes pouco úteis para o(a) produtor(a) familiar (FLICK 2008). ■

7.1.2 Falta de conhecimento sobre a realidade do(a) produtor(a) familiar

Outro aspecto diretamente relacionado com a falta de respeito e valorização da cultura do(a) produtor(a) familiar pelos agentes de desenvolvimento e tomadores de decisões resultou do fato que muitas pessoas que trabalham nas organizações relevantes simplesmente não conhecem muito bem a realidade local. Assim, tomadores de decisões atuam principalmente nas cidades, exceto por ações pontuais. A grande maioria dos gestores e tomadores de decisão tem origem burguesa e vem dos centros urbanos, além disso, em geral nem dispõe do tempo necessário, dentro dos seus cargos, para ir ao campo e conhecer as realidades locais. Também não existem mecanismos efetivos de comunicação direta com os produtores. Dessa maneira, quase todos os programas, projetos e regulamento para o desenvolvimento da Amazônia, são feitos fora da região. Na realidade, cada país com parte do território pertencente à Amazônia tem o enfoque econômico geralmente em ecossistemas e contextos muito diferentes. Isso sem considerar o grande número de especialistas, políticos e empresários dos países industrializados que fortemente influenciam as políticas da região.

Muitas vezes, as posições dos produtores familiares nos debates públicos são apropriadas por ONGs e outras organizações intermediárias e exposta por estes, não por representantes definidos pelas famílias

A maioria dos profissionais que atuam na região acredita que a produção familiar precisa ser profundamente modernizada.

(MEDINA *et al.* NO PRELO). Mesmo os técnicos empregados das organizações de desenvolvimento muitas vezes têm pouco contato direto com os produtores. Pôde-se observar que várias vezes as pessoas mais habilitadas para a comunicação e o intercâmbio se encontram nas gerências destas organizações, enquanto que os técnicos que trabalham diretamente com as comunidades são mal pagos e ficam por pouco tempo no emprego. Mesmo os técnicos que têm contato direto, raramente

Poucos especialistas, políticos e pesquisadores conhecem a realidade trabalhosa dos produtores familiares.



ficam muito tempo nas comunidades e têm a tendência de interagir principalmente com as lideranças tradicionais, porque são mais abertas e habilitadas para este tipo de comunicação. Além disso, a grande maioria dos técnicos de campo se concentram fortemente na implementação de metas definidas pelos projetos e não tem o interesse ou a capacidade de refletir adequadamente sobre o contexto local onde atuam.

Nas organizações de pesquisa, a situação parece ainda mais distante da realidade do(a) produtor(a), por vários motivos. Geralmente, a formação do profissional não é orientada ao desenvolvimento das características e capacidades necessárias para interagir com produtores familiares. Na maior parte dos cursos universitários, faltam ainda oportunidades para que os estudantes possam ir a campo para conhecer a realidade das famílias (SANTANA *et al.* 2003). De fato, grande parte dos estudantes não espera que a Universidade os leve às zonas rurais, mas que aumente as suas chances de conseguir um emprego nos centros urbanos. A pesquisa técnica é orientada principalmente por perguntas de ciências básicas e as necessidades do setor comercial, enquanto a pesquisa social tem a tendência de focar aspectos apenas teóricos ao invés de encarar também problemas práticos. Poucos pesquisadores ou acadêmicos têm tempo e vontade de ficar muito tempo no campo comunicando-se e aprendendo com os produtores (POKORNY & JOHNSON 2008^C). ■

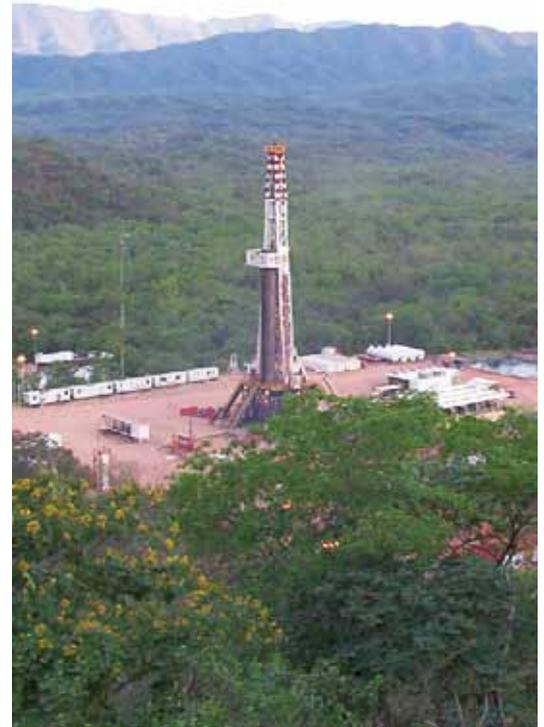
7.1.3 O aproveitamento das estruturas institucionais injustas no processo de globalização

Um dos problemas estruturais para a formulação e implementação de propostas alternativas de desenvolvimento para a Amazônia resulta da forte dinâmica instaurada pelo processo de globalização, que juntou a economia mundial em uma engrenagem tal, que as atividades de extração e produção dos recursos e matérias primas, seu processamento e beneficiamento, sua administração, comercialização e consumo, acontecem independentemente de limites nacionais, políticos e geográficos. A globalização afeta todas as áreas da sociedade, principalmente a comunicação, o comércio internacional e a liberdade de movimentação, em diferentes intensidades, dependendo do nível de desenvolvimento e integração das nações ao redor do planeta (STIGLITZ 2006). Assim, a Amazônia e os seus recursos, apesar de algumas tentativas protecionistas, é preponderantemente acessível para os atores econômicos tanto regionais como globais.

Existe um grande número de atores capitalizados (companhias, bancos, empresários) altamente interessados nos recursos da região a fim de assegurar matéria prima para suas indústrias, aproveitar os baixos preços da terra para criar gado ou produções agroindustriais, usando também a mão de obra disponível, captar subsídios ou simplesmente para fins de especulação. Assim, esses atores estão sistematicamente avaliando e explorando as possibilidades de aproveitar os benefícios da região e, assim, imprimem uma dinâmica que deixa pouco espaço para que haja alguma forma de atuação diferente. Na realidade, em um sistema global econômico, no qual as regras do jogo são determinadas principalmente por esses atores capitalizados e interessados nos recursos, é muito difícil definir políticas efetivas de protecionismo capazes de gerar o espaço necessário para desenvolver e experimentar

modelos alternativos. Em suas áreas de estudo, o Projeto **ForLive** observou que, na prática, a implementação de interesses pelas elites e atores capitalizados é fortemente facilitada pelas estruturas institucionais historicamente injustas. Isso é visível em fenômenos típicos como relacionamentos de patronagem, clientelismo e a fraca e hesitante atuação do setor público (*ver também o ► capítulo 4*).

A vida econômica na Amazônia já estava organizada de uma maneira clientelista desde a época anterior à dinâmica de desenvolvimento acelerada pela construção das grandes estradas. As famílias que moravam na mata extraíam os produtos com valor econômico e o patrão financiava os investimentos iniciais e comprava os produtos a um preço bem baixo. Um exemplo bem conhecido para este tipo de relacionamento patronal é a coleta do látex de borracha em Bolívia e Brasil (DEAN



Poderosos atores externos estão interessados nos recursos da Amazônia.

1989). Este sistema é conhecido no Brasil como “*aviamento*” e ainda é praticado na economia de extração de alguns PFNM, em particular em regiões mais remotas. Muitas pessoas que migram para a Amazônia foram socializadas neste sistema de patronagem. O resultado é a dependência histórica dos produtores familiares com relação aos patrões, que ainda hoje define a dinâmica social e política da região, na qual o uso da terra e da floresta acontece (REIS 1997).

Logicamente, qualquer tentativa de influenciar o processo de desenvolvimento tem que superar esta organização vertical da sociedade rural, gravada também na mentalidade das próprias famílias (FREIRE 1979, MEDINA 2008). E isso é, sem dúvida, um processo longo e difícil, como mostram as experiências dos movimentos sociais que lutam por seus direitos fundiários (RIBOT & PELUSO 2003, WELCH 2009, MEDINA *et al.* NO PRELO). As próprias experiências do Projeto **ForLive**, na tentativa de estimular processos de auto-reflexão e apoiar iniciativas de origem local, mostraram que as expectativas e

motivações de grande parte das famílias com relação à colaboração com atores externos, são dominadas pela racionalidade paternalista, visível numa certa passividade, falta de motivação e numa filosofia do receber, esperando que somente alguém de fora possa resolver os problemas (FLICK 2008, POKORNY & JOHNSON 2008^c).

Detectamos em todos os países fortes relacionamentos entre empresários ativos na região e os tomadores de decisão política, em muitos casos mesclados por relações de parentesco. Particularmente em nível municipal no Brasil e na Bolívia, pôde-se observar um vínculo forte entre políticos e empresas do setor madeireiro. Muitas vezes, os vereadores e os prefeitos têm interesse nas atividades pecuaristas ou madeireiras porque eles mesmos estão envolvidos nessas atividades ou porque os atores econômicos são efetivos ou potenciais financiadores de suas campanhas eleitorais. Assim, muitos prefeitos e autoridades locais que também são madeireiros ou pecuaristas promovem fortemente políticas em benefício próprio (BLUM 2009).

São os fazendeiros que determinam a dinâmica nas fronteiras caracterizada pela transformação das florestas em pastagens por pecuária extensiva.



No Peru, observamos que empresários usaram seus contatos políticos para gerar e aproveitar oportunidades econômicas. Por exemplo, ao longo da Estrada Inter-Oceânica, atualmente em construção, o *Grupo Romero*, através do seu *Banco de Crédito*, conseguiu obter o título legal de alguns milhões de hectares de áreas para produzir dendê (*Elaeis guianensis*) e pupunha (*Bactris gasipaes*), bem como a cana de açúcar (*Saccharum officinarum*) nas várzeas (CÁCERES 2005, DEFENSORIA DEL PUEBLO DEL PERU 2010). Mesmo assim, apesar dos políticos locais muitas vezes defenderem os interesses das elites econômicas ou eles mesmos estarem envolvidos nestas atividades, eles oferecem também opções de trabalho, venda ou consumo para as famílias. Isso se dá de várias formas, por meio em geral de presentes, a execução de pequenos projetos ou pela facilitação de acesso à infraestrutura básica, como instrumento de campanha política, principalmente antes das eleições. Exemplos disso são a disponibilização de oportunidades de transporte da produção familiar ao mercado, o atendimento de necessidades urgentes de saúde da família, garantindo transporte para levar suas crianças doentes ao hospital etc. Tudo regado por um discurso populista, mantenedor do clientelismo local. Desta maneira, novos atores econômicos conseguem se estabelecer como os novos patrões, percebidos positivamente pelas famílias (BENATTI *et al.* 2008, MEDINA *et al.* NO PRELO).

Um estudo realizado no Equador, analisou o funcionamento desses relacionamen-

tos clientelistas (THOMAS 2008) e mostra a existência de um tipo de corrupção com alta influência nas decisões políticas. A “grande corrupção”, diferente em escala imediata de impacto da prática frequente e bem conhecida de corrupção do dia-a-dia no nível local, mostra-se ocasionalmente em decisões estratégicas, como, na formulação de leis e regulamentos. Esse tipo de corrupção foi também observado em editais de grandes projetos relacionados, por exemplo, à exploração de recursos minerais, como o petróleo ou o gás; ou, para a construção de infraestrutura. No Peru, por exemplo, depois de aprovar a lei de concessões florestais no ano 2000, as empresas madeireiras, aplicando sua influência e seus recursos, conseguiram várias adaptações. Em particular, elas conseguiram que fossem definidas na legislação várias práticas locais explicitamente tidas como ilegais, favorecendo, desta maneira, sua posição particular de acesso às concessões madeireiras. Essas empresas também conseguiram evitar a criação de uma superintendência florestal que teria a função de regular as concessões, além de terem conseguido garantir que os inventários passassem a ser aprovados sem vistoria no campo.

Na Bolívia, de forma similar, os concessionários conseguiram através da câmara florestal – exclusivamente composta por representantes de empresas madeireiras – pagar somente royalties por área de exploração anual, e não, como inicialmente decidido, pela área inteira da concessão. Muitas vezes, essas tentativas de influenciar estratégias políticas são acompanhadas por discursos alimentados e estrategicamente instrumentalizados pelos atores de interesse (MEDINA *et al.* 2009^A). ■

As expectativas e motivações da maioria das famílias quanto aos atores externos, são dominadas pela racionalidade paternalista.

7.1.4 Incoerência das políticas para a região

Uma grande diversidade de políticas setoriais relevantes para o uso florestal pelo(a) produtor(a) familiar foi mostrada pelo estudo comparativo do marco legal (SABOGAL *et al.* 2008, CARVALHEIRO *et al.* 2008, IBARRA *et al.* 2008, MARTÍNEZ MONTAÑO 2008) realizado no âmbito do Projeto **ForLive**.

O estudo identificou um grande número de políticas econômicas, sociais e ambientais altamente relevantes para a dinâmica de desenvolvimento. Além do grande volume de legislação complementar sobre *Áreas Naturais Protegidas, Recursos Hídricos, Comunidades Campesinas e Nativas, de Ordenamento Territorial* etc., existem também outras legislações que, sem ter um caráter complementar, têm fortes implicações na estrutura jurídica florestal, por exemplo, as legislações de *Descentralização e Governos Regionais, de Recursos de Hidrocarbonetos, de Transporte e Navegação, de Aduanas e Comércio Exterior, Administrativas*, e ainda as *Normas Cíveis e Penais*. O estudo confirmou que a relação da legislação florestal com as de outros setores gera muitos conflitos e tensões, uma vez que existem fortes sobreposições, contradições e, de outro lado, vazios normativos (PACHECO *et al.* 2008).

Independente disso, em todos os países, as políticas que influenciam a dinâmica do uso da terra na Amazônia foram orientadas para o crescimento econômico e cumprem mais com as demandas da indústria e do se-

As políticas cumprem mais com as demandas da indústria que com as dos produtores familiares.



Ainda hoje, a maior parte do crédito público é dedicada ao fomento da pecuária.

tor comercial do que com as demandas dos produtores familiares. Quase todos os Estados na Amazônia ainda estão subsidiando grandes produtores com linhas de créditos, pagamentos de subsídios e reduções de impostos, muitas vezes apoiados por capital internacional (Banco Mundial, USAID, KfW etc.). Na região de Santarém, por exemplo, as empresas norte-americanas *Cargill, ADM e Bunge* são os investidores mais importantes para o estabelecimento da estrutura de transporte da soja. Outro exemplo dessa distorção encontra-se no Peru, onde a inclusão

econômica da Amazônia na produção do biodiesel faz parte do acordo de comércio com os Estados Unidos (*Tratado de Libre Comercio Perú – Estados Unidos (TLC)*). Enquanto um decreto legislativo (No 1.015) explicitamente objetiva destinar áreas comunitárias para o agronegócio, outro (No 1.090) promove atividades de reflorestamento de áreas degradadas com espécies para a produção de biodiesel por grandes empresas. A orientação desta legislação foi a causa principal do trágico conflito entre a polícia e indígenas na cidade de Bagua em junho de 2009.

Além das políticas sociais, geralmente muito fracas em todos os países, as políticas mais diretamente direcionadas ao(a) produtor(a) familiar na Amazônia encontram-se principalmente no setor do meio ambiente e no setor agrícola. Na maioria das vezes, essas políticas são fortemente contraditórias, porque o setor ambiental se dedica principalmente à proteção dos recursos naturais, em particular da floresta e o controle de seu uso, enquanto o setor agrícola enfatiza e fomenta aspectos de produção. Porém, o setor ambiental, apesar de fortalecido na última década com forte apoio pela cooperação internacional, teve importância somente marginal em comparação com outros setores, em particular, o econômico. Mesmo o Governo do Acre, conhecido como o *Governo da Floresta* e explicitamente orientado em favor da produção familiar com base no uso florestal, dedicou a maior parte do seu orçamento público para o desenvolvimento agrícola, em particular para a promoção da pecuária (IBGE 2009).

Outra observação interessante foi a de que as discussões e decisões sobre as estratégias de combate à pobreza foram realizadas por um grupo de pessoas bem limitado, que não

necessariamente incluiu os atores dos setores mais relevantes. De forma geral, as políticas nacionais, ainda que voltadas ao meio rural, são provenientes das regiões urbanas ou mais povoadas. Uma evidência está no fato de que, na maioria dos países, não existem políticas específicas para a Amazônia que considerem as condições particulares da região. O problema da consideração marginal da produção familiar nas decisões políticas e a incoerência entre as políticas setoriais são ainda agravados pela falta de continuidade das políticas. Segundo foi observado, qualquer mudança política após as eleições normalmente implicou num processo de reestruturação política com drásticas mudanças na gestão política local, em particular nas lideranças dos diversos departamentos que atuam diretamente com a realidade do(a) produtor(a) familiar. Como consequência, mesmo as poucas políticas direcionadas para fomentar a produção familiar, com poucas exceções, nunca foram adequadamente implementadas ou finalizadas. Ao invés do desenvolvimento e implementação de políticas coerentes para o fomento da produção familiar e de consolidação das áreas rurais, observou-se, na maioria dos casos, somente uma intensificação de ações políticas com fins eleitorais. ■



Os governos continuam com uma abordagem escolar fortemente orientada à realidade urbana.

Os governos não têm a capacidade para assegurar a implementação da sua própria legislação.

7.1.5 Fraca atuação do Estado

Conforme mencionado anteriormente, os tomadores de decisão nos centros políticos e os políticos locais muitas vezes defendem interesses das elites econômicas, frequentemente formadas por eles mesmos. Observamos, que nas áreas rurais, as organizações governamentais federais e estaduais são presentes somente de modo irregular e não respondem às demandas dos produtores familiares, seja pela essa falta de presença do Estado, por falta de infraestrutura, por causa da corrupção ou ainda porque muitas vezes elas refletiram os interesses dos atores mais poderosos no nível local.

Um exemplo típico é a atuação dos órgãos estaduais responsáveis por esclarecer as questões fundiárias na região amazônica. Assim, no Brasil, o Instituto de Terras do Pará (ITERPA), por exemplo, ao invés de avançar com a legalização fundiária no nível do(a) produtor(a) familiar, servia nas últimas décadas principalmente para consolidar a concentração de grandes propriedades. Uma análise dos processos de emissão dos títulos entre os anos de 1976 e 2004 revelou que 13% dos títulos emitidos abrangiam 88% da área cadastrada (ITERPA 2007). Também se observou que, em geral, os investimentos para a consolidação das áreas rurais já colonizadas



foram insuficientes. Aparentemente, além de vontade política, faltam recursos humanos e financeiros para implementar as políticas de descentralização e estabelecer a infraestrutura pública necessária.

Típica, nesse sentido, se mostrou também a atuação do Estado no setor florestal. Na realidade, os governos em geral dedicam pouquíssimos recursos ao monitoramento. Adicionalmente, uma boa parte das ações de monitoramento e controle se volta aos usuários que têm planos de manejo e não àqueles que atuam em plena ilegalidade, competindo com o manejo florestal formal. Apesar dos avanços na descentralização florestal, permanece ainda a tendência de concentrar os poderes a nível regional, com pouca transferência de funções e recursos para os atores locais (SABOGAL *et al.* 2008, CARVALHEIRO *et al.* 2008, IBARRA *et al.* 2008, MARTÍNEZ MONTAÑO 2008). Outro aspecto constatado e que influencia negativamente na construção de um desenvolvimento local mais justo



é, além da alta rotatividade, o predomínio de uma baixa qualidade técnica dos funcionários dos órgãos reguladores, que não recebem capacitação adequada, não estão atualizados e não recebem salários compatíveis com as funções que desempenham. Desta maneira os funcionários públicos muitas vezes não cumprem suas funções de forma responsável, o que é agravado pela falta notória de recursos e equipamentos. Inclusive foram observados muitos casos onde mesmo os funcionários responsáveis pelo trabalho de campo nem saíram do escritório por falta de veículos ou combustível. Inúmeras vezes a situação foi ainda agravada por incompetência da administração em aplicar impostos e executar o orçamento, uma observação confirmada por ROSE-ACKERMANN (2007).

Nesta situação, quase sempre as relações entre os governos locais e famílias se limitaram às pessoas relacionadas por interesses políticos ou parentescos, implicando a exclusão da grande maioria das famílias que

não dispõem de possibilidade de entrar em contato com os governos locais. Foi justamente este fenômeno do clientelismo político que provocou a percepção generalizada da “ausência do Estado” nas áreas rurais da Amazônia.

Importante mencionar também que, apesar dos esforços para melhorar o marco legal e institucional, a legislação é ainda muito dispersa, não sistematizada e muito pouco difundida. Uma análise do conhecimento da legislação entre as famílias dos casos de estudos do Projeto **ForLive** revelou que quase nenhum dos entrevistados conhecia a legislação, tanto por sua pobre participação nas discussões, como pela linguagem pouco acessível utilizada e além da escassa difusão dos regulamentos (SABOGAL *et al.* 2008, CARVALHEIRO *et al.* 2008, IBARRA *et al.* 2008, MARTÍNEZ MONTAÑO 2008). Essa falta de conhecimento do marco legal e de transparência dos processos de tomada de decisões e das lógicas institucionais por trás das ações governamentais contribui para a dependência dos atores locais com relação às informações e opiniões de autoridades locais, fortalecendo assim as relações paternalistas.

Resumindo, a predominância dos atores capitalizados nas relações com órgãos governamentais locais – às vezes fortalecida pelo próprio processo de descentralização, por falsas e políticas incoerentes e também em função das grandes deficiências em sua implementação por parte dos governos federais e estaduais – deixa-os em uma posição favorável para realizar os seus próprios objetivos e, dessa maneira, impede que as famílias intervenham exitosamente nesses processos. ■

O domínio dos atores capitalizados nas relações com órgãos governamentais locais favorece o alcance de seus próprios objetivos.

7.1.6 Altos custos de produção e preços baixos

Um dos principais desafios para consolidar a produção familiar é a identificação de opções viáveis para garantir uma base de vida adequada para as famílias. Mas, para a maioria dos produtos agrícolas, as condições de produção são pouco favoráveis e, dessa maneira, há desvantagens para competir nos mercados globais. Isso acontece por vários motivos, como: a grande proporção de solos com pouca fertilidade, implicando na necessidade de altos insumos de fertilizantes para aumentar e manter a produtividade em sistemas mecanizados da agroindústria; as condições favoráveis para ataques de pragas e doenças (insetos, fungos, plantas), o que implica na necessidade da aplicação de pesticidas e herbicidas em monoculturas; e, talvez o mais importante, as grandes distâncias dos centros urbanos, além de estradas de má qualidade, o que resulta em altos custos de transporte (ver ► *Figura 15*).

Figura 15

As difíceis condições de transporte na Amazônia



O estudo do Hoch *et al.* (NO PRELO) sobre plantios florestais por produtores familiares mostrou que a falta de mercados atrativos e os altos custos de transporte foram os principais motivos para que somente poucos produtores estabelecessem os plantios e fizessem sua manutenção. Mesmo nos casos raros em que os produtores mantiveram o seu plantio até a colheita nem todos conseguiram vender sua produção. Os preços da madeira nos mercados estudados variaram entre US\$ 2 a US\$ 50 para uma árvore inteira, que em consideração dos elevados custos para exploração e transporte não justifica grandes investimentos em mão de obra. Para muitos

produtos não madeireiros, pela falta de durabilidade, a atratividade financeira da comercialização foi ainda menor (ver também o ► capítulo 2.1.2-).

Este problema de comercialização também persistiu no caso de outros sistemas de produção, mesmo para sistemas altamente diversificados como os sistemas agroflorestais. Os poucos casos de êxito foram observados em plantios com poucas espécies não madeireiras que pudessem ser comercializadas em mercados locais facilmente acessíveis e com possibilidade de gerar ingressos anuais (HOCH *et al.* NO PRELO). Em geral, os merca-

dos locais, no que diz respeito à comercialização nos crescentes centros urbanos da região, mostraram-se mais interessantes para o(a) produtor(a) familiar do que a busca de exploração de mercados nacionais e internacionais, normalmente condicionada ao apoio de ONGs e atores socialmente engajados (ORTIZ 2007, PADOCH *et al.* 2008).

Tal condição, aliada ao fato de que o número de consumidores na região é relativamente limitado e concentrado nos maiores centros urbanos, provoca um dilema para a produção familiar: por um lado, é bastante difícil produzir de forma competitiva para os mercados fora da região, ainda que se tenha uma infraestrutura melhorada; por outro lado, é bem mais fácil para produtores com melhores condições de produção, mesmo que sejam de fora, fazer produção chegar aos mercados da região com preços competitivos em relação aos preços dos produtos regionais (POKORNY *et al.* NO PRELO). Nessa situação, é difícil para as famílias da região cultivarem produtos de forma competitiva, ainda mais

considerando que subsídios diretos como indiretos geralmente não chegam aos produtores familiares, mas são captados pelos grandes produtores (MYRDAL 1970). Exemplos desse processo de aproveitamento de oportunidades econômicas por atores capitalizados podem ser encontrados, além da pecuária, no cultivo de soja e palma, onde os preços atrativos do mercado global, em combinação com incentivos diretos e indiretos por parte dos governos, contribuíram para um forte aumento das áreas cultivadas. Porém, pelos grandes investimentos necessários em áreas, maquinaria, fertilizantes, material e infraestrutura, os produtores familiares ficam quase excluídos dessas oportunidades. Desta maneira, HOMMA (2006) argumentou, que os únicos produtos com potencial econômico real para a produção familiar são cultivos que requerem uma alta intensidade de mão de obra, e que não podem ser mecanizados. Exemplos típicos são o café ou o cacau, e mais recentemente, o açaí (*Euterpe oleracea*), a pupunha (*Bactris gasipaes*) e o pataú (*Oenocarpus bataua*). ■

**É difícil
produzir de forma
competitiva para
os mercados
fora da região.**



Muitos produtores continuam aceitando os esquemas tradicionais injustos de produção e comercialização.

7.2 A fragilidade do(a) produtor(a) familiar

Não são somente as condições externas que atrapalham o fortalecimento da produção familiar, outro obstáculo é a fragilidade do(a) próprio(a) produtor(a) e das comunidades, resultado do contexto histórico e do impacto das estruturas institucionais injustas.

Como consequência de décadas e séculos de opressão e exploração, a maioria das famílias contatadas no âmbito do Projeto **ForLive** teve recursos insuficientes, encontrou-se isolada, sofreu de dificuldades de comunicação e de baixo nível de organização e, o que talvez seja mais grave, não valorizou a sua própria identidade cultural.

A falta de comunicação é um problema para a grande maioria das comunidades na região.

A grande maioria dos produtores familiares tem *pouquíssimos recursos*, o que limita severamente a sua flexibilidade e oportunidades de ação (VOS *et al.* NO PRELO). É uma característica quase intrínseca da produção familiar não ter capital para investir. O pouco capital líquido, se existente, é principalmente dedicado ao consumo, à educação dos filhos ou para casos de emergências, como em situação de doença ou catástrofes atingindo os cultivos. Em muitos contextos, os recursos naturais nos lotes representam o único capital que as famílias têm. Mesmo estes recursos, muitas vezes, sofrem de deficiências. Assim, especificamente os colonos, como efeito de um desenho inadequado dos projetos de assentamentos, muitas vezes dispõem de solos de má qualidade, com pouca fertilidade e, conseqüentemente, com baixa produtividade. Frequentemente falta de títulos legais, bem como a grande pressão por atores externos, provoca também insegurança sobre estes recursos, o que diminui a disponibilidade para investimentos de longo prazo.

Outra observação muito preocupante é relacionada com o *baixo grau da comunicação e organização* das famílias já destacada pelo SELENER (1997). Apesar de alguns exemplos positivos, nos quais as famílias – muitas vezes com apoio externo – conseguiram se organizar, a falta de comunicação para a grande maioria das comunidades na região ainda é um problema real. Especificamente em projetos de assentamentos realizados em lotes individuais, a comunicação entre os diferentes produtores é difícil, a começar pela dis-

tância entre os lotes. Também em contextos mais tradicionais observou-se muitas vezes uma tendência ao individualismo, indicado pelo fato de que as famílias se comunicam muito pouco sobre alguns aspectos-chave da sua vida. Em alguns casos, as famílias nem sabiam de que maneira o vizinho está cultivando. Ainda nas comunidades tradicionais a prática de trabalhar em mutirões nas roças dos vizinhos vem se perdendo e as oportunidades de intercâmbio de experiências são limitadas às relações contratuais onde um peão é contratado pelo dono do lote. Ironicamente, nos assentamentos onde há maior diversidade nas práticas dos produtores, geralmente existe menor oportunidade para a troca de informações, e onde a organização tradicional promove instâncias de intercâmbio social há pouca variação nos sistemas produtivos. Nos assentamentos, os produtores muitas vezes trazem experiências e conhecimentos de seu lugar de origem ou das fazendas, serrarias onde têm trabalhado como peões. Geralmente, os colonos são mais abertos quanto à introdução de mudanças em seus sistemas de produção, enquanto



Em busca de melhorar suas condições de vida, muitos estão dispostos a serem instrumentalizados por atores poderosos.



Muitas famílias preferem uma vida isolada e evitam colaborar com outras e organizar-se.

as comunidades indígenas tendem a serem mais conservadoras. As oportunidades de troca de informação encontram-se nas instâncias locais através de reuniões da igreja, jogos de futebol e nas reuniões dos projetos de desenvolvimento onde existem oportunidades de troca de conhecimentos.

Também é fato de que as organizações que representam os produtores familiares na Amazônia têm pouca visibilidade nacional em comparação com a representação de outras regiões. Assim, nos diferentes países, a produção familiar em muitos casos até consegue impacto significativo nas políticas públicas através das federações e confederações (representações na escala nacional). No entanto, os setores organizados da produção familiar de outras regiões muitas vezes conseguem mais facilmente definir as pautas de negociação com o governo. Assim, é comum que os modelos que crédito e assessoria técnica atendam relativamente bem os interesses dos produtores familiares mais capacitados de outras regiões, mas tenham pouca

adequação aos produtores da Amazônia. Adicionalmente, as representações nacionais geralmente têm uma pauta que prioriza temas não diretamente ligados aos produtores da Amazônia, como a da reforma agrária, e tenha dificuldade em fazer a representação de temas mais locais como é o caso da gestão dos recursos naturais. Assim, embora a produção familiar da Amazônia consiguiu, em alguns casos, a representação regional de suas demandas, a representação nacional é um desafio à parte.

A deficiente comunicação com atores de fora do contexto da própria comunidade também provocou consequências sérias. Grupos indígenas, particularmente, mostram uma grande resistência de entrar em contato com atores externos. De forma geral, o isolamento de comunidades por conta das grandes distâncias e das dificuldades de acesso faz com que a troca e o intercâmbio de informação sejam escassos. Com o acesso aos meios de comunicação, em especial o rádio, e com a chegada da energia elétrica, e

com ela, as parabólicas e a televisão, as famílias passaram a ser receptoras de um grande volume de informação genérica, porém mais uma vez orientada a partir de agendas de interesses externos e fortemente moldados pela cultura urbana dos grandes centros distantes que controlam a emissão e, portanto, a produção de sentido dos enunciados (MARTÍN-BARBERO 2006; STEINBRENNER 2008). Como consequência, uma grande parte das famílias fica mal informada e suscetível à manipulação. Numa situação reforçada pela falta de oportunidades de educação, em função da qualidade limitada das escolas acessíveis, somente poucas pessoas são conscientes da sua situação, seus direitos e as possibilidades de participar da formulação de políticas públicas. Uma consequência desta realidade é que a grande maioria das famílias nas zonas rurais mostra um baixo nível de organização, o que aumenta ainda mais a sua vulnerabilidade.

Devido ao fato das estratégias de acompanhamento geralmente terem uma forte ênfase na promoção das tecnologias, a possibilidade de promover a expansão das capacidades locais para a gestão de seus próprios processos de desenvolvimento é geralmente deixada para trás (POKORNY & JOHNSON 2008^B). Assim, são tantas e imediatas as preocupações com as questões técnicas (viveiros, mudas, manejo florestal, sistemas agroflorestais etc.) que os profissionais que visitam as comunidades não costumam pensar que os produtores familiares poderiam desenvolver suas próprias soluções para seus problemas (FLICK 2008). Dessa maneira, as possibilidades de promover o diálogo, intercâmbio e comunicação entre os membros da comunidade geralmente não são usadas e o papel de protagonista é assumido pelo técnico. Mesmo a metodologia promovida pelo

Famílias morando em regiões rurais com pouco acesso a informação são suscetíveis à forte influência política.



técnico pode, às vezes, ser a causa do enfraquecimento das estruturas comunitárias e, se não houver sensibilidade, sua forma de atuação pode gerar conflitos e problemas internos. Em lugar de aproveitar a oportunidade de gerar condições para o desenvolvimento e a aprendizagem, a forma tradicional de atuação profissional pode gerar divisões na comunidade. No longo prazo, isso pode limitar as possibilidades de desenvolver a capacidade local de pesquisa e inovação, o que poderia, por sua vez, impedir ou refrear a adoção de novas práticas de uso e manejo de recursos naturais (PORRO *et al.* 2008).

O Projeto **ForLive** confirma ainda que muitas famílias *não valorizam sua própria cultura*. Apesar da maior parte dos produtores visitados no âmbito do projeto expressaram um forte relacionamento emocional com suas terras e seus modos de vida, foi eviden-



te que as famílias são bastante abertas para mudanças drásticas. Isso não somente é visível pela alta taxa de migração e flutuação, mas também pelo fato de que essas famílias sistematicamente exploram possibilidades de participar mais intensamente da “vida moderna”. Também quase todas as famílias esperaram apoio externo, espontaneamente aceitando as opiniões e propostas de atores técnicos, geralmente percebidos como superiores e mais qualificados em comparação com os atores locais (POKORNY & JOHNSON 2008^c). Um aspecto específico da valorização dos atores externos, particularmente os mais poderosos, é o fenômeno do paternalismo, visível também pela veneração a alguns políticos, reconhecidamente associados a casos de corrupção. Assim, muitas famílias que hoje moram na região ainda criam suas representações e interpretações do sistema social a partir das suas convivências com siste-

mas paternalistas, nos quais certa pessoa com posição de comando, muitas vezes o “patrão” é “responsável” pelo que acontece nas comunidades (FREIRE 1979). Este poderoso ator, apesar de explorar as famílias para seu benefício, também “cuida” dos “seus” produtores. Encontramos evidências de que as famílias na região têm a tendência de reproduzir este modelo histórico e, como consequência paradoxal, o paternalismo é valorizado (ainda que de forma inconsciente) como caminho de desenvolvimento.

Na análise histórica sobre os estudos de casos do Projeto **ForLive** ficou evidente que as modestas melhorias conseguidas ao longo do tempo pelas próprias famílias, resultaram de processos extremamente lentos e muitas vezes relacionados a enormes esforços (Vos *et al.* NO PRELO). Na maioria dos casos, os produtores também passaram por várias crises como incêndios, inundações, secas, falecimento de filhos, baixa dos preços, que resultaram em reveses e na perda de avanços tão duramente conseguidos. Nesse sentido, foram relatados muitos casos onde as famílias em situação de crise, como a doença de um de seus membros, foram forçadas a venderem parte do seu capital (gado, uma parte da terra etc.) construído arduamente durante vários anos. Assim, as famílias frequentemente foram obrigadas a recomeçarem praticamente do zero, sem verdadeiramente conseguir melhorar sua condição de vida. Essa *vulnerabilidade* se mostrou como fator extremamente limitante para a superação das grandes dificuldades existentes para a configuração de um desenvolvimento local mais justo, caracterizando uma dependência crônica em relação a aliados capazes de lhes oferecer possibilidades e opções, ainda que ilusórias. ■

Muitas famílias não valorizam sua própria cultura.

8 Desenvolvimento rural com base na cultura local: propostas de ação

As evidências observadas nos estudos realizados no âmbito do Projeto **ForLive** confirmam o grande potencial da agricultura familiar para contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia (ver capítulo 3).



Na realidade, o(a) produtor(a) familiar contribui para o processo de desmatamento, porém, a transformação de florestas primárias é geralmente limitada às propriedades individuais e não atinge as grandes áreas de florestas públicas. Um vez que são mantidas maiores áreas dessas florestas públicas, o(a) produtor(a) familiar tem o potencial para a criação de paisagens diversas que podem assegurar a estabilidade ambiental e gerar uma contribuição econômica importante para o desenvolvimento local.

Os produtores que moram na região dispõem de força, conhecimento e ideias próprias.



A logística desenvolvida pelas famílias é compatível com as realidades locais e, dessa maneira, assegura independência.

O(a) produtor(a) familiar no contexto atual da região faz parte, entretanto, de uma dinâmica de homogeneização resultante de uma visão de desenvolvimento orientada pela exploração comercial dos recursos, dominada por atores capitalizados e com base em um marco legal-institucional refletindo estruturas historicamente injustas. Essa dinâmica é caracterizada por um processo de acúmulo dos fatores de produção nas mãos de atores externos capitalizados com interesse nos recursos naturais incluindo florestas, terra, minérios e energia. Aproveitando suas habilidades e poderes eles ocupam as terras e os recursos ou instrumentalizam os pequenos proprietários para que estes contribuam com as cadeias de produção, a fim de beneficiarem-se das oportunidades da economia globalizada (*ver* ► *capítulo 4*). Para as famílias, participar desse processo significa uma das poucas opções de melhorar sua precária situação. As novas estradas, o contato com novos atores comerciais e a possibilidade implícita de comercializar sua produção em novos mercados, são percebidas como as únicas chances de ter acesso a serviços públicos, como educação e saúde, e de participar nas possibilidades de consumo. Uma chance que exige, porém, dos produtores familiares que eles substituam cada vez mais seus modos de vida e de aproveitamento dos recursos naturais por modelos de produção e

organização desenvolvidos e induzidos por atores externos. Esses modelos, que seguem a lógica do mercado global, são geralmente focados em um número limitado de produtos, em sistemas de produção que requerem altos investimentos e economia de escala, também em sistemas sociais hierarquizados empresarialmente e direcionados a aspectos funcionais para garantir alta produtividade e efetividade.

Como consequência, essa dinâmica marginaliza a cultura da produção familiar, provocando um processo de deterioração da grande diversidade cultural das populações rurais, contribui para a transformação em grande escala das florestas e, em última instância, para a degradação dos recursos naturais. Por todos esses fatores, essa dinâmica promove pressões e tensões locais que potencializam os processos de migração e urbanização, com todas as consequências de desagregação e degradação social que implicam desses processos (*ver* ► *capítulo 4.3*). Mesmo as várias iniciativas para um desenvolvimento local justo e sustentável (*ver* ► *capítulo 5*), apesar de terem gerado benefícios cruciais para muitas famílias (*ver* ► *capítulo 6.1*), como consequência final estão acelerando o processo de marginalização da produção familiar (*ver* ► *capítulo 6.2*). Ficou, portanto, evidente que as estratégias que se concentram na adaptação das famílias e comunidades da região ao modelo de desenvolvimento orientado na lógica do mercado provocam esses efeitos sociais e ambientais negativos.

Sem dúvida, pode-se argumentar que certa degradação socioambiental é o custo do processo de desenvolvimento e que deve ser aceito para gerar os benefícios socioe-

A produção familiar tem o potencial para a criação de paisagens que podem assegurar a estabilidade ambiental.

conômicos urgentemente demandados pela sociedade, em particular pelas próprias famílias que moram nas regiões remotas e em situações precárias. Mas, se as implicações socioambientais como o desmatamento, a migração e o fortalecimento das estruturas institucionais injustas parecem inaceitáveis, é necessário pensar sobre alternativas mais compatíveis com a diversidade e as especificidades sociais, culturais e ecológicas da região.

Os resultados do Projeto **ForLive** indicam que a cultura, as capacidades e as demandas do(a) produtor(a) familiar, ao invés de apresentar “o problema do desenvolvimento” podem ser o referencial para construir um modelo alternativo de desenvolvimento, mais sustentável e justo. Para avaliar essa possibilidade de promover a produção familiar como referencial para um novo modelo de desenvolvimento é muito importante estar consciente da existência de várias barreiras com

implicações graves na viabilidade desta proposta inovadora (*ver* > capítulo 7). Aparentemente, é necessário mudar drasticamente alguns paradigmas conceituais e sistematicamente explorar e avaliar as possibilidades de implementar essa visão na prática.

Mas, dada a orientação quase exclusiva, durante as últimas décadas, ao modelo clássico do desenvolvimento neoliberal, ainda se encontra bem no início de um processo de desenvolvimento e avaliação de idéias, estratégias e ferramentas para a realização de um modelo alternativo de desenvolvimento orientado à cultura da produção familiar. Porém, com base nos resultados do Projeto **ForLive** e nos trabalhos e experiências com o conceito do desenvolvimento endógeno em outras regiões do mundo (ALBUQUERQUE 2001, BARQUEIRO VASQUEZ E GAROFOLI 1995, BARQUEIRO VASQUEZ 2002), já parece permitido sugerir três propostas básicas de ação.:

Proposta 1: Em lugar de estabelecer projetos para produtores locais, acompanhar os produtores estabelecendo seus próprios projetos.

Mercados organizados por atores locais têm fortes vantagens em comparação aos mercados de exportação.



Iniciativas de apoio na Amazônia são geralmente formuladas por atores externos, governos, doadores, ONGs etc. Eles definem os objetivos, aplicam os recursos e gerenciam a logística dos projetos. Os atores locais – produtores, comunidades etc. – normalmente chegam depois que o projeto já começou. Mesmo em iniciativas participativas, apesar de existir um diálogo entre os atores externos e internos na fase de concepção dos projetos, ainda é comum que os atores locais sejam percebidos como meros receptores de apoio externo. Essa lógica provoca efeitos



A produção familiar integra todos os membros da família.

negativos como a definição de objetivos não prioritários, prazos inadequados, disponibilização de recursos e exigências fora da realidade local, falta de controle local sobre a aplicação dos recursos, entre outros.

Para evitar esses efeitos negativos é recomendável, em vez de continuar pensando como fazer projetos para as famílias e comunidades, explorar as possibilidades de facilitar as famílias na criação de seus próprios projetos, onde elas possam definir suas prioridades, aproveitar suas capacidades e assegurar que a aplicação de recursos seja otimizada de acordo com as suas reais necessidades. Nesta visão, o(a) produtor(a) familiar, desde a concepção do projeto, deixa de ser um receptor para se tornar um gerente da iniciativa de desenvolvimento. A abordagem difusionista de transferência e de capacitação dá lugar a uma abordagem de construção com base em processos definidos a partir dos interesses e capacidades locais.

Essa transformação requer fortes mudanças na maneira de interação entre os agentes de desenvolvimento e as famílias. Em particular, existem duas diretrizes operacionais principais para tal: primeiro, desenvolver e aplicar mecanismos para mobilizar as famílias no sentido de pensar em como otimizar as suas práticas de uso da terra e melhorar seu bem-estar com base em um processo de conscientização (FREIRE 1979); e segundo, trocar o sistema de apoio externo visando

a aplicação de muitos recursos em pouco tempo por um sistema de acompanhamento extensivo e contínuo destas iniciativas locais com aplicação de recursos financeiros e humanos dentro da realidade local (POKORNY *et al.* 2005, POKORNY & JOHNSON 2008^{A,B}).

As propostas mais promissoras partem do princípio, difundido pelo educador PAULO FREIRE (1979), de que as pessoas são os sujeitos e protagonistas de seu próprio desenvolvimento e se baseiam no desenvolvimento das capacidades locais para definir, gerenciar e organizar processos endógenos de desenvolvimento de acordo com as características e recursos localmente disponíveis. O papel do agente externo, nesses casos, é limitado ao de facilitador do processo. O Programa Camponês a Camponês (SELENER 1997) é um exemplo emblemático que apareceu primeiramente na América Central como resposta ao sistema falido de assistência técnica e extensão rural promovido pelas entidades públicas. Os produtores de diferentes regiões começaram a refletir sobre sua realidade para construir um processo de desenvolvimento partindo das bases de recursos e capacidades locais com o objetivo de promover o desenvolvimento de tecnologias adequadas para o(a) produtor(a) familiar. O programa promove a formação de promotores voluntários capazes de conduzir um processo para a transformação da agricultura com base na comunicação e articulação entre as famílias dos produtores. Nessas iniciativas, o papel do

Mesmo em iniciativas participativas ainda é comum que os atores locais sejam percebidos como meros receptores de apoio externo.

A intervenção de grandes empresas gera emprego muitas vezes mal pago e perigoso.



profissional externo é principalmente criar as condições adequadas para o intercâmbio e reflexão. Ele promove o protagonismo dos atores locais, permitindo a eles assumir a liderança do processo, bem como a responsabilidade de desenvolver as capacidades para levar o processo à frente. O técnico externo acompanha o processo, mas busca identificar promotores locais que podem assumir a sua função da facilitação.

Outro exemplo são as várias iniciativas para estabelecer mecanismos de governança local (ver ► também o capítulo 5.2.3), onde os próprios produtores definam as regras de acesso e uso dos seus recursos de interesse comum, de forma a garantir sua exploração eficiente e em longo prazo. Essa abordagem é caracterizada por três elementos-chave:

1. a identificação dos arranjos locais existentes sobre os direitos do uso e acesso aos recursos, ou a promoção do desenvolvimento desses arranjos nos casos

em que não existem, assumindo que os próprios produtores são capazes de estabelecer sistemas de governança que definam regras de acesso e uso a recursos de interesse comum;

2. o estabelecimento de instâncias locais de gestão (tipo conselho municipal) manejadas pelos próprios produtores, nas quais as normas possam ser pactuadas e pelas quais se pode fazer o controle de seu cumprimento; e
3. o reconhecimento desses arranjos e instâncias locais pelo governo, que os trataria e apoiaria como agências governamentais descentralizadas. Considerando o interesse e a participação de todos os atores relevantes na elaboração desses sistemas de governança local, pode se esperar que, além de organizar o uso dos recursos em áreas coletivas também, esses sistemas tenham potencial para promover a gestão de áreas individuais de forma aceitável por todos.⁷

⁷ Baseado nos resultados do Projeto **ForLive** foi desenvolvido o projeto *Governança de Recursos Naturais por Produtores Familiares na Amazônia* aprovado pela União Européia. O projeto pretende apoiar comunidades e produtores dos municípios Porto de Moz e Medicilândia no Pará, Brasil no desenvolvimento de suas próprias normas de gestão de seus recursos naturais e na busca de seu reconhecimento pelas autoridades responsáveis. Espera-se que esse projeto permita a implementação de muitas das lições aprendidas durante o Projeto **ForLive** pelos parceiros incluindo o Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz (CDS), a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), o Serviço de Apoio à Produção Familiar na Amazônia (Cerne) e a Universidade de Freiburg.



Os meios locais de transporte fluvial requerem tempo, mas respeitam o ritmo local.

Proposta 2: Fortalecimento das capacidades locais e valorização da cultura local.

Os resultados do Projeto **ForLive** confirmam as observações de estudos realizados em outros contextos sobre o grande potencial das estratégias de sobrevivência familiar e da diversificação dos modos de vida rurais para melhorar as condições de vida dessas populações e o seu desenvolvimento social, econômico e ambiental (ELLIS 2000). Essa visão ressalta um papel dos agricultores para o desenvolvimento rural no qual eles não orientam suas práticas produtivas segundo o padrão agricultor/empresário profissional, mas para o modelo de um agricultor camponês, que é autônomo, domina tecnologias, toma decisões, controla e gerencia processos, enfim, decide sobre seu modo de viver e trabalhar nos marcos de uma sociedade capitalista (SCHNEIDER 2003).

Uma das principais dificuldades para o aproveitamento das culturas e conhecimentos das populações locais da região nos processos de desenvolvimento é a ignorância de seu potencial pelas próprias famílias. Essa situação pode-se omte+retadp como resultado da história colonial das populações, uma história que determinou relacionamentos patronais e que deságua, na atualidade, na

perpetuação de um discurso de progresso – difundido estrategicamente pelo setor privado, governos, agentes de desenvolvimento, televisão e outros meios de comunicação – que implica, afinal, numa idéia de inferioridade do(a) produtor(a) familiar em relação aos atores externos.

Nessa situação, é fundamental encontrar caminhos para conscientizar as famílias a fim de valorizar a própria cultura, suas capacidades e conhecimentos como base para um modelo de desenvolvimento que prevê o envolvimento ativo das famílias. Também é crucial tirar as comunidades do seu isolamento social e promover o seu envolvimento mais ativo na sociedade civil, em particular na definição das políticas públicas. A viabilização da produção familiar no campo também passa pela promoção e fortalecimento da vida social. Os municípios foco do estudo do projeto tiveram, em maior ou menor escala, a vida social liderada pelos produtores familiares. Aqueles lugares com maior espaço para a valorização da economia e do modo de vida familiar foram também os lugares em que a produção familiar estava mais consolidada no campo. Assim, o fortaleci-

A logística e a organização de cadeias de mercados locais é uma grande oportunidade para geração de emprego sem criar dependências..



mento da produção familiar passa também pela existência de feiras da produção familiar, de sistema escolar adequado, de espaço de representação do setor familiar organizado, de rádios comunitárias, de festas e tradições camponesas.

Para alcançar isso, o Projeto **ForLive** detectou principalmente duas áreas de atuação prioritárias: primeiro, o estabelecimento de um sistema de educação rural e de conscientização política baseadas em currículos desenvolvidos de forma participativa pelos próprios atores locais (ARROYO *et al.* 2004); e, segundo, a implementação de mecanismos efetivos de comunicação e participação para incluir o(a) produtor(a) familiar nas políticas públicas e assegurar um intercâmbio direto com os tomadores de decisão (GREEN 2008).

Para construir esta situação, são necessários investimentos nos sistemas locais. Investimentos não apenas nos sistemas locais de produção, mas, sobretudo nos sistemas sociais e no desenvolvimento das capacidades locais. Na prática, o sistema de educação formal no meio rural sistematicamente desvaloriza o meio rural ensinando um currículo frequentemente desenvolvido nos e para os centros urbanos, que, além de distantes, têm pouco a ver com a realidade das famílias rurais. A consequência é um alto grau de analfabetismo e de abandono da escola e, eventualmente, o abandono da família e da comunidade.

O sistema educacional da *Casa Familiar Rural* (CFR) no Brasil é um exemplo da implementação dessa concepção alternativa de educação (CEETEPS 2000). A CFR tem suas origens na França, no período entre guerras, seguindo a filosofia da pedagogia da alternância, que corresponde às necessidades e problemas que hoje são encontrados nas comunidades rurais na Amazônia. A CFR é um projeto educativo que se baseia no desenvolvimento do currículo de acordo com as capacidades, necessidades e oportunidades apresentadas no entorno da comunidade. O currículo, por lei, deve corresponder às exigências do currículo nacional. O que integra os currículos são as chamadas fichas pedagógicas. O sistema da alternância desenvolvido pela CFR permite ao aluno ficar uma semana no estudo supervisionado no CFR e duas semanas no lote agrícola dos seus pais, onde deve colocar em prática e compartilhar suas aprendizagens com sua família e vizinhos. Ao mesmo tempo, deve realizar pesquisas sobre a realidade de sua família, com quem compartilha o conhecimento, para formar a base do ciclo de estudo. As CFR foram introduzidas há 20 anos no Sul do Brasil. Hoje mais de 25 CFRs têm sido estabelecidas na região amazônica do país com uma concentração ao longo do eixo da rodovia Transamazônica, no estado do Pará (POKORNY & JOHNSON 2008^B).

Existem outras iniciativas desenvolvidas a nível regional com elementos comuns à CFR, como a metodologia dos *Centros de*

São necessários investimentos nos sistemas de educação rural e de conscientização política baseadas em currículos desenvolvidos pelos próprios atores locais.

Pesquisa Agrícola Local (CIAL), desenvolvido pelo *Centro Internacional de Agricultura Tropical* (CIAT), na Colômbia, e promovido igualmente a nível regional na Bolívia, Peru e Equador. Os CIAL oferece um marco que promove a experimentação e aprendizagem dos produtores familiares e que permite o desenvolvimento de capacidades de organização e gestão entre populações rurais. Outro exemplo do setor agrícola são as *Escolas de Campo*, projeto originalmente desenvolvido na Ásia para promover o entendimento de aspectos agroecológicos do ciclo de produção de arroz e que tem sido promovido na região andina pelo *Centro Internacional da Batata* (CIP) para a cultura da batata. A *Escola de Campo* promove a capacidade do(a) produtor(a) familiar de observar, questionar e formular projetos de pesquisa durante os ciclos produtivos.



As famílias rurais têm a capacidade de colaborar e desenvolver sistemas de produção efetivos em plena compatibilidade com seus interesses e capacidades..

Como essas existem também iniciativas em nível regional, cada uma com seus resultados promissores, sem ser, contudo, assimiladas pelas políticas de apoio ao desenvolvimento rural dos países na região. Existem barreiras impressionantes na comunicação destes exemplos. Enquanto a aplicação destas metodologias ocorre há mais de 20 anos no setor agrícola, o setor florestal pouco a conhece. Da mesma maneira, enquanto nos países andinos os centros de pesquisa e extensão pública têm desenvolvido experiências interessantes em projetos de desenvolvimento florestal, estas mesmas metodologias não são aplicadas nas regiões tropicais dos mesmos países.

A outra dimensão fundamental para mobilizar o potencial do(a) produtor(a) familiar é a da comunicação (FREIRE 1983), considerando três níveis: a comunicação direta entre as pessoas, o acesso a meios de comunicação individual e a participação em mídia de massa. Como mencionado anteriormente, a troca de informações entre as famílias é fundamental para a disseminação de experiências, o desenvolvimento de novas idéias e a organização de grupos para defenderem os seus interesses frente a outros atores (SELENER 1997). Nesse sentido, a possibilidade de organizar reuniões e visitar pessoas e organizações de interesse é de importância fundamental.

Outro desafio é a possibilidade das famílias acessarem novas mídias, em particular celulares e a internet. Essas novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) se mostram fundamentais não somente em caso de emergências, como acidentes, mas também para organizar ações coletivas. Isso sem contar sua função essencial como fon-

te de informação para assegurar a tomada de decisões, por exemplo sobre o preço de um produto ou a viabilidade de oferecer produtos no mercado. Além disso, a partir dos chamados agregadores de redes sociais (como MSN, Orkut, Twitter etc.), são oferecidas mais e mais possibilidades de interação e troca de informações e experiências entre sujeitos do mesmo grupo ou entre grupos com afinidade e interesses similares, além, claro, de expandir o volume de conhecimento e, portanto, potencialmente, de consciência e reflexão crítica sobre a realidade vivida, a partir do acesso a fontes diversas e qualificadas para estudo. Finalmente, a comunicação por e-mail, também para produtores familiares, é um requisito fundamental no seu dia a dia, uma vez que permite estabelecer canais de comunicação por meio de uma tecnologia simples e já difundida tanto de forma horizontal, interna ou externamente, entre sujeitos de níveis semelhantes de poder, como também, verticalmente, pelo acesso a outros atores, internos ou externos com nível de poder desigual. Porém, apesar de algumas iniciativas de enfrentamento desse desafio comunicativo, as experiências têm se revelado pontuais e a diferença entre os níveis de comunicação dos centros urbanos e das regiões rurais, apesar das potencialidades das novas tecnologias, crescem ainda mais (TAUK SANTOS 1998, 2000).

Finalmente, como último ponto a considerar, a participação na comunicação de massa tem um papel importante. Porém essa participação baseia-se não somente na garantia do direito liberal à comunicação, ou seja, no acesso à informação e aos meios de propagação massiva dessa informação – jornais, periódicos, televisão, rádio, etc. –, mas também a garantia da comunicação como um direito humano, o que significa a possibilidade de influir ou participar ativa ou diretamente na construção e produção de conteúdos a serem veiculados. Nesse aspecto, a comunicação assume um lugar estratégico na concepção do desenvolvimento para a região, a partir de novos usos sociais dos meios de comunicação. A comunicação como mediação social é o caso emblemático das rádios comunitárias, fenômeno presente e crescente não só na Amazônia como em todas as regiões de maior escassez material e institucional, como na América Latina, partes da Ásia e na África (STEINBRENNER 2008). Há inúmeros casos onde as emissoras comunitárias entram em cena trazendo para o debate e tematizando a “...lenta formação de novas esferas do público...” e (as) “...novas formas de imaginação e criatividade social...” (MARTÍN-BARBERO 2006).

O desenvolvimento sustentável da região requer propostas adaptadas às capacidades humanas e ambientais existentes.



Nos municípios de base rural da Amazônia, em geral com menos de 30.000 habitantes, inúmeras vezes as organizações representativas de produtores rurais são as articuladoras principais da criação e funcionamento dessas emissoras, desenvolvendo programas próprios para difundir suas opiniões e informações em assuntos e temas que lhe são relevantes. Não raro também, as rádios de caráter comunitário são o único meio de comunicação de massa nessas localidades do interior, gerando forte e ampla influência para além do segmento ou grupo que lhe deu origem. Outras vezes, tornam-se uma ferramenta estratégica nas disputas de poder local por representarem a chance de grupos normalmente sem "voz" reagirem aos meios de comunicação tradicionais de caráter comercial, hegemonicamente nas mãos dos grupos locais ou regionais de poder político e econômico (STEINBRENNER 2008). Por isso mesmo, o acesso de grupos menos poderosos a esses grandes meios capitalizados que dominam a construção do senso comum constitui-se

em algo geralmente improvável, possível somente por fatores de ordem individual, por exemplo, a existência de jornalistas críticos e interessados no tema da agricultura familiar, o que é extremamente raro.



Os sistemas logísticos organizados por produtores familiares se mostraram bastante eficientes.

Proposta 3: Em vez de adaptar o(a) produtor(a) familiar a modelos de desenvolvimento determinados por atores externos, adaptar o contexto legal-institucional ao modelo socioprodutivo da produção familiar.

A partir da década de 80, se observou uma crescente sensibilização a certa abordagem do desenvolvimento territorial que reconhece a necessidade de integração das populações e dos espaços marginalizados ou excluídos dos processos gerais do desenvolvimento nacional e regional. Integração que se dá não tanto através da sua pura assimilação, mas muito mais por meio da valorização dos recursos naturais, sociais e culturais existentes em certo território. Forma-se assim a base de um entendimento

sobre desenvolvimento, no qual os territórios passam a ser agentes de transformação social e não um mero suporte de recursos físicos para objetos, atividades e processos econômicos (BARQUERO VÁZQUEZ 2002).

Tal visão indica que, ao invés de continuar tentando adaptar o(a) produtor(a) familiar ao modelo do desenvolvimento definido por atores externos e especialistas, deve-se pensar sistematicamente sobre as possibilidades de adaptar o contexto legal-institucional à

BOX 8 A diferença conceitual entre a abordagem de coerção e de valorização local no âmbito das discussões sobre pagamentos para serviços ambientais

A falta de valorização do potencial da produção familiar para o desenvolvimento sustentável da região amazônica, paradoxalmente, também se manifesta em iniciativas externas de desenvolvimento que pretendam aproveitar exatamente esse potencial. Um exemplo drástico se pode observar no âmbito da iniciativa para a *Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal* (REDD), onde a cooperação internacional aplica esforços consideráveis para estabelecer mecanismos de preservação das florestas por meio do *Pagamento de Serviços Ambientais* (PSA). Uma parte dos investimentos é também dedicada para atividades com produtores familiares.

Mas, como em todas as outras iniciativas anteriores, também as diversas propostas de *Pagamentos de Serviços Ambientais*, em vez de valorizar a viabilidade comprovada do sistema produtivo-social da produção familiar como barreira contra o desmatamento em grande escala, busca caminhos para controlar e mudar a atuação dos produtores familiares. Essa estratégia, portanto, implica em necessidades burocráticas com elevados custos de transação para implementar novos sistemas tecnológico-organizacionais que comprovem os efeitos ambientais. Os estudos do Projeto **ForLive** mostram a viabilidade limitada destas estratégias.

Uma alternativa consistiria na construção de acordos voluntários de recompensa aos serviços ambientais gerados pela produção familiar sem a necessidade de gerar créditos de carbono e, conseqüentemente, sem a necessidade de metodologias rígidas. Tal alternativa incluiria a disponibilização de fundos que não precisem creditar o carbono gerado. Esta proposta consiste na inversão da lógica atual dos projetos de carbono: em vez de pagar os produtores familiares para não desmatarem suas áreas ou para recuperar as áreas degradadas, os produtores seriam recompensados por suas atividades de baixo impacto ambiental do dia a dia e por suas próprias iniciativas de recuperação de áreas.

realidade da produção familiar. Nesse sentido, não se deve preferencialmente avaliar possibilidades de mudança e modernização dos sistemas locais de produção familiar. Ao contrário, é fundamental buscar possibilidades de fortalecimento do(a) produtor(a) familiar dentro da sua realidade, para que ele(a) possa continuar com a sua maneira de aproveitar os recursos e com o seu modo de vida, mas em um nível e qualidade de bem-

-estar aceitável para as famílias, em particular aos jóvenes.

Nesta visão, para evitar a continuidade da destruição cultural e ambiental da Amazônia é crucial a priorização da agricultura familiar frente à agricultura empresarial e a sua proteção contra o processo de homogeneização cultural-ambiental que caracteriza a atuação do setor privado. Esse caminho sugere

a necessidade de investimentos massivos na consolidação das áreas rurais, incluindo a formalização dos direitos das populações locais e a realização de reformas agrárias e regularização fundiária onde for necessário. Sugere também a aceitação do fato da transformação ambiental pela produção familiar dentro dos seus lotes e nas áreas comunitárias. Considerando as desvantagens competitivas das famílias na produção comercial de produtos agrícolas e florestais, também é necessário considerar as famílias como agentes socioambientais e não simplesmente como parte de uma cadeia produtiva. Assim, é importante avaliar as possibilidades de um tratamento diferenciada da produção familiar para garantir uma renda familiar adequada, por exemplo, com uma política de preço justo para os produtos locais, cadeias produtivas organizadas em compatibilidade com os sistemas de baixos insumos tipicamente elaborados pela produção familiar, ou outras idéias desafiantes como uma renda básica não relacionada com condicionantes, além do fato de ser um(a) produtor(a) familiar (ver ► Box 8).

É importante procurar sistematicamente alternativas que enfatizem a autonomia de comunidades, sistemas de governança local e o respeito às culturas tradicionais e ao meio ambiente (TEUBAL 2009). A riqueza cultural e ambiental da região, em combinação com o tamanho continental de ecossistemas ainda intactos, apresenta grandes oportunidades de identificação desses caminhos alternativos de desenvolvimento mais compatíveis com a situação específica das famílias. É necessário também melhor adaptar os marcos legais e institucionais às capacidades e interesses locais, considerando as seguintes questões: Como sistemas de manejo e comercialização



O uso florestal é um componente intrínscico da agricultura familiar.

dos recursos naturais por produtores familiares podem ser controlados por gestão local? Quais os esquemas de comercialização podem ser promovidos localmente? Como os serviços públicos podem ser melhorados para responder melhor às demandas das famílias? Como realçar a participação das famílias nas políticas públicas? Como controlar mais efetivamente atores poderosos? Em vista dos esforços modestos no passado para avaliar essas questões, um debate mais intensivo sobre alternativas tem o potencial de gerar contribuições importantes para a definição de estratégias de desenvolvimento da região amazônica mais apropriadas do que o corrente foco tão forte em soluções de mercado. ■

É fundamental fortalecer as famílias dentro das suas realidades para que possam continuar com o seu modo de vida.



A produção familiar contribui significativamente para a segurança alimentar.

9 Considerações finais

Os estudos realizados no âmbito do Projeto **ForLive** confirmam que o modelo atual de desenvolvimento (que também é promovido pelos projetos de *Manejo Florestal Comunitário*, plantios florestais e agroflorestais), apesar de ter melhorado a situação precária de muitas famílias da Amazônia rural, está contribuindo para a homogeneização cultural-ambiental da região, sistematicamente marginalizando a figura do(a) produtor(a) familiar.

Para manter a diversidade e o imenso potencial cultural e ambiental da região, é necessário desenvolver novas visões conceituais e operacionais. Considerando o grande potencial da produção familiar em contribuir para o desenvolvimento sustentável da região, estes novos modelos devem tomar a diversidade das culturas dos colonos, comunidades tradicionais e grupos indígenas como referencial. Esse desafio implica em mudanças dramáticas nos paradigmas de desenvolvimento, uma vez que, ao invés de

continuar a adaptar as famílias às exigências do modelo de desenvolvimento neoclássico, é necessário adaptar o modelo legal-institucional às demandas da produção familiar. Para se alcançar isso, são necessárias políticas mais coerentes e agressivas no sentido de proteger e premiar a atuação dos produtores familiares. Também é indispensável que os agentes de desenvolvimento governamental e não governamental assumam uma atitude de maior respeito e valorização da produção familiar, e estejam dispostos a se confrontar com atores poderosos que também têm inte-



resses fortes nos recursos da Amazônia. As duas propostas políticas que estão ganhando espaço na Amazônia – em um extremo o desenvolvimento via grandes empreendimentos privados, e em outro a conservação dos recursos via comando e controle do Estado – não são capazes de garantir o seu desenvolvimento sustentável. Por, outro lado, apesar do grande potencial de desenvolvimento socioeconômico e ambiental, a proposta de desenvolvimento da região pela produção familiar ainda não tem o reconhecimento e investimentos merecidos. Em vista disso,

um debate mais intensivo sobre alternativas tem o potencial de gerar contribuições importantes para a definição de estratégias de desenvolvimento da região amazônica mais apropriadas do que o corrente foco tão forte em soluções de mercado. Entretanto, considerando as sérias implicações destas mudanças, é realista promover uma estratégia de mudança gradual, onde cada ator, dentro das suas possibilidades de atuação, esteja avaliando-a continuamente. Há, porém, muita pressão e pouco tempo. ■

Os diversos esquemas de produção familiar na região podem servir como referência para um novo modelo de desenvolvimento mais justo e ecologicamente sustentável.

10 Referências

Acosta, A.; Falconí F. (eds.) 2005.

Asedios a lo imposible: propuestas económicas en construcción. Quito: Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales (ILDES). 269p.

Albuquerque, F. 2001.

Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). 230p.

Alexiades, M.N. 1999.

Ethnobotany of the Ese Eja: plants, health and change in an Amazonian society. Tese. New York: City University of New York, 464p.

Almeida, E.; Sabogal, C.; Breinza, S. 2006.

Recuperação de áreas alteradas na Amazônia Brasileira: experiências locais, lições aprendidas e implicações para políticas públicas. Bogor: Centro Internacional para Pesquisa Florestal (CIFOR). 202p.

Andersen, L. 2007.

The influence of land use on the soil fertility in the Ecuadorian Amazon. Diploma. Freiburg: Universidade de Freiburg.

Arias, G.; Villacréz, D.; Leon, M.;

Andrade, M. 2006.

Proceso de diálogo nacional sobre control forestal y acuerdo intersectorial para un sistema nacional de control forestal. San José de Puenbo: Ministerio del Ambiente. 73p.

Arroyo, M.G.; Caldart, R.; Molina, M.C. 2004.

Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes.

Asner, P.G.; Knapp, D.E.; Broadbent, E.N.;

Oliveira, P.J.C.; Keller, M.; Silva, J.N. 2005.

Selective logging in the Brazilian Amazon. *Science* 310(5747), 480–482.

Assies, W. 1997.

Going nuts for the rainforest: Non-timber forest products, forest conservation and sustainability in Amazonia. Amsterdam: Thela.

Bardhan, P. 2000.

Understanding underdevelopment: challenges for institutional economics from the point of view of poor countries.

Journal of Institutional and Theoretical Economics 156, 217–235

Balee, W.; Erickson, L.C. (eds.) 2006.

Time and complexity in historical ecology: studies in the neotropical lowlands. New York: Columbia University Press. 417p.

Barquero Vázquez, A.; Garofoli, F. 1995.

Desarrollo económico rural en Europa. Madrid: Colegio de Economistas de Madrid.

Barquero Vázquez, A. 2002.

Endogenous development. networking, innovation, institutions and cities. London: Routledge. 240p

Barreto, P.; Pinto, A.; Brito, B.;

Hayashi, S. 2008.

Quem é o dono da Amazônia? Uma análise do recadastramento de imóveis rurais. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). 74p.

Bebbington, A. 1999.

Capitals and capabilities: a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty. *World Development* 27(12), 2021–2044

Becker, B.K. 2005.

Geopolítica da Amazônia.
Estudos Avançados 19 (53), 71–86.

**Benatti, J.H.; Santos, R.A.;
da Gama, A.S.P. 2008.**

*A grilagem das terras públicas na Amazônia
brasileira. Série Estudos.*
Brasília: Ministério do Meio Ambiente (MMA).
104p.

Benneker, C. 2008.

*Dealing with the State, the market and NGOs:
The impact of institutions on the constitution and
performance of Community Forest Enterprises (CFE)
in the lowlands of Bolivia.* Tese.
Wageningen: Universidade de Wageningen. 272p.

Biedenweg, K. 2009.

*El Rol de los Proyectos de Apoyo en el
Manejo Forestal Comunitario Pando, Bolivia.*
Informe.
Gainesville: Universidade de Florida.

Blum, B. 2009

*Comparative study of development paradigms in
the Bolivian, Peruvian, Ecuadorian and Brazilian
Amazon.* Informe.
Freiburg: Universidade de Freiburg.

Brandão Jr, A.; Souza Jr, C. 2006.

Desmatamento nos assentamentos
de reforma agrária na Amazônia.
O Estado da Amazônia 7.
Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da
Amazônia (Imazon).

Brito, B.; Barreto, P. 2006.

A eficácia da aplicação da lei de crimes
ambientais pelo Ibama para proteção de florestas
no Pará. *Revista de Direito Ambiental.*
Ed. Revista dos Tribunais 43, São Paulo. 35–65.

Bunker, S. 1985.

*Underdeveloping the Amazon: extraction,
unequal exchange, and the failure of the modern state.*
Champaign: University of Illinois Press.

Caceres, A.L.E. 2005.

Análisis e impactos de la carretera Interoceánica.
Arequipa: Programa Competitividad, Innovación,
Desarrollo (CID).

Campos, P. 2009.

*Societal change in Amazonian communities
as a consequence of the intervention of
development organisations: results from the
study of the indigenous community of
Calleria in Peru.* Dissertação.
Freiburg: Universidade de Freiburg.

Carvalho K., C. Sabogal, P. Amaral 2008.

*Análise da legislação para o manejo florestal
por produtores de pequena escala na Amazônia
brasileira.*
Belém: Centro Internacional para Pesquisa Florestal
(CIFOR). 98p.

**CEETEPS (Centro Estadual de Educação
Tecnológica Paula Souza) 2000.**

*Retrato falado da alternância: sustentando o
desenvolvimento rural através da educação.*
São Paulo: CEETEPS, Secretaria da Ciência,
Tecnologia e Desenvolvimento Econômico.

Chambers, R. 1987.

Sustainable livelihoods, environment and
development: putting poor rural people first.
Discussion Paper 240.
Brighton: Institute of Development Studies (IDS).

Chambers, R.; Conway, G.R. 1992:

Sustainable rural livelihoods: practical concepts for
the 21st Century. *Discussion Paper* 296.
Brighton: Institute of Development Studies.

Chapin, M. 2004.

A Challenge to Conservationists.
World Watch Magazine, 11 dez 2004.
UNO/BOL/723/DCP.

Chhatre, A.; Agrawal, A. 2009.

Trade-offs and synergies between carbon storage and livelihood benefits from forest commons. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America (PNAS)* 106, 17667–17670.

Dean, W. 1989.

A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica.
São Paulo: Nobel.

Defensoria del Pueblo del Peru 2010.

Reporte Conflictos Sociales 72. 60p.

Denevan, W. 1992.

The pristine myth: The landscape of the Americas in 1492.
Annals of the American Association of Geographers 82(3), 369–385.

Depzinsky, T. 2007.

Eligible local partners of development organisations: criteria of development organisations for selecting local partners: A study in the Peruvian Amazon.
Dissertação.
Göttingen: Universidade de Göttingen. 107p.

de Jong, W.; Ruiz, S.; Becker, M. 2006.

Conflicts and communal forest management in northern Bolivia.
Forest Policy and Economics 8, 447–457.

de Koning, J. 2011.

Reshaping institutions: bricolage processes in smallholder forestry in the Amazon. Tesis.
Wageningen, Universidade de Wageningen.

DFID (UK Department for International Development) 1999:

Sustainable livelihoods guidance sheets.
Disponível em: www.livelihoods.org.

Donovan, J.; Stoian, D.; Poole, N. 2008:

A global review of rural community enterprises.
Rural Enterprise Development Collection 2.
Costa Rica: CATIE. 97p

Earthjustice 2007.

Environmental rights report 2007.
Oakland: Earthjustice. 147p.

Ellis, F. 2000.

Rural Livelihoods and diversity in developing countries. Oxford: Oxford University Press. 273p.

Engel, S.; Pagiola, S.; Wunder, S. 2008.

Designing payments for environmental services in theory and practice: An overview of the issues.
Ecological Economics 65(4), 663–674

Escalera, E.M.; Oporto, T.D. No prelo.

Proceso de adopción de sistemas agroforestales en la comunidad campesina Palmira del Norte Amazónico de Bolivia.
Em: Pokorny, B.; Montero, I.; Montero, J.C.; Johnson, J. (eds.). *Uso forestal por pequeños productores en la Amazonía: En busca de evidencias empíricas para los grandes paradigmas.*
Freiburg: Universidade de Freiburg.

FAO (Food and Agriculture Organisation of the United Nations) 2001.

Global forest resources assessment 2000. Relatório.
Forestry Paper 140. Disponível em:
<http://www.fao.org/forestry/fo/fra/main/index.jsp>

Fearnside, P. M. 1993.

Deforestation in the Brazilian Amazon: the effect of population and land tenure. *Ambio* 22(8), 537–545

Farrington, J.; Carney, D.; Ashley, C.; Turton, C. 1999.

Sustainable livelihoods in practice: early applications of concepts in rural areas.

Natural Resource Perspective 42.

London: Overseas Development Institute.

Ferreyros, S. J. P.; Medina, G. No prelo.

Motivaciones para el cambio en el uso del suelo por los campesinos en áreas peri-urbanas de la Amazonía Peruana. Em: Pokorny, B.; Montero, I.; Montero, J.C.;

Johnson, J. (eds.). Uso forestal por pequeños productores en la Amazonía: En busca de evidencias empíricas para los grandes paradigmas.

Freiburg: Universidade de Freiburg.

Flick, K. 2008.

Clarifying the understanding of learning and participation: an exploratory survey of participatory forestry approaches in the Amazon. Dissertação.

Freiburg: Universidade de Freiburg.

Freire, P. 1979.

Educação e mudança. 16 ed.

Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. 1983.

Extensão ou comunicação?

Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gatter, S.; Romero, M.R. 2005.

Análisis económico de la cadena de aprovechamiento, transformación y comercialización de madera aserrada provenientes de bosques nativos en la región centro-sur de la amazonía ecuatoriana.

Macas: Servicio Forestal Amazónico (SFA).

Godar, J.; Tizado, J.E.; Pokorny, B. 2008.

A expansão da fronteira na Transamazônica: o impacto comparado da agricultura familiar e da pecuária. Policy Brief.

Freiburg: Universidade de Freiburg. 6p.

Godar, J. 2009.

The environmental and human dimensions of frontier expansion at the Transamazon highway colonization area. Tese. León: Universidade de León. 287p.

Governo do Ecuador 1997.

Ley de Descentralización del Estado y de Participación Social.

Congreso Nacional. Ley No 27. Registro

Oficial No 169, 8 de Octubre. 12p.

Governo do Estado do Pará 2008.

Um bilhão de árvores para Amazônia.

Programa estadual de restauração florestal.

Gray, J. 2002.

Forest concession policies and revenue systems – country experience and policy changes for sustainable tropical forestry. *World Bank Technical Paper* 522. Washington D.C.: World Bank.

Green, D. 2008.

From poverty to power: How active citizens and effective states can change the world.

Oxford: Oxfam International. 540p.

Greenpeace 2005.

Grilagem de terras na Amazônia: Negócio bilionário ameaça a floresta e populações tradicionais.

Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/PageFiles/3951/grilagem.pdf>

Henkemans; A. 2001.

Tranquilidad and hardship in the forest. Livelihood capitals and perceptions of Camba forest dwellers in the northern Bolivian Amazon. Tese.

Utrecht: Universidade de Utrecht.

Hoch, L.; Pokorny, B.; Medina, G. 2008.

Plantaciones forestales por productores familiares en la Amazonía. Policy brief.

Freiburg: Universidade de Freiburg. 6p.

Hoch, L. 2009.

Do smallholders in the Amazon benefit from tree growing? Tese.
Freiburg: Universidade de Freiburg. 131p.

Hoch, L.; Pokorny, B.; de Jong, W. 2009.

How successful is tree growing for smallholders in the Amazon?
International Forestry Review 11(3), 299–310

Hoch, L.; Pokorny, B.; de Jong, W. (no prelo^A).

Financial attractiveness of tree growing for smallholders in the Amazon.

Holt-Giménez, E.; Spang, L. 2005.

IIRSA Update #1, 28 fev 2005.
Washington D.C.: Bank Information Center (BIC). Disponível em:
<http://www.bicusa.org/en/Article.1946.aspx>.

Homma, A.K.O. 2006.

Agricultura familiar na Amazônia: a modernização da agricultura itinerante.
Em: Sousa, I.S.F. (ed.). *Agricultura familiar na dinâmica da pesquisa agropecuária.*
Brasília: Embrapa Informação Tecnológica. 37–60.

Humphries, S.S.; Kainer, K.A. 2006.

Local perceptions of forest certification for community-based enterprises.
Forest Ecology and Management 235(1–3), 30–43.

Ibarra, E.; Romero, M.; Gatter, S. 2008.

Análisis del marco legal para el manejo forestal por pequeños productores rurales en la Amazonia ecuatoriana.
Macas: Servicio Forestal Amazônico (SFA). 88p.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) 2009.

Uso da terra e a gestão do território no Estado do Acre. Relatório Técnico. 34p.

IMAZON (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) 2005.

A destinação dos bens apreendidos em crimes ambientais no Pará. Belém: Imazon.

Imprensa Nacional do Brasil 2005.

Lei nº11.284/06. Diário Oficial da União.
O livro branco da grilagem de terras no Brasil.
Brasília: Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental na Amazônia) 2006.

A grilagem de terras públicas na Amazônia brasileira. Série “Estudos”. Brasília: Ministério do Meio Ambiente (MMA).

IPHAE (Instituto para el Hombre Agricultura y Ecología) 2007.

Diagnóstico rural participativo campo central.
Relatório interno. Riberalta: IPHAE.

ITERPA (Instituto de Terras do Pará) 2007.

Iterpa e o ordenamento territorial o Estado do Pará.
A regularização fundiária como instrumento de ordenar o espaço e democratizar o acesso à terra.
Belém: ITERPA.

Jollivet, M.; Mendras, H. 1971.

Les collectivités rurales françaises, tome 1.
Paris: Armand Colin. 222p.

Jollivet, M. (ed.) 1974.

Les collectivités rurales françaises, tome II: Sociétés paysannes ou lutte des classes au village?
Paris: Armand Colin. 220p.

Jonasse, R. 2009.

Agrofuels in the Americas.
Oakland: Institute for Food and Development Policy. 132p.



Killeen, T.J. 2007.

A perfect storm in the Amazon wilderness: development and conservation in the context of the initiative for the integration of the regional infra-structure of South America (IIRSA).

Relatório.

Arlington: Conservation International. 98p.

Lamarche, H. (ed.) 1993.

A agricultura familiar.

Campinas: Editora Unicamp. 336p

Lange, K. 2008.

Contribution of medical plants to the primary health care of indigenous communities; Case study of two Shipibo-Conbio communities in the Ucayali region, Peru.

Trabalho de conclusão de curso (BSc).

Freiburg: Universidade de Freiburg. 49p.

Larson, A.; Pacheco, P.; Toni, F.;

Vallejo, M. 2006.

Exclusión e inclusión en la forestería Latino-américa: Hacia dónde va la descentralización?

La Paz: Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo (IDRC).

Larson, A.M.; Cronkleton, P.;

Barry, D.; Pacheco, P. 2008.

Tenure rights and beyond: Community access to forest resources in Latin America.

Occasional Paper 50.

Bogor: Centro Internacional para Pesquisa Florestal (CIFOR).

Lentini, M.; Pereira, D.;

Celentano, D.; Pereira, R. 2005.

Fatos florestais da Amazônia 2005.

Belém: Instituto do Homem e Meio

Ambiente da Amazônia (Imazon). 141p.

Lima, E.; Leite, A.; Nepstad, D.;

Kalif, K.; Ramos, A.; Pereira, S. 2003.

Florestas familiares: um pacto sócio-ambiental entre a indústria madeireira e agricultura familiar na Amazônia. Belém: instituto de Pesquisa Ambiental Amazônia (IPAM).

Llanque, O.; Vos, V.; Escalera, E.;

Pokorny, B.; de Jong, W.; Zonta, A.;

Wiersum, F. No prelo.

Forest related livelihood strategies of smallholders in the Amazon.

Riberalta: Universidade Autónoma do Beni "Jose Ballivián" (UAB)

MAE (Ministério do

Meioambiente do Ecuador) 2006^A.

Sistema nacional descentralizado de control forestal (SNDCF). Quito: MAE. 9p.

MAE (Ministério do Meioambiente do Ecuador) 2006^B.

Plan Nacional de Forestación y Reforestación.

Acuerdo Ministerial 113. Quito: MAE.

Maerz, D. 2008.

Effects of road construction on a long-term agro-forestry initiative in the region of Puerto Maldonado in the Peruvian Amazon.

Trabalho de Conclusão de Curso (BSc).

Freiburg: Universidade de Freiburg.

Mann, C.C. 2005.

1491: New revelations of the Americas before Columbus.

New York: Knopf Publishing Group. 480p.

Margulis, S. 2003.

Causes of deforestation of the Brazilian Amazon. *World Bank Working Paper Series* 100. Washington D.C.: World Bank.

Martín-Barbero, J. 2006.

Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. 4ª edição. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Martins, H.D.S.; Amaral, P.H.C.;**Nascimento, K.A.F.; Reis, R.R.S. 2007.**

Avaliação da pressão humana na Reserva Extrativista Verde para Sempre no oeste do Pará. Anais XIII. Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21–26 abril 2007. São José dos Campos: Instituto Nacional de Estudos Espaciais (INPE). 2817–2824

Martínez Montaña, J.A. 2008.

Marco legal para el manejo forestal por pequeños productores y comunidades en las tierras bajas de Bolivia.

Santa Cruz: Centro Internacional para Pesquisa Florestal (CIFOR). 100p.

Medina, G., Shanley, P. 2004.

Big trees, small favors: loggers and communities in Amazonia. *Bois et Forêts des Tropiques* 280(4), 19–25

Medina, G. 2008.

Moving from dependency to autonomy: an opportunity for local communities in the Amazon frontier to benefit from the use of their forests. Tese. Freiburg: Universidade de Freiburg. 113p.

Medina, G.; Pokorny, B. 2008.

Avaliação financeira do manejo florestal comunitário. Belém: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). 215p.

Medina, G.; Pokorny, B.;**Campbell, B. 2008.**

Favoreciendo el desarrollo local en la Amazonia: lecciones de las iniciativas de manejo forestal comunitario. *Forest Livelihood Brief* 8, Bogor: Centro Internacional para Pesquisa Florestal (CIFOR).

Medina, G.; Pokorny, B.; Weigelt, J. 2009^A.

The power of discourse: hard lessons for traditional forest communities in the Amazon. *Forest Policy and Economics* 11, 392–397

Medina, G.; Pokorny, B.; Campbell, B. 2009^B.

Loggers and development agents exercising power over Amazonian villagers. *Development and Change* 40(4), 745–767.

Medina, G.; Pokorny, B.; Campbell, B. 2009^C.

Community forest management for timber extraction in the Amazon frontier. *International Forestry Review* 11(3), 408–420.

Medina, G.; Pokorny, B.;**Campbell, B. No prelo.**

Emergence of community-governed forest management in the Amazon.

Mertens, B.; Pocard-Chapuis, R.; Piketty,**M.-G.; Lacques, A.-E.; Venturieri, A. 2002.**

Crossing spatial analyses and livestock economics to understand deforestation processes in the Brazilian Amazon: the case of Sao Felix do Xingu in South Para. *Agricultural Economics* 27(3), 269–294

MINAG e INRENA (Ministerio de Agricultura de Peru e Instituto Nacional de Recursos Naturales) 2006.

Plan Nacional de Reforestación (2005–2024). Resolución Suprema 002-2006-AG

Miranda, P.S.C.O. 1990.

Pensar extensionista: um caso de cegueira induzida. Preâmbulo para um estudo crítico da extensão rural no Estado do Pará.

Em: Flores, C.M.; Mitschein, T.A. (eds.)

Realidades amazônicas no fim do Século XX.

Belém: Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ). 365–431.

MMA, MAPA, MDA, MCT

(Ministério de Meioambiente, Ministério de Transporte, Ministério de Desenvolvimento Agrário, Ministério de Ciência e Tecnologia) 2007.

Plano nacional de silvicultura com espécies nativas e sistemas agroflorestais (PENSAF).

Brasília: MMA

Montero, J.C. 2007.

From knowledge transfer to knowledge exchange: analysis of smallholders' perceptions on tree growing in the Amazon.

Dissertação.

Freiburg, Universidade de Freiburg

Morley, S. 1995.

Poverty and inequality in Latin America: the impact of adjustment and recovery in the 1980s.

Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

Myrdal, G. 1970.

The challenge of world poverty: a world anti-poverty program in outline.

New York: Pantheon.

Nelson, A.; Chomitz, K.M. 2009.

Protected area effectiveness in reducing tropical deforestation: a global analysis of the impact of protection status.

Independent Evaluation Group Evaluation Brief 7. Washington D.C.: The World Bank.

Nepstad, D.; Azevedo-Ramos, C.; Lima, E.; McGrath, D.; Pereira, C.; Merry, F. 2004.

Managing the Amazon timber industry.

Conservation Biology 18, 1–3.

Ortiz, S. 2007.

Potenzial von Märkten für Waldprodukte von Kleinbauern: Ein Fallbeispiel aus Riberalta, Bolivien.

Dissertação. Freiburg: Universidade de Freiburg.

Ostrom, E. 1999.

Self-governance and forest resources.

Occasional Paper 20, Bogor: Centro Internacional para Pesquisa Florestal (CIFOR). 15p.

Pacheco, P. 1992.

Integración económica y fragmentación social: el itinerario de las barracas en la Amazonia.

La Paz: El Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario (CEDLA). 295p.

Pacheco, P.; Ibarra, E.; Cronkleton, P.; Amaral, P. 2008.

Políticas públicas que afectan el manejo forestal comunitario. Em: Sabogal, C.; de Jong, W.; Pokorny, B.; Louman, B. (eds.). Manejo Forestal Comunitario en América Tropical: Experiencias, lecciones aprendidas y retos para el futuro. Bogor: Centro Internacional para Pesquisa Florestal (CIFOR). 201–228.

Pacheco, P. 2009.

Agrarian reform in the Brazilian Amazon: its implications for land distribution and deforestation.

World Development 37(8), 1337–1347

Pacheco, P.; Nunes, W.; Rocha, C.; Vieira, I.; Herrera, J. A.; dos Santos, K. A.; da Silva, T. F.; Cayres, G. 2009.

Acesso a terra e meios de vida: examinando suas interações em três locais no estado do Pará.

Belém: Centro Internacional para Pesquisa Florestal (CIFOR). 74p.

- Pacheco, P.; de Jong, W.; Johnson, J. 2010.**
The evolution of the timber sector in lowland Bolivia: Examining the influence of three disparate policy approaches. *Forest Policy and Economics* **12**, 271–276
- Padoch, C.; Brondizio, E.; Costa, S.; Pinedo-Vasquez, M.; Sears, R.R.; Siquerira, A. 2008.**
Urban forest and rural cities: multi-sited households, consumption patterns, and forest resources in Amazonia.
Ecology and Society **13** (2). Disponível em: www.ecologyandsociety.org/vol13/iss2/art2/
- Pantoja, M.D. 2008.**
Acordos entre empresas e comunidades para o manejo florestal: uma análise crítica do caso das comunidades da Reserva Extrativista Rio Preto-Jacundá em Machadinho da Oeste, Rondônia, Brasil. Dissertação. Belém: Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NAEA) / Universidade Federal do Pará (UFPA). 182p.
- Peralta, C.; Vos, V.; Llanque, O.; Zonta, A. No prelo.**
Productos del bosque: Potencial social, natural y financiero en hogares de pequeños productores de la Amazonia. Riberalta: Universidad Autónoma del Beni "José Ballivián" (UAB).
- Pokorny, B.; Cayres, G.; Nunes, W. 2005.**
Participatory extension as a basis for the work of rural extension services in the Amazon.
Agriculture and Human Values **22**(4): 435–450.
- Pokorny, B.; Montero, I. (eds.) 2007.**
Deutschland und die Wälder Amazoniens. Freiburg: Universidade de Freiburg. 106p.
- Pokorny, B.; Johnson, J. 2008^A.**
Community forestry in the Amazon: The unsolved challenge of forests and the poor. *ODI Natural Resource Perspectives* **112**. London: Overseas Development Institute (ODI). 4 p.
- Pokorny, B.; Johnson, J. 2008^B.**
Estrategias de acompañamiento al manejo forestal comunitario.
Em: Sabogal, C.; de Jong, W.; Pokorny, B.; Louman, B. *Manejo Forestal Comunitario en América Latina: Experiencias, lecciones aprendidas y retos para el futuro.* Bogor: Centro Internacional para Pesquisa Florestal (CIFOR). 231–278.
- Pokorny, B.; Johnson, J. 2008^C.**
Forest Research in development contexts. The concept of the accountable researcher.
Em: IUFRO: Forest Research Management in an Era of Globalization. Proceedings of the International Union of Forest Research Organizations (IUFRO), Unit 6.06.00, April 18–21, 2007, Arlington, Virginia. Bethesda: Society of American Foresters. 43–53
- Pokorny, B.; Phillip, M. 2008.**
Certification of NTFP. Concluding comments.
Forest, Trees and Livelihoods **18**(1), 91–95
- Pokorny, B.; Sabogal, C.; Stoian, D.; de Jong, W.; Louman, B.; Pacheco, P.; Porro, N. 2009.**
Experiencias y retos del manejo forestal comunitario en América tropical.
Recursos Naturales y Ambiente. **54**, 81–98
- Pokorny, B.; Sabogal, C.; de Jong, W.; Pacheco, P.; Porro, N.; Louman, B.; Stoian, D. 2010^A.**
Challenges of community forestry in tropical America.
Bois et Forêts des Tropiques **303**(1), 43–66
- Pokorny, B.; Hoch, L., Maturana, J. 2010^B.**
Smallholder forest plantations in the tropics – Local people between outgrower schemes and reforestation programs.
Em: Bausch, J.; van der Meer, P.; Kanninen, M. *Ecosystem goods and services from plantation forests.* London: Earthscan. 140–170.

Pokorny, B.; Johnson, J.; Medina, G.; Hoch, L. No prelo.

Market-based conservation of the Amazonian forests: Revisiting win-win expectations (aceitado de Geoforum).

Porro, N.; Germana, C.; López, C.; Medina, G.; Ramírez, Y.; Amaral, M.; Amaral, P. 2008.

Capacidades organizativas para el manejo forestal comunitario frente a las demandas y expectativas oficiales.

Em: Sabogal, C.; de Jong, W.; Pokorny, B.; Louman, B. (eds.). Manejo forestal comunitario en América Tropical: experiencias, lecciones aprendidas y retos para el futuro.

Bogor: Centro Internacional para Pesquisa Florestal (CIFOR). 163–194.

Rede Geoma 2004.

Dinâmica territorial da frente de ocupação de São Félix do Xingu-Iriri. Subsídios para o desenho de políticas emergenciais de contenção do desmatamento. Brasília: Museu Parense Emilio Goeldi (MPEG).

Reimberg, M. 2009.

Municípios devastadores apresentam vínculo com escravidão. *Repórter Brasil*, São Paulo, **14 abr 2009**. Disponível em: www.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm?id=307288.

Reis, A. C. F. 1997.

Seringal e o seringueiro. 2ª edição. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas. 77p.

Ribot, C. J.; Peluso, N. L. 2003.

A theory of access. *Rural Sociology* **68**(2), 153–181

Robles, M. No prelo.

Potential of forests for smallholders in the Amazon. Tese. Freiburg: Universidade de Freiburg.

Rodrigues, R. L. V. 2004.

Análise dos fatores determinantes do desflorestamento na Amazônia legal. Tese. Rio de Janeiro: Universidade Federal de Rio de Janeiro (UFRJ).

Rodríguez, A. 2008.

El uso de tecnologías intermedias como aporte de valor agregado para la producción forestal y ventaja competitiva comercial del Manejo Forestal Comunitario. *IV RNIF* Riberalta: Instituto para el Hombre Agricultura y Ecología (IPHAE)

Rogers, E. M. 2003.

Diffusion of innovations. 5ª ed. New York: The Free Press.

Rose-Ackerman, S. 2007.

Public administration and institutions in Latin America. San José de Costa Rica: Copenhagen Consensus. 61p.

di Sabatto, A. 2001.

Perfil dos proprietários / detentores de grandes imóveis rurais que não atenderam à notificação da portaria 558/99. Brasília: Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

Sabogal, C.; Snook, L.; Boscolo, M.; Pokorny, B.; Quevedo, L.; Lentini, M.; Colán, V. 2007.

Adopción de prácticas de manejo forestal sostenible por empresas madereras. *Recursos Naturales y Ambientales* **49**, 100–111.

Sabogal, C.; Salvarte, J.; Colán, V. 2008.

Análisis del marco legal para el manejo forestal por pequeños productores y comunidades en la Amazonia Peruana. Lima: Asociación para la Investigación y el Desarrollo Integral (AIDER). 188p.

Sabogal, C.; de Jong, W.; Pokorny, B.; Louman, B. (eds.) 2008.

Manejo forestal comunitario en América Tropical: experiencias, lecciones aprendidas y retos para el futuro.

Bogor: Centro Internacional para Pesquisa Florestal (CIFOR). 294p.

Salgado, I.; Kaimowitz, D. 2003.

Porto de Moz: o prefeito, "dono do município".

Em: Toni, F.; Kaimowitz, D. (eds.). *Municípios e gestão florestal na Amazônia.*

Natal: A.S. Editores. 219–252.

Sanchez, M. 2007.

Latin America – the 'Persian Gulf' of Biofuels?

The Washington Post, 23 fev 2007. Disponível em:

www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/02/22/AR2007022201361.html.

Santana, A. C.; Gomes, S. C.;

Fernandes, A. R.; Botehlo, M. N. 2003.

Perfil do profissional de ciências agrárias formado na Universidade Federal Rural da Amazônia: empregadores, graduados e instituições correlatas.

Belém: Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). 306 p.

Sato, R.; Steinbrenner, M.;

Pokorny, B. No prelo.

Acordos informais para a exploração de madeira em área de pequenos produtores: revisão de preconceitos diante do manejo florestal comunitário.

Em: Pokorny, B.; Montero, I.; Montero, J. C.; Johnson, J. (eds.). *Uso forestal por pequeños productores en la Amazonía: En busca de evidencias empíricas para los grandes paradigmas.*

Freiburg: Universidade de Freiburg.

Schmink, M.; Wood, C. 1992.

Contested frontiers in the Amazon.

New York: Columbia University Press.

Schneider, S. 2003.

Desenvolvimento rural regional e articulações extra-regionais.

Em: *Fórum internacional: território, desenvolvimento rural e democracia.*

Fortaleza. 16 a 19 de novembro 2003. 1–23.

Schulze, M. D.; Grogan, J.; Uhl, C.;

Lentini, M.; Vidal, E. 2008.

Evaluating ipê (*Tabebuia, Bignoniaceae*) logging in Amazonia: sustainable management or catalyst for forest degradation?

Biological Conservation 141, 2071–2085.

Scoones, I. 1998:

Sustainable rural livelihoods: a framework for analysis.

Working Paper 72.

Brighton: Institute of Development Studies (IDS).

Selener, D. 1997.

Farmer-to-farmer extension: Lessons from the field.

Quito: Instituto Internacional de Reconstrucción Rural (IIRR).

Shanley, P.; Rosa, N. A. 2004.

Eroding Knowledge: An Ethnobotanical Inventory in Eastern Amazonia's Logging Frontier.

Economic Botany 58(2), 135–160.

Silva, J. N. M.; Carvalho, J. O. P.;

Lopes, J. C. A.; Almeida, B. F.;

Costa, D. H. M.; Oliveira, L. C.;

Vanclay, J. K.; Skovsgaard, J. P. 1995.

Growth and yield of a tropical rain forest in the Brazilian Amazon 13 years after logging.

Forest Ecology and Management 71(3), 267–274.

Simmons, S.; Walker, R. T.; Wood, C. H. 2002.

Tree planting by small producers in the tropics: A comparative study of Brazil and Panama.

Agroforestry Systems 56(2), 89–105.

Smeraldi, R.; May, P.H. 2008.

The cattle realm: a new phase in the livestock colonization of Brazilian Amazonia.

Rio de Janeiro: Amigos da Terra.

Soares, L. 2008.

Os efeitos da demanda crescente de produtos extrativos para os pequenos produtores de Açai (Euterpe oleracea Mart.) na microregião de Cametá – Pará.

Belém: Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NAEA) / Universidade Federal do Pará (UFPA).

Sobral Escada, M.I.; Vieira, I.C.G.;

Kampel, S.A. et al. 2005.

Processos de ocupação nas novas fronteiras da Amazônia (o interflúvio do Xingu/Iriri).

Estudos Avancados 19: 9–23.

Spang, L. 2005.

IIRSA Update #2 (03.06.2005).

Washington D.C.: BIC. Disponível em:

<http://www.bicusa.org/en/Article.2139.aspx>.

Stiglitz, J.E. 2006.

Livre Mercado Para Todos.

São Paulo: Campus Editora.

Stédile, J.P. 2002.

Landless battalions. The Sem Terra of Brazil.

New Left Review 15 (May-June)



Steinbrenner, R.A. 2008.

Mídia alternativa para um desenvolvimento alternativo.

Em: Grupo de trabalho de políticas públicas e desenvolvimento do Seminário Internacional “Amazônia, na fronteira do conhecimento”.

Belém: Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NAEA) / Universidade Federal do Pará (UFPA).

Stoian, D.; Donovan, J. 2004.

Articulación del mundo campesino con el mercado: integración de los enfoques de medios de vida y cadena productiva.

Em: CATIE (ed.). *Memorias de la semana científica.*

Turrialba: Centro Agronómico Tropical de Investigación e Enseñanza (CATIE). 14–16.

Stoian, D. 2005.

La economía extractivista de la Amazonía norte boliviana.

Bogor: Centro Internacional para Pesquisa Florestal (CIFOR). 52p.

Sunderlin, W.D.; Angelsen, A.;

Belcher, B.; Burgers, P.; Nasi, R.;

Santoso, L.; Wunder, S. 2005.

Livelihoods, forests and conservation in developing countries: an overview.

World Development 33(9), 1383–1402.

Swift, J. 1998.

Factors influencing the dynamics of livelihood diversification and rural non-farm employment in space and time. Rural non-farm employment project. Mimeografado.

Chatham: Natural Resources Institute.

Tauk Santos, M.S. 1998.

Gestão da comunicação no desenvolvimento regional. *Comunicação e Educação* 11.

São Paulo: Editora Moderna.

Tauk Santos, M.S. 2000.

Comunicação rural e mercado de trabalho na era tecnológica: o desenvolvimento local está em pauta. Em: Callou, A.B.F. (eds.). *Comunicação rural e o novo espaço agrário.* Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Fractais 3.

Teubal, M. 2009.

Agrarian reform and social movements in the age of globalization. *Latin America at the dawn of the twenty-first century.* *Latin American Perspectives* 26, 9–20.

Thomas, J. 2008.

REDD governance: corruption as a catalyst for deforestation in Ecuador. Dissertação. Freiburg: Universidade de Freiburg. 105p.

Treccani, G.D. 2008.

Estado do Pará: do caos à terra de direitos (Campo Cidadão). Belém: Instituto de Terras do Pará (ITERPA).

UNDP (United Nations Development Programme) 1997.

Manejo, conservación y utilización de los recursos forestales en el Trópico de Cochabamba y en las zonas de transición de los Yungas de La Paz. Fase II. AD/BOL/97/C23.

UNDP (United Nations Development Programme) 2006.

Human development report 2006. New York: United Nations Development Programme (UNDP).

Vos, V.; Llanque, O.; Zonta, A. No prelo.

Medios de vida y manejo forestal por pequeños productores de la Amazônia. Riberalta: Universidade Autônoma do Beni "Jose Ballivián" (UAB).

Welch, C. 2009.

Camponeses: Brazil's peasant movement in historical perspective (1946–2004). *Latin American Perspectives* 167, 36(4), 126–155.

White, A.; Martin, A. 2002.

Who owns the world's forests? Washington D.C.: Forest Trends.

Wienold, H. 2006.

Brasiliens Agrarfront: Landnahme, Inwertsetzung und Gewalt. *Peripherie* 101/102. 43–68.

Wunder, S. 2001.

Poverty Alleviation and Tropical Forests – What scope for synergies. *World Development* 19(11), 1817–1833.

Entre 2005 e 2009, um consórcio de nove parceiros da América Latina e Europa, financiado pela União Europeia, analisou as possibilidades de produtores familiares – colonos, comunidades e grupos indígenas – na Amazônia do Brasil, Bolívia, Equador e Peru aproveitarem os seus recursos florestais para o desenvolvimento local rural. Este livro apresenta as principais lições dos mais de 100 estudos realizados, como ponto de partida para discutir uma visão operacional sobre o desenvolvimento da região que valorize mais efetivamente o grande potencial da agricultura familiar. Há fortes indicações de que os diversos esquemas de produção familiar na região podem servir como referência para um desenvolvimento mais justo e ecologicamente sustentável.

“... A presente publicação proporciona uma visão concisa e atualizada das potencialidades e limites do manejo florestal comunitário e familiar. O Serviço Florestal Brasileiro sente-se agradecido pela publicação desta obra. É uma oportunidade de compartilhar estes resultados com todas as pessoas interessadas na identificação de possibilidades para que produtores familiares – comunidades, colonos e grupos indígenas –, na Amazônia boliviana, brasileira, equatoriana e peruana aproveitem efetivamente seus recursos florestais para o desenvolvimento rural...”

Antônio Carlos Hummel, Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro

“... A construção de um modelo alternativo [de desenvolvimento] passa sim pela realização de mudanças legais e institucionais, mas é sobretudo um evento político. É um modelo que deve ser baseado na recuperação dos mitos das comunidades ancestrais e dos produtores familiares mais tradicionais, mas principalmente é uma utopia, que recupera algo do passado e muito do presente. Nesta concepção e construção da utopia são importantes as recomendações do Projeto ForLive: acompanhar os produtores no estabelecimento de seus próprios projetos, fortalecer as capacidades locais e valoriza a cultura local...”

Diego Pacheco, Diretor Nacional de Gestão de Projetos e Financiamento na Bolívia

“... Os resultados apresentados neste livro são extremamente relevantes para o futuro da Amazônia e para o debate internacional sobre políticas públicas globais e desenvolvimento...”

Imme Scholz, Vice-diretora do Instituto Alemão de Desenvolvimento (DIE)

www.cifor.cgiar.org

www.ForestsClimateChange.org



Centro Internacional de Pesquisa Florestal

CIFOR contribui para o bem-estar humano, a conservação ambiental e a equidade, realizando pesquisa para servir de base a políticas e práticas que afetam as florestas nos países em desenvolvimento. O CIFOR é um dos 15 centros de pesquisa do Grupo Consultivo em Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR). Sua sede fica em Bogor, na Indonésia. O Centro conta também com escritórios na Ásia, África e América do Sul.

